

Basilio de Magalhães

O CAFÉ

**NA HISTORIA, NO FOLCLORE
E NAS BELAS-ARTES**

Série 5.ª

BRASILIANA

Vol. 174

Biblioteca Pedagógica Brasileira

“ BRASILIANA ”

5.^a Serie da

BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA



A 5.^a serie, que figura na B. P. B. com o titulo de “Brasiliana” é a mais vasta e completa coleção e sistematização, que se tentou, até hoje, de estudos brasileiros. Esta serie compõe-se de ensaios sobre a formação historica e social do Brasil: de estudos de figuras nacionais e de problemas brasileiros (historicos, geograficos, etnologicos, politicos, economicos, etc.); de reedições de obras raras e de notorio interesse e de traduções de obras estrangeiras sobre assuntos brasileiros.

Todos os que se dedicavam a estudos sobre o Brasil eram unanimes em reconhecer as grandes dificuldades criadas, para as suas investigações, pela raridade de obras de informações e de consultas, muitas já esgotadas, outras por traduzir, quasi todas dispersas. A C. E. N. propôs-se a coligir estas obras, reedita-las ou traduzi-las e a promover e estimular a produção deste genero, reunindo, em uma serie, não só os livros classicos e os novos trabalhos sobre o Brasil e seus problemas, como todo o material de valor documentario. A aceitação publica que granjeou desde logo a “Brasiliana” veio provar a utilidade e o alcance desta iniciativa de coordenação e de sistematização de estudos e de pesquisas sobre assuntos e problemas nacionais, encarados sob todos os seus aspectos.

170 volumes publicados; perto de 30 programados.



Edições da

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

São Paulo

BRASILEIANA

5.ª SÉRIE DA

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

Sob a direção de Fernando de Azevedo

VOLUMES PUBLICADOS:

ANTROPOLOGIA

E DEMOGRAFIA

- 4 — Oliveira Viana: **Raça e assimilação** — 3.ª ed. (aumentada).
- 8 — Oliveira Viana: **Populações Meridionais do Brasil** — 4.ª edição.
- 9 — Nina Rorigues: **Os Africanos no Brasil** — (Revisão e prefácio de Homero Pires). Profusamente ilustrado — 2.ª edição.
- 22 — E. Roquette-Pinto: **Ensaio de Antropologia Brasileira**.
- 27 — Alfredo Ellis Junior: **Populações Paulistas**.
- 59 — Alfredo Ellis Junior: **Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano**.
- 20 — Alberto de Faria: **Mauá** (com ilustrações fora do texto).
- 54 — Antônio Gontijo de Carvalho: **Calógeras**.
- 65 — João Dornas Filho: **Silva Jardim**.
- 73 — Lúcia Miguel-Pereira: **Machado de Assiz — (Estudo Crítico-Biográfico)** — Ed. ilustrada.
- 79 — Craveiro Costa: **O Visconde de Sinumbú** — Sua vida e sua atuação na política nacional — 1840-1889.
- 81 — Lemos Brito: **A Gloriosa Sotaina do Primeiro Império — Frei Caneca** — Ed. ilustrada.
- 85 — Wanderley Pinho: **Cotegipe e seu Tempo** — Ed. ilustrada.
- 88 — Helio Lobo: **Um Varão da República: Fernando Lobo**.
- 114 — Carlos Sússekind de Mendonça: **Silvio Romero** — Sua Formação Intelectual — 1851-1880 — Com uma introdução bibliográfica — Ed. ilustrada.
- 119 — Sud Menucci: **O Precursor do Abolicionismo: Luiz Gama** — Ed. ilustrada.
- 120 — Pedro Calmon: **O Rei Filósofo** — Vida de D. Pedro II — 2.ª edição ilustrada.
- 133 — Heitor Lyra: **História de Dom Pedro II** — 1825-1891. 1.º Vol.: "Ascensão" — 1825-1870 — Ed. ilustrada.
- 133-A — Heitor Lyra: **História de Dom Pedro II** — 1825-1891. 2.º Volume: "Fastígio" — 1870-1880 — Ed. ilustrada.
- 135 — Alberto Pizarro Jacobi: **Dias Carneiro** (O Conservador) — Ed. ilustrada.
- 136 — Carlos Pontes: **Tavares Bastos** (Aureliano Cândido) 1839-1875.

ARQUEOLOGIA

E PREHISTÓRIA

- 34 — Angione Costa: **Introdução à Arqueologia Brasileira** — Ed. ilustrada 2.ª ed.
- 137 — Aníbal Matos: **Prehistória Brasileira** — Vários Estudos — Edição ilustrada.
- 148 — Aníbal Matos: **Peter Wilhelm Lund no Brasil** — Problemas de Paleontologia Brasileira. Edição ilustrada.

BIOGRAFIA

- 2 — Pandiá Calógeras: **O Marquês de Barbacena** — 2.ª edição.
- 11 — Luis da Câmara Cascudo: **O Conde d'Eu** — Vol. ilustrado.
- 107 — Luiz da Câmara Cascudo: **O Marquês de Olinda e seu tempo** (1793-1870) — Ed. ilustrada.
- 18 — Visconde de Taunay: **Pedro II** — 2.ª edição.

140. — **Hermes Lima: Tobias Barreto** — A Epoca e o Homem — Ed. ilustrada.
- 143 — **Bruno de Almeida Magalhães: O Visconde de Abaeté** — Ed. ilustrada.
- 144 — **V. Corrêa Filho: Alexandre Rodrigues Ferreira** — Vida e Obra do Grande Naturalista Brasileiro — Ed. ilustrada.
- 153 — **Mário Matos: Machado de Assiz.** (O Homem e a Obra. Os personagens explicam o autor) — Ed. il.
- 157 — **Otávio Tarquínio de Souza: Evaristo da Veiga** — Ed. ilustrada.
- 166 — **José Bonifácio de Andrada e Silva: O Patriarca da Independência** — Dezembro 1821 a Novembro 1823.

BOTANICA E ZOOLOGIA

- 71 — **F. C. Hoehne: Botânica e Agricultura no Brasil no Século XVI** — (Pesquisas e contribuições).
- 77 — **C. de Melo-Leitão: Zoologia do Brasil** — Ed. il.
- 99 — **C. de Melo-Leitão: A Biologia no Brasil.**

CARTAS

- 12 — **Wanderley Pinho: Cartas do Imperador Pedro II ao Barão de Cotegipe** — Ed. il.
- 38 — **Rui Barbosa: Mocidade e Exílio** (Cartas inéditas. Prefaciadas e anotadas por Américo Jacobina Lacombe) — Ed. ilustrada.
- 61 — **Conde d'Eu: Viagem Militar ao Rio Grande do Sul** (prefácio e 19 cartas do Príncipe d'Orléans, comentadas por Max Fleiuss) — Edição ilustrada.
- 109 — **Georges Raeders: D. Pedro II e o Conde de Gobineau** (Correspondência inédita).
- 142 — **Francisco Venâncio Filho: Euclides da Cunha e seus Amigos** — Edição il.

DIREITO

- 119 — **Nina Rodrigues: As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil** — Com

um estudo do Prof. Afrânio Peixoto.

- 165 — **Nina Rodrigues: O Alienado no Direito Civil Brasileiro** — 3.^a edição.

ECONOMIA

- 90 — **Alfredo Ellis Junior: Evolução da Economia Paulista e suas causas** — Ed. ilustrada.
- 100 e 100-A — **Roberto Simonsen: História Econômica do Brasil** — Ed. ilustrada — em 2 tomos.
- 152 — **J. F. Normano: Evolução Econômica do Brasil** — Tradução de T. Quartim Barbosa, R. Peake Rodrigues e L. Brandão Teixeira.
- 155 — **Lemos Brito: Pontos de partida para a História Econômica do Brasil.**
- 160 — **Luiz Amaral: História Geral da Agricultura Brasileira** — No triplice aspecto Politico - Social - Economico: 1.^o volume.
- 162 — **Bernardino José de Souza: O Pau-Brasil na História Nacional** — Com um Capítulo de Artur Neiva e Parecer de Oliveira Viana — Ed. ilustrada.

EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO

- 66 — **Primitivo Moacir: A Instrução e o Império** (Subsídios para a História da educação no Brasil) — 1.^o volume — 1823-1853.
- 87 — **Primitivo Moacir: A Instrução e o Império** — (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 2.^o volume — Reformas do ensino — 1854-1888.
- 121 — **Primitivo Moacir: A Instrução e o Império** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 3.^o volume — 1854-1889.
- 147 — **Primitivo Moacir: A Instrução e as Províncias** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1825-1889 — 1.^o volume: Das Amazonas ás Alagoas.
- 147-A — **Primitivo Moacir: A Instrução e as Províncias** (Subsídios para a História da Educação no Brasil)

- 1925-1989, 2.º Volume: **Sergipe**, Bafia, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato-Grosso.
- 98 — Fernando de Azevedo: **A Educação Pública em São Paulo** — Problemas e discussões (Inquérito para "O Estado de S. Paulo" em 1926).

ENSAIOS

- 1 — Batista Pereira: **Figuras do Império e outros ensaios** — 2.ª edição.
- 6 — Batista Pereira: **Vultos e episódios do Brasil** — 2.ª edição.
- 26 — Alberto Rangel: **Rumos e Perspectivas**.
- 41 — José-Maria Belo: **A inteligência do Brasil** — 3.ª ed.
- 43 — A. Saboia Lima: **Alberto Torres e sua obra**.
- 56 — Charles Expilly: **Mulheres e Costumes do Brasil** — Tradução, prefácio e notas de Gastão Penhalva.
- 70 — Afonso Arinos de Melo Franco: **Conceito de Civilização Brasileira**.
- 82 — C. de Melo-Leitão: **O Brasil visto pelos Ingleses**.
- 105 — A. C. Tavares Bastos: **A Província** — 2.ª edição.
- 151 — A. C. Tavares Bastos: **Os Maiores do Presente e as Esperanças do Futuro** — (Estudos Brasileiros) — Prefácio e notas de Cassiano Tavares Bastos.
- 116 — Agenor Augusto de Miranda: **Estudos Piaulenses** — Ed. ilustrada.
- 150 — Roy Nash: **A Conquista do Brasil** — Tradução de Moacir N. Vasconcelos — Edição ilustrada.

ETNOLOGIA

- 30 — E. Roquette-Pinto: **Rondônia** — 3.ª edição (aumentada e ilustrada).
- 44 — Estevão Pinto: **Os Indígenas do Nordeste** (com 15 gravuras e mapas) — 1.º Tomo.
- 112 — Estevão Pinto: **Os Indígenas do Nordeste** — 2.º Tomo (Organização e estrutura social dos indígenas do nordeste brasileiro).

- 52 — General Couto de Magalhães: **O Selvagem** — 3.ª edição completa, com parte original Tupí-guaraní.
- 60 — Emílio Rivasseau: **A vida dos Índios Guaicurus** — Ed. ilustrada.
- 75 — Afonso A. de Freitas: **Vocabulário Nheengatú** (vernaculizado pelo português falado em São Paulo) — Língua Tupí-guaraní (com 3 ilustrações fora do texto).
- 92 — Almirante Antônio Alves Câmara: **Ensaio Sobre as Construções Navais Indígenas do Brasil** — 2.ª edição ilustrada.
- 101 — Herbert Baldus: **Ensaio de Etnologia Brasileira** — Prefácio de Afonso de E. Taunay — Ed. ilustrada.
- 139 — Angione Costa: **Migrações e Cultura Indígena** — Ensaio de arqueologia e etnologia do Brasil — Ed. ilustrada.
- 154 — Carlos Fr. Phill von Martius: **Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros** (1844). Trad. Prefácio e notas de Pirajá da Silva — Ed. il.
- 163 — Major Lima Figueiredo: **Índios do Brasil** — Prefácio do General Rondon. Ed. ilustrada.

FILOLOGIA

- 25 — Mário Marroquim: **A Língua do Nordeste**.
- 46 — Renato Mendonça: **A Influência Africana no Português do Brasil** — Ed. il.
- 164 — Bernardino José de Souza: **Dicionário da Terra e da Gente do Brasil** — 4.ª edição da "Onomástica Geral da Geografia Brasileira".

FOLCLORE

- 57 — Flausino Rodrigues Valle: **Elementos do Folclore Musical Brasileiro**.
- 103 — Sousa Carneiro: **Mitos Africanos no Brasil** — Ed. ilustrada.

GEOGRAFIA

- 30 — Cap. Frederico A. Rondon: **Pelo Brasil Central** — Ed. ilustrada, 2.ª edição.

- 33 — J. de Sampaio Ferraz: **Meteorologia Brasileira.**
- 35 — A. J. Sampaio: **Fitogeografia do Brasil** — Ed. ilustrada — 2.^a edição.
- 53 — A. J. de Sampaio: **Biogeografia dinâmica.**
- 45 — Basílio de Magalhães: **Expansão Geográfica do Brasil Colonial.**
- 63 — Raimundo Moraes: **Na Planície Amazônica** - 5.^a ed.
- 80 — Osvaldo R. Cabral: **Santa Catarina** — Ed. ilustrada.
- 86 — Aurélio Pinheiro: **A Margem do Amazonas** — Ed. Ilustrada.
- 91 — Orlando M. Carvalho: **O Rio da Unidade Nacional: O São Francisco** — Ed. il.
- 97 — Lima Figueiredo: **Oeste Paranaense** — Ed. ilustrada.
- 104 — Araujo Lima: **Amazônia — A Terra e o Homem** — (Introdução à Antropogeografia).
- 106 — A. C. Tavares Bastos: **O Vale do Amazonas** — 2.^a ed.
- 138 — Gustavo Dodt: **Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupí** Prefácio e notas de Gustavo Barroso. Ed. ilustrada.

GEOLOGIA

- 102 — S. Fróes Abreu: **A riqueza mineral do Brasil.**
- 134 — Pandiá Calógeras: **Geologia Econômica do Brasil** — (As minas do Brasil e sua Legislação — Tomo 3.^o, Distribuição geográfica do depósitos auríferos. Edição refundida e atualizada por Djalma Guimarães.

HISTÓRIA

- 10 — Oliveira Viana: **Evolução do Povo Brasileiro** — 3.^a edição (ilustrada).
- 13 — Vicente Licínio Cardoso: **A margem da História do Brasil** — 2.^a edição.
- 14 — Pedro Calmon: **História da Civilização Brasileira** — 3.^a edição.
- 40 — Pedro Calmon: **História Social do Brasil** — 1.^o Tomo **Espírito da Sociedade Colonial** — 2.^a edição, ilustrada (com 13 gravuras).
- 83 — Pedro Calmon: **História Social do Brasil** — 2.^o Tomo

- Espírito da Sociedade Imperial** — Ed. Ilustrada.
- 173 — Pedro Calmon: **História Social do Brasil** 3.^o Tomo **A Época Republicana.**
- 15 — Pandiá Calógeras: **Da Regência à queda de Rosas** — 3.^o volume (da série "Relações Exteriores do Brasil").
- 42 — Pandiá Calógeras: **Formação Histórica do Brasil** — 3.^a edição (com 3 mapas fora do texto).
- 23 — Evaristo de Moraes: **A escravidão africana no Brasil.**
- 36 — Alfredo Ellis Junior: **O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano** — 2.^a ed.
- 37 — J. F. de Almeida Prado: **Primeiros Povoadores do Brasil** — 2.^a ed. ilustrada.
- 47 — Manoel Bomfim: **O Brasil** — Com uma nota explicativa de Carlos Maul.
- 48 — Urbino Viana: **Bandeiras e sertanistas baianos.**
- 49 — Gustavo Barroso: **História Militar do Brasil** — Ed. ilustrada (com 50 gravuras e mapas).
- 76 — Gustavo Barroso: **História Secreta do Brasil** — 1.^a parte: "Do descobrimento à abdicação de Pedro I" — Edição ilustrada — 3.^a edição.
- 64 — Gilberto Freyre: **Sobrados e Mucambos** — Decadência patriarcal e rural no Brasil — Edição ilustrada.
- 69 — Prado Maia: **Através da História Naval Brasileira.**
- 89 — Coronel A. Lourival de Moura: **As Forças Armadas e o Destino Histórico do Brasil.**
- 93 — Serafim Leite: **Páginas da História do Brasil.**
- 94 — Salomão de Vasconcelos: **O Fico** — Minas e os Mineiros da Independência — Edição ilustrada.
- 108 — Padre Antônio Vieira: **Por Brasil e Portugal** — Sermões comentados por Pedro Calmon.
- 111 — Washington Luiz: **Capitania de São Paulo** — Governador de Rodrigo Cesar de Menezes — 2.^a edição.
- 117 — Gabriel Soares de Sousa: **Tratado descritivo do Bra-**

- sil em 1597 — Comentários de Francisco Varnhagen — 3.^a edição.
- 123 — Hermann Wätjen: **O Domínio Colonial Holandês no Brasil** — Um Capítulo da História Colonial do Século XVII — Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti.
- 124 — Luiz Norton: **A Corte de Portugal no Brasil** — Notas, documentos diplomáticos e cartas da Imperatriz Leopoldina — Edição ilustrada.
- 125 — João Dornas Filho: — **O Padroado e a Igreja Brasileira.**
- 127 — Ernesto Ennes: **As Guerras nos Palmares** — (Subsídios para sua história) 1.^o Vol. Domingos Jorge Velho e a "Tróia Negra" — Prefácio de Afonso de E. Taunay.
- 128 e 128-A — Almirante Custódio José de Melo: **O Governo Provisório e a Revolução de 1893** — 1.^o Volume, em 2 tomos.
- 132 — Sebastião Pagano: **O Conde dos Arcos e a Revolução de 1817** — Edição ilustrada.
- 146 — Aureliô Pires: — **Homens e fatos do meu tempo.**
- 149 — Alfredo Valladão: **Da Aclamação à Maioridade, 1822-1840** — 2.^a edição.
- 158 — Walter Spalding: **A Revolução Farrroupilha** (História popular do grande decênio 1835-1845). — Ed. Il.
- 159 — Carlos Seldler: **História das Guerras e Revoluções do Brasil de 1825-1835** — Trad. de Alfredo de Carvalho — Prefácio de Silvio Cravo.
- 168 — Padre Fernão Cardim: **Tratados da Terra e da Gente do Brasil** — Introduções e Notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia — 2.^a ed.
- 170 — Nelson Werneck Sodré: **Panorama do Segundo Império.**
- 171 — Basílio de Magalhães: **Estudos de História do Brasil.**
- 174 — Basílio de Magalhães: **O Café — Na História, no Folclore e nas Belas-Artes.**

MEDICINA E HIGIENE

- 29 — Josué de Castro: **O problema da alimentação no Brasil** — Prefácio do prof. Pedro Escudero. 2.^a edição.
- 51 — Otávio de Freitas: **Doenças Africanas no Brasil.**
- 129 — Afrânio Peixoto: **Clima e Saúde** — Introdução biogeográfica à Civilização Brasileira.

POLITICA

- 3 — Alcides Gentil: **As Idéias de Alberto Torres** (Síntese com índice remissivo) — 2.^a edição.
- 7 — Batista Pereira: **Diretrizes de Rui Barbosa** — (Segundo textos escolhidos) — 2.^a edição.
- 21 — Batista Pereira: **Pelo Brasil Maior.**
- 16 — Alberto Torres: **O Problema Nacional Brasileiro.** 2.^a edição.
- 17 — Alberto Torres: **A Organização Nacional.** 2.^a edição.
- 24 — Pandiá Calógeras: **Problemas de Administração** — 2.^a edição.
- 67 — Pandiá Calógeras: **Problemas de Governo** — 2.^a ed.
- 74 — Pandiá Calógeras: **Estudos Históricos e Políticos** — (Res Nostra...) — 2.^a ed.
- 31 — Azevedo Amaral: **O Brasil na crise atual.**
- 50 — Mário Travassos: **Projeção Continental do Brasil** — Prefácio de Pandiá Calógeras — 3.^a edição ampliada.
- 55 — Hildebrando Accioly: **O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América.**
- 131 — Hildebrando Accioly: **Limites do Brasil** — A fronteira com o Paraguai — Edição ilustrada com 8 mapas fora do texto.
- 84 — Orlando M. Carvalho: **Problemas Fundamentais do Município** — Ed. ilustrada.
- 96 — Osório da Rocha Diniz: **A Política que convém ao Brasil.**
- 115 — A. C. Tavares Bastos: **Cartas do Solitário** — 3.^a edição.

- 122 — Fernando Saboia de Me-
deiros: **A Liberdade de Na-
vegação do Amazonas** — Re-
lações entre o Império e os
Estados Unidos da América.
141 — Oliveira Viana: **O Idealis-
mo da Constituição** — 2.^a
edição aumentada.
169 — Helio Lobo: **O Paname-
ricanismo e o Brasil**.
172 — Nestor Duarte: **A Ordem
Privada e a Organização Po-
lítica Nacional** (Contribuição
à Sociologia Política
Brasileira).

VIAGENS

- 5 — Augusto de Saint-Hilaire:
**Segunda Viagem do Rio de
Janeiro a Minas Gerais e a
São Paulo (1822)** — Trad. e
pref. de Afonso de E. Tau-
nay — 2.^a edição.
58 — Augusto de Saint-Hilaire:
**Viagem à Província de Santa
Catarina (1820)** — Tradução
de Carlos da Costa Pereira.
68 — Augusto de Saint-Hilaire:
**Viagem às nascentes do Rio
São Francisco e pela Provín-
cia de Goiaz** — 1.^o tomo —
Tradução e notas de Clado
Ribeiro de Lessa.
78 — Augusto de Saint-Hilaire:
**Viagem às nascentes do Rio
São Francisco e pela Provín-
cia de Goiaz** — 2.^o tomo —
Tradução e notas de Clado
Ribeiro de Lessa.
72 — Augusto de Saint-Hilaire:
**Segunda Viagem ao Interior
do Brasil** — “Espírito Santo”
— Trad. de Carlos Ma-
deira.
126 e 126-A — Augusto de Saint-
Hilaire: **Viagem pelas Pro-
víncias de Rio de Janeiro e
Minas Gerais** — Em dois to-
mos — Edição ilustrada —

- Tradução e notas de Clado
Ribeiro de Lessa.
167 — Augusto de Saint-Hilai-
re: **Viagem ao Rio Grande
do Sul — 1820-1821** — Tra-
dução de Leonam de Aze-
redo Pena — 2.^a ed. ilust.
19 — Afonso de E. Taunay:
**Visitantes do Brasil Colô-
nial** (Séc. XVI-XVIII). —
2.^a edição.
28 — General Couto de Maga-
lhães: **Viagem ao Araguaia**
— 4.^a edição.
32 — C. de Melo-Leitão: **Visi-
tantes do Primeiro Império**
— Ed. ilustrada (com 19 fi-
guras).
62 — Agenor Augusto de Mi-
randa: **O Rio São Francisco**
— Edição ilustrada.
95 — Luiz Agassiz e Elizabeth
Cary Agassiz: **Viagem ao
Brasil — 1865-1866** — Trad.
de Edgard Sússekind de
Mendonça — Ed. ilustrada.
113 — Gastão Cruls: **A Ama-
zônia que eu vi** — Óbidos
— Tumuc-Humac) — Prefá-
cio de Roquette Pinto —
Ilustrado — 2.^a edição.
118 — Von Spix e Von Martius:
Através da Baía — Excertos
de “Reise in Brasilien” —
Tradução e notas de Pirajá
da Silva e Paulo Wolf.
130 — Major Frederico Rondon:
Na Rondônia Ocidental —
Ed. ilustrada.
145 — Silveira Neto: **Do Guairá
aos Saltos do Iguassú** — Ed.
ilustrada.
156 — Alfred Russel Wallace:
**Viagens pelo Amazonas e
Rio Negro** — Tradução de
Orlando Torres e Prefácio
de Basilio de Magalhães.
161 — Rezende Rubim: **Reservas
de Brasilidade** — Ed. Ilus-
trada.

NOTA: Os números referem-se aos volumes por ordem
cronológica de publicação.

Edições da

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 118/140 — São Paulo

○ CAFÉ

Série 5.^a — BRASILIANA — Vol. 174
BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

BASÍLIO DE MAGALHÃES

O C A F É

NA HISTÓRIA, NO FOLCLORE E NAS BELAS-ARTES

SEGUNDA EDIÇÃO
(aumentada e melhorada)

048



COMPANHIA EDITORA NACIONAL
São Paulo — Rio — Recife — Pôrto-Alegre
1939

DO MESMO AUTOR

Nesta Série:

EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO BRASIL COLONIAL —
Vol. 45.

ESTUDOS DA HISTÓRIA DO BRASIL — A Evolução
Política do Brasil. — Vol. 171.

Na “Biblioteca de Estudos Comerciais e Econômicos:

HISTÓRIA DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGRICUL-
TURA — Vol. 5. — 2.ª edição.

Edições da
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
São Paulo

ÍNDICE

	Pags.
Prefácio	1
 I) Quem era Francisco de Melo Palheta, o introdutor do cafeeiro no Brasil	
A naturalidade de Palheta	9
A expedição de 1722-1723	17
O motivo da expedição .	40
A necessidade de uma biografia do introdutor do café no Brasil	43
Acontecimentos históricos	44
As instruções da expedição de 1727	49
Regimento que ha de guardar o sargento-mór Francisco de Melo Palheta	50
As vistorias efetuadas nos marcos da montanha d'Argent	58
A moda	64
Como Palheta obteve as sementes e mudas de café	65
As "Memórias" de fr. João de S. José Queiroz	67
Mme. Claude d'Orvilliers	68
Um simples motivo poético	70
Como se distribuíram as sementes e mudas	72
Que posto occupava Palheta?	73
A pobreza de Palheta	75
Palheta conta a história da introdução do café no Brasil	76
Carta-régia de 16 de fevereiro de 1734	77
Petição de Francisco de Melo Palheta	78
Alguns comentarios	79
Depois do "placet" do rei	82

	Pags.
O café isento de impostos	83
A terra roxa	85
A onda verde e a negra ingratidão	87

II) Os caminhos antigos, pelos quais foi o café transportado do interior para o Rio-de-Janeiro e para outros pontos do litoral fluminense

Primeiras expedições e caminhos de índios	93
Roteiro do "caminho velho"	96
"Caminho dos paulistas"	97
O "caminho novo"	97
Roteiro do "caminho novo"	99
Expansão da cultura do café	103
Os caminhos para Angra-dos-Reis	105
Variantes e ramais do "caminho novo"	107
O "caminho de terra"	108
A E. F. Mauá	111
A Estrada União e Industria	112
A S. Paulo Railway	113
Conclusão	114

III) As lendas em torno da lavoura do café

1) O café no lendario oriental	121
2) O café no lendario ocidental	137
3) O café no lendario americano	160
4) O café no lendario brasileiro	165
a) Lendas de fundo histórico	165
b) Lendas políticas	170
c) O café na medicina e nas superstições do povo	176
d) O café na poesia popular	183
e) O café no anedotario brasileiro	204
5) Conclusão	208

IV) O café nas belas-artes

1 — O café na pintura, na gravura e na caricatura	215
a) Na arte holandesa	215
b) Na arte inglesa	216
c) Na arte italiana	222
d) Na arte francesa	225
e) Na arte germânica	234

	Pags.
f) Na arte yankee	238
g) Na arte brasileira	240
h) Gravuras e outras ilustrações, em cartazes, folhetos e livros, sobre o café	241
2 — O café na escultura	250
3 — O café na arquitetura	253
4 — O café na heráldica, na numismática e na medalhística	257
5 — O café nas artes industriais	262
6 — O café na música	268
a) A primeira cançoneta sobre o café	268
b) Uma ópera-cômica francesa sobre o café	270
c) O café na ópera italiana	270
d) O café na comédia com ou sem música	271
e) A mais bela composição musical sobre o café	274
7 — O café na poesia	286
a) Na poesia estrangeira	286
b) Na poesia brasileira	298
V) — Notas posfaciais	325

VI) Apêndice

O capitão Silvestre e fr. Veloso ou a plantação do café no Rio de Janeiro — Romance brasileiro (fac-símile)	337
Luiz da Silva Alves de Azambuja Susano (traços biobibliográficos por Basílio de Magalhães)	339
Prólogo	345
O capitão Silvestre e frei Veloso	346
Elenco geográfico e histórico deste romance	380

PREFACIO

Para a comemoração do segundo centenário da entrada do cafeeiro no Brasil, escrevi, — além de dois longos trabalhos bibliográficos, — as seguintes quatro memórias, destinadas ao número especial que lhe consagrou “O Jornal” e que saiu a 15 de outubro de 1927:

I) “*Quem era Francisco de Melo Palheta, o introdutor do cafeeiro no Brasil*”;

II) “*Os caminhos antigos, pelos quais foi o café transportado do interior para o Rio-de-Janeiro e para outros portos do litoral fluminense*”;

III) “*As lendas em torno da lavoura do café*”;

IV) “*O café nas belas-artes*”

A segunda, por espontaneo gesto do organizador da coletanea, foi integralmente inserta, dois anos mais tarde, no volume intitulado “Minas e o bicentenário do cafeeiro no Brasil — Contribuição da Secretaria da Agricultura do Estado de Minas-Gerais” (Belo-Horizonte, Imprensa Oficial, 1929), pags. 228-241. E, em 1934, tendo sido enfeixados em dois grossos volumes todos os trabalhos da referida edição especial de “O Jornal”, — publicação devida ao Departamento Nacional do Café, — as minhas memórias foram assim incluídas

PREFACIO

nos mesmos: no vol. I, pags. 5-38, 233-249 e 368-386, "Quem era Francisco de Melo Palheta", "As lendas em torno da lavoura do café" e "O café nas belas-artes"; no vol. II, pags. 670-688, 692-732 e 777-783, "Bibliografia brasileira", "Bibliografia estrangeira" e "Os caminhos antigos, pelos quais foi o café transportado do interior para o Rio-de-Janeiro"

Para atender a um honroso convite do meu ilustre confrade dr. Costa Miranda, — de ver no excelente "Boletim do Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio" por ele dirigido, a minha colaboração, — reli as quatro memorias primeiramente enumeradas acima, preenchendo-lhes algumas lacunas, expurgando-as de erros tipográficos e acrescentando-as de novas anotações. Assim, bastante melhoradas, foram elas por mim oferecidas ao sobre-dito mensario, onde saíram de novo a lume, desde agosto de 1935 até setembro de 1936 (ns. 12 a 25). Aproveitando-se a composição tipográfica, fez-se uma "separata" de 300 exemplares, autorizada pelo ministro Agamenon Magalhães e precedida de benévolas palavras do dr. Miranda.

Não entrou no mercado de livros (conforme eu próprio lhe declarei no "Prefacio") essa reduzida tiragem, a qual, todavia, bastou a grangear para o volume, graças á oferta deste a intellectuais do Brasil e do exterior, uma consideravel messe de aplausos. De apreciações encomiásticas, aparecidas na imprensa patricia, muito me envaideceram, entre outras, as de Agrippino Grieco, Mucio Leão, Djacir Menezes, Luis da Câmara Cascudo, Celio Lima e Valdemar Cavalcanti.

Isso e o amistoso acolhimento com que me tem sempre distinguido a Companhia Editora Nacional animaram-me a preparar esta nova edição, a qual recebeu, além de correções imprescindiveis, muitos acréscimos, particu-

PREFACIO

larmente em relação á arte e á literatura do café. Encerra tambem ella, em apêndice e acompanhado de notas minhas, o primeiro romance brasileiro sobre o café, lavra de Luiz Alves da Silva de Azambuja Susano e publicado aqui em 1847. Creio que não me serão negados louvores por desentranhar eu do injusto olvido essa pequena e curiosa novela, considerada pelo grande mestre Capistrano de Abreu como uma das melhores obras do século passado, surtas em nossa pátria.

Em 1934, veio á luz em Berlim um curioso livro sobre a "coffea arabica": "Sage und Siegeszug des Kaffees — Die Biographie eines weltwirtschaftlichen Stoffes", da autoria de Heinrich Eduard Jacob. No ano seguinte foi trasladado a inglês e reeditado nos Estados-Unidos (New-York, Viking Press) e em Londres (George Allen & Unwin Ltd.), sob os respectivos títulos de "Coffee: the epic of a commodity" e "The saga of coffee" Só vim a conhecê-lo recentemente, por ter tido a fortuna de encontrá-lo na biblioteca da Universidade do Distrito-Federal, então a cargo do brilhante e operoso Gastão Cruls.

Tratando-se de uma publicação já existente em nosso país e facil de ser examinada pelos conhecedores da lingua inglesa, — eu bem desejara que os leitores deste meu trabalho o cotejassem com o do judeu alemão. Só assim poderiam verificar que este meu livro, pelo seu copioso e documentado material histórico, folclórico, artistico e literario, é que é a verdadeira "saga do café".

Mas o meu é escrito em portuguez. E lucubrou-o um brasileiro de cultura desinteressada, o qual, longe de visar a lucros pecuniarios com os frutos de seu espirito, tem tido sempre por mira única a grandeza e a gloria da Patria.

BASILIO DE MAGALHÃES

Rio, dezembro de 1938.

**QUEM ERA FRANCISCO DE MELO PALHETA,
O INTRODUTOR DO CAFEIRO NO BRASIL**



Francisco de Melo Palheta, o introdutor do cafeeiro no Brasil
("Crayon" do professor Marques Junior).

A NATURALIDADE DE PALHETA

Em artigo longo e interessante, com o título “A origem do café no Brasil — Como veio ter ao Brasil a primeira arvore do café” dado á estampa na revista “Chácaras e Quintais”, o dr. Waldemar Peckolt atribuiu a Francisco de Melo Palheta a naturalidade brasileira, sem, todavia, cogitar de comprová-la. Não se conformou com tal asserto o major Henrique Silva, que, por outra revista, “A Informação Goiana” (número de junho de 1927), da qual era fundador e diretor, além de contestar fosse Francisco de Melo Palheta o introdutor do café em nosso país, ainda asseverou que “o homem era luso e por sinal que sargento-mór, patente militar que nunca existiu no exército brasileiro”. Em nenhum documento se estribou o autor das “Caças e caçadas no Brasil”, para ter Francisco de Melo Palheta na conta de português, e o seu argumento relativo á patente militar é de todo improcedente, pelas duas simples razões seguintes: primeira, que em 1727, data na qual Palheta já havia sido promovido a tal posto, não existia no Brasil senão um exército, o português; e segunda, que tanto no exército brasileiro, oriundo da elevação do Brasil, em 1815, a reino unido á monarchia autocraticamente federada, que comprehendia a mais Portugal e Algarves, quanto no exército brasileiro, proveniente da conquista da soberania po-

lítica de 7 de setembro de 1822, ainda subsistiu o posto de sargento-mór (v. "Anais da Bibl. e Arq. Públ. do Pará" t. VIII, 1913, pag. 159; e "Uniformes do exército brasileiro". Rio-París, 1922, pag. 33).

Antes de asseverar o dr. Waldemar Peckolt que Francisco de Melo Palheta era brasileiro, já o fizera o dr. Rodolfo Garcia ("Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras." t. 81, 1918, pag. 387), um dos mais competentes, proibidos e incansáveis pesquisadores das nossas tradições (*).

Ao citado historiador patricio é que se devem as primeiras informações, postas em letras de imprensa, sobre o berço e a paternidade do introdutor do café no Brasil. Com efeito, afirma ele, — e dentro em pouco direi com que elementos probantes, — que Francisco de Melo Palheta "era natural do Pará" e que teve por pai ao "capitão de infantaria João Rodrigues Palheta, nascido na vila de Serpa, provincia do Alemtejo"

Encontram-se esses dados no trabalho "O *Diario* do padre Samuel Fritz, com introdução e notas de Rodolfo Garcia" valiosa publicação que vem na dita "Revista", da pag. 353 á pag. 397. O sacerdote boemio-alemão, vindo para a provincia jesuítica hispano-americana de Quito em 1685 ou 1686, fez-se apóstolo dos *omáguas* do Amazonas, os quais, além de doutrina, ca-

(*) Antes de Rodolfo Garcia, — mas sem as informações que este foi o primeiro a publicar, — já haviam acertadamente atribuído a Francisco de Melo Palheta a naturalidade brasileira os seguintes escritores: o dr. Moreira de Azevedo, "O Rio de Janeiro — Sua historia, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades" (Rio, B. L. Garnier, 1877), vol. I, pag. 129; e o padre Araujo Marcondes, "O Caffé" (São Paulo, Carlos Zanchi, 1896), pag. 11. Etienne Brasil, em "La France au Brésil" (Rio, Besnard Frères, 1920), pag. 148, acompanhou-os.

reciam de quem os defendesse dos portugueses do Pará, que frequentemente lhes invadiam as cabildas, para reduzi-los á escravidão. Do principal aldeamento em que arrebanhava aqueles índios, São-Joaquim, desceu ele, em fins de janeiro de 1689, á maloca central dos *jurimáguas*; e, ou para tratar-se de enfermidade perigosa, que o acometera, ou para melhor patrocinar a liberdade dos selvagens, aportou a Belém em 11 de setembro do mesmo ano. Governava o Estado do Maranhão, desde 1687, Artur de Sá e Meneses (que dez anos depois veio dirigir a Repartição-do-Sul). Permaneceu ali o inaciano vinte e dois meses, dezoito dos quais detido no Colegio dos Jesuítas, porquanto, logo que chegou á capital paraense, reclamou do capitão-general “o reconhecimento dos direitos da corôa castelhana sobre os territorios onde estavam situadas suas missões” Consultara o governador ao soberano sobre esse alarmante caso do padre Fritz, e a resposta do rei de Portugal já alcançou ao sucessor de Artur de Sá e Meneses, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que regeu o Estado do Maranhão de 1690 a 1701 (vindo mais tarde para a capitania de São-Paulo-e-Minas-do-Ouro, que instalou em 1709 e superintendeu até 1713). Reprovou d. Pedro II a detenção do loiolista e ordenou fosse o mesmo reposto, á custa da real fazenda, no ponto das missões de que saíra, ou em Quito, se fosse preciso. Afim de cumprir tal ordem, consumiu o representante da metrópole tres meses. Só a 8 de julho de 1691 pôde regressar o padre, acompanhado por um cabo (“capitão”?), um alferes, sete soldados, um cirurgião e trinta e cinco índios, estes como remeiros da flotilha de canôas.

E’ aí que aparece a mais antiga referencia, que se conhece em documentos de boa fonte, á atividade militar de Francisco de Melo Palheta. De fáto, dando noticia

da escolta, que, por mandado do monarca lusitano, ia conduzi-lo de retorno, pelo rio-mar, ás terras andinas da corôa espanhola, disse no seu *Diario* o padre Samuel Fritz que só dois dos homens que a compunham "eram portugueses brancos", o cirurgião, cujo nome não declinou, e o soldado Francisco Paiheta (*sic*). Ora, não se deve tomar á letra, na referida expressão, o gentílico "português" porque o mesmo se applicava então, sem rigor etimológico, aos brancos alistados no serviço da metrópole. E foi precisamente anotando tal asserção do jesuita que Rodolfo Garcia reivindicou para o introdutor do café no Brasil a natividade paraense.

Como se vai ver dentro em pouco, pela relação da viagem de descobrimento do rio Madeira, chegando o ajudante da expedição, antes dos mais companheiros, á povoação de Santa-Cruz-de-Cajuvabas, perguntou-lhe o padre, superior dessa redução de índios, se era cavalheiro o cabo da tropa; e o dito ajudante, referindo-se ao sargento-mór Francisco de Melo Palheta, respondeu "com a verdade de que era dos principais da terra na capitania do Pará" Ora, significa isso não só que Palheta era, pelo seu posto, pessoa de respeitabilidade alí, como ainda que era paraense nato, porquanto, se o não fosse, não se usaria para com ele da expressão "da terra".

Onde foi, porém, que encontrou o exímio pesquisador das nossas tradições os elementos de convicção para semelhante asserto, cuja relevancia é inegavel, porquanto apraz sobremaneira ao nosso orgulho patriótico tenha sido um brasileiro nato o espontaneo e abnegado iniciador da nossa maior prosperidade agrícola?

Foi num exemplar do "Compendio das éras da provincia do Pará" (Pará, 1838), de Antonio Ladislau Monteiro Baena, e que pertenceu a Manuel Barata, vindo enriquecer a biblioteca do Instituto Histórico e Geo-

gráfico Brasileiro, á qual doou o ilustre paraense toda a sua excelente coleção de livros. O sobredito volume de Baena está repleto de observações, manuscritas á margem e devidas a Manuel Barata, que ora corrigia enganos, ora preenchia lacunas da obra daquele official do exército português, de quem se pôde dizer que se naturalizou “paraense”

Não aproveitou Rodolfo Garcia integralmente a nota de Manuel Barata, que tanto interessa á biografia de Francisco de Melo Palheta e que vem á pag. 109 do mencionado trabalho, quando Baena, historiando acontecimentos imediatamente posteriores a 1663, trata de um assalto dos índios *caboquenas* e *guanevenas* á aldêia de Saracá, “onde estava o alferes João Rodrigues Palheta”

Graças a Manuel Barata, — que era em tudo a personificação da probidade, principalmente nas investigações históricas sobre a terra natal, — fica-se sabendo que Francisco de Melo Palheta “era natural do Pará”. Teve por pais a João Rodrigues Palheta (“natural da vila de Serpa, na provincia do Alemtejo” e que chegou, no Brasil, ao posto de “capitão de infantaria”) e d. Maria da Ressurreição de Bittencourt. Francisco de Melo Palheta casou com d. Bernarda de Mendonça Furtado, a qual, pelo cognome, devia pertencer a uma das mais distintas famílias lusitanas. Ficam, assim, esclarecidos pontos que até agora jaziam na mais completa obscuridade, quanto ao introdutor do café no Brasil, faltando, ainda, infelizmente, dados fidedignos quanto ao final da sua existencia, de 1733 em diante.

Sendo militar o pai, bem moço, talvez, assentou praça Francisco de Melo Palheta na tropa regular da guarnição portuguesa do Estado do Maranhão, o qual fôra criado a 13 de junho de 1621, abrangendo, além da capitania do Maranhão, a do Pará (a que depois se agregou a do

Rio-Negro) e a do Ceará (pouco depois desmembrada dele e incorporada no governo de Pernambuco), e, acrescido ulteriormente da do Piauí, durou até 1775, com a denominação final de “Estado do Maranhão e do Grão-Pará”

E’ lícito presumir que Francisco de Melo Palheta tenha nascido por volta de 1670 e que em 1691, simples soldado, contasse, pelo menos, 21 anos de idade.

Saída de Belém, a 8 de julho de 1691, a expedição, de que Palheta fazia parte, só deixou ela o padre Samuel Fritz a 20 de outubro, na aldeia de Nossa-Senhora-das-Neves, dos *jurimáguas*, depois de havê-lo conduzido até á de Maiavara, ultima redução dos *omáguas*. E o cabo da tropa não largou o jesuita, sem que primeiro o intimasse, — conforme ordem reservada que levava do governador do Estado do Maranhão, — a retirar-se “daquelas provincias, por pertencerem á corôa de Portugal”. Conta o inaciano que a dita força, além de outras coisas, fez desmonte á margem do sul, em frente á aldeia de Guapapaté, onde pôs por marco uma árvore grande, e, antevendo outras proesas dos portugueses naqueles remotos rincões, insinuou que os mesmos excogitavam, por ali, de “achar a porta para entrar no *El-Dorado*, que sonham não estar muito distante”. Este padre Samuel Fritz e mais outro colega ainda deram muito que fazer aos portugueses do Pará”, em 1710 (v. “Anais da Bibl. e Arq. Púb. do Pará” 1902, t. I, pags. 132-133 e 135-136).

Essa lenda do *El-Dorado*, criada ou derramada no mundo por sir Walter Raleigh, em 1599, com a publicação da sua obra “The discoverie of the large, rich and beautiful Empire of Guiana, with a relation of the great and golden citie of Manoa (wich the Spaniards call El Dorado), and the provinces Emeria, Aromaia, Amapaia, and other countries, with their rivers adioyning — Perfor-

med in the yeere 1595" exerceu no Brasil grande influencia, bem assinalada por Southey ("Historia do Brasil", trad. de L. J. de Oliveira e Castro, 1862, vol. II, pags. 32-35). Imaginando o maravilhoso reino ora na região de Nova-Granada, ora na da Guiana, Américo Vespucci, quasi um século atrás, julgara ser por ali o paraíso terreal (*). Tal fábula, segundo o historiador inglês, custou á Espanha "mais sangue e dinheiro do que todas as suas conquistas do Novo-Mundo", e a ela deveu o Brasil "um longo periodo de tranquillidade"; porquanto os pirateadores ingleses, e, depois deles, os flibusteiros holandeses e os aventureiros franceses, seduzidos pela quimera de que se servira Raleigh (**), como chamariz, foram afinal assentar-se ás

(*) "E se nel mondo è alcun paradiso terrestre, senza dubio dee esser non molto lontano da questi luoghi", — foi a frase com que Américo Vespucci resumiu as maravilhas que se lhe depararam no Brasil e que consta de uma sua carta publicada na Europa em 1504 (v. "Le Brésil" por E. Levasseur, Paris, 1889, no capítulo "L'histoire", escrito pelo barão do Rio-Branco, pags. 27-28).

(**) Si Walter Raleigh, que, por muitos anos, como explorador e como corsario, tentou em vão transformar em realidade o seu sonho do "El-Dorado", não só perdeu um filho nesse desvairado afã, como depois perdeu a própria cabeça, a instancias da Espanha perante Jaime da Inglaterra. Dois castelhanos, Pedro da Silva e fuão Serpa, o primeiro com uma flotilha de tres barcos, naufragaram na foz do Orinoco, quando em demanda da fantástica "Manôa". E, em meados do século XVIII, ainda dois holandeses, Hortsman e Hunderpfundt (este por sinal que padre), aventuraram-se a procurar, pelo aranhol das florestas e rios brasileiros, a mirífica e encantada Ofir, aquele pelo rio Branco e o outro pelo Xingú. Mais do que uma singela narração histórica dessas pertinazes e tresloucadas correrias em busca de uma enganosa miragem, bem merecia o "El-Dorado" ter servido de tema a romances, dramas e tragedias. A empolgante lenda, criada por sir Walter Raleigh e que maravilhou a facil credulidade do Velho-Mundo, onde foi tão prontamente divulgada, fez esbanjarem-se em pura perda muitos esforços e

margens do Oiapoc e do Orinoco, em busca da encantada e falaz Manôa (*).

O "El-Dorado" que, afinal, apareceu em Surinam e em Caiena, no primeiro quartel do século XVIII, era o fruto da *coffea arabica*, que Francisco de Melo Palheta, em 1727, havia de transportar para o Brasil.

Não se conhecem outros fátos concernentes á vida de Palheta no restante do século XVII e dentro da primeira década do século XVIII, senão o de haver ele obtido do governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, a 7 de fevereiro de 1709, uma sesmaria no rio Ubituba, a qual lhe foi confirmada por ato régio de 10 de fevereiro de 1712 (v. "Anais da Bibl. e Arc. Públ. do Pará" III, 1904, pag. 55). Vê-se, por aí, que, não obstante prosseguir na carreira militar, na qual ia ascendendo aos melhores postos, entendeu ele de dedicar-se também á agricultura. Já certamente em plena velhice, ainda mais se lhe acentuou o pendor, ou, quiçá, a necessidade de desenvolver a lavra de terras, pois conseguiu do governo local outra sesmaria no Pará, "entre as bocas dos igarapés Arapijô e Guajará", por alvarás de 14 de agosto de 1731,

inúmeras vidas, tendo sómente acarretado ao Brasil a vantagem de afastar das nossas plagas os piratas e corsários, que encheram com as suas ilícitas audacias tantas páginas de anais daquelas centúrias, e que ela atraiu para o vasto território da Guiana, onde afinal se assentaram colonizadores oriundos das tres nações européias, que assaltaram e tentaram ocupar, nos seculos XVI e XVII, varios pontos do litoral da nossa patria.

(*) Sobre a curiosa lenda, além do trabalho de Adolphe Bandelier, "The Golden Man", merecem lidos os dois seguintes volumes: Francisco Vásquez — "Relación de todo lo que sucedió en la jornada de Omagua y Dorado, hecha por el gobernador Pedro de Orsúa" (Madrid, 1881, ed. limitada a 300 exs.); é Emiliano Jós — "La expedición de Orsúa al Dorado y la rebelión de Lopo de Aguirre" (Huesca, 1927).

doação que lhe foi confirmada por d. João V a 20 de março de 1733 (ob. cit., id., loc. cit.). Como se verá mais adiante, ele próprio se entregou á cultura do cafeeiro.

Os atos mais notaveis da existencia de Francisco de Melo Palheta ocorreram em 1722-1723 e 1727.

A EXPEDIÇÃO DE 1722-1723

Exatamente um centenio antes da independencia do Brasil, já occupava ele o posto de sargento-mór (equivalente ao de major actual), quando foi incumbido pelo governador do Estado do Maranhão, João da Maia da Gama (19 de julho de 1722), de importante missão no "far-west" brasileiro. Dessa viagem, — que, vencendo obstáculos e arrostando perigos, chegou até á redução jesuítico-espanhola de Santa-Cruz-de-Cajuvabas, estabelecida á margem do Mamoré e bem abaixo da confluencia deste com o Guaporé, — deram vagas notícias muitos escriptores; mas, até quasi fins do século passado, ninguem lhe conhecia o íntimo relato official. Tendo, porém, o falecido livreiro João Ribeiro Martins oferecido á Biblioteca Nacional uma coleção de manuscritos, da mesma fazia parte (em cópia recente, constante de um *in-folio* de 35 pags., feita do original existente no t. I dos "Papeis varios" da Torre do Tombo) o dito importante documento, que, sob o n. 19.621, figurou na Exposição de Historia e Geografia do Brasil, realizada a 2 de dezembro de 1881 (v. "Suplemento ao Catálogo" 1883, pag. 1.657).

Eis o título do mesmo: — "Narração da viagem e descobrimento que fez o sargento-Mór Francisco de Mello Palheta no Rio da Madeira e suas vertentes, por Ordem do Senhor João da Maia da Gama do Conselho de Sua Magestade, que Deus Goarde, seu Governador e Capitam General do Estado do Maranhão cuja viagem e expedi-

ção se fez no anno primeiro do seo governo: e se gastou nella desde 11 de Novembro de mil setecentos e vinte e dous, the doze de Setembro de mil setecentos e vinte e tres”.

Capistrano de Abreu — o inolvidavel mestre, cujo luminoso espírito já foi apagado pela morte, — percebendo-lhe a relevancia, copiou-o da dita coleção e fê-lo estampar na “Gazeta Literaria” (excelente revista de efêmera duração, aqui dirigida por Teixeira de Melo e Vale Cabral), ns. de 11 de outubro e 24 de novembro de 1884 (pags. 372-376 e 387-391 do t. I, único publicado).

E’ o seguinte:

“A BANDEIRA DE FRANCISCO DE MELO PALHETA AO MADEIRA EM 1722-23, SEGUNDO UM DOS SEUS COMPANHEIROS (*).

Partiu a tropa da cidade de Belem, praça do Grão-Pará, a 11 de Novembro, em que veiu o mesmo general despedir ao sargento-mór e cabo, acompanhado da nobreza da terra: e já despedidos, demos uma salva geral, emproando as proas ao Norte que seguíamos Leste-oeste, nos fomos despedir de Nossa Senhora do Monte do Carmo, a quem nos recommendamos e a tomamos por estrella e nossa advogada, para com seu patrocínio vencermos este impossivel e um descobrimento de todos tão desejado.

A continuar nossa derrota se seguia a galera Santa Eufrozina e São Ignacio, em que vae o Cabo, que esta é a nossa capitanea; seguia-se-lhe a galeota do padre capellão com a invocação de Santa Rita e Almas, e a esta a canoa São Joseph e Almas, que serve de armazem em que vae o maior computo de soldados; a esta se seguia a

(*) Todas as notas, que adeante se encontrarem, são minhas. Lamento que Capistrano de Abreu não se houvesse lembrado de fazer o mesmo, pois sairia certamente melhor a tarefa da dilucidação.

galeota Menino Deus, em que vae o sargento com a mais infantaria, e por ultimo a galeota Sancta Rosa, em que vae o capitão de infantaria da mesma tropa, servindo de almirante.

Fomos buscando o rio Mojú e seguindo por elle a nossa jornada até o estreito de Igarapé merim, que desemboca no rio dos Tocantins, onde está fundada a villa de Camutá, em dois graos do sul; nesta dita villa estivemos tres dias, á espera da infantaria volante que della nos acompanhou e levamos de guarnição; e d'aqui demos ordem a partir buscando o rumo que havemos de seguir pelo grande rio das Amazonas, o qual é um dos maiores que no mundo se tem descoberto, que corre de leste a oeste; e o seguimos até embocarmos pelo famoso rio da Madeira (o rio Venes, que é chamado pelos Hispanhoes das Indias de Hispanha do Reino do Perú), que nelle agora descobrimos, e corre este de norte a sul, pelo qual fizemos entrada a 2 de Fevereiro de 1723, e gastamos dias de boa marcha, 17, até aonde nos aposentamos a fazer arraial em uma tapera de gentio Iumas, sitio admiravel em tudo, assim para nossa segurança como em o necessario, no qual mandou o cabo se lhe puzesse por invocação Santa Cruz de Iriumar, onde fizemos igreja, armazem, corpo da guarda e casas necessarias; aqui mandou o cabo repartir a infantaria em duas esquadras, donde actualmente havia uma sentinella que guardava munições e fazenda real e de noite uma ronda para rondar a sentinella, canoas e todo o arraial.

Depois de tudo assim disposto, ordenou o Cabo se fizesse seis galeotas para se poder nellas passar as cachoeiras; o que fez pela informação que teve se não podia fazer entrada com as grandes com que nos achavamos pela terribilidade das pedras.

Feitas as ditas geleotas as preparamos de todo o necessario e de quantidade de cabos para as puxarmos pelas

cachoeiras; neste tempo se esperava já pelo soccorro da cidade, o qual chegou a 4 de Junho, e havia muito tempo que os miseraveis soldados, indios e inda o Cabo, depois das fructas do matto acabadas, comiam unicamente carne de lagartos, cameliões e capivaras, por não haver outro mantimento, pois não tinhamos outra cousa a que nos tornassemos.

Com o dito soccorro tambem veiu o reverendo padre mestre João de São Paio, em sua galeota, e tanto que o Cabo se viu soccorrido de nosso excellentissimo general, tratou logo de se pôr a caminho, o que fez a 10 do dito mez de Junho, com 10 canoas pequenas, que são as seis que se fizeram e quatro que tinhamos.

Antes de embarcar carregou a Lourenço de Mello o governo do arraial encommendando-lhe muito a paz, união e conservação da gente que lhe deixava, assim soldados, como indios.

Prossequimos nossa viagem por aquelle temerario e horrivel rio e o padre mestre João de São Paio nos acompanhou um dia de viagem, d'onde se despediu de nós tornando para sua missão, e nós fomos seguindo a nossa derrota até á ilha nova da Praia de Santo Antonio, onde tivemos missa no dia do dito Sancto, razão por que assim o invocámos. Aqui mandou o Cabo tirar a somma da gente com que se submettia ao seguimento d'aquelle rio e de suas vertentes e achamos por conta 118 pessoas, 30 de armas de fogo e 88 indios de frechar e com este numero de gente proseguimos viagem.

Chegamos ao rio Iamary com 10 dias de viagem, e continuando para cima aos 22 do mez chegamos á cachoeira chamada Maguary, e na passagem della se alagou Damaso Botelher em uma galeota, na qual perdeu o Cabo a sua capa, o que deu por bem empregado por ser em serviço de Sua Magestade que Deus guarde.

D'aqui fomos á cachoeira chamada dos Iaguerites, onde chegamos vespuras de S. João e nella vimos sem encarcimento uma figura do Inferno: porque tendo eu visto grandes cachoeiras, como são as horriveis e celebradas do rio dos Tapajós (*) todas e do rio dos Tocantins, a Itaboca e as mais que se seguem pelo rio de Araguaya e por elle até a cachoeira do Padre Raposo chamada Otimbora, pois nenhuma iguala nem tem paridade a esta do rio da Madeira, na sua grandeza e despenhadeiros de pedras e rochedos tão altos que nos pareceu impossivel a passagem, como na realidade, pois para a passarmos foi necessario fazer-se caminho, cortando uma ponta de terra onde fizemos fachinas, sendo o Cabo o primeiro no trabalho a dar-nos exemplo, e fizemos uma boa grade de madeira por onde se puxaram as galeotas; no dito dia ainda se puxaram quatro, supposto que com muita fadiga, e já acabamos tarde; e no outro dia, que foi o do nascimento de S. João, se puxaram as mais e se carregaram outra vez com farinhas e munições, que as fomos comboiar mais de meia legua de caminho por terra.

Daqui continuamos nossa jornada passando cachoeiras umas traz das outras e chegamos á quinta cachoeira, a que chamam Mamiu, que gastamos 3 dias em passar nella as galeotas á corda, não havendo excepção de pessoa neste grande trabalho, e com tal perseguição de pragas de Piuns, que cada mordedura é uma sangria, ficamos em uma ponta aonde foi julgada que humanamente se não podia passar; e passamos as galeotas a outra banda do rio para haver de melhor passar, e o Cabo mandou puxar a sua galeota por cima das lages e as duas mais pequenas

(*) Note-se que quem escreve é um companheiro anónimo de Palheta, e não este. Assim, não se pôde inferir deste trecho que o militar paraense houvesse estado antes em outras entradas officiais pelo Tapajós e pelo Tocantins.

que servem de espia, e foi esperar pelas mais canoas á ilha chamada das Capivaras, e pela tardança deram bem cuidado ao Cabo até 9 horas da noite, que nos ajunctamos; e logo que amanheceu fomos seguindo nossa viagem á cachoeira chamada Apama, vespera de São Pedro: e fazemos fachinas igualmente soldados e indios, rompemos as mattas pela terra a dentro dois quartos de legua, em que gastamos dois dias em fazer caminho e grade, rompendo a golpe de machado e alavancas grandes pedras e afastando outras aos nossos hombros com bem risco de vida.

Esta cachoeira assinalada dos Apamas é tão terrivel e tão monstruosa e horrivel, que aos mesmos naturaes de cachoeiras mette horror e faz desanimar, porque de continuo está no mais violento curso de sua desatada corrente, o que não encareço por não ser suspeito, porém, deixo á consideração e representação dos experientes, pois por muito que dissera não dizia nem ainda a terça parte do que é, o que se póde perguntar igualmente assim ao Cabo e capitão como a todos os mais da companhia.

Aqui demos ordem a puxar as galeotas, e se puxarem tres a meio caminho, porque uma galeota botou o beque fóra cercio, desfazendo a amura e as conchas, que foi necessario pôr-lhe rodella, ao outro dia se puzeram as mais: e a 2 de Julho, depois das galeotas concertadas e breadas que se acabaram pelas 10 do dia, partimos e fomos seguindo a nossa jornada todo aquelle dia, sem acharmos porto capaz até ás 8 horas da noite, porque este rio em si está a cair toda a beirada continuamente e de tal sorte caem pedaços de terra, que deixa uma enseada feita, e fomos dormir a uma ilha de pedras de onde achamos boa ressaca para as galeotas se amarrarem seguras; e logo que amanheceu seguimos viagem ao porto dos Montes, onde disse o guia vira um caminho que descia ao porto que era do Gentio, que habitava naquelle logar, mas não se viu

trilhas nem caminhos, por estar já deserto; neste dito porto fomos visitados por uma praga de abelhas, assim a quantidade das grandes, como a machina das pequenas, tão espessas como nuvens, buscando-nos olhos, e ouvidos e bocca, e todos enguliram bastantes, porque se as enxotassemos das rações ficaríamos destituídos de toda a limitação que temos de farinha, que é tão limitada a medida em que se dá, que apenas é para dois bocados de bocca, e fechada cabe em uma mão toda; logo tambem o que vamos comendo, são cameleões e uns animaes a que chamam capivaras, e alguns por se não atrever a estas poucas carnes comem só ovos dos ditos lagartos. Peixe de nenhuma casta, nem sorte se acha, que das pobres espingardas é que vamos passando a remediar a vida.

O Cabo que nos rege não dorme nem socega atendendo o futuro, e por isso é tão previsto e assim vamos com muita regra com a farinha; e tornando á nossa derrota fomos caminhando até á noite que aportamos na beirada de uma cachoeira e determinamos a passal-a no seguinte dia.

Neste lugar deu parte o Principal Joseph Aranha ao Cabo haver visto uma mui grande cobra abolada, que affirmam todos os que a viram teria de comprimento pouco menos de 40 passos e de grossura julgaram ter 15 a 17 pés; grandes monstruosidades de animaes semelhantes tem este rio, porque com esta são duas que se tem visto nesta viagem, e outras maiores immundicies se póde ver nelle, porque não ha duvida que essas vehemencias de pedras (nas concavidades que têm) muito mais pódem criar.

E assim que amanheceu fomos seguindo nossa jornada até ser horas de parar e tomamos porto pelas 11 do dia.

Chegou logo o ajudante com um lote de gente onde vinha o Principal, Indio moço e mui arrogante, e é certo que chegou com mui pouca vontade porque dizem se atracára com um Indio nosso, mas que vendo o nosso poder

aplacara da furia, e assim solto o trouxeram á presença do nosso Cabo; acompanhavam a este dito Principal dois mocetões, seus filhos, de pouco mais de 15 a 12 annos e duas Indias, mães dos ditos e mulheres do Principal, com mais um rapaz e uma rapariga e todos faziam computo de treze cabeças.

Fez o Cabo o possível por um lingua para os mandar practicar, mas não se achou quem os entendesse, porque falando a nossa lingua, batiam com as mãos nos ouvidos, mostrando ter sentimento de não ouvir a nossa practica, mas com grandiosos mimos e dadivas ficaram mui contentes e satisfeitos no que mostravam.

Aqui Nossa Senhora do Carmo, que não falta a seus devotos, espiritou ao lingua em fallar-lhes em lingua de outro gentio seus conhamenas, logo respondeu o Principal gentio com um agrado ao que lhe propunha o nosso lingua por cuja giria foi continuando a practica, e sobre e por razão da paz firme e valiosa que com elles pretendiamos fazer, e na mudança de vida para virem ao gremio da igreja, avassalando-se como os mais gentios fizeram, a que respondeu estava contente e certo nas clausulas e firmeza da paz, e dizendo ao Cabo que o esperasse que o queria vir visitar da sua provincia e trazer-lhe algumas cousas em reconhecimento do bom tracto e mimos que lhe havia dado se queria recolher; ao que o Cabo respondeu mandando-lhe dizer que tudo agradecia e que se fosse em paz, que sua vontade era seguir para cima o rio, fazendo pazes e descobrimento, que não vinha fazer escravos, senão amigavel paz com todos; e aquelles que lhe quizerem impedir sua jornada tomando armas para elle, que a estes sim lhes declararia guerra.

Foi o Principal gentio em paz para a sua provincia, o qual na estatura e presença era muito bem parecido e os enfeites que trazia era uma colleira de miudas contas de fruta do matto, mui:to negras e o cabello atado atraz em

molho e nelle um penacho, e por diante trazia o cabello cortado, de orelha a orelha, os beiços tintos de vermelho de uma casca de pão que mordia; as Indias cobriam o que a natureza occultar ensina com umas franjas de fio tecido, e cingiam no cinto com uma enfiada de contas das ditas fructas do matto; era para ver como festejavam os nossos avellorios: é este gentio muito pobre; as suas redes são de casca de pão aqui chamada embira.

Despedidos elles, ficamos de aposento até ao outro dia ao amanhecer, que fomos seguindo a viagem, e sendo por horas de vespuras chegamos á paragem em que o rio estava tapado com uma grande cachoeira e andamos buscando canal com excessivo trabalho. Começamos a passar a 9 de Julho e a 12 do dito é que sahimos della, e logo avistamos o apartamento do rio que vae ao Sul, para onde seguíamos a nossa jornada, deixando o famoso rio da Madeira a Oeste, entramos pelo dito a que os Hispanhoes chamam Mamuré, e neste mesmo dia passamos nelle a primeira cachoeira.

Sendo pela manhã no dia seguinte depois de missa partimos a passar a dita temeridade da cachoeira, e posta a galeota do Cabo para ser a primeira na passagem, não foi possível, porque assim que fomos puxando por ella, para subir um degrau, que só teria seis palmos de altura, por ser muito direita a queda que fazia a água com a velocidade que despenha a furia da correnteza, logo sem mais tempo se foi a pique largando toda a pobreza que levava dentro em si, sem dar tempo a que lhe pudessemos acudir, porque inda que fossem as amarras do mais fino linho não poderiam ter mão a estas grandiosas correntes.

Ficou o nosso Cabo nesta alagação destituído de tudo, que uma viagem com dois naufragios é grande perdição, e sem poder neste certão remediar-se do preciso: aqui ia morrendo um soldado afogado se lhe não acudissem; vendo o Principal José Aranha que a primeira se afun-

dava nem por isso deixou de se submeter ao perigo, e querendo passar a sua, lhe disse o Cabo repetidas vezes: quantos hoje hão de ficar orphãos; e indo-se já puxando por duas grossas cordas, tornou a repetir o Cabo aos Indios que na galeota iam, que tirassem as camisas para as não perderem; não tinha bem acabado de dizer, quando logo se foi a galeota a pique arrebrandando as duas cordas, e por grande diligencia do Cabo, a tiramos do fundo do mar, que já estava captiva das temerarias pedras e soberbas ondas que faz, levantando outra vez ao alto a correnteza que vae de riba.

Aqui obrou Nossa Senhora do Carmo um grande milagre, porque um Indio nosso chamado Martinho, por enfermo dos olhos estava em uma rede debaixo dos paioes da canôa e escapou sem molestia quando a canôa se subverteu, de sorte que o susto bastava para molestar. Estivemos dois dias concertando as duas galeotas e no terceiro dia fomos seguindo viagem, sempre levando por prôa aquella machina de pedras e com o trabalho de ir puxando as nossas galeotas até o porto do gentio chamado Cavari-puna, e como os espias deram com um caminho seguido de gentio, mandou o Cabo uma escolta boa procurando ao Principal daquella nação, e se recolheu a dita escolta com seis pessoas, a saber, um Indio de meia idade com dois filhos maiores, duas crianças e a India mãe desta familia. E vindo estes taes á presença do Cabo lhes mandou perguntar se entre elles vinha algum Principal, ao que respondeu o Indio pae da familia que não, e que temido dos brancos pelos não captivar viviam separados, cada um por seu norte distinguidos, e de sua nação, solitario elle vivia n'aquellas brenhas, mas que sabia que o Principal Capejú que da outra banda do rio vivia desejava muito de ter falla de brancos para se commerciar; ouvido pelo Cabo e certificado de seu dizer lhe perguntou que dias se gastaria a chamar o dito Principal Capejú; disse que qua-

tro dias e que elle mesmo o iria chamar e que esperassemos depois de passada a ultima cachoeira, e que por firmeza de sua palavra deixaria na nossa companhia sua mulher e filhos; despediu o Cabo ao Indio (com dois Indios mais nossos que lhe fallavam a giria), com bastantes mimos, de ferramentas, facas e avellorio aos 18 de Julho.

Logo que amanheceu o seguinte dia nos fomos aposentar na espera do gentio, onde estivemos dez dias, e como não vieram proseguimos nossa derrota até as boccas dos rios de agua branca e de agua preta, onde chegamos no 1.º de Agosto.

Este caudaloso rio d'agua pretã se aparta do rio Branco, correndo na bocca a Sueste quarta de Sul, a cujo rio chamam os Hispanhoes Itennis (*) e o dito rio Branco parte a Sueste quarta de Oeste, na entrada a que tambem os Hispanhoes chamam Mamuré.

Entre estes dois rios nos aposentamos em uma longa praia de arêa e d'aqui seguimos o rio Branco por nos parecer mais pequeno (como é) e este declarar signaes de habitado, porque não ha estalagem de gente que nelle cursa que não tenha cruz, doutrina seguida em aquella povoação, já seguimos (com estes vestigios) a nossa fatal viagem com a esperança de aproveitar com fructo tanto trabalho e perigos de vida.

E sendo a 6 de Agosto o sentinella que fazia o quarto da sua fallou a uma canôa que vinha rio abaixo com 10 Indios Hispanhoes, foi o Cabo em pessoa na sua galeota tomar-lhes o encontro a fallar com elles, e trazendo-os para a praia d'onde estavamos se informou o nosso

(*) "Iténez", como se pôde ver do "Dicionario geográfico, histórico e descriptivo do Imperio do Brasil" (Paris, J. P. Aillaud, 1845, 2 vols.), de Milliet de Saint-Adolphe, é o "nome que os Castelhanos dão commumente ao rio Guaporé, na provincia de Matto-Grosso". Provém, como verifiquei, dos indios **Iténes**, habitantes do territorio sito entre o Mamoré e o Guaporé.

Cabo cabalmente e tomamos um guia para nos levar seguros ao porto da grande povoação de Sancta Cruz de Cajuáva, e no seguinte dia por horas de vespéras encontramos cinco canôas, que iam deste rio Mamuré para o de Itennis, e assim que nos avistaram levantaram uma cruz por bandeira, e perguntando-nos si eramos christãos lhes respondemos que sim e Portuguezes, a que sorrindo-se e benzendo-se todos a um tempo: christãos portuguezes? Nós o somos de S. Pedro, e fallando com o Cabo tomamos terra, onde jantamos.

Estiveram comnosco este gentio pouco mais de uma hora, e neste limitado prazo tiveram elles e tivemos nós um grande contentamento, de sorte que ficou apagando todos os trabalhos de antes; despediram-se para baixo e nós proseguimos; e já d'aqui se não vê mattos sinão tudo campos geraes assim de uma como de outra parte do rio e pela terra a dentro.

Pelas 4 horas da tarde ouvimos zurros de gado vacuum, e ordenou o Cabo fosse o Sargento Damaso Botelher a dar a entrada e lhe recommendou a força da diligencia e manifestação ao regedor. D'aqui dizia o guia não chegaremos á povoação sinão amanhã, e como logo ouvido isto, mandou o Cabo se marchasse toda a noite, e se não parasse sinão juncto da dita povoação, aonde esperaria pelo Ajudante, que enviou adeante com a embaixada de sua vinda, o qual chegado pelas 7 horas da manhã, o levaram pela povoação dentro os Indios d'ella com tal amor e cortezia que fazia admirar, e chegando á praça fallou aos Padres que estavam naquelle collegio, os quaes o receberam com repiques de sinos e grande alvoroço d'aquelle povo, mostrando com instrumentos de orgão, cravo e musicas e com clarins e charamellas o como nos festejavam alegres.

A saudação que os ditos Padres fizeram ao Ajudante, foi beijando-lhe a mão com o nome da Santissima Trin-

dade, Padre, Filho e Espirito Santo, e o levaram para dentro onde estavam mais dois religiosos, dos quaes foi abraçado e o levaram para dentro porque se não entendiam nem se podia ouvir a falla de uma pessoa a outra pelo grande rumor de muita gente que a rodeava.

Chegando com os ditos Padres o Ajudante ao sobrado, onde em uma capellinha estava uma imagem do Senhor Crucificado em um grave nicho, que de uma e outra parte tinha janellas rasgadas que cahiam sobre o Jardim: aqui ajoelhou o Ajudante com uma devida reverencia, dando graças a Deus de haver chegado á terra de Christandade com tão bom successo depois de tantos trabalhos.

Acabada a oração lhe offereceram os Padres assento e pondo-se em silencio interrompeu o nosso enviado dizendo:

“Reverendissimos Padres, nós somos vassallos do senhor Rei Dom João Quinto de Portugal que Deus guarde e por noticias e signaes que se viu neste rio de muitas cruces se resolveu o senhor João de Maya da Gama, nosso excellentissimo Governador e Capitão General, a mandar dez galeotas armadas em guerra com infantaria de cravineiros a fazer descobrimento, e trazendo um Sargento Mór por Cabo da tropa, o qual me envia a dizer a Vossas Reverendissimas que se não alterem, nem a gente d’este povo, pois que vem com todo o socego, paz e quietação até chegar aqui, e por razão de estado me enviou a dar parte a Vossas Reverendissimas e ao regedor d’este povo, para que assim se não assustem com a sua entrada”

Respondeu o Padre Miguel Sanches de Arquino que já havia muitos annos esperavam a vinda dos senhores Portuguezes a aquellas Indias, e perguntando que gente traziamos, lhe deu por conta o nosso Ajudante que 118 pessoas; perguntou si era o Cabo cavalleiro e lhe foi respondido com a verdade de que era dos principaes da terra

na capitania do Pará; perguntou mais se traziamos Missionario e de que religião, foi-lhe dito que só um clérigo levavamos por capellão; perguntou mais pelos nomes, o que tudo se lhe disse, principalmente do Cabo, Capitão, Capellão e Ajudante.

Então disse o Padre Miguel Sanches de Arquino que mandava ao Padre Irmão Oliberio Nogueira com Sua Mercê a receber o Cabo, e que estimava muito a sua boa vinda a aquella povoação e que não só lhe mandava beijar os pés, mas offerecer-se para lhe obedecer em tudo, e que entrassem na hora de Deus, que tudo estava socegado e nem a cortezia dos honrados e valorosos Portuguezes podia em nada alterar os corações e que o seu estava aberto para nelle e nos braços o receber com grande gosto; que só tinha o pezar de ser esta vinda em anno tão esteril pela inundação do passado: tornaram a abraçar todos ao nosso Ajudante com demonstrações de muito contentamento e debaixo de um chapéu de sol a uso da terra, o qual é feito de pennas da avestruz, acompanhado do Padre Irmão se foram buscando o porto do desembarque em busca do Cabo, que o estava esperando da outra parte do rio.

Embarcou-se o Ajudante e junctamente o Padre Irmão e Capitães e Alcaides e si a galera pudera com mais gente, muitos mais iriam nella a receber o Cabo, porém nas que se achavam no porto tambem se embarcaram para acompanhar ao Ajudante e dando este a senha com um tiro respondeu a tropa juncta com uma descarga ao recebimento do Padre Irmão, e ao salvarem-se com o Cabo outra e ultimamente a tres vivas aos Reis tres cargas, abalando-se as galeotas da tropa com o mesmo concerto e desfilada (seguinte ao nosso Cabo), os mais fomos aportar á povoação, e já no porto estariam duas mil pessoas á nossa espera para nos cortejarem, e assim com este accom-

panhamento entramos pela povoação, e chegando o nosso Cabo áquella grande praça do Collegio, vieram os mais Padres a recebê-lo; estavam as tres portas da igreja todas abertas e os sinos se desfaziam com repiques, charameLLas, clarins, órgão e todos os mais instrumentos de musica, que fazia uma grande entoação.

O altar mór da Igreja estava ornado e com seis velas de libra accesas, e fazendo oração o nosso Cabo e os mais de sua guarda em acção de graças entoamos a salva de Nossa Senhora com a sua ladainha e tivemos missa logo, d'onde ao levantar a Deus entoamos o "Tantum Ergo" e no fim d'ella o Bemdito, o que tudo acabado, vieram os Padres e levaram ao nosso Cabo em braço para uma grande casa, que parece é quarto feito naquelle Collegio para hospedar pessoas grandes, onde estava ornado um grande famoso bofete cheio de flores e outras delicias d'aquellas Índias, e a um e outro lado da grande casa tamborettes, catre e rede, á usança da terra, armario com o necessario, e se puzeram os Padres a praticar com o nosso Cabo no que a cada um tocava, e sendo horas de jantar se poz a mesa onde jantou o nosso Cabo e o Padre Cappellão, e os guisados que lhe puzeram passaram de trinta iguarias e não vinha vianda alguma que não viesse coberta de flores, e assim que o nosso Cabo se poz á mesa começaram dois Indios a tocar harpa e rabeca que certamente enlevavam: os Indios é que serviram a mesa sem haver descuido algum nem falta do necessario e com boa compostura e limpeza: acabado o Cabo de jantar, se juntou na propria mesa, e acabado de comer a infantaria vieram os Padres pedir mil perdões ao nosso Cabo do pouco com que se achavam para receber a sua pessoa e tiveram meio hora de conversa os Padres com o nosso Cabo, e se foram recolher até ás 2 horas que tornaram a vir. A cortezia e o modo e affagos que nos fizeram, foi mais de

muito, e naquellas mesmas horas que nós chegamos se avi-saram todas aquellas povoações por terra e a cavallo. Assim, logo ao outro dia pelas 9 horas chegou o Padre João Baptista de Bosson, sobrinho do Duque de Banhos, o qual é missionario da povoação de Sancta Anna, veiu a cavallo e o acompanharam seis cavallos Indios: o modo e o carinho d'esta grande pessoa foi a maior coisa que vi: logo no outro dia chegou mais o Padre Gaspar dos Prados; este Padre veiu em canôa da missão de São Miguel de Moxoquinos; neste mesmo dia chegou mais o Padre Nicolau de Vargas da Povoação de S. Pedro dos Moxos (*) e si mais dias estiveramos mais Padres creio che-gariam, que a todos os grandes desejos de ver Portuguezes, os fazia vir tão promptos e prestes, e finalmente disse o Padre Nicolau de Vargas que si nos não topasse alli havia ir rio abaixo só para nos ver e fallar; mas deste o que devia ao sangue Portuguez é que o fazia ter este gran-de desejo. No dia de São Lourenço, 10 de Agosto, can-tou o nosso Capellão a missa da terça neste sancto Colle-

(*) Estas indicações deixam fóra de toda e qualquer dú-vida que a redução jesuítico-espanhola, á qual chegou a expedição da Palheta, devia achar-se á margem do Mamoré, em lo-gar não distante do em que neste desagúa o Yacuma, seu afluen-te da esquerda, isto é, na actual "Exaltación" dos mais recen-tes mapas bolivianos. Com effeito, só a tal ponto é que poderiam atingir, com um ou dois dias de viagem fluvial ou a cavalo, os missionarios castelhanos de "Santa Ana", junto ao Yacuma, de "San Pedro de Moxos", nas cabeceiras de Machipo e pró-xima da caudal do Mamoré. Por se tratar de territorio estran-geiro, gulei-me, para esta observação, pelo "Mapa general de la República de Bolivia" (7.ª ed., 1908), de Luis Garcia Meza, na falta de mais antiga e precisa carta geográfica daquela região. Pondere-se, ainda, que o topônimo primitivo era "Exaltación de Santa Cruz", comum nos influenciados pelo hagiologio Ibé-rico, e depois reduzido ao vocábulo inicial, por effeito da lei do menor esforço ou da preguiça.

gio de Sancta Cruz de Cajuvava (*) cuja povoação está situada em 14 graus e meio ao Sul e a cidade de Sancta Cruz de Lacerda (sic) em 17 graus. O Governador desta grande cidade se chama Dom Luiz Alvares Gatto e o Bispo se chama Dom Leandro de Valdina Arcaya; este Bispo de tres em tres annos visita todos os povos que estão situados nos rios que declara o mappa incluso deste seu bispado.

Da cidade de Santa Cruz de Lacerda se seguem estradas ao Reino do Perú, porto do mar, cuja cidade tem vice-rei, a que chamam Dom Thomaz de Espejo, tem Arcebispo e Bispo está logo a grande cidade de Lima e a cidade Joam cavelica episcopal, e outra que lhe chamam Cusco, côrte antiga das Indias, mais a cidade de La-Pás, episcopal: cuja verdadeira noticia nos deu o Padre Mestre João Baptista de Bosson, e além do que tenho escripto, me deu a saber o rio Sará, que fica Leste-Oeste com a cidade de Lima, e que a agua d'aquelle rio é tão grossa que coalha e faz formar tijolos e que em fôrmas as deixam congelar da sorte que querem, e que tomava a côr parda, mui forte para limpar ferro e muito leve no peso (**).

(*) Atrás, já escreveu o expedicionario "Sancta Cruz de Cajuáva" Mas a fôrma "Cajuváva" é a que mais se aproxima da denominação castelhana "Cayuvabas" (v. o citado "Mapa" de Luis Garcia Meza), ainda hoje dada pelos bolivianos aos indios occupantes das terras entre o Yacuma e o Yruyani, afluentes da margem esquerda do Mamoré. São estes selvícolas os mesmos "Cayobás" (evidente erro gráfico de tônica, pois á pag. 235 está a fôrma exata "cayoába"), de um dos quaes colheu o dr. João Severiano da Fonseca o pequeno vocabulario, inserto ás pags. 239-240 do vol. II da sua preciosa "Viagem ao redor do Brasil — 1875-1878" (Rio, 1880-1881).

(**) O leitor intelligente corrigirá, com facilidade, os disparates gráficos de "Sancta Cruz de Lacerda", em lugar de "Santa Cruz de la Sierra", e de "Joam cavelica", em vez de "Huan-cavelica", assim como o que vem no parágrafo seguinte, já com

E perguntando-lhe si seria esta a que cá lhe chamamos pedra pomes, me disse que a pedra pomes era uma serraria ou montes que todos os annos arde e arrebenta com a força do incendio, o qual se achava em um lago d'onde acaba o rio Nagú, donde com a cheia vinham pelo rio abaixo, mas que esta pedra que da dita agua se congela servia para edificios e portaes; tambem me disse que pelo grande rio de Xiriguannas ha viboras, que engolem uma besta inteira e que o gentio d'elle lhe fazem guerra com tropas de cavallos; tambem me affirmou que o anno de 1722 com uma innundação se fôra a pique uma ilha chamada Chamayca ("sic") com 200 navios que estavam ao redor d'ella ancorados, e que esta tal ilha era povoada da nação ingleza.

Os cannaviaes em Santa Cruz de Lacerda e nestas povoações duram 60 annos e até aqui onde chegamos duram 20 e 30 annos, cujas cannas são todas umas no cumprimento e grossura, e a calda mui forte que tudo é assucar, como o experimentamos por ver: estas terras dão açá-

um sic de Capistrano: "Chamayca", por "Jamaica". Não deixa de ser curioso o boato, que em 1723 correu pelos sertões castelhanos da América-do-Sul, do desaparecimento da ilha inglesa da America-Central, de mais a mais tida como tragada pelo mar "com 200 navios, que estavam ao redor dela ancorados". Exageros da sempre cálida imaginação espanhola, ainda mesmo quando saturada da doutrina de Santo Ignacio de Lolola... Quanto a "Guamanga", não passa de corruptela fônica de "Huamanga", primitivo nome da actual "Ayacucho". O vice-rei do Perú, ao tempo em que Palheta expedicionou pelo Madeira e pelo Mamoré, era d. frei Diego Morcillo Rubio de Auñón, arcebispo de Charcas, que occupou aquelle cargo desde 26 de janeiro de 1720 até 14 de março de 1724, como se vê na obra "Gobernadores y virreyes del Perú — 1532-1824" (Barcelona, 1909), publicada por Domingos de Vivero e D. J. A. de Lavalle (vol. I, pags. 129-131). Quanto ao minerio, attribuído á agua coalhada e congelada, deve ser a **obsidiana** (feldspato potássico de origem vulcânica), tambem chamada "espelho dos incas".

frão, que é o contracto d'estes Indios, cera branca, pannos acolchoados e bordados que fazem, e ha Indios que têm 100 bestas suas e mui bem ensinadas para vaquejar e 3 a 4 mil cabeças de gado que cada um tem e ha outros Indios que têm muito mais.

Estes Indios de natureza são mui curiosos, tocam muito harpa, orgão, rabecas e cantam missa, são musicos de côro, e varios sabem lêr, e são pintores e com boas acções e melhor sombra, o oleo com que pintam é leite de vaccas, são bordadores imminentissimos, que nos suspenderam admirados ver tres casullas, uma capa de asperge, dalmaticas, estollas e manipulas, bolsas, palas, veu, frontaes, pannos de pulpitos, tudo bordado com as mais galhardas flores e ramos, tudo em sua ordem e tão bem matizado que não é possivel encarecer.

Tambem vimos um tapete muito grande, que estendido do altar mór chegava aos degraus abaixo confronteiro as portas da sacristia, com tão admiraveis labores que enlevavam os olhos.

Do altar mór para cima d'elles, uma estante dourada, um missal com chapadura de prata todo aberto ao buril por matiz e capa de velludo carmezim, um calix dourado, uma patena fatal e as galhetas que teriam um coito de altura, uma salva que serve de prato d'elles e todas estas tres peças de prata dourada, a sacra e o Evangelho de S. João com molduras douradas, seis castiças de prata de boa altura, logo o throno ou camarim dourado por dentro com uma invenção para encerrar, casa boa (?), o retabulo obra miuda, mas inda estava dourado.

O governo d'este povo é na fórmula seguinte: tem dois regedores e estes dois capitães e os capitães têm dois alcaides, e quando quer um d'aquelles indios colher as suas sementeiras ou plantar as suas roças vai á casa do regedor dizer-lhe que tem este ou aquelle trabalho que fazer, este manda ao capitão lhe dê gente e o alcaide os vai

avisar aquella que é necessario para fazer aquelle trabalho e lhe assignam dia certo, no qual não faltam á porta do lavrador, e acabado o trabalho se paga a todos os que ajudaram e assim observam geralmente, por isso todos têm e são ricos; os padres que ali assistem são como vigários d'este povo, e lhes pagam os moradores, fóra as premicias das novidades, e elles não fazem mais que administrar-lhes os sacramentos.

Em tudo que é necessario para a igreja concorre o povo, uns com dinheiro, outros com tapetes, gados, cera branca, arroz, milho, fio, pannos e tudo remetem por correcção á cidade de Santa Cruz de Lacerda, aonde tudo se lhes vende e lhes vem o necessario. Esta povoação tem quatro sinos grandes e dois pequenos, fóra garridas e rodas de campainhas, e são estes indios tributarios a seu rei.

Depois das tres badalladas da madrugada se ajuntam todos á porta da Igreja para ouvirem missa onde resam o rosario de Nossa Senhora com tal devoção que, nomeando o nome de Jesus, dão junctos um ai, batendo no peito: ao levantar da hostia tocam orgão e cantam o "Te Deum laudamus" e no fim da missa tocam charameLLas e com baixões entoam o bemdicto; e acabado cada um vai para o seu trabalho. Ao meio dia nas badalladas rezam de joelhos; de manhã, dizem: "Sanctos dias dê Deus a Vossa Mercê"; á tarde dizem: "Sanctas tardes lhe dê Deus" Pelas 4 da tarde se ajuntam todos assim homens como mulheres, rapazes, raparigas e meninos, ao redor da cruz que está na praça a resar o rosario de Nossa Senhora em voz alta, e tanto que o Padre vê terem acabado os mysterios dolorosos, antes dos gloriosos, se chega e ajoelha com o povo junctamente e offerece; no fim resam o Acto de contrição e ali mesmo resam as trindades; vi neste povo todo o genero de Officios.

Sendo aos 11 do mez de Agosto nos despedimos, porque o nosso Cabo disse aos Padres que lhe não permittia mais o seu regimento que tres dias de hospede, bem contra vontade dos religiosos, que seus desejos mostravam que estivessemos mais alguns dias com elles: antes d'esta despedida havia ordenado o nosso Cabo que todos geralmente se confessassem, pois tornavamos a vir passar as terribilidades e riscos de vida nas cachoeiras: o que todos assim fizeram.

Pelas 3 horas da tarde nos ajunctamos todos na igreja por ordem do Cabo, para depois de orarmos, beijarmos o sancto lenho e alcançarmos a benção papal, que aquelles Padres, com grandes indulgencias, concedem por privilegio particular: o que feito nos despedimos d'aquella boa companhia, que até ao embarcar do Cabo nos estiveram abraçando e pedindo muitos perdões e mostrando-se mais agradecidos á cortezia, urbanidade e tracto do Cabo, pois tão cabalmente se soube haver com elles.

Propoz de novo o nosso Cabo a estes Padres publicamente, recommendando e requerendo da parte do nosso excellentissimo General, em virtude do tractado feito entre os nossos reis e pela conservação dos povos, que lhe assignalava de hoje por diante não passassem para baixo da bocca dos rios Mampuré e Itennis, nem interessassem d'ahi para baixo gentilidade alguma, por estes pertencerem ao serenissimo senhor Rei de Portugal, pois desde 1639 que senhoriava o rio das Amazonas até a laguna onde se achavam os marcos pertencentes á corôa de Portugal e 400 leguas da bocca do rio Madeira até o dito marco como diz o padre Acuña no seu livro Maranhão, e quando excedam, fazendo o contrario do requerimento, que inda Sua Magestade que Deus guarde tinha poderes neste Estado para fazer entregar e repôr tudo o que tocasse a seus dominios e senhorios; e com estas mesmas clausulas

fariamos de nossa parte, o que ouvido pelos ditos Padres prometteram cumprir e guardar tudo acima requerido.

D'esta povoação partimos buscando o rumo do norte e gastamos rio abaixo dois dias e duas noites ás boccas dos ditos rios consignados, e no dia seguinte emboccamos o rio Itennis. Este corre de leste a oeste, aonde faz o seu apartamento, e vai caminhando para as grandes povoações dos Baures e Moxos. Seguimos este rio 6 dias acima e demos nos curraes da criação de infinito gado e bestas; e fallamos com indios da nação Itennis, pertencente á povoação de São Miguel; disse o Cabo lhe não permitia o seu regimento a que se estendesse mais, d'onde fizemos a volta para baixo; e vespera de S. Bartholomeu levantamos ferro já de rota batida, deixando aquelles deliciosos ares e climas mui differentes e terra tão abundante de toda a criação e plantas ferteis e campos apraziveis.

Chegamos a paragem dos nossos enviados indios da chamada do Principal Capejú a 25 de Agosto, e avistamos que no meio do rio nos vinham a encontrar 3 Tapuyos em uma limitada casca de pau; chegaram á galeota do Cabo, a quem disseram que ali estavam promptos como se lhe tinha mandado, e que suas vontades era serem compadres e amigos dos brancos com a lealdade de vassallos á corôa de Portugal; estimou muito o Cabo esta resolução para a mudança de vida e sujeição ao gremio da igreja, fazendo serviço a Deus e a Sua Magestade que Deus guarde.

Decidiram todos se queriam baptizar, ao que o nosso Cabo lhes disse, aprendessem primeiro a doutrina christã, para o que lhes deixava um indio catechista; isso sim, se baptizaram os filhos menores por serem crianças, e o mesmo Sargento Mór que é o dito nosso Cabo e o Capitão foram padrinhos daquelles innocentes.

Este gentio fica descido e domestico e são da nação Cavaripunnas, e dois dias que estivemos na sua aposentadoria, sitio que o Cabo lhes consignou para aldea, só a dormir se apartavam de nós, satisfazião-se olhando para nós e vendo o nosso tracto; ás tardes, quando rezavamos as ladainhas de Nossa Senhora (que temos por devoção), se ajunctava toda aquella familia e nos rodeavam de joelhos até acabarmos de rezar, porque o que vêm fazer, fazem. O indio a quem o Cabo encarregou lhes ensinasse a doutrina se chama Manuel Camacho, o qual é de boas practicas e muito fiel aos brancos, a quem deixamos com este gentio e com ferramentas bastantes para ensinar tambem a fazer roças e plantar, na fôrma dos indios de baixo e em toda a America se practica.

Tambem fica practicado para se descirem os da nação Apamás e Amairís, cujas povoações são cunhameñas desta nação Cavaripunnas, e agora já estarão junctos e descidos, para roçarem sobre o rio, que são confinantes umas ás outras, a quem tambem o nosso Cabo mandou dar ferramentas e outros mimos.

Chegamos ao nosso arraial em 8 de setembro com feliz successo, sem nos adoecer ninguem da companhia, nem nos morrer nenhum, graças ao bemdicto Deus e á sua Santissima Mãe N. S. do Carmo, é certo que com grandes perdas pelas alagações que tivemos como fica dito.

Vinte e tres cachoeiras se contam no rio da Madeira, das quaes dez se não podem passar, por nenhum meio, porque são impossiveis, e as passamos cortando pontas de terra em secco, cujos caminhos ficam feitos para quem vier atraz.

Neste nosso arraial achamos a falta de tres soldados volantes ou aventureiros, que trouxemos na companhia, os

quaes desertaram atraz de nós, e finalmente chegamos a esta cidade em setembro de 1723" (*).

O MOTIVO DA EXPEDIÇÃO

O motivo que levou João da Maia da Gama a armar essa expedição, que, sob pretexto de descobrimento

(*) Dessa expedição de Palheta apenas se ocuparam, em minguadas linhas, A. L. Monteiro Baena, no seu "Ensaló corográfico sobre a provincia do Pará" (Belém, 1839), à pag. 517, e J. S. da Fonseca, em sua já citada "Viagem ao redor do Brasil — 1875-1878", vol. II, pag. 274. Menciona o primeiro uma incursão anterior, simples batida aos índios turás, realizada pelo capitão-mór do Pará, João de Barros da Guerra, que em 1716 galgou o Madeira até á "ribanceira vermelha acima do lago Manicoré" e distante "70 leguas da embocadura do Madeira", e assim relata a entrada de Palheta pelo mesmo rio:

"A primeira expedição, que consta se fizesse a explorar este rio, foi a de Francisco de Mello Palheta, mandado em 1723 pelo General Governador do Pará João da Maia da Gama, por haver tido noticia de alguns Contratadores de Genticos do Madeira que acima das suas cachoeiras havião habitações de gente Europea, sem se saber ao certo se de Portuguezes ou Hespanhões. O dito explorador, acompanhado de uma tropa, navegando a parte superior das cachoeiras, encontrou perto da foz do Mamoré uma canoa de Índios Castelhanos governada por um Místico: este o guiou á Aldea da Exaltação de Santa Cruz das Cajubabas, sita na margem occidental do Mamoré, entre os rios Iruiname e Manique: na qual fallou com os Missionarios, e regressou ao Pará, onde, dando noticia do que achou, nada disse do Beny, que havia de encontrar entre as cachoeiras, nem do Guaporé, que, tanto na entrada como na sahida do Mamoré, não podia deixar de vêr".

O segundo, certamente influenciado pelos enganos de Baena (que no seu caótico trabalho nem sempre se preocupou com o exame potamográfico da região a que aludia, como é o caso da sobredita redução, a qual, desde que foi fundada, fica entre os rios Exaltación e Yacuma, conforme os mapas bolivianos), chega a duvidar da realidade da expedição de 1722-1723, ante a estranheza de que o comandante dela, "de volta

do rio Madeira e das suas nascentes, ia realmente em busca de novos caminhos fluviais que facilitassem as comunicações entre o Pará e as possessões espanholas do Perú (ainda não existia a Bolívia, formada depois por Simón Bolívar em terras do alto Perú), cujas inexgotáveis minas de prata eram, a esse tempo, causa de não pequena inveja da metrópole portuguesa, — não o explanou Capistrano de Abreu, nem serei eu quem o revele com irretorquível certeza. Parece-me, contudo, que a via-

ao Pará, nada dissesse sobre o Bêni e o Guaporé, que, tanto na ida, como na descida, não podiam passar-lhe despercebidos' Ora, se a alegação é procedente em relação àquele caudal, não o é no tocante à última. Quanto ao Guaporé, acha-se citado muitas vezes no relato da expedição, com o nome castelhano de Itênes, que ainda hoje lhe é dado pelos bolivianos; e pelo Mamoré subiram Palheta e os seus companheiros, durante seis dias de navegação, até perto da aldeia de São Miguel, o que importa dizer que lhe cortaram as águas por mais de 100 kilómetros; e, quanto ao Bêni, é muito provável que Palheta nem sequer o tenha visto, porque, para evitar a cachoeira "Madeira", que lhe fica junto à foz, consumiu quatro dias (de 9 a 12 de julho) na passagem, até entrar no Mamoré, e, avistando logo adiante a embocadura do Yata, talvez presumisse fosse tudo aquillo um "paraná", comum naqueles rincões.

Do que escreveram Baena e J. S. da Fonseca, deduz-se que nenhum deles leu o relatório da entrada de 1722-1723, o qual, não obstante certos dispautes que encerra, particularmente no que concerne às informações colhidas os ad os dos missionários espanhóis, é, em tudo mais, verosímil e verídico. Palheta contribuiu, em parte, com o seu depoimento pessoal, para confirmar a notícia escrita por um dos seus companheiros daquela expedição, — como se pôde ver da petição que dirigiu a d. João V em 1733 (documento que adiante vai integralmente reproduzido no texto). Acredito, porém, que em tal peça houve um erro do copista, que pôs "Cidade de Santa Cruz" onde devera estar "Aldeia de Santa Cruz", equívoco de patente gravidade, porque, no primeiro caso, permitiria supor-se, pela própria asserção do comandante da entrada, tivesse chegado esta até Santa-Cruz-de-la-Sierra.

gem de Palheta deve ter sido determinada por duas ordens régias, datadas ambas de 25 de março de 1722 ("Anais da Bibl. e Arq. Públ. do Pará", 1902, t. I, pags. 196-197) e expedidas por d. João V ao referido governador, que as trouxe consigo de Lisbôa, visto como só se empossou do cargo a 19 de julho do dito ano, e envidou logo os melhores esforços para cumpri-las. A primeira referia-se á probabilidade de haver prata em algumas serras do sertão dos dominios portugueses no Brasil; e a segunda ás vantagens de abrir-se comercio com os castelhanos de Quito, pois por esse meio se poderia tirar "alguma prata", o que redundaria em beneficio do Estado do Maranhão e do próprio reino metropolitano. Pelo contexto delas, verifica-se que resultaram de representações de João da Maia da Gama. E' provavel tambem que, resolvendo fazer seguir Francisco de Melo Palheta pela via do Madeira, que não pela bem conhecida do Amazonas, que o referido militar já cursara com a recondução do padre Samuel Fritz, cogitasse o governador do Estado do Maranhão de verificar se por ali poderiam ser estabelecidas comunicações com as regiões auríferas de Goiás e Mato-Grosso, cuja fama, por certo, já deveria ter chegado a Belém-do-Pará. Um aventureiro, português nato, Manuel Felix de Lima, foi quem, em 1742-1743, saindo, com o seu pequeno bando, do *far-west* brasileiro, atingiu, por varias correntes flúvias, entre as quais a do Madeira, á capital paraense. Celebrou Southey (ob. cit., t. V. pags. 398-448) essa façanha do lusitano (mercê do manuscrito deste, que o historiador inglês leu e aproveitou) e ao mesmo atribuiu a primacialidade no descobrimento do grande rio, isso porque não viu o documento acima transcrito, pelo qual semelhante gloria cabe a Francisco de Melo Palheta. Mais tarde, sobretudo logo depois da aventureira viagem de Manuel Felix de Lima, foi que se preocupou o governo da me-

trópole, a instancias dos seus representantes no Estado do Maranhão, com o tráfego comercial entre este e as terras, opulentas de ouro, de Goiás e Mato-Grosso, já erigidas em capitánias desde 1744 e 1748, permitindo-lhes as comunicações “sómente pelo rio da Madeira e Guaporé, e não por algum outro” conforme a ordem régia de 14 de novembro de 1752 (v. “Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.” t. 90, 1925, pag. 172).

A NECESSIDADE DE UMA BIOGRAFIA DO INTRODUTOR DO CAFÉ NO BRASIL

Como bem ponderou Capistrano de Abreu, nas poucas linhas com que lhe explicou a origem e a importancia, não se sabe quem escreveu esse relatório, “e não é fácil concluir do contexto” E acrescentou: — “E”, porém, evidente, que era pessoa de poucas habilitações literarias, pois são muitos os erros e a ortografia é extraordinariamente caprichosa”

Antes de concluir as suas observações com o voto de que — “fôra muito para desejar que se achassem outros documentos sobre esta e outras bandeiras de Palheta, que tornem afinal possível escrever a biografia do introdutor do café no Brasil”, fizera o doutíssimo investigador e luminar das nossas tradições uma afirmação digna de reparo e é a seguinte: — “Não era esta a primeira expedição em que tomara parte: estivera no rio Tapajós e provavelmente no Cuiabá, cujas minas já descobrira Pascoal Moreira Cabral, com seus companheiros”.

Capistrano não se arrojava a asserções sem fundamento. A primeira parte da sua proposição é verdadeira, porquanto Palheta fizera parte da escolta que, com encargo político clandestino, reconduzira o padre Samuel Fritz ás terras missionarias espanholas da provincia de

Quito. Mas do documento acima reproduzido não se pôde deduzir que estivera ele no rio Tapajós. Insinúa ainda o insigne historiador, embora dubitativamente, que o soldado paraense chegara ao arraial aurífero fundado pelos paulistas em Mato-Grosso. Que impreenchível falta a do egregio pesquisador, o qual, se fôra vivo, com certeza diria onde colhera os motivos de tal suposição.

Rodolfo Garcia tambem faz referencia a essa viagem de Palheta, numa das suas substanciosas monografias insertas no "Dicionario histórico, geografico e etnográfico do Brasil" (vol. I, pag. 369).

ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS

Para que se compreenda claramente a missão de Francisco de Melo Palheta á Guiana em 1727, — da qual resultou a introdução do cafeeiro no Brasil, — é mistér uma rápida sinopse dos acontecimentos históricos que a determinaram.

Ocuparam os franceses, pela primeira vez, terras de Caiena, tomando-as aos castelhanos, em 1635; mas foram dali expulsos, anos depois, pelos holandeses, que se apoderaram da região do Surinam em 1667. Colbert, que parecia nutrir aspirações gigantescas para a sua patria com relação á América-do-Sul, fez explorar clandestinamente o *hinterland* da Guiana, em 1674, por dois jesuitas (Gillet e Bechamel), e, á vista das fascinantes informações desses seus emissarios tonsurados, resolveu conquistar definitivamente Caiena, — o que foi realizado a 31 de dezembro de 1676 pela forte armada do vice-almirante Jean d'Estrées (v. Léon Guérin, "Histoire maritime de France", 1851, t. III, pags. 300-304).

Apesar de haver a metrópole procurado assegurar o seu dominio sobre a Guiana brasileira, transformada a 14 de junho de 1636 em capitania do Cabo-do-Norte,

que foi doada por Filipe IV a Bento Maciel Parente, — cogitaram sempre os franceses, após a vitoria da expedição d'Estrées, de estender a sua posse até á margem do Amazonas. Missionarios e aventureiros, vindos de Caiena, fizeram por ali muitas incursões, até que o governador daquela colonia franceza, o marquês de Ferroles, tentando pôr em execução os planos de Colbert, se apoderou, em maio de 1687, dos fortes portuguezes de Araguaí, Toerê, Desterro e Macapá, arrasando os três primeiros e conservando o último. Apressou-se o governador do Estado do Maranhão, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, a expedir contra os invasores uma força militar, a qual retomou Macapá a 28 de junho daquele mesmo ano.

Pedro II, rei de Portugal, talvez deslumbrado pelo "roi-soleil" ainda fazia do berço de Afonso Henriques um satélite da politica da França. Por isso, não hesitou em celebrar com Luiz XIV o tratado provisional de 4 de março de 1700, pelo qual se obrigava a evacuar e demolir os fortes construidos pelos portuguezes á margem aquilunar do Amazonas, desde o cabo do Norte ao rio Oiapoc ou de Vicente-Pinzón. E esse pacto foi ainda renovado pelo art. XV do tratado de aliança, que os mesmos soberanos realizaram a 18 de julho de 1701 (v. Carlos Calvo, "Colección completa de los tratados." 1862, t. II, pag. 43).

Mas a guerra de sucessão de Espanha, — que havia de encher no mundo ocidental todo o começo do século XVIII, — trouxe no bojo grandes surpresas. Não foi a menor delas a conquista de Portugal, feita pela habilidade da politica inglesa. E o mesmo Pedro II, — para quem já as convenções diplomáticas não passavam de farrapos de papel, — celebrou com a Inglaterra o tratado de 1703, denominado tratado de "Methuen" (do nome do embaixador britânico John Methuen), pelo qual

repudiou a aliança francesa, entregando Portugal de pés e mãos amarrados á poderosa Albion. E' verdade, contudo, que a paz de Utrecht foi duplamente favoravel á nossa metrópole ibérica, quanto ás pretensões da França e da Espanha sobre terras do Brasil. Pelo tratado de 11 de abril de 1713, assinado pelo marquês d'Huxelles e Nicolas Mesnager, representantes de Luiz XIV, e pelo conde Tarouca e d. Luiz da Cunha (*), plenipotenciarios de d. João V, desistiu a França (art. 8.º) "de tous droits et prétentions qu'elle peut et pourra prétendre sur la propriété des terres appelées du "Cap du Nord" et situées entre la rivière des Amazones et celle du "Yapoc" ou de "Vincent Pinzon" sans se réserver ou retenir aucune portion des dites terres, afin qu'elles soient désormais possédées par Sa Majesté Portugaise, ses hoirs, successeurs et héritiers, avec tous les droits de souveraineté, d'absolue puissance et d'entier domaine, comme faisant parties de ses États, et qu'elles luy demeurent à perpétuité; sans que sa dite Majesté Portugaise, ses hoirs, successeurs et héritiers, puissent jamais estre troublés dans la dite possession par Sa Majesté T. C., ny par ses hoirs, successeurs et héritiers" Esse solene pacto foi ratificado pela França a 18 de abril e por Portugal a 9 de maio do mesmo ano de 1713. E pelo tratado de paz e amizade, firmado tambem em Utrecht a 6 de fevereiro de 1715, entre Portugal e a Espanha (os embaixadores de d. João V foram os mesmos do ajuste com a França e o de Filipe V foi o duque de Osuna), pu-

(*) O nosso historiador Antonio Ladislau Monteiro Baena, em seu "Discurso ou memoria sobre a intrusão dos franceses de Caiena nas terras do Cabo-do-Norte, em 1836" (Maranhão, 1846), á pag. 5, certo por inadvertencia, introduziu entre os lusos mais um plenipotenciario, "João Gomes da Silva", quando este é o mesmo "Conde de Tarouca"

zeram os dois Estados ibéricos termo á questão da Colônia-do-Sacramento, entregue com o seu territorio (arts. 6.º e 7.º) á plena soberania lusitana.

Ao sul e ao norte, não obstante o rigor desses convenios, não tardaram a surgir novos motivos de atrito entre as nações que os haviam celebrado. No sul, não pôde Portugal impedir a occupação, fortificação e povoamento do porto de Montevidéo, em fins do ano de 1723, o que deu causa, afinal, a não termos hoje como fronteira a natural do rio da Prata; e continuavam no setentrião os franceses de Caiena a entranhar-se, subrepticamente, pelas terras da capitania do Cabo-do-Norte. Ao tempo do governo de Bernardo Pereira de Berredo (1718-1722), tentaram commerciar e resgatar índios no territorio amazônico, o que consta de resolução régia de 3 de janeiro de 1721 (“Consultas do Conselho Ultramarino”). Em 1723, já sendo governador João da Maia da Gama, incitaram contra os portuguezes do Pará aos selvagens *aruãs*, que atacaram a aldêia de Moribira. E em 1724 arribou a Belém um navio vindo de Caiena, com o velado intuito de mercancia.

João da Maia da Gama exerceu a maior vigilancia, no sentido de serem cumpridas as cláusulas do tratado de Utrecht. Além das guarnições dos presidios do Cabo-do-Norte, que defendiam a fronteira contra as invasões dos franceses de Caiena, todos os anos fez correr o litoral, desde a foz do Amazonas até ao rio Oiapoc, por uma esquadilha de canôas armadas.

Tendo comandado, em 1723, uma dessas expedições da flotilha guarda-costa o capitão João Pais do Amaral, — este, ao regressar da mesma, deu parte ao governador que vira no cume da montanha d'Argent, situada a oéste do cabo de Orange, um padrão com armas portuguezas. Existem, sobre isso, dois preciosos documentos. O primeiro, datado de 12 de maio de 1723, é uma

copia contemporânea do que foi remetido do Pará para Lisboa (onde não mais se encontra) e pertence á nossa Biblioteca Nacional (v. "Catálogo da Exposição de História do Brasil", 1881, vol. I, pag. 72, n. 750): — "Roteiro da Costa de Araguay the o Rio de Vicente Pinson plo. nome da terra Guaiapoco que mandou fazer o Cappam. Gl. do Estado João da Maya da Gama indo o do. Cappam. Commandante a reconhecer a parage honde estavam os Marcos das terras de Portugal etc." O outro é uma justificação judicial sobre o mesmo assunto, feita por ordem do governador João da Maia da Gama e processada a 19 de julho do mesmo ano (ms. da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cod. CCLXVIII, 17-56), e tem por título: — "Auttos Civeis de justificação sobre as terras do Cabo do Norte, e marcos que no Rio de Vicente Pinson chamado Yapoco se acharão que dividem os dominios de Sua Magestade que Deus goarde, dos da Corôa da França, e o mais que na dita Justificação se declara".

Esse padrão da montanha d'Argent era de pedra, na qual se lavrou "um grande quadro de largura". Nele, conforme os referidos documentos, viam-se, de um lado, "as cinco Chagas ou Reaes quinas", e, do outro lado, "huns castellos com hum Leão". Foi posto ali, como é de acreditar-se, por Bento Maciel Parente, em 1639. Entretanto, atribuíram-no os franceses (Dr. Arthur, "Histoire des colonies françaises de la Guyane" ms., pag. 414; De Milhau, "Histoire de l'Isle de Cayenne et Province de Guyane", ms. de 1823, t. I, pags. 71-73; Pierre Barrère, "Nouvelle relation de la France Equinoxiale" Paris, 1743, pag. 28-29; e Bellin, "Description géographique de la Guyane Française" Paris, 1763, pag. 22), não áquella data, nem ao donatario da capitania do Cabo-do-Norte, mas á expedição de João Pais do Amaral. E, pelo que referem os dois primeiros dos citados autores,

foi em 1726 derribado o dito padrão e lançado ao mar por ordem do governador da Guiana Francesa, conde d'Orvilliers, o qual, em carta de 12 de agosto do mesmo ano, dirigida a João da Maia da Gama, também atribuiu a ereção do marco a João Pais do Amaral.

Quem desejar esclarecimentos mais minuciosos sobre essa questão, encontrá-los-á nos documentos, acompanhados de valiosas notas, que o barão do Rio-Branco inseriu no seu inestimável trabalho "Frontières entre le Brésil et la Guyanne Française — Second mémoire" (Berne, 1889), t. III, pags. 41-86, e t. IV, pags. 189-254.

A balisa de pedra com as armas portuguesas, — já então no fundo do Atlântico, — é que ia levar á Guiana Francesa o homem destinado por fados propícios a trazer de lá o café para o Brasil. Não tardou, com efeito, a chegar ao conhecimento de João da Maia da Gama o boato de que fôra consumido o padrão, ao qual não podia deixar o governador lusitano de ligar a devida importancia, porquanto o mesmo fôra tanchado no pico de um monte sito próximo á foz do Oiapoc ou rio de Vicente-Pinzón, dado ali como linde entre as corôas de França e Portugal, *ex-vi* do art. 8.º do tratado de Utrecht.

AS INSTRUÇÕES DA EXPEDIÇÃO DE 1727

Fez ele, portanto, aprestar uma expedição, cujo comando confiou ao sargento-mór e cabo da tropa da bandeira de 1722-1723, a qual, como se viu do respectivo relato anônimo, fôra também motivada pelo tratado de Utrecht, na parte em que dispunha este sobre as fronteiras entre Portugal e Espanha, no Novo-Mundo, e já tendia a assegurar as vantagens, que depois iam resultar para a corôa lusitana, do tratado de Madrid (1750), cujo

verdadeiro autor foi Alexandre de Gusmão. Complexo e arduo era o encargo de que ia desempenhar-se Francisco de Melo Palheta, na vizinha possessão francesa. Como tinha que comandar uma flotilha, com equipagem e guarnição, ao posto de sargento-mór aliou o de capitão da guarda-costa, por expressa nomeação, emanada do governador, que lhe deu por escrito instruções (ms. n.º 1.052 da Biblioteca Nacional de Lisbôa, Arquivo do Conselho Ultramarino), que, apesar de incompletas em pontos secundarios, transcrevo da citada obra do barão do Rio-Branco (t. IV. pags. 229-235), suprimindo as notas deste, algumas das quais, entretanto, aproveitarei para esclarecimentos imprescindiveis.

Têm elas a data de 20 de fevereiro de 1727 e são as seguintes:

“REGIMENTO QUE HA DE GUARDAR O SARGENTO-MÓR FRANCISCO DE MELLO PALHETA

“João da Maya da Gama, do Conselho de Sua Magestade, que Deus guarde, Governador e Capitam General do Estado do Maranhão, etc.

Porquanto Sua Magestade, que Deus guarde, he servido que todos os annos sigam algumas canôas armadas em guerra a correr a costa do Norte para saber e evitar que os Francezes passem as terras dos dominios de Sua Magestade, que Deus guarde, a commerciar ou resgatar Indios, e ultimamente manda expressamente guardar e defender os seus dominios que são na boca do rio Vicente Pinçon, chamado Japoco para esta parte, no qual rio, da parte de lá, se achão os marcos que dividem os dominios d’El Rey Nosso Senhor dos da Co-

rôa de França, a qual se deu todo o direyto que podia ter a elles, como consta do Tratado da Paz, concluido em Utreque a 11 de abril de 1713; e ás obrigações de execução das Reaes Ordens acresceu a necessidade de castigar os Indios Aroans que cometerão os delitos de assaltarem as Aldeyas dos Indios Vassallos de Sua Magestade, donde levarão muitos prizioneiros, matando outros; e justamente pelas noticias que aqui correrão de que os Francezes tirarão ou pretendião tirar os ditos Marcos e fazer fortalezas ou fortificações na boca do dito rio ou nos dominios de Sua Magestade, e outros dizem que nas terras que lhe pertencem do rio de Vicente Pinçon para lá, o que necessita de averiguação para se lhes impedir que não passem do dito rio para cá, nem excedam o que está determinado no referido Tratado; e tambem pela noticia de entrarem pelo rio das Amazonas, em seguimento de huns seus escravos que fugirão para esta parte; para averiguação e execução das Reaes Ordens se necessita de Cabo de resolução, valor, experiencia e capacidade, e que seja pratico em toda aquella costa.

Hey por bem de nomear por cabo commandante da dita expedição o Sargento-Mór Francisco de Mello Palheta, Capitam de guarda-costa, por concorrerem nelle todas as razões, circumstancias e prerogativas referidas e necessarias para a dita empresa, com que tem mostrado em todas que se lhe tem encarregado, e por esperar delle cumprirá tudo com as suas obrigações, guardando em tudo este regimento e capitulos seguintes.

CAPITULO 1.º

Antes de sahir da cidade, ou na primeira Aldeya que tomar, fará por ter propicia e favoravel a Magestade Divina, para que o encaminhe na direcção, governo e disposição da dita tropa, o que conseguirá confessando-se e fa-

zendo confessar a todos os seus subditos verdadeiramente contritos e arrependidos de todas as offensas cometidas contra a mesma Divina Magestade, e assim mais toda a gente da sua conserva e aos mesmos Indios remeiros e cavalleiros; e com esta disposição feita, como deve ser, lhe prometto todo bom successo; e tambem, para o conseguir, não consentirá que os seus officiaes e soldados tenham inimizades huns com os outros, nem digão blasfemias, jurarem, ou roguem pragas; e evite todo o genero de pecado, fazendo muito pelos conservar em boa paz e quietação e temor de Deus.

CAPITULO 2.º

Sahindo desta cidade com as quatro canôas que estão preparadas, irá buscar o Tajapurú para sahir a outra parte da ilha de Juannes, a buscar o sitio em que está fazendo Aldeya ou ajuntando gente para ella o reverendo Padre Missionario Frei Bernardino, da Provincia de Santo Antonio, para o tomar e levar consigo, por ser o Missionario que está nomeado para ir nesta tropa, e se informará do dito Padre, pedindo-lhe as noticias que tiver do rebelde Guiamã e dos seus vassallos, companheiros e associados que assaltarão os Tupinambases, e tambem saberá da nação dos Maxiannas, que assaltarão a Aldeya de Arapijó, e com o dito Padre consultará se ha de entrar logo a castigalos ou se ha de fazer a viagem primeiro ao rio de Vicente Pinçon, a que precisamente deve ir.

CAPITULO 3.º

Consultará tambem com o dito Padre se convém ir buscar o Padre Frei João, commissario da Conceição que está na ilha defronte do Macapá, situando os Aroans, para se tomar noticia dos ditos rebeldes e seus *cunhamenas*

e associados, ou se será melhor ir fazer primeiro a viagem e na volta tirar então as referidas noticias e, consultando e ponderando todo o referido, escolherá o que entender mais conveniente para a segurança da empresa conforme as noticias que acharem, que, pelas que tenho, me parece deve primeiro fazer a viagem ao rio de Vicente Pinçon.

CAPITULO 4.º

Porém antes de o fazer, procurará saber se andão Francezes para dentro do rio das Amazonas, e, achando que sim, os buscará logo e os trará a esta cidade á minha ordem, averiguando com todo cuidado se andavão fazendo negocio ou praticando os indios da nossa jurisdicção, por lhes ser prohibido pelo Tratado de Utreque em que se declarou que do rio de Vicente Pinçon para o rio das Amazonas, e todas as suas margens, pertencião á Corôa de Portugal, cedendo El Rey Christianissimo Luiz XIV todo o direito que podia ter ás terras do Cabo do Norte desde o rio de Vicente Pinçon, chamado Japoco, para esta parte, ficando livre a El Rey Nosso Senhor, o muito alto e poderoso Rey o Senhor DOM JOÃO V. e aos seus vassallos, a posse e dominio de todas as ditas terras desde o dito rio de Vicente Pinçon, ou Japoco, que he o mesmo, para esta parte, como está declarado no Artigo 8.º do Tratado de Paz concluido em Utreque entre Sua Magestade, que Deus guarde, e El Rey Christianissimo; e em virtude do dito Artigo se declarou no Artigo 9.º que Sua Magestade, que Deus guarde, poderia reedificar os fortes de Araguay e Camaú ou Macapá e os mais que forão demolidos em execução do Tratado Provisional feito em Lisboa a 4 de Março de 1700, o qual Tratado ficou de nenhum vigor pelo ultimo Tratado de Utreque, de 11 de Mayo de 1713, como se declara no dito Artigo 9.º delle, em virtude do qual fica livre a Sua Magestade le-

vantar de novo nas ditas terras os mais fortes que lhe parecer, e provel-os de todo o necessario para defenza das ditas terras desde o rio de Vicente Pinçon athé o das Amazonas.

CAPITULO 5.º

Tratado com a largueza e individuação referida tudo o que toca á posse e dominio que Sua Magestade, que Deus guarde, tem nas terras do dito rio de Vicente Pinçon para esta parte. . .

CAPITULO 6.º

Não achando noticia de que os Francezes estejam no rio das Amazonas ou para esta parte, irá buscar o sitio da fortaleza de Macapá e dahy proseguirá viagem para Araguay e mais igarapés do Cabo do Norte, e, passado elle, buscará o rio de Vicente Pinçon, entrando, se lhe parecer, á ida ou á volta, no rio Guanani e no Caxipurú, que fica antes do rio de Vicente Pinçon, tendo muito cuidado de se livrar da pororóca e dos baixos e correntezas de todas as pontas e terras do Cabo do Norte, e antes e depois d'elle, por haver muitos baixos.

CAPITULO 7.º

Para que mais seguramente possa saber a derrota que ha de seguir e os igarapés e canaes aonde ha agua doce e gentio, principalmente no igarapé chamado Vayroco, e aonde ha muito gentio de nação Aricurazes para os praticar, lhe darey, com este Regimento, hum Roteiro da Costa, de Araguari athé o rio de Vicente Pinçon, que por

minha ordem tirou o capitão João Paes (*), e em todas as partes averiguará se os Francezes, contra o que se estipulou no capitulo 12 do Tratado de Utreque, entrão e negociação em todas estas terras do rio de Vicente Pinçon para cá, a qual diligencia e averiguação fará á ida e á volta, como fica declarado nos capitulos antecedentes.

CAPITULO 8.º

Entrando no rio de Vicente Pinçon, chamado Japoco, aonde estão os Marcos, os examinará novamente, averiguando se os picarão para que se não vejam, por estarem abertos na mesma rocha no alto do monte que fica á mão direita entrando no dito rio: e aqui, no mesmo rio, se deixará estar, com toda a sua esquadra, e emquanto manda a Cayane, averiguará se ha gentio perto do dito rio e tirará todas as noticias que poder, sabendo se os francezes tem nelle povoação.

CAPITULO 9.º

Deste rio de Vicente Pinçon despedirá hum cabo ou soldado de experiencia, na canoinha mais pequena que levar, com indios seguros. só quero que desembarque o cabo que leva a carta

CAPITULO 10.º

O dito cabo que ha de levar a carta poderá ser o Capitão João da Matta, se embarcar nesta occasião, ou o Capitão reformado Joseph Mendes. . . (**).

(*) E' o capitão João Pais do Amaral, comandante da expedição de 1723, e a quem já fiz referencia por linhas atrás

(**) Graças ao excelente trabalho do illustre sr. Teodoro Braga, "Comemoração do 2.º centenario da plantação do primeiro cafeeiro no Brasil" (São Paulo, Tip. Julio Costa & C.,

CAPITULO 11.º

Recolhido o official que for a Cayane, sahirá o cabo do rio de Vicente Pinçon fazendo as diligencias declaradas nos Capitulos acima, quando as não tenha feito quando fôr para cima.....

CAPITULO 30.º

Os Reverendos Padres de Santo Antonio nas cabeceiras do Rio Araguari, pelo matto dentro, têm praticado

12 de outubro de 1927), — publicação da Câmara Portuguesa de Comercio de São Paulo, — podemos preencher as lacunas dos arts. 9.º e 10.º, por ele reproduzidos integralmente do original que copiou no Arquivo Público do Pará. Eis os ditos capítulos, "ipsis verbis et literis":

"CAPITULO 9.º

Deste Rio de Vicente Pinçon despedirá um cabo ou soldado de experiencia na canoinha mais piquena que levar com indios seguros que não fiquem lá, nem fujão nem se deixem praticar, e ao despedir da canoa a examinará, "para que não leve cousa alguma pequena ou grande para trato ou comercio ou negocio com os francezes" e o recommendará ao tal cabo com pena de ser castigado severamente, e o d.º cabo não levará comsigo mais que um ou dois soldados um p.º ficar na canoa tendo cuidado dos indios sem desembarcar, "porque só quero que desembarque o cabo que levar a carta" e pedir logo a resposta e com ella se recolher, o que tudo recommendará de palavra ao d.º Cabo, que por escripto só lhe dará ordem que vá levar mñha carta ao Governador de Cayena p.º. que lhe sirva de passaporte,

CAPITULO 10.º

O ditto Cabo que hade levar a Carta poderá ser o Cappm. João da Matta se embarcar nesta occasião ou o Cappm. reformado Joseph Mendes e a qualquer delles que fôr recommendará que por toda a costa de Vicente Pinçon p.º lá examine toda fortificação ou Povoação que os francezes fizerem

varios gentios que têm parentes no Igarapé, os quaes são de nação Caithevaras, Arimoguaras e Ariquinhas, e se lhes dará toda a ajuda, e não consentirá que outra alguma pessoa lhes perturbe o dito descimento.

de novo de Caiena the o rio de Vicente Pinçon vendo e observando com cautela com pretexto de não saber a costa e querer tirar noticias para seguir viagem a Caiena e levar as das cartas e em tudo procederá com todo cuidado e vigilancia, "se acauzo entrar em quintal ou jardim ou Rossa ahonde houver Caffee com pretexto de provar alguma fructa, verá se pode esconder algum par de graons com todo o disfarce e com toda a cautella" e recomendará ao d.º cabo que volte com toda a brevide. e "que não thome couza nenhuma fiada aos franceses nem trate com elles negocio"

Havendo já uma provisão régia, de 8 de janeiro de 1721, que vedava aos colonos do Brasil o commercio com os franceses da Guiana (a que se juntou, depois, o bando de Claude d'Orvilliers, prohibindo aos caienenses vendessem aos luso-americanos café capaz de nascer), — nada mais curial fosse:m tão precisas as instruções e severas as ordens, expedidas por João da Maia da Gama a Francisco de Melo Palheta, quanto áquele ponto. Mas, — prevendo as vantagens da introdução da rubiaceae no Brasil, aquele próprio governador do Estado do Maranhão aconselhou ao cabo da expedição pura e simplesmente o furto de "algum par de graons" de café. Não se póde censurá-lo por esse proceder, — que de outro modo seria grave mácula na fé-de-officio do dito capitão-general, — desde que se tenha em vista que, já naquele tempo, era corrente na tradição oral portuguesa o adagio popular: "Quem furta a ladrão, tem cem anos de perdão"... João da Maia da Gama até bem merece, em vez de cem, duzentos anos de completo indulto, tanto mais quanto Francisco de Melo Palheta não subtraiu criminosamente, mas comprou legitimamente (apenas violando a citada provisão régia de 1721) as cinco mudas e mil e tantas sementes da preciosa planta, que havia de tornar-se o "*Brasiliae fulcrum*", na bela expressão de Afonso Taunay.

CAPITULO 32.º

E porque não se podem prever todos os successos, obrará em qualquer que se lhe offerecer com prudencia, madureza e conselho, e tomará a resolução que achar mais conveniente ao serviço de Deus e de Sua Magestade e praticará aos officiaes e soldados que na occasião da guerra procedam de sorte que acreditem a nação e reputação das Armas, e que aquelle que se assignalar se ha de attender muito ao que obrar; e fio que em todas estas couzas e em todo o contheudo neste Regimento obre com aquella grande prudencia, madureza, valor e zello com que ha tantos annos serve a Sua Magestade, em cuja real presença porey tudo o que obrar nesta occasião para que o dito Senhor premeye o serviço e merecimento com que ha tantos annos se emprega no dito Real Serviço.

Bellem do Pará, 20 de Fevereiro de 1727.

João da Maya da Gama”

AS VISTORIAS EFETUADAS NOS MARCOS DA MONTANHA D'ARGENT

Como se infere desse documento e de outro que será transcrito mais adeante, seguiram, sob as ordens de Palheta, o capitão reformado José Mendes Simplicio, o ajudante Francisco Xavier Botero e o sargento João Freire de Carvalho, tendo ido como capelão o missionario capuchinho fr. Bernardino de Santa-Teresa, referido no cap. 2.º. Além das quatro canôas, a que se refere o cap. 2.º do “Regimento”, e que, na realidade, eram chalupas, cada uma das quaes podia transportar de 30 a 50 homens, juntaram-se á flotilha mais cinco pirogas. Conforme relata o barão do Rio-Branco (ob. cit., vol. III, pag. 103), sabe-

se, por uma carta de Lefebvre d'Albon, de 15 de junho de 1727, dirigida ao conde Maurepas, que a expedição de Palheta se compunha de "neuf pirogues, montées de 200 hommes, tant indiens, pour équipage, que soldats. "

Militar que, havia tantos anos, se empregara "no real serviço" tratou Palheta de cumprir, ponto por ponto, as ordens que recebera. Logo que aportou á foz do Oiapoc, entre o cabo de Orange e a montanha d'Argent (em dia que se não póde precisar, porém antes de 4 de maio), destacou da esquadilha uma piroga, na qual enviou dois officiaes (José Mendes Simplicio e outro cujo nome se ignora, talvez o ajudante Francisco Xavier Botero) acompanhados do capelão franciscano (fr. Bernardino de Santa-Teresa), incumbidos de entregar ao governador da Guiana Francesa, em Caiena, a carta, datada de 20 de fevereiro de 1727, que ao mesmo dirigira João da Maia da Gama. Tanto esse documento, quanto a resposta de Claude d'Orvilliers, datada de 4 de maio de 1727, foram integralmente reproduzidos pelo barão do Rio-Branco (ob. cit., vol. IV. pags. 223-227; e t. III, pags. 111-120).

Em presença de um alferes de infantaria e dois soldados da praça de Caiena, realizou Palheta, que levou consigo toda a força da expedição, a 13 de maio, o exame do lugar em que vira João Pais do Amaral, em 1723, o padrão português, posto, em 1639, no alto da montanha d'Argent, e dali arrancado pelos franceses, em 1726. Era esse o objetivo principal da sua missão. Do auto que fez lavrar e foi assinado por treze pessoas, afim de entregá-lo ao governador do Estado do Maranhão, creio que a primeira publicação é a que se deve a Antonio Ladislau Monteiro Baena, a pags. 27-28 de seu pequeno, mas precioso opúsculo, já atrás citado, "Discurso ou memoria sobre a intrusão dos franceses de Caiena nas terras do Cabo-

do-Norte, em 1736". Saiu, porém, com incorreções e, por isso, prefiro reproduzi-lo da grande e mais recente obra do barão do Rio-Branco (t. IV, pags. 245-246), que o fez copiar do original existente na Biblioteca Nacional de Lisboa (ms. do Arquivo do Conselho Ultramarino, cod. 479-A).

Ei-lo (o titulo é o que dá Baena):

"Termo de vistoria, que o sargento-Mór Francisco de Mello Palheta mandou fazer aos Marcos da divisão na montanha Arjam aos 13 de Maio de 1727.

Aos treze dias do mez de Mayo de mil setecentos vinte e sete foy o Sargento-Mór e Commandante da Tropa de guerra da Guarda-Costa Francisco de Mello Palheta, com toda a Tropa da Guarda-Costa e hum Alferes de Infantaria da Praça de Caena, e dous Soldados seus, que tinha vindo com hum Destacamento para hum Prezidio que de presente se acha dos Francezes de Caena nas terras d'El-Rey de França, situado no rio Vayapoco: Hahi o dito Cabo e Commandante, e o Ajudante da Tropa, Francisco Xavier, o Sargento João Freire, e alguns Soldados, e o Revdo. Pe. Missionario, e Capelão Fr. Bernardino de Santa Thereza, juntamente o dito Alferes, subirão todos ás alturas da Montanha de Arjam, que fica na boca do rio Vayapoco, entrando por elle dentro á mão direita, onde tinha estado o Capitão João Paes do Amaral, e dito por elle se achava em humas pedras esculpidas as Armas d'El-Rey de Portugal, as quaes Armas servirão de demarcação ou divizão das terras de huma e outra Coroa; e chegando todos os sobreditos, que aqui vão assignados, ao mesmo lugar, vio o dito Cabo e Commandante as pedras com outras mais, perguntou aos Soldados Antonio Coelho da Silva, Antonio Baptista, e alguns Indios Cavalheiros, que com o dito Capitão João Paes do Amaral tinhão hido e estado no mesmo lugar se erão

aquellas as mesmas pedras, que tinham achado com as Armas Reaes, lhe responderão todos que erão as proprias, que tinham visto com aquellas mesmas pinturas, e que não havião outras mais que aquellas; logo pelo dito Cabo e Commandante foi dito em presença de todos a Constantino Leal tirasse em hum papel as mesmas pinturas de cada uma daquellas pedras; o que logo o dito fez tirando a pintura que em cada huma das ditas pedras se achava esculpida, e ao depois de se ter tirado no papel as Pinturas das ditas Pedras como verdadeiramente estavão postas em cada huma dellas, chamou o Cabo e Commandante a todos os sobreditos dizendo-lhes que vissem bem a pintura das Pedras e o Papel se era tudo o mesmo para com ella informar ao seu governador, ao que todos responderão que erão as mesmas que nas pedras estavão riscadas, e lhe não faltava nada do que estava esculpido nas pedras, como tambem as pedras pequenas toscas nativas que no mesmo lugar estavão. O que tudo vae aqui posto; e as Pessoas que aqui se achavão presentes todas assignadas. Vayapoco treze de Mayo de mil setecentos vinte e sete annos &. — FREI BERNARDINO DE SANTA THEREZA. — FRANCISCO XAVIER BOTERO. — BALTHAZAR PINTO. — JOÃO FREIRE DE CARVALHO. — JORGE VARA MANRIQUE. — CONSTANTINO DOS SANTOS LEAL. — ANTONIO COELHO DA SILVA. — JOSÉ GONÇALVES. — JOSÉ LUIZ DE ARAUJO. — ANACLETO DA COSTA. — JOSÉ MENDES SIMPLICIO. — ANTONIO BAPTISTA SANTOS. — MANUEL MACHADO”

Ao original desse documento está anexo o desenho a que o mesmo se reputa, “feito por Constantino Leal, natural de Caité e residente em Vigia” Não o reproduziu o barão do Rio-Branco, que se limitou a ponderar (ob.

cit., t. III, pag. 122) que os soldados e índios da expedição de João Pais do Amaral, realizada em 1723, e que foram ouvidos por Palheta em 1727, se enganaram e deram informação inverídica ao militar paraense, porquanto o padrão português desde 1726 estava no fundo do mar, por ordem de Claude d'Orvilliers. Disso se convenceu João da Maia da Gama, o qual, conforme Baena (ob. cit., pag. 7), nutriu logo a "suspeita de que mão francesa teria operado aqueles riscos". Achava-se disposto a tirar o caso a limpo, quando lhe chegou o sucessor no governo do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire (14 de abril de 1728), que, inteirado por ele da gravidade do fáto, não tardou a despachar nova expedição, embora sem o aparato de força da anterior, sob o comando do capitão Diogo Pinto da Gaia, para proceder a mais um exame nas pedras da montanha d'Argent. Dela fizeram parte dois homens da flotilha de Palheta, Jorge Vara Manrique e Antonio Coelho da Silva. Dessa incumbencia dá conta o seguinte documento (*apud* Baena, ob. cit., pag. 28):

"TERMO DE VISTORIA QUE NO DIA 10 DE JUNHO DE 1728 MANDOU FAZER O CAPITÃO COMMANDANTE DIOGO PINTO DA GAIA AS PEDRAS DO MONTE CHAMADO D'ARJAN, QUE SE ACHA NA BOCA DO RIO DE VICENTE PINÇON.

Aos dez dias do mez de Junho do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e setecentos e vinte e oito estando o Commandante em cima do monte chamado d'Arjan, onde se achão as pedras riscadas, e por elle foi dito aos Soldados, que haviam acompanhado ao Capitão João Paes do Amaral e Francisco de Mello Palheta, cabos de Guarda-costa, que os annos atrás haviam chegado a aquelle monte, onde se achavão as pe-

dras, em que se foi fazer Vistoria, se erão aquellas as proprias pedras dos Marcos, que elles havião visto, ao que elles responderão que sim; o que ouvido pelo Comandante ordenou que se fizesse exame tirando os riscos de cada uma por si distinctamente para o que nomeou o Soldado Damazo Botiller fizesse esta diligencia em sua presença, e se acharão ser umas pedras que forão riscadas e com bem de riscos como mostra a pintura della vera effigie: e vio-se mais que nenhuma das ditas pedras mostrava ser lavrada nem ter feição por serem de sua natureza criadas no coração d'aquelle monte toscas na criação da terra; e não se continha mais, e de tudo mandou o Comandante fazer este termo. Eu Damaso Botiller Ramos que escrevi. — JORGE VARA MANRIQUE. — DIOGO PINTO DA GAIA. — JOÃO DA COSTA CINTRA. — JOSÉ MENDES DE ATAIDE. — JOÃO DE BRAGA. — FRANCISCO ANTONIO COUTINHO. — LUIZ DA CUNHA DINIZ. — DIOGO COELHO DE ALMEIDA. — ANTONIO COELHO DA SILVA”

A confrontação dos dois desenhos, — o feito por Constantino dos Santos Leal e o devido a Damaso Botiller Ramos, — com a descrição do marco lavrado, visto por João Pais do Amaral em 1723, deixou fóra de dúvida a feia e inutil ação dos franceses de Caiena. Tanto estes, quanto os portuguezes do Pará, ligaram demasiada importancia ao velho padrão, que não a merecia, porquanto, como bem ponderou o barão do Rio-Branco (ob. cit., t. III, pag. 122), “designou o tratado de Utrecht o nome do rio que devia servir de fronteira, e não disse que esta seria estabelecida no ponto em que se encontrassem antigos marcos”.

Quem poderia prever que, indo fazer averiguações sobre a existencia de uma balisa, ali posta quasi um século

atrás, na montanha d'Argent, — haveria Francisco de Melo Palheta, ao invés de achá-la, desentranhar dali o verdadeiro produtor de “argent” o cafeeiro, que seria, pouco mais de um centenio depois, a maior riqueza do Brasil?

Tendo dado desempenho ao objetivo principal da sua incumbencia militar, julgou Palheta de bom alvitre dirigir-se á capital da Guiana Francesa, ou para receber das mãos de Claude d'Orvilliers a resposta á carta de João da Maia da Gama, ou para agradecer áquele go- ver a gentileza da presença de um official e dois soldados, que o mesmo enviara, para assistirem á vistoria, dias antes efetuada.

A MODA

Foi, provavelmente, para aparecer bem entrajado perante aquela alta autoridade, que adquiriu ele de um mr. Du-Four, morador e por certo negociante em Caiena, roupas finas e da moda, do que dá noticia uma carta de 10 de agosto de 1729 (v. barão do Rio-Branco, ob. cit., t. III, pags. 155-162), dirigida a Alexandre de Sousa Freire por De Charanville, então governador interino da Guiana Francesa. Por esse documento, é o militar paraense acusado de caloteiro em relação a tais peças de vestuario: — “Votre capne. Francisque de Mello Paillette doit à un autre Du Four habitant un manteau, justeau-corps et culotte d'écarlate et un chapeau bordé qu'il em- porta avec luy il y a deux ans; on n'entend point parler du paiement convenu: si des personnes d'un certain rang ont de tels procedés, que pensera-t-on des autres? Je donnerais le temps de se repentir à quiconque d'icy qui tomberoit en semblable cas”. Da resposta do governador do Estado do Maranhão, datada de 17 de novembro do

mesmo ano (da qual não se conhece o texto português, e sim a tradução francesa, existente nos "Archives du Ministère des Colonies, Guyane", t. LXIII, fol. 19) verifica-se que chamou ele Francisco de Melo Palheta a explicações sobre aquela acusação de máu pagador da roupa "chic" que comprara em Caiena. Negou o arguido, a pés juntos, o fáto que se lhe imputava. Eis o trecho a isso pertinente (barão do Rio-Branco, ob. cit., vol. III, pag. 166): — "Pour ce qui regarde la dette particulière de Francisque Mello Paillette, que vous me donnez avis qu'il a contracté à Cayenne, je n'y puis defferer en rien, d'autant qu'il est défendu non seulement à lui, mais m'informant de luy, il a nié absolument. En semblable matière, les généraux ne peuvent ôter la juridiction aux tribunaux où se doivent justifier les dettes et en ordonner le paiement par leurs sentences".

COMO PALHETA OBTEVE AS SEMENTES E MUDAS DE CAFÉ

Que Palheta não andava, então, nadando em ouro, — confessa-o ele próprio, em um documento que se verá dentro em pouco. Mas não é de crer houvesse tido o desairoso procedimento de que o acoimou De Charanville.

Ao tempo de sua expedição á Guiana Francesa, tinha-se proibido ali fosse feita aos portugueses, por parte dos moradores da colonia, a venda de café "capaz de nascer" conforme bando do governador, que o mandou publicar por toda parte, ao som de caixa.

Ao contrario de Manuel Barata, que, em seu excelente opúsculo "A antiga producção e exportação do Pará" (Belém, 1915, pag. 14), contestou a versão pro- palada pelo bispo frei João de São José Queiroz e repetida por outros escritores, quanto ao modo pelo qual ob-

teve Palheta as sementes e mudas de cafeeiro, e apesar da petição, provavelmente de 1733, em que o militar paraense contou essa aquisição, — julgo verosimil, pelo menos em parte, que nisso tenha intervindo a esposa do governador.

Tudo induz a crer que o comandante da expedição de 1727 tenha ido ao palacio da suprema autoridade de Caiena.

E' de presumir-se que lhe hajam servido ali uma chá-cara de café, que ele, tomando pela primeira vez na vida, enchesse de gabos entusiásticos, lamentando não existisse ainda, nas terras da sua patria, a planta de que se extraía tão saborosa bebida. E, se mme. Claude d'Orvilliers, com a galanteria peculiar das francesas de bom-tom, lhe meteu num dos bolsos do casaco ou do colete, á vista do marido sorridente, ali ou alhures, um punhado de grãos de café, dizendo-lhe, talvez, que com os mesmos poderia ele renovar, em casa, quando regressasse á Belém, o prazer que então experimentara com a deliciosa beberagem, — qual a inverosimilhança que haveria nisso?

E' certo que não foram apenas sementes que lhe coubessem num bolso de véstia as que dali trouxe ele para o Pará, e sim "mil e tantas frutas e cinco plantas de café", conforme expôs no requerimento dirigido a d. João V. Não será, porém, licito supor-se que, apelando para a dadiva da amavel governadora, tenha ele conseguido de algum francês interesseiro quantidade maior de grãos e os pés vivos da *coffea arabica*? Pouco importa que, na referida petição ao monarca português, não haja ele falado na doação com que o distinguira a consorte do governador da Guiana Francesa. Se algum outro motivo a isso não o compellisse, — basta que se considere que, no mencionado requerimento, envidou pôr em destaque as difficuldades que se lhe antolharam para obter as sementes

e plantas de cafeeiro, e citar o gesto gracioso de mme. Claude d'Orvilliers seria contraproducente aos intuitos a que visava.

AS "MEMORIAS" DE FREI JOÃO DE SÃO JOSÉ QUEIROZ

Frei João de São José Queiroz foi nomeado antiste do Grão-Pará a 10 de outubro de 1759, e fez a sua entrada solene no paço episcopal de Belém a 31 de agosto de 1760, regendo aquela prelazia até 24 de novembro de 1763. Benedictino ardoroso e culto, realizou duas visitas pastorais pelo imenso interior da sua diocese, que abrangia toda a hileia amazônica. Escreveu-lhes, — e com que castidade e erudição! — o longo relato. A Camilo Castelo-Branco, que publicou, em 1868 (Porto, Livraria Nacional), as "Memorias de Fr. João de S. Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará, com uma extensa introdução e notas illustrativas" (*), deve-se o conhecimento da "Visita primeira — 1761" (pags. 170-214); e, graças a um manuscrito oferecido por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, pôde a "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras." estampar no seu volume IX (1847, 2.^a ed. em 1869), pags. 43-107, 179-227, 328-375 e 476-527, a "Viagem e visita do sertão em o bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763 — Escripta pelo bispo d. fr. João de S. José, monge beneditino" Que cogulado intrépido, no dizer a verdade e zurzir os homens e costumes daqueles

(*) Tais e tão escandalosas coisas apareceram nas "Memorias" do bispo beneditino, que o conde de Sabugosa, referindo-se às mesmas em suas "Neves de antanho" (Lisboa-Rio, 1919), assim declarou á pag. 215: — ...manuscrito publicado por Camilo, — de cuja autenticidade alguns duvidam"

tempos! Não poupou a ninguém, muito menos aos jesuítas, pelos quais manifestou sempre acentuada ojeriza, e verberou com ironia, em que fez entrar até o demonio, a indolencia dos paraenses. Eis um lanço que merece reproduzido (“Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.” vol. IX, pag. 223):

“Assuntando que a raiz dos vicios no Brasil é a preguiça, para que concorre muito o clima, o demonio que perdeu a graça, e não a natureza de substancia intellectiva, mede com conhecimento especulativo e pratico as inclinações, os climas, as circumstancias todas, para influir; não dorme, sem embargo de que até elle na America se nos representa como o outro de Alexandria, descansado, unicamente observando, como demonio da preguiça; assim foi visto por um padre do ermo, affectando estar ao sol, sem mais cuidados. Nenhuns parece ter commummente no Estado: havendo rêde, farinha e cachimbo, está em termos. A frugalidade da mesa pôde passar, se fosse coherente o beber; e, quanto ao mais, é expressão vulgar a da seguinte endexa ou trova:

Vida do Pará,
 Vida de descanso:
 Comer de arremesso,
 Dormir de balanço”

MADAME CLAUDE D'ORVILLIERS

Na “Visita primeira — 1761” (v. Camilo Castello-Branco, ob. cit., pag. 174), o dito mitrado ainda não conhecia a versão exata do como entrara no Pará a util rubiaceae. Assim, narrando o que observara numa propriedade agricola sita entre os rios Guamá e Capim, na qual

passara o dia de Natal e onde vira plantações de cacáu e de café, afirmou que foi “Agostinho Domingos o primeiro que teve esta última planta, mandada vir de Caiena pelo governador João da Maia. Caiena pertence á França. Se pertencesse á Inglaterra, seria crime de morte comunicar-se a Portugal a planta do café”. Na “Viagem e visita do sertão em o bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763” (Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras., vol. IX, pags. 61-62), retifica ele a asserção, juntando-lhe mais curiosos pormenores, — entre os quais o que mais nos interessa — pela fôrma seguinte (refere-se a um sitio do igarapé do Pocurul):

“Aqui vimos pela primeira vez a arvore do cacau, plantada pela natureza, de que estas ilhas do rio abundam nas vizinhanças de Gurupá, não assim das arvores do café, pois todas desta especie têm sido plantadas, e primeiro vindas de Cayena em tempo do governador do Estado João da Maia, o que se deveu á generosidade de uma franceza, mulher do governador da praça, que, sabendo a prohibição e estudo com que andavam os seus nacionaes para que se não communicasse a um portuguez, de que ignoramos o nome, e só sabemos ser M. Palheta, que ali se achava, indo este visitar seu marido, e saindo todos a passeio, ella generosamente lhe offereceu, em presença do esposo (que se sorriu), uma mão cheia de pevides de café, praticando a galanteria de ser a mesma que lh’as introduziu no bolso da casaca, obrigando-o de tal sorte, que lhe não sobejaram as expressões com que mostrou agradecer muito á madame esta franqueza e bizarraria; e logo em Belém se repartiram pelo governador a homens de negocio, entre os quaes não foi dos segundos Agostinho Domingos, natural do arcebispado de Braga, junto ás Caldas do Gerez, e casado em Belém, homem de muita honra, verdade e cabedaes, cujo procedimento au-

toriza bem as suas cãs na avançada idade de oitenta annos, de quem recebemos immediatamente esta especie, quando nos mostrou os seus cafezaes no rio Guamá”

Note-se que em 1763 eram decorridos apenas 36 annos da entrada do cafeeiro no Pará e que o monge-bispo, bisbilhoteiro a mais não poder, colheu ali viva a tradição corrente entre os velhos agricultores. O chamar ele a Palheta de “português” deve ser entendido, conforme expliquei atrás, em caso análogo, como appellação geralmente dada aos *mazombos*, isto é, brancos, filhos de portuguezes e já nascidos no Brasil.

E ainda me cumpre aceitar a plausivel versão, por elle exposta, de que a gentileza de mme. Claude d’Orvilliers foi feita a Palheta em um passeio, durante o qual, sem dúvida, chegaram a algum cafezal, onde ella, para acudir ao desejo que viu luzir nos olhos do militar paraense, apanhou bom punhado de maduras cerejas da rubiacea e lhas meteu num bolso da véstia, ante o sorriso condescendente do marido.

UM SIMPLES MOTIVO POÉTICO

Aliás, a intervenção, lendaria ou real, dessa mulher, no caso da introdução do café em nossas plagas, — a exemplo da amante de De Chirac, que propiciou a De Clieu o trazer a *coffea arabica* para a Martinica, — seria tão somente um motivo poético. Palheta adquiriu em Caiena cinco pés de cafeeiro e muito maior porção de sementes do que as que a tradição attribuí á fidalga mão de mme. Claude d’Orvilliers. Como, porém, não se exalçaria a tradição, se a aformosentasse um gesto feminil! “Tantidux femina facti!”, — a divisa dada por Maria de Médicis á expedição de La-Ravardière contra o Maranhão, — passaria a ser a do nosso café.

Aos franceses faltava autoridade moral para que inculpassem a Palheta de violador do bando então publicado e em que se lhes vedava a alienação de café, "capaz de nascer" aos portugueses, porquanto aqueles só o obtiveram clandestinamente, se não por audacioso furto, na colonia holandesa de Surinam. Entre 1718 e 1720, ali iniciaram os batávicos a plantação do cafeeiro, graças a algumas plantas vindas do Jardim Botânico de Amsterdam e trazidas por Hansbach. Para monopolizarem tal produto, prohibiram-lhe terminantemente a venda em condições de sementes cruas ou mudas vivas. A um criminoso francês, ali refugiado, Rosier le Breton (v. Lourenço Granato, "O segundo centenario da introdução do cafeeiro no Brasil" São Paulo, 1926, pag. 15), atribuí-se o haver-se comprometido, em troca do perdão do delicto, a trazer para Caiena sementes de café capazes de germinar, o que realizou em 1719, afrontando graves perigos, tendo sido entregues os preciosos grãos a D'Albon ("l'Ordonateur Paul Lefebre d'Albon" segundo o barão do Rio Branco, ob. cit., vol. III, pag. 120). Admitem outros que isso ocorreu em 1722 (v. F. L. C. Burlamaque, "Monographia do cafeeiro e do café", Rio, 1860, pag. 8), ou em 1725 (v. dr. Waldemar Peckolt, art. cit.) e que o autor do furto foi um certo Morgues, garimpeiro francês, que, saindo de Caiena, arriscou a propria vida na subtração dos frutos maduros, que tirou de um cafezal de Surinam, vindo vendê-los por alto preço aos agricultores da capital da Guiana Francesa.

A observação do bispo fr. João de São José Queiroz, mais favoravel aos franceses do que aos ingleses, quanto ao monopolio dos produtos coloniais, é confirmada pelo trecho de uma carta dirigida ao governador do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, em 10 de agosto de 1729, por De Charanville, governador interino da Guia-

na Francesa, e respondida a 1.º de novembro do mesmo ano. Por elas (v. barão do Rio-Branco, ob. cit., t. III, pags. 162 e 165), verifica-se ter este enviado áquele, de presente, além de uma garrafeira de bom vinho de França, um “barril de café”. Se se tratava de grãos não torrefeitos, como é de presumir-se, — mais uma vez se pôs de manifesto, ao lado da galantaria francesa, o espirito liberal dos procônules de Luiz XIV e de Luiz XV.

COMO SE DISTRIBUIRAM AS SEMENTES E MUDAS

Acha-se na Biblioteca Nacional de Lisbôa (ms. do Arquivo do Conselho Ultramarino, cod. n. 1.052) o relatório datado de 25 de setembro de 1727, com que João da Maia da Gama comunicou a d. João V a expedição de Francisco de Melo Palheta. Da longa peça oficial publicou o barão do Rio-Branco (ob. cit., vol. III, pags. 129-138, e vol. IV, pags. 247-254) apenas pequeno extrato, precisamente o que se vinculava com a nossa antiga questão de fronteiras. E’ provavel que no mencionado documento haja referencias ás sementes e mudas de cafeeiro, trazidas, então, de Caiena, pelo militar paraense. Pela petição que dirigiu, em 1733, a d. João V, e que adiante se vai reproduzir, verificar-se-á que ele entregou as sementes e mudas, não ao governador do Estado, mas aos vereadores da Câmara Municipal de Belém, para serem distribuidas pelos agricultores da capital do Pará. E’ tradição que, dentre estes, um dos primeiros contemplados foi o português Agostinho Domingos de Siqueira. E ainda confessa Palheta que também se entregou á cultura da preciosa planta, em terras proprias, embora delas não fizesse lavoura intensiva, pois que, em 1733, possuía apenas mil e tantos pés. Dos grãos e mudas que ele trouxe,

resultou, — como declara enfim, — o muito café que já havia, então, naquele Estado.

QUE POSTO OCUPAVA PALHETA?

Antes do mais, convém que se esclareça qual o verdadeiro posto militar de Francisco de Melo Palheta, uma vez que figura ele, em certos documentos, ora como “sargento-mór” ora como “capitão-tenente da guarda-costa”, o que quer dizer que pertenceu tanto ao exército quanto á marinha.

Disse Camilo Castelo-Branco (“Coração, cabeça e estomago” Lisboa, 1907, 3.^a ed., pag. 202): — “O sargento-mór das antigas milicias era um potentado, immediato na gerarchia ao capitão-mór, com quem por igual se repartia os lombos e os respeitos sociaes” E, nas suas “Mil quadras populares brasileiras” (Rio, 1916, pag. 194), registrou Carlos Góes uma quadrinha mineira, que vem muito ao nosso caso:

“Por detrás daquella serra,
Tem uma serra maior;
Si o teu amor é sargento,
O meu é sargento-mór”.

Por ordem de 10 de outubro de 1722 (“Anais da Bibl. e Arq. Públ. do Pará” 1905, t. IV. pag. 115), determinara d. João V: — “. os soldados pagos não devem passar aos postos das ordenanças, salvo se forem para os de ajudantes ou sargentos-móres do regimento delles, e que, quando não tiram as patentes de confirmação por my, os podereis obrigar outra vez a serem soldados, e que de nenhuma maneyra se lhes possam acceitar deizações dos ditos postos”.

Francisco de Melo Palheta chegou efetivamente ao posto de sargento-mór, no qual foi provido por um dos governadores do Estado do Maranhão, pois que João da Maia da Gama lhe dá tal tratamento. Não pediu, porém, ao soberano confirmação da patente. Tendo de ser investido, em 1727, no comando da expedição á Guiana Francesa, — cargo que competia a um capitão-tenente da guarda-costa, — preferiu a patente da marinha, na qual, provavelmente, fizera a bandeira de 1722 a 1723, áqueloutra de milicia territorial. Deu-lha João da Maia da Gama e para ela solicitou a necessaria confirmação régia, que foi negada, por não disporem os representantes metropolitanos de tal faculdade, que acarretava aumento de despesas ao erario lusitano. Não se conformou com esse despacho o espírito de justiça do sobredito governador, que respeitosa e insistiu pela confirmação já impetrada. Rendeu-se-lhe ás razões o monarca, qual se vê do seguinte documento (“Anais da Bibl. e Arq. Públ. do Pará” 1902, t. II, pag. 200):

“Dom João etc. — Faço saber avos Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão, que se vio o que respondestes em carta de 10 de Setembro do anno passado a ordem que vos foi em que se vos declarava, não fora servido deferir a Patente de confirmação do posto de Capitão-Tenente de guarda-costa em que provestes a Francisco de Mello Palheta, por vos não competir o dito provimento por respeito de ter soldo, representando-me as razões que vos obrigavão a fazer o dito provimento, fôra o fundamento principal de o haverem provido em tempos dos seus governos, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho e Christovão da Costa Freyre, senhor de Pancas, e vosso antecessor Bernardo Pereira de Berredo, os quaes provimentos se lhe não reprovarão. Me pareceu dizervos tenhaes emtendido que sem embargo das vossas razões os postos que tem soldos, não cabe nas jurisdições

dos Governadores desse Estado o poderem provellos, mas que visto que Francisco de Mello Palheta está servindo este posto ha muitos annos, lhe declareis mande tirar a Patente delle pelo meo Conselho Ultramarino. El Rey nosso senhor o mandou por Antonio Roiz e o Dr. Joseph de Carvalho e Abreu conselheiros do seu Conselho Ultramarino e se passou por duas vias. Dionisio Cardoso Pereira a fez em Lisboa occidental a 4 de Novembro de 1727" (*).

Alcançou, portanto, Palheta, pelo ato regio de 4 de novembro de 1727, o posto efetivo de capitão-tenente da guarda-costa, que lhe dava 48\$000 de soldo mensal, isto é, mais do que lhe proporcionaria a patente de sargento-mór, a qual, ainda em 1757, rendia apenas 16\$000 aos da praça do Pará e 36\$000 aos dos regimentos do Estado (v. "Anais da Bibl. e Arq. Púb. do Pará", 1906, t. V. pags. 325-326).

A POBREZA DE PALHETA

Nada consta daí em deante a respeito dele, até 1733, das coletaneas de documentos sobre o Pará, vindas a lume. Não se sabe se ainda lhe vivia a esposa, d. Bernarda de Mendonça Furtado, parecendo, contudo, que já era viuvo, pois só se refere a "cinco filhos" sem declarar que, além dos mesmos, tinha ainda a mulher a sustentar. Não dispunha nem de pecunia, nem de escravos suficientes, com que custear e adeantar as suas lavouras. Como, por certo, lhe sobejassem lazeres á função militar, entregou-se á cultura do café e do cacau, provavelmente numa das duas

(*) A essa provisão ainda se reportou d. João V, citando o caso de Francisco de Melo Palheta, na carta que dirigiu a Alexandre de Sousa Freire, em 9 de junho de 1729 (v. "Anais" cits., 1905, t. IV, pags. 44-45).

sesmarias a que já me referi: ou na obtida em 1709 e confirmada em 1712, ás margens do rio Ubituba, ou na conseguida em 1731 e confirmada em 1733, entre as bocas dos igarapés Arapijó e Guajará.

Cuidando, por certo, de formar peculio para a familia, — porquanto em 1733 devia andar beirando os sessenta annos, se é que já não havia transposto essa casa da velhice, — e á vista da concessão, que lhe fôra então assegurada, de novas terras a explorar, apressou-se a pedir ao rei, a cujo serviço estava desde a florente quadra da mocidade, a permissão de descer cem casais de selvas do sertão amazônico, para o que precisava do immediato auxilio, não só de cincoenta indios dos já aldeados no Pará, como tambem do mais que demandava a bandeira, tudo por conta da fazenda real, que seria depois reembolsada, por ele, da importancia assim adeantada, uma vez ultimada a diligencia. Alegava achar-se endividado e não ter recursos para adquirir os aprestos indispensaveis á planejada empresa.

PALHETA CONTA A HISTORIA DA INTRODUÇÃO DO CAFE' NO BRASIL

Nesse requerimento é que faz ele a historia progressiva dos seus serviços, entre os quais põi em relevo o da introdução do café no Pará. Não assinou, nem datou a petição, "segundo era costume do tempo, em que ainda não se tinha inventado o imposto do selo", conforme observa Manuel Barata (ob. cit., pag. 16). Remetida, porém, a d. João V. pelos trâmites legais, expediu o soberano, afim de oportunamente despachá-la, ordem ao governador do Estado do Maranhão para sobre ela prestar-lhe a necessaria informação. Assim, volveu ela a Belém, em cópia autêntica, que acompanhou a carta régia de 16 de feve-

reio de 1734. Por esta data é que se póde calcular que o dito pedido de Palheta é de meados de 1733, talvez logo que teve conhecimento do ato regio de 20 de março desse ano, que o confirmara na posse da sesmaria entre os igarapés Arapijó e Guajará.

Encontram-se no Arquivo Público do Pará (“Cod. de alvarás, cartas-régias e decisões — Reinado de d. João V. 1734”) tanto a citada carta-régia de 16 de fevereiro de 1734, quanto a cópia autêntica da petição indatada de Palheta. Em vez de reproduzir esses dois documentos dos “Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará”, em cujo tomo VI, de 1907, figuram ás pags. 228-229, só extrairéi daí o primeiro, servindo-me para o segundo da publicação feita por Manuel Barata (ob. cit., pags. 15-16), porque este, além de guardar mais fideildade na grafia da curiosa peça, que pessoalmente leu e copiou, ainda a illustrou com explicações em itálico, que conservarei de igual modo, apenas suprimindo duas notas, por inuteis, visto que os assuntos das mesmas (bandeira de 1722-1723 ao rio Madeira e data da expedição á Guiana Francesa) já se acham bem elucidados neste meu trabalho.

Eis, nas condições que acabo de expor, os dois documentos:

Carta-régia de 16 de fevereiro de 1734

“Dom João etc. — Faço saber a vós Governador e Capitão General do Maranhão que por parte de Francisco de Mello Palheta se me faz a petição (cuja copia com esta se vos invia assignada pelo secretario do meu Conselho Ultramarino) em que pede lhe conceda Alvará para descer cem cazaes de escravos do certão do Ryo Negro, ou outro qualquer que se lhe offerecer, como tambem mandar se dem ao supplicante sincoenta indios das

Aldeas de Cahabe mortigure simoumá bocus baricuru, mongabeiros, Cametá jorjones para fazer os dittos resgates, e como está alcançado, e não tem com que comprar o necessario para fazer os taes resgates, mandese-lhe dê tudo o necessario da fazenda dos dittos resgates, que depois pagará da mesma viagem o custo que fizer. Me pareceo ordenarvos informeis com vosso parecer. El Rey nosso senhor o mandou pelo Dr. Manoel Fernandes Vargas, e Gonçallo Manoel Galvão de Lacerda conselheiros do seu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias. João Tavares a fez em Lisboa occidental a dezeseis de Fevereiro de mil setecentos e trinta e quatro. O secretario Manoel Caetano de Lavre a fez escrever”

Petição de Francisco de Melo Palheta

“Sñr. — Diz Francisco de Mello Palheta Cappm. Thenente a Guarda Costa, q’ elle Supplicante está actualmente occupado no serviço de V. Magestade e somente com quarenta e oito mil rs. de soldo; fazendo gastos excessivos, e experimentando grandes perdas, como na viagem do descobrimento do rio Madeira, fez de gasto hum conto, e dozentos mil rs.; porq’ o mandou o Governador João da Maya da Gama ao d.º descobrimento athe as Indias de Espanha, como fez athe chegar á Cidade de S. Cruz, e nas grandes cachoeyras teve tres alagaçoens em que perdeo tudo quanto levava, e depois foi mandado pelo nosso (“mesmo”?) Governador a correr a Costa, e á V.^a de Cayana, fazendo tambem grandes gastos, sem que das ditas viagens fizesse negociaçoens algumas; e vendo o Supplicante que o Governador de Cayana deitava um bando á sua chegada que ninguem desse caffè aos Portuguezes, capaz de nascer, se informou o Supplicante do valor daquella droga, e vendo o q’ hera fez delligencias por trazer algumas sementes com algum despendio da

sua Fazenda, zeloso dos augmentos das Reaes rendas de V. Magestade, e não só troche mil, e tantas frutas que entregou aos Officiaes do Senado (“vereadores da camara municipal”) para que o repartissem com os moradores, como tambem sinco plantas, de que já hoje ha muito no Estado; e como o Supplicante se acha muito falto de servos e tem mil, e tantos pés de Caffé, e tres mil pés de Cacao, e não tem quem lhos cultive, e se acha com sinco filhos, P. a V. Magestade lhe faça mercê conceder por seo Alvará cem cazaes de escravos do Certão do Rio Negro, ou outro qualquer, que se lhe offerecer, como tambem mandar se dem ao Supplicante sincoenta Indios das Aldeias de Cahabe (“por Caeté, hoje Bragança”), Mortigure (“por Murtigura, hoje Villa do Conde”), simouma (“por Sumauma, hoje Beja”) bocus (“por Bócas, hoje Oeiras”), Caricurú (“por Maricurú, hoje Melgaço”), mongabeiras (“por Mangabeiras, hoje Ponta de Pedra”), Camutá, gorjons (“por Guaianas, depois Logar de Villar, hoje extincto”) p.^a fazer os dittos resgates; e como o Supplicante está alcançado, e não tem com que comprar o necessario para fazer os dittos resgates, mandar se lhe dê tudo o necessario da Fazenda dos resgates, p.^a que depois o Supplicante inteyre, e pague da mesma viagem o custo que fizer.

E. R. Mcê.”

ALGUNS COMENTARIOS

Exige ainda alguns comentarios esse depoimento pessoal do introdutor do café no Brasil.

Infere-se dele que o bando do governador da Guiana Francesa, pelo qual se vedava aos franceses vendesem café, “capaz de nascer”, aos portuguezes, precisa-

mente quando estes lá aportavam, numa diligencia vinculada aos dispositivos do tratado de Utrecht, lançou no espírito de Palheta a justa presunção de que aquela droga era de muito valor. Tratou ele, por isso, de colhêr informações sobre tudo que se relacionava com aquele fruto, proibido de sair de lá para as vizinhas terras da corôa lusitana. Não conta que houvesse provado ali a deliciosa bebida, extraída dos grãos da rubiaceae; nem que tivesse ido, em companhia de Claude d'Orvilliers e da esposa deste, visitar um cafezal nos arredores de Caiena; nem que as mãos delicadas de uma dama de tal hierarquia tenham apanhado ali, durante esse passeio cordial, certa porção das rubras cerejas e lhas hajam gentilmente e desembaraçadamente metido num dos bolsos da véstia ou casaca de fardamento. Além de que estas minucias, sobretudo a da galantaria feminina, de que talvez fôra alvo, não eram de boa praxe num requerimento de favores, dirigido ao rei, bem andou Palheta em não as revelar, embora tivessem todas elas cunho de realidade, porquanto seriam contraproducentes ao fim que ele colimava. Afigura-se-me verosimil a tradição, que desde logo começou a correr entre os plantadores de café em terras paraenses, — e que, ouvida em 1763, foi, pela primeira vez posta em letra redonda pelo bispo frei João de São José Queiroz, — porquanto, havendo Palheta trazido consigo cinco plantas vivas e mil e tantas sementes de uma especie tão cara então e cuja venda aos portuguezes importaria em incorrerem os alienadores nas mais severas penas, não se jactanciou ele das graves dificuldades que superou para tal aquisição, nem, a exemplo da avultada quantia declarada com os gastos da expedição descobridora do rio Madeira, precisou a soma desembolsada com as mudas e grãos da *coffea arabica*. Limitou-se a dizer isto: — “fez diligencias por trazer algumas sementes, com algum dispendio da sua fazenda” Ou quem sabe se, para poder

menos difficilmente comprar as mudas e grãos da valiosa droga, não inventou ele a cena de amavel dadivosidade de mme. Claude d'Orvilliers, que depois se tradicionou como realmente acontecida?

Nada disso empana ou diminúi o imperecível serviço que em 1727 prestou ele ao Brasil, para este trazendo o embrião da nossa maior riqueza actual.

E que era essa a sua mira, confessa-o ele proprio na petição a d. João V, e atesta-o a maneira como procedeu, apenas regressou a Belém. Assim é que, ao alegar os esforços feitos em Caiena para trazer dali as sementes de café, disse ter sido impulsionado pelo zelo de ver aumentadas as rendas da corôa portugueza no Brasil. E patenteou esse intuito, porque, mal saltou, de regresso, na capital paraense, entregou quasi todas as sementes e pés vivos aos dirigentes do municipio, para que estes os repartissem pelos moradores em condições de encetar e desenvolver a lucrativa cultura. E' de crer que da regular quantidade só houvesse reservado pequena parcela para si proprio, porquanto nas suas terras, seis anos depois (1733), havia apenas mil e tantos cafeeiros.

Não é lícito afirmar-se que ele então fosse pobre. Em geral, os que eram totalmente baldos de recursos pecuniarios e aspiravam a grangeá-los mediante graças do soberano, quando a este as pediam em recompensa de quaisquer serviços, não deixavam nunca de esclarecer a miseranda conjuntura em que se encontravam. Não podia ser pobre quem tirara do bolso, aonde não mais voltara, e para aquele tempo avultada quantia de 1:200\$000, acrescida de outras "grandes perdas" só na viagem de 1722 a 1723, de Belém ao territorio da actual Bolivia. Na expedição de 1727, tambem fez "grandes gastos" Em nenhuma delas realizou negocios, de que lhe proviesse o menor lucro. Vencia o soldo de 48\$000, que era o da sua patente efetiva de capitão-tenente da guar-

da-costa, e fazia “gastos excessivos”, isto é, superiores a esse ganho. E’ que ele não se sustentava, nem á sua familia (tinha cinco filhos), com o exiguo *quantum* com que se lhe inscrevia o nome como “filho-da-folha” (expressão do tempo) de pagamento do erario regio. Que explorou terras, — presumivelmente as da sesmaria do rio Ubituba, — deduz-se da petição acima transcrita. Nelas possuia em 1733, além do cafezal novo, já referido, tres mil pés de cacau. O que principalmente lhe faltava, para manter e desenvolver essa lavoura, era sufficiente número de braços escravos. Achava-se “muito falto de servos”, — era a sua queixa ao monarca, e isso não significava senão que ele contava com pequena quantidade de indios cativos, impossivel com o regular meneio da sua propriedade agrícola. Daí o pedido para poder realizar a bandeira de resgate de cem casais de selvagens do sertão amazônico. Em suma: — Francisco de Melo Palheta, em 1733, não era pobre, nem opulento: tinha medianas posses, ao que é lícito inferir-se dos documentos coetaneos; estava, porém, endividado; e desejava endireitar a sua situação financeira, pois que já havia dobrado, desde alguns anos atrás, o cabo de meio século de existencia.

DEPOIS DO “PLACET” DO REI

Deu o governador do Estado do Maranhão parecer favoravel á pretensão de Francisco de Melo Palheta e, mediante o *placet* regio, realizou o capitão-tenente da guarda-costa, já mais cuidadoso da agricultura do que da atividade militar, a projetada bandeira para descimento e resgate dos indios de que precisava?

Nada disso consta de documentos. E’ até possivel que, com a dilação caraterística da burocracia daquele tempo, acrescida da demora das comunicações entre a

colônia e a metrópole, já o despacho, favorável ou não, nem sequer o alcançasse vivo.

Como quer que seja, — não se limitou ele a introduzir no Brasil mudas e sementes de cafeeiro. Fez-se também plantador da rubiacea. E, entre os que mais se dedicaram a essa cultura, com prosperidade, figurou o abastado português Agostinho Domingos de Siqueira, proprietário de uma fazenda banhada pelo rio Guamá.

Alexandre de Sousa Freire, governador do Estado do Maranhão, em carta que dirigiu a Paulo da Silva Nunes (residente em Lisbôa) e datada de Belém em 11 de dezembro de 1731 ("Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras." t. LXVII, pags. 118), quatro anos, portanto, depois de terem sido introduzidas ali as mudas e sementes da *coffea arabica*, devidas ao zelo de Palheta, já assim se exprimia: — "Nos sitios circumvizinhos a esta cidade, e ainda nos quintaes della, vae já havendo muito café, e excellente, o qual tambem he genero novo na terra, de que dentro de hum ou dois annos se remetterão arrobas para Portugal, porque as arvores delle de dois, tres annos dão logo fructo em quantidade"

O CAFÉ ISENTO DE IMPOSTOS

De certo pelas informações do mesmo seu representante naquela circunscrição setentrional do Brasil, foi que o soberano português, por ato de 20 de julho de 1731, isentou de todos e quaisquer impostos, por doze anos, a canela e o café, que se cultivassem ali (v. "Anais da Bibl. e Arq. Públ. do Pará" 1905, t. IV. pags. 117-118).

Em principios de 1732, fez o Pará a primeira remessa de café para Lisbôa: — apenas sete libras, de que foi portadora a barca "Santa-Maria".

A 18 de outubro de 1739, requereu a municipalidade de Belém a d. João V que proibisse a entrada de cafés de reinos estrangeiros em Portugal, afim de ser favorecido o que se produzia então no Pará. Despachou o soberano essa petição a 4 de maio de 1741, dizendo á câmara suplicante que providenciasse quanto ao aumento da cultura daquele gênero no Pará e quanto á remessa do mesmo em quantidade suficiente, para ser atendida, quando isso se verificasse. E a solicitação foi, por fim, objeto da ordem régia de 12 de julho de 1743, que resolveu o caso como o desejavam os vereadores paraenses.

Por provisão régia de 1.º de maio de 1747, foi prorrogada por dez anos a isenção de direitos concedida ao café por doze anos em 1731, e isso a requerimento dos principais plantadores do Pará, o qual custou a obter despacho, como soía então acontecer. Houve mais tarde nova prorrogação, ainda por um decenio, mediante o alvará de 29 de janeiro de 1768.

Conforme investigações a que procedeu Manuel Barata (ob. cit., pag. 20), em 1749 já havia no Pará mais de 17.000 pés de café, e em dezembro do ano seguinte foram dali exportadas para Lisbôa 4.835 arrobas daquele produto.

Dali saíram mudas e grãos para as capitâneas de todo o Estado do Maranhão (*).

(*) Um dos trabalhos mais interessantes sobre a evolução da nossa principal riqueza agrícola é o que se deve á pena veneranda do cruidito barão de Studart, "Notícia histórica sobre o café no Ceará." Infelizmente, essa resumida monografia foi apenas estampada no "Almanaque do Ceará", dirigido por João Câmara, e, por isso, não teve a ampla divulgação que merecia. Mas o sr. Gustavo Barroso, em um dos seus melhores trabalhos, "As colunas do templo" (Rio, 1932), aproveitou o já esquecido estudo do barão de Studart, resumindo-o no capítulo "O café e o nordeste" (pags. 258-260). Eis o que diz aquele, baseado nas investigações deste: —

A TERRA ROXA

Entre 1760 e 1762, por iniciativa do desembargador João Alberto Castelo-Branco, vieram do Maranhão para o Rio-de-Janeiro as sementes da rubiacea, que, plantadas na capital do vice-reino, forneceram os germes dos cafezais da província fluminense e, em seguida, dos de Minas-Gerais, de São-Paulo e outras regiões, como Espirito-Santo e Baía. E, enquanto passavam eles a constituir a

“Sabe-se que na zona do rio Branco, na Amazonia, no Pará e no Maranhão, houve certo entusiasmo pela cultura do café, no século XVIII. Até 1748, chegaram á capital do reino português navios com carregamento do precioso grão. E’ o que atestam as noticias dos jornais lisboetas contemporaneos. Mas parece que ali não se aclimou de vez a rubiacea, tanto que esse entusiasmo arrefeceu, a colheita foi diminuindo, a exportação cessando, e, depois, tudo se acabou. Antes do café vir para o sul, fizeram-se outras experiencias na parte setentrional do Brasil. O capitão-mór de Acaracú, hoje Acaraú, e de Sobral, José de Xerez Furna Uchôa, plantou, em 1747, no sitio Santa-Úrsula, na serra da Meruôca, Ceará, um pé de café, que durou até 1861... José de Xerez Furna Uchôa era rico e era fidalgo. Tinha parentes no reino e viajava para lá, de vez em quando. Indo a Paris, no ano de 1743, viu no Jardim das Plantas alguns cafeeiros que navegadores holandeses tinham dado ao rei Luiz XV, e pensou em plantar esse arbusto na serra cearense, onde residia. Governava a França o duque de Choiseul, e Furna Uchôa conseguiu do poderoso ministro um empenho, que lhe valeu obter duas mudas de café. Embarcou-as consigo para o Brasil, e, apesar de seus cuidados diários, uma morreu na travessia. A outra escapou e foi a primeira da especie que cresceu e frutificou no áspero nordeste. Mos essa tentativa não logrou imitadores durante 97 anos, quasi um século, pois somente em 1824, dois anos após a independencia, o café foi plantado de novo no Ceará. Cultivaram-no Antonio Pereira de Queiroz, no sitio Munguaſpe, na serra de Baturité, e Filipe Castelo-Branco, no sitio Bagaço. As mudas ou sementes da primeira dessas plan-

maior riqueza da vasta zona do Brasil centro-meridional, — no Pará, onde primeiro vicejaram e frutearam, foram caindo em abandono. A terra roxa é que estava destinada a ser a Canaã do Brasil, graças principalmente à maravilhosa planta levantina.

Na derradeira década do século XVIII, ainda era relembrado em atos oficiais o nome de Francisco de Melo Palheta (ofício do governador d. Francisco de Sousa Coutinho, capitão-general da capitania de São-José-do-Rio-Negro, de 4 de fevereiro de 1795, "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras." 1925, t. 90, pag. 28), não a pro-

tações provinham do Cariri, no sul do Estado, para onde os cafeeiros haviam vindo de Pernambuco, em cujo interior se experimentara a sua cultura, na intercorrença desse quasi centenário. As da segunda vieram do Pará. Mais ou menos em 1826, o café se alastrou por outras serras cearenses: Aratânia e Pacatuba. Posteriormente, alcançou a do Maranguape e outras menos importantes. Deve datar do período compreendido entre 1731 e 1826, sem dúvida o plantio de cafezais na esplêndida região de Mamanguape, na Paraíba. Cabe, portanto, ao norte e ao nordeste do Brasil o papel de pioneiros da cultura do cafeeiro, que, encontrando na terra roxa paulista seu melo mais apropriado, se tornou a fonte da grande prosperidade de São Paulo e uma das maiores, sinão a maior riqueza nacional".

A propósito desses fatos, conta Luiz da Câmara Cascudo o seguinte: — "Em 19 de setembro de 1931, o sr. Gustavo Barroso descobriu um **Au Café du Ceará**, na rua de La-Gallé em Paris. Ninguém sabia o que era Ceará, nem a historia do remoto instalador. O sr. Gustavo Barroso pode deduzir que "O Café do Ceará" datava de uns cincoenta anos. Já passara a onda de Baturité, mas o cearense emigrado levava a recordação".

Tenho em dúvida a veracidade do que se atribui a José de Xeres Furna Uchôa, quando se quer torná-lo um segundo De Clieu, vinte anos depois da viagem deste para a América, onde introduziu o cafeeiro. Em 1743, a rubiacea já medrava nos arredores do Ceará, não sendo necessario, portanto, que Furna Uchôa a fosse então pedir ao duque de Choiseul...

pósito da introdução do café na Amazonia, porém sim quanto á vistoria efetuada no padrão da montanha d'Argent. O litigio de fronteiras, primeiro entre Portugal e a França e depois entre o Brasil soberano e a nação metropolitana da Guiana Francesa, havia de gerar atritos e graves preocupações diplomáticas, até á sua final e feliz solução por arbitramento, no último ano do seculo XIX.

A ONDA VERDE E A NEGRA INGRATIDÃO

Enquanto ocorria isso, — um imenso oceano verde, ora recoberto de alvíssimas flores, ora entremeiado de cerejas rubicundas, se estendera pelo ingente coração do Brasil centro-meridional. Era e é o melhor tesouro dessa zona opulenta. E quasi ninguem sabia, quasi ninguem abençoava o nome do patricio, a quem devia a nossa terra a origem dessa divicia. .

Quando foi que faleceu Francisco de Melo Palheta? Onde é que lhe repousam as cinzas? Quais são os seus descendentes, sobrevivivos hoje?

Aí estão perguntas que ficam sem respostas, — porque até agora não apareceu quem, com o alto interesse de uma justa homenagem ao indeslembravel paraense, procedesse a tais investigações, onde fossem elas mais faceis e frutuosas.

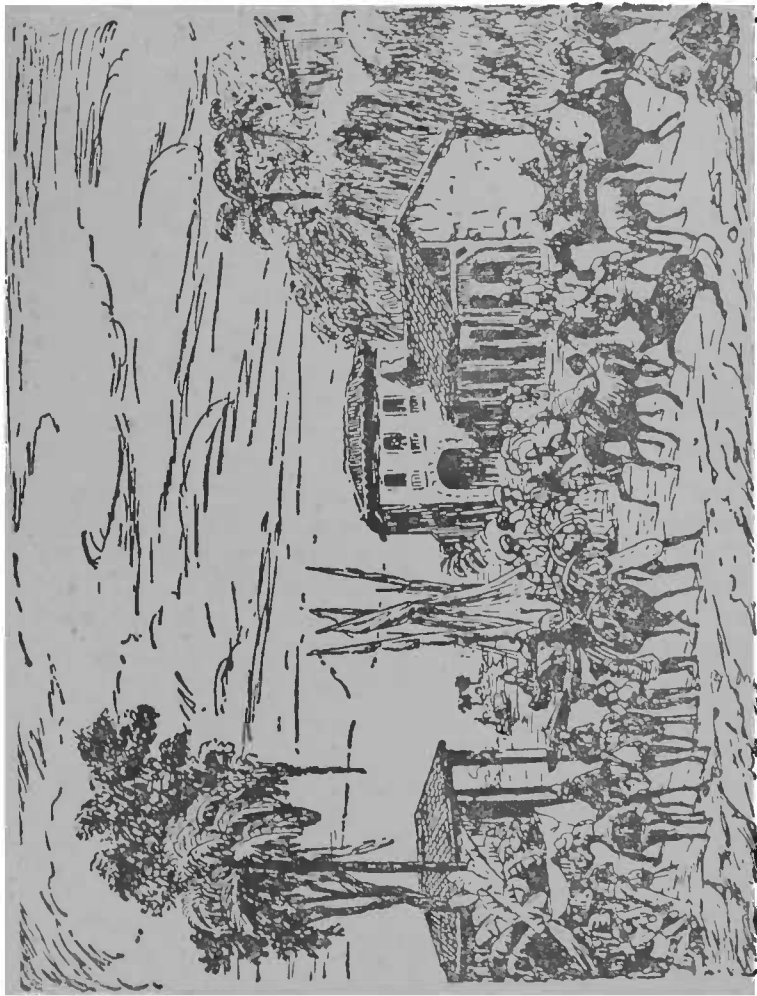
Em Fort-de-France, na Martinica, já existe, desde 1918, levantado pela gratidão daqueles ilhéus, um monumento a Gabriel de Clieu, que, arrostando privações, levou para ali, em 1723, a primeira muda de cafeeiro. Teceu-se em torno do feito do militar francês uma dupla auréola de poesia e de romance. Imortalizaram-no sisudos historiadores, inspirados épicos e novelistas imaginosos.

Pois a ação patriótica de 1727, do nosso capitão-tenente da guarda-costa, em nada é inferior á do capitão de infantaria da marinha francesa. Cronistas, romancistas e poetas nela encontrariam tambem farto pábulo a sérias pesquisas, ficções prosáicas e rimas sonóras. Enquanto, porém, não vierem estas á tona da publicidade, — o que não é muito de esperar-se, — tome ao menos o governo do Pará, berço e de certo sepultura de Francisco de Melo Palheta, a já tardia iniciativa de erguer ali, com o auxilio da União e dos Estados enriquecidos pelo café, uma escultura que perpetúe, na alma da geração atual e das gentes porvindouras, o reconhecimento do Brasil ao abnegado filho que, ha duzentos anos, transportou da fantástica região do “El-Dorado” para as terras da patria o ouro vegetal com que não sonharam sir Walter Raleigh e os seus crédulos sucessores.

E’ dívida cujo pagamento não póde e não deve ser adiado, sem que incorra o Brasil na pécha de ingrato. E se, para solvê-la, concorrer de algum modo esta minha sugestão, por integralmente satisfeito me darei destas investigações, pacientes, sinceras e desinteressadas (mas infelizmente lacunosas ainda, pela carencia de documentos), com que visei a ajudar melhores mourejadores da mesma seára, quanto á personalidade indeslebravel de Francisco de Melo Palheta.

II

OS CAMINHOS ANTIGOS, PELOS QUAIS FOI
O CAFÉ TRANSPORTADO DO INTERIOR
PARA O RIO-DE-JANEIRO E PARA OU-
TROS PONTOS DO LITORAL FLUMI-
NENSE



O café na um século: — Tropas chegando ao Porto-da-Estrela, na Baixada-Fluminense (Reconstituição do desenho de Rugendas).

PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES E CAMINHOS DE INDIOS

Subindo a Serra-do-Mar, penetraram em São-Paulo e em Minas-Gerais duas expedições, — simples entradas, — partidas do Rio-de-Janeiro, no século XVI.

Não se sabe até onde chegou a gente com que, em número de trinta homens, varou Ameríco Vespucci o sertão do Cabo-Frio por cerca de quarenta leguas. Deu-se isto em 1504, conforme o proprio célebre navegante referiu em carta a Soderini (“Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.”, t. XLI, p. 1.^a, pag. 17). E é provavel, consoante com o que disse Capistrano de Abreu (“Descobrimento do Brasil”, pags. 10-71), houvesse tentado Gonçalo Coelho empresa semelhante, quando descobriu a baía de Guanabara.

Tendo entrado aqui a 30 de abril de 1531, mandou Martim Afonso de Sousa explorar o interior por quatro portuguezes da sua esquadra, como se vê pelo “Diario da navegação” (pags. 25-26 da ed. de 1839) de Pero Lopes de Sousa: — “E foram e vieram em dois mezes; e andaram pela terra cento e quinze leguas; e as sessenta e cinco dellas foram por montanhas mui grandes, e as cincoenta foram por um campo mui grande; e foram até darem com um grande rei, senhor de todos aquelles campos, e lhes fez muita honra, e veiu com elles até

os entregar ao capitão J.; e lhe trouxe muito crystal, e deu novas como no rio Paraguay havia muito ouro e prata". Derby ("Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo" vol. V. pag. 241) e Calogeras ("As minas do Brasil e sua legislação" vol. I, pags. 17-19) acharam possível que os quatro expedicionarios houvessem chegado ás primitivas tabas dos cataguás; Capistrano, porém, julgou, mais acertadamente, que eles rumaram para as terras paulistas, onde os indios tinham noticias do Paraguaí.

A outra incursão, de que ha documento fidedigno, foi a comandada por Martim Corrêa de Sá, filho do governador do Rio-de-Janeiro (Salvador Corrêa de Sá, 1577-1598). Partiu daqui a 14 de outubro de 1597, composta de 700 portuguezes e 2.000 indios. Era um exército, que se destinava a auxiliar os *guaianás* contra os *tamoios*. Dele faziam parte dois ingleses, Henrique Barrow e Antonio Knivet (este desgarrado da frota corsaria de Cavendish), devendo-se ao último o relato da expedição ("Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.", t. XLI p. 1.^a, pags. 163-172). Infere-se do roteiro (reconstituído por José Higinio Duarte Pereira e que Derby aceitou e dilucidou) que a tropa foi daqui a Paratí, galgou a Serra-do-Mar, atravessou os campos de Cunha, transpôs o Paraibuna, alcançando as margens do Paraíba entre São-José-dos-Campos e Pindamonhangaba, e daí, dobrando a Mantiqueira, chegou até ao rio Sapucaí ou ao rio Verde. Desse ponto, o grosso da leva retornou ao Rio-de-Janeiro, tendo gasto cerca de um ano na viagem total. Knivet, porém, e mais 12 portuguezes, fabricando uma canôa, desceram o último rio atingido, e, embrenhando-se para sudoeste, foram dar numa aldêia de indios, os quais mataram a todos os lusitanos, poupando, todavia, ao inglês, a quem acompanharam rumo da costa,

presumindo-se que, pelo rio dos Patos, tenham vindo parar no litoral catarinense.

Conhecida primeiramente pela denominação de “caminho dos guaianás” por ter sido aberta por esses selvícolas para as suas comunicações entre os campos de Piratininga e a costa fluminense, a única vereda facilmente praticavel do Rio-de-Janeiro ao *hinterland* paulista e ao dos *cataguás* era, no século XVI e por quasi todo o XVII, a que desembocava em Paratí. Galgando a Serra-do-Mar e passando pelos campos da vila do Facão (hoje cidade de Cunha), bifurcava-se para Taubaté e Guaratinguetá, tendo apenas de permeio as cabeceiras dos rios Paraibuna e Paraitinga. Atingindo a Taubaté ou Guaratinguetá, encontrava o caminho que os bandeirantes paulistas já haviam franqueado para a caça de indios, esmeraldas, prata e outro no sertão dos cataguás, pois que, beirando o Paraíba, ia dali ás roças de Bento Rodrigues em Guaipacaré (atual Lorena) e, vadeando aquele rio pouco adiante, perto de Bocaina, entrava logo na garganta do Embaú, bem no alto da Mantiqueira, por onde caía no sul de Minas-Gerais. De Paratí, costeando o mar, havia ainda outra veréia, tambem aberta pelos guaianás, a qual, por Ubatuba, Natividade, Paraibuna e Mogí-das-Cruzes, era o meio mais curto de comunicações terrestres entre o Rio-de-Janeiro e a cidade de São-Paulo. A estrada de Paratí a Guaratinguetá tomou o nome de “caminho velho” nos ultimos anos do século XVII ou nos primeiros do século XVIII, quando entrou em tráfego o “caminho novo”, aberto por Garcia Rodrigues Pais, filho de Fernão Dias Pais, o caçador das esmeraldas.

Pelo “caminho velho” por ainda não permitir o “novo” em abertura o tráfego de animais, foi que viajou Artur de Sá e Meneses, governador e capitão-general

da Repartição-do-Sul (1697-1701), o primeiro dos administradores regios que nesse caráter esteve no *hinterland* mineiro. Partiu daqui a 23 de agosto de 1700 e só entrou de novo no lugar da séde do seu governo a 1.º de julho do ano seguinte.

ROTEIRO DO “CAMINHO VELHO”

Eis o “Roteiro do caminho velho da cidade do Rio-de-Janeiro para as Minas-Gerais dos Cataguás e do rio das Velhas” (pag. 177 da “Cultura e opulencia do Brasil” ed. de 1837, de André João Antonil, anagrama do padre jesuita João Antonio Andreoni, que a publicou em 1711):

“Em menos de trinta dias, marchando de sol a sol, podem chegar os que partem da cidade do Rio de Janeiro as Minas Geraes; porém raras vezes succede poderem seguir esta marcha, por ser o caminho mais aspero que o dos paulistas. E por relação de quem andou por elle em companhia do governador Arthur de Sá he o seguinte. Partindo aos 23 de agosto da cidade do Rio de Janeiro forão a Paraty, de Paraty a Taubaté, de Taubaté a Pindamonhangaba, de Pindamonhangaba a Guaratinguetá, de Guaratinguetá ás roças de Garcia Rodrigues, destas roças ao ribeirão. E do ribeirão com oito dias mais de sol a sol chegarão ao Rio das Velhas aos 29 de novembro: havendo parado no caminho oito dias em Paraty, dezoito em Taubaté, dois em Guaratinguetá, dois nas roças de Garcia Rodrigues, e vinte e seis no ribeirão. Que por todos são cincoenta e seis dias. E tirando estes de noventa e nove, que se contão desde 23 de agosto até 29 de novembro, vierão a gastar neste caminho não mais que quarenta e tres dias”.

CAMINHO DOS PAULISTAS

O caminho “dos paulistas”, a que se refere Antonil, é o “da vila de São Paulo para as Minas Gerais e para o rio das Velhas”, por ele anteriormente descrito, a pags. 173-176. Vinha por Mogí-das-Cruzes, Jacaré, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá ao porto de Guaipacaré, cujo primeiro povoador foi Bento Rodrigues (nome exato, ali dado pelo proprio jesuita italiano, que o transformou depois, equivocadamente, em Garcia Rodrigues, nas páginas seguintes). Assim, da atual Lorena é que rumavam os bandeirantes para o alto da Mantiqueira, em demanda da terra do ouro.

Releva ponderar que, de todas as expedições que penetraram os recessos de Minas-Gerais no século XVII, só a de Fernão Dias Pais (1674-1681) foi que fixou pousos ou roças que se transformaram em arraiais, além de propiciar, por meio de tres dos seus principais auxiliares, o descobrimento das riquezas do rio das Velhas (Manuel da Borba Gato), as comunicações com a Baía e o estabelecimento de currais de gado na vasta zona convezinhante (Matias Cardoso de Almeida) e a abertura do “caminho novo” (Garcia Rodrigues Pais).

O “CAMINHO NOVO”

Conforme os documentos por mim coligidos e estampados na “Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo” (vol. XVIII, 1914, pags. 338, 360, 388 e 430) e na “Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.” (t. 84, 1920, pags.

28-40) (*), Garcia Rodrigues Pais, mediante a licença que em 1698 obteve de Artur de Sá e Meneses, placitada pelo soberano português, tendo-se estabelecido á margem do rio Paraíba, no ponto onde surgiu a hoje cidade de Paraíba-do-Sul, atacou imediatamente o serviço, tanto para o *hinterland* aurífero, quanto em demanda do Rio-de-Janeiro, de sorte que, em fins de 1699, já era praticavel por pedestres a "picada" entre a baía de Guanabara e a Borda-do-Campo (atual Barbacena). Para transformá-la em estrada larga, por onde pudessem passar tropas, trabalhou seis anos, consumindo nisso todos os recursos de que dispunha, pois a obra foi feita á sua propria custa. Não estando ainda acabada, veiu-lhe em auxilio o cunhado, Domingos Rodrigues da Fonseca, que nela gastou cinco meses e meio, em 1704 ou 1705. Mas a conservação dela e as variantes para a facilitação da descida da Serra-do-Mar até ao porto exigiram novos esforços. Propôs-se Amador Bueno da Veiga (paulista famoso na guerra dos "emboabas") a completar a tarefa; mas pediu em troca tantas mercês, que a rainha regente (d. Catarina, viuva de Carlos II da Inglaterra e irmã de Pedro II de Portugal) lhe indeferiu o requerimento. Coube ao sargento-mór Bernardo Soares de Proença, conforme uma provisão régia de 1725, a ultimação da dita via pública, devendo-se-lhe presumivelmente a variante que terminava no Porto-da-Estrela, pois, conforme o referido documento, tornou a distancia quatro dias mais breve que a do trajeto anterior e livre do rigor da Serra-do-Mar. Não

(*) Os elementos históricos, que coligi e anotei, em comissão do governo paulista, nesta capital, acham-se hoje publicados nos vols. XLVII a LIV dos "Documentos interessantes para a historia e costumes de São-Paulo" e foram também aproveitados no meu trabalho "Expansão geográfica do Brasil colonial" (São Paulo, 1935).

se sabe a data precisa em que se deu essa intervenção de Bernardo Soares de Proença; mas, pela dita provisão régia, deve ter sido posterior a 1711. Ora, nesse ano, quando esta cidade foi tomada pela esquadra corsaria de Duguay-Trouin, — veiu da região mineira (Mariana e Vila Rica) ao Rio-de-Janeiro, pela estrada aberta por Garcia Rodrigues Pais e Domingos da Fonseca Leme, gastando apenas 17 dias, em marcha forçada, um exército de mais de 6.000 homens, com que o governador e capitão-general de São-Paulo-e-Minas-do-Ouro, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, tentou em vão acudir á praça, já capitulada e saqueada.

ROTEIRO DO “CAMINHO NOVO”

Eis o “Roteiro do caminho novo da cidade do Rio-de-Janeiro para Minas”, tal qual vem na citada obra de Antonil (pags. 178-180):

“Partindo da cidade do Rio de Janeiro por terra com gente carregada, e marchando á Paulista, a primeira jornada se vai a Irajá: a segunda ao engenho do Alcaide Mór Thomé Corrêa, a terceira ao porto do Nobrega no Rio Iguassú, aonde ha passagem de canoas, e savciros: a quarta ao sitio, que chamão de Manoel do Couto.

E quem vae por mar e embarcação ligeira, em um dia se põe no porto da Freguezia de Nossa Senhora do Pilar: e em outro, em canôa, subindo pelo Rio de Morobay acima, ou indo por terra, chega pelo meio dia ao referido sitio do Couto.

Deste se vae a Cachoeira ao pé da serra, e se poussa em ranchos. E daqui se sóbe á serra, que são duas bôas leguas: e descendo o cume, se arrancha nos Pousos, que chamam Frios. No dito cume faz um tableiro direito em que se pôde formar um grande batalhão; e em dia claro, é

sítio bem formoso, e se descobre delle o Rio de Janeiro, e inteiramente todo o seu reconcavo.

Dos Pousos Frios se vae á primeira roça do capitão Marcos da Costa; e della duas jornadas á segunda roça que chamam do Alferes.

Da roça do Alferes, em uma jornada se vae ao Páo Grande, roça que agora principia, e dali se vae pou-sar no matto ao pé de um morro, que chamam Cabarú.

Deste morro se vae ao famoso Rio Parahyba, cuja passagem é em canôas. Da parte daquem está uma venda de Garcia Rodrigues, e ha bastantes ranchos para os pas-sageiros: e da parte d'além está a casa do dito Garcia Rodrigues, com larguissimas roçarias.

Daqui se passa ao Rio Parahybuna em duas jorna-das: a primeira no matto, e a segunda no porto, onde ha roçaria, e venda importante, e ranchos para os passagei-ros de uma e outra parte. E' este rio pouco menos cauda-losa que o Parahyba: passa-se em canôa.

Do Rio Parahybuna fazem duas jornadas á Roça do contraste ("sic") Simão Pereira, e o pousa da primeira é no matto.

Da roça do dito Simão Pereira se vae á de Mathias Barbosa: e dali á roça de Antonio de Araujo: e desta á roça do capitão José de Souza: onde se passa á roça do Alcaide Mór Thomé Corrêa: e desta á de Manoel de Araujo. E em todas estas jornadas se vae sempre pela vi-zinhança do Parahybuna.

Da roça do dito Manoel de Araujo, se vae a outra rocinha do mesmo.

Desta rocinha se passa á primeira roça do Sr. Bispo: e dahi á segunda do dito.

Da segunda roça do Sr. Bispo fazem uma jornada pequena, á borda do campo, á roça do coronel Domingos Rodrigues da Fonseca.

Quem vae para o Rio das Mortes, passa desta roça á de Alberto Dias: dahi á de Manoel de Araujo, que chamam Resaca, e desta á ponta do morro, que é arraial bastante, com muitas lavras, donde se tem tirado grande copia de ouro: e ahi está um fortim, com trincheiras, e fosso, que fizeram os Emboabas, no primeiro levantamento. Deste logar se vae jantar ao arraial do Rio das Mortes.

E quem segue a estrada das Minas Geraes, da roça sobredita de Manoel de Araujo da Resaca do campo vae á roça, que chamam de João Baptista: dahi á de João da Silva Costa, e desta á roça das Congonhas, junto ao Rodeio da Itatiaya: da qual se passa ao campo do Ouro Preto, onde ha varias roças, e de qualquer dellas é uma jornada pequena ao arraial do Ouro Preto, que fica matto dentro, onde estão as lavras do ouro.

Todas as referidas marchas farão distancia de oitenta leguas a respeito dos rodeios, que se fazem em razão dos muitos e grandes morros, e pelo rumo de Norte a Sul, não são mais que dois grãos de distancia ao Rio de Janeiro: porque o Ouro Preto está em vinte e um grãos e o Rio das Velhas estará em vinte, pouco mais ou menos. E todo o dito caminho se pode andar em dez até doze dias, indo escoteiro quem for por elle.

Do campo do Ouro Preto ao Rio das Velhas, são cinco jornadas, pousando sempre em roças”

Deste roteiro, — cuja descripção é de 1711, — infere-se que ainda não estava franqueada a variante, devida a Bernardo Soares de Proença.

Já havia, porém, o encurtamento de dois dias e meio entre o Rio-de-Janeiro e o Sitio-do-Couto, desde que se embarcasse no Porto-do-Pilar, galgando-se o Morobaí (hoje rio do Pilar).

A identificação de alguns pontos do roteiro com as denominações atuais acha-se na citada obra de Calógeras (vol. I, pags. 72-74). O engenho do alcaide-mór Tomé

Correia “devia ficar nas proximidades de Mirití”. O sítio de Manuel do Couto “havia de achar-se ao sopé da cordilheira do Mar, antes do trecho encachoeirado da corrente do Morobaí” tanto mais quanto nas suas cabeceiras, entre a serra da Estrela e a do Tinguá, “estão o pico e a serra do Couto, alusivos provavelmente ao antigo morador, a que se refere Antonil”. Os Pousos-Frios devem ser “a oeste da fazenda da Quitandinha, perto de Petrópolis, talvez a serra de Boa-Vista, de que fala Saint-Hilaire”. A roça do Alferes, assim chamada do seu primeiro dono, o alferes de ordenanças Leonardo Cardoso da Silva (Pizarro, “Memórias históricas do Rio-de-Janeiro”, vol. IX, pag. 110), foi talvez onde é hoje Paí-do-Alferes. O Páu-Grande era incipiente roça, nas vizinhanças da atual estação de Avelar, da E. F. Melhoramentos. E “do Paraíba em diante, este traçado é o da E. F. Central do Brasil e o do ramal de Ouro-Preto, com discrepâncias mínimas; mais um exemplo da coincidência das zonas percorridas pelas vias ferreas e os antigos caminhos coloniais, calcados a seu turno sobre as estradas dos índios”.

Sobre as duas roças “do Sr. Bispo” nada dizem os autores, que consultei, quanto ao ponto exato em que eram. Sabe-se, todavia, que, além de propriedades rurais da mitra fluminense, adquiriu para si mesmo d. José Joaquim Justiniano de Mascarenhas Castelo-Branco, que regeu a diocese desde 1774 até 1808, a fazenda do “Capão” (em Inhaúma), que uniu a outra sua, denominada “Sant’Anna” e ao engenho que fôra de Brás de Pina, no Irajá. Mas a nenhuma destas últimas pôde referir-se a expressão de Antonil.

A grande copia de ouro, encontrada nas regiões do Tripuí, do rio das Mortes e do rio das Velhas, na primeira década do século XVIII, deu ensejo ao aumento do tráfico entre o *hinterland* mineiro e a cidade do Rio-de-Janeiro. Daí a necessidade de uma variante que facilitasse

a subida e a descida da Serra-do-Mar, tanto a pedestres, quanto a cavaleiros, ás tropas e aos combóios.

A isto satisfez a traça do sargento-mór Bernardo Soares de Proença, que conseguiu um encurtamento de quatro dias, buscando provavelmente o Porto-da-Estrela. E, para ainda mais facilitar as comunicações com a cidade do Rio-de-Janeiro, entre os pontos de beira-baía, ligou-se o rio Inhumirim ou rio da Estrela ao rio Morobaí ou do Pilar, por um canal, de que falaram Cazal ("Corografia Brasilica", 1817, vol. II, pag. 14) e Eschwege ("Journal von Brasilien" 1818, vol. II, pag. 66), explicando monsenhor Pizarro ("Memorias históricas do Rio-de-Janeiro", 1820, vol. III, pags. 264-265) toda a rêde potamográfica entre o Inhumirim e o Estrela, com as respectivas ligações.

EXPANSÃO DA CULTURA DO CAFÉ

Não se conhecem, até ao presente, as datas precisas em que começou a ser cultivado o cafeeiro nas terras fluminenses. Mandadas vir do Maranhão algumas sementes ou mudas, entre 1760 e 1762, para a cidade do Rio-de-Janeiro, pelo chanceler da Relação, desembargador João Alberto Castelo-Branco, vingaram apenas as que foram plantadas: uma, no quintal da casa em que residia ele, á ladeira do morro de Santo-Antonio, em ponto próximo á hoje Imprensa Nacional; outra, nos terrenos do mosteiro de Santa-Teresa; e duas na horta do convento dos capuchinhos italianos, á rua dos Barbonos (primitivamente chamada "Caminho dos Arcos da Carioca" e que tomou o nome então vulgar dos frades, depois conhecidos por "barbadinhos" mais cariciativamente), atualmente Evaristo-da-Veiga. Destes últimos pés, que parece haverem produzido mais cedo e melhor que os outros, recebeu o holandês João Hoppman sementes, que plantou em sua chácara

de Mata-Porcos, a qual foi mais tarde conhecida por "Chacara do Siqueira" (por ter pertencido ao negociante J. Siqueira da Costa), sita á atual rua de São-Cristóvão, em frente á Miguel-de-Frias, e limitada pelo lado esquerdo do rio. Ao bispo d. José Joaquim Justiniano de Mascarenhas Castelo-Branco, que regeu a diocese fluminense desde 1774 até 1805, foi que deveu o cafeeiro a propagação em parte do interior do atual Estado do Rio-de-Janeiro. Tendo-o cultivado em sua fazenda do Capão (Inhaúma), forneceu logo mudas, tiradas dali, ao padre Antonio Couto da Fonseca, proprietario de um sitio em Mendanha, e ao padre João Lopes, dono de terras cultivadas do distrito de São-Gonçalo. Parece que da lavoura do padre Antonio Couto da Fonseca foi que saíram as sementes ou mudas que primeiro se plantaram em Resende, donde irradiou a rubiaceae pelo vale do Paraíba em fóra. Ao marquês de Lavradio, que vice-reinou aqui de 1769 a 1779, também coube estimular a disseminação da preciosa planta pela Baixada-Fluminense, chegando até a conceder isenção do serviço militar aos moradores de São-João-Marcos que cultivassem certo número de cafeeiros. Affirma Honorio Lima ("Noticia histórica e geográfica de Angra-dos-Reis" Niterói, 1889) que o municipio angrense foi o terceiro da região fluminense onde se agricultou a *coffea arabica*.

Para que se faça idéia do impulso que tomou essa cultura no territorio fluminense, basta que se saiba que em 1828 se entregavam a ela, na zona confinante com a fazenda nacional de Santa-Cruz, 172 lavradores, os quaes, com o auxilio de 6.309 escravos, colheram no referido ano 173.820 arrobas (*).

(*) Veja-se "O tombo ou copia fiel da medição, e demarcação da fazenda nacional de Santa Cruz, segundo foi havida, e possuida pelos padres da Companhia de Jesus, por cuja extinção passou á nação (Rio, Lessa & Pereira, 1829), pags. 169-175.

Ora, esse desenvolvimento da lavoura cafeeira, operado em fins do século XVIII, foi justa compensação da baixa do rendimento das lavras auríferas, fenômeno a que se vincula capitalmente a inconfidência mineira de 1789. Os combóios que traziam o ouro para a baía de Guanabara (para nenhum outro porto podia ele ser conduzido, em razão da carta régia de 18 de março de 1711, que sujeitou a praça de Santos ao governo do Rio-de-Janeiro, proibiu que das Minas houvesse comunicação com aquela e só a permitiu com esta pelo “caminho novo”, como se vê na coleção “Governadores do Rio-de-Janeiro” liv. XX, fls. 25, do Arquivo Nacional), foram sendo substituídos por tropas, que transportavam café e outros produtos da região sertaneja, até que, em meados do século XIX, se iniciasse a primeira via ferrea de penetração do interior fluminense-paulista-mineiro.

Antes de serem fincados os trilhos da E. F. Mauá e da E. F. D. Pedro II, — só existiam, com variantes e ramais que a necessidade do tráfego obrigou a abrir, o “caminho velho” dos guaianás e o “caminho novo”, este ultimo franqueado por Garcia Rodrigues Pais, Domingos Rodrigues da Fonseca e Bernardo Soares de Proença.

OS CAMINHOS PARA ANGRA-DOS-REIS

No “caminho velho” em vez do primitivo ponto terminal no Atlântico, que era Paratí, surgiram os de Jurumirim, Ariró, Itamema, Frade, Mambucaba e Sitio-Forte, todos no grande golfo angrense. Neste é que se despejava a produção de quasi todo o sul e sudoeste da terra fluminense, do chamado norte paulista, da zona meridional de

Esta preciosa obra, hoje rara, foi erroneamente atribuída por Blake ao conselheiro José Paulo de Figueiredo Nabuco de Araujo.

Minas e ainda de Goiás. Até 1864, a antiga povoação dos Santos-Reis-Magos foi, depois do Rio-de-Janeiro, o porto mais movimentado do sul do Brasil. Para atender a tão ativo commercio, impôs-se o franqueamento de novas estradas dali para Bananal—São-José-dosBarreiros—Resende, para Bananal—Cruzeiro, para Rio-Claro—Barra-Mansa, para São-João-Marcos e outros pontos. Algumas, como o terreno o propiciasse, não precisaram de calçamento e ficaram conhecidas por “estradas de barro”, qual a de Angra a Rio-Claro; outras foram macadamizadas, parcialmente pelo menos. Taes são: a de Mambucaba, extendendo-se em parte do “caminho velho”, trifurcando-se, depois, entre a Serra-Geral e a Serra-do-Frade, para Cunha, para Arêias e para Bananal; Bananal, ponto de onde partiam caminhos para Resende e para Barra-Mansa (o último depois transformado na E. F. Bananalense), liga-se por boas estradas aos portos angrenses de Jurumirim, Ariró, Frade e Bracuí, ás quais se deveu, principalmente, a intensificação da lavoura cafeeira nas zonas do sudoeste fluminense e do nordeste paulista; Rio-Claro, além da “estrada de barro” para Angra, ainda a esta se liga pela “estrada de Caramujo”, bem como a Jurumirim, pela “estrada de João de Oliveira”

Todos esses caminhos devem ter sido abertos ou melhorados de fins do século XVIII até á primeira metade da centuria seguinte. A maior atividade do tráfego, por elas realizado, foi entre 1840 e 1864. Em 1845, por exemplo, havia em Jurumirim uma das mais pujantes casas comerciais do sul do Brasil: — era a de José Francisco da Silva, que, como commissario de café e outros gêneros, possuia em movimento um capital de cerca de 4.000:000\$ (equivalente talvez a 40.000:000\$00 de hoje), e, para o transporte marítimo dos productos em que negociava, dispunha de tres navios a vela e de mais 16 barcos pequenos,

Contratada pelo governo imperial, em 10 de maio de 1855, a E. F. D. Pedro II, — cuja construção foi imediatamente encetada e cujos trilhos foram locados, com pequenos variantes, no “caminho novo” aberto por Garcia Rodrigues Pais, de 1698 a 1704, — chegou a Queimados em 29 de março de 1858 e a Belém em 8 de novembro do mesmo ano, e a 1.º de setembro de 1864 ficou concluído o trecho até Barra-do-Piraí; em 1871, atingiu a ponta dos trilhos, na linha do centro, a Porto-Novo-do-Cunha; e, finalmente, graças á Companhia E. F. São Paulo e Rio-de-Janeiro, era inaugurado, a 8 de junho de 1877, o trecho entre a capital dos bandeirantes e Cachoeira, ligando-se aquella á capital do Brasil. Canalizando pela nova ferrovia as mercadorias e os passageiros da extensa zona a que serve, — começaram a despovoar-se os caminhos destinados ao golfo angrense. A velha povoação dos Santos-Reis-Magos e os seus outros emporios entraram em decadencia, de que ainda não resurgiram totalmente.

VARIANTES E RAMAIS DO “CAMINHO NOVO”

A variante do “caminho novo”, devida a Bernardo Soares de Proença, e que ficou ultimada antes de 1725, vinha de pouco abaixo de Patí-do-Alferes até á Serrados-Orgãos e daí ao porto-da-Estrela, no rio Inhumirim. Outra estrada, ainda mais curta do que essa, foi franqueada depois, em data que se não póde precisar: — do lugar chamado Encruzilhada, pois por aí passava o “caminho novo” e com este se cruzou o ainda mais novo, abaixo da cidade de Paraíba-do-Sul, vinha, por Cebolas, Pampulha e Padre-Correia até á Fazenda-da-Mandioca (que pertenceu a Langsdorff e foi depois adquirida pelo governo

imperial, que ali estabeleceu uma fábrica de pólvora), onde entrava na variante anteriormente aberta. Por esse último caminho foi que viajou o Tiradentes de Vila-Rica para a cidade do Rio-de-Janeiro, em março de 1789, pré-gando, em todos os pontos, onde pousou, a independência do Brasil sob a forma republicana.

Em 1819 e 1820, a Junta do Comercio do Rio-de-Janeiro, afim de facilitar o tráfego com a região do nordeste fluminense e do sul e oeste mineiros, fez uma estrada que partia do "caminho novo" em Iguassú, e, em vez de atravessar a Serra-da-Viúva, passava por outra parte dela, que se ficou, por isso, chamando Serra-da-Estrada-Nova; daí seguia para Vassouras, onde, subindo á esquerda para o lugar chamado Desengano e á direita para o ponto denominado Comercio, ambos ás margens do Paraíba, ia encontrar as vias comuns, já existentes, para Valença e Rio-Preto e para o vale do Paraíba. Esse novo meio de comunicação, preferido pelas boiadas e varas de porcos, com que a zona pecuária mineira do rio das Mortes abastecia o Rio-de-Janeiro, ficou sendo conhecido (como se vê em Saint-Hilaire, "Voyage aux sources du Rio de S. Francisco et dans la Province de Goyaz", Paris, 1847, t. I, pag. 23) pelas denominações de "caminho do commercio", "caminho novo" e "estrada nova".

O "CAMINHO DE TERRA"

Finalmente, o "caminho de terra", como vulgarmente se chamou na primeira metade do século XIX, e que ficou sendo o preferido para as comunicações com Minas-Gerais, era o da última variante do "caminho novo", já mencionada acima, até ao Porto-da-Estrela. No seu percurso até á cidade da Paraíba-do-Sul, era o seguinte (consoante com as informações de Raimundo José da Cunha Matos,

“Itinerario do Rio-de-Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas provincias de Minas-Gerais e Goiás”. 1846, 2 volumes): — ro Rio-de-Janeiro a Porto-da-Estrela, 5 leguas; de Porto-da-Estrela a Mandioca, 2 leguas (3 leguas, segundo Saint-Hilaire); de Mandioca a Padre-Corrêia, 5 leguas; de Padre-Corrêia a Rancho-do-Almeida, 3 ½ leguas; de Rancho-do-Almeida á Boa-Vista-da-Pampulha, 2 ½ leguas; de Boa-Vista-da-Pampulha á Fazenda-do-Governo, 2 ½ leguas; da Fazenda-do-Governo á cidade de Paraíba-do-Sul, 2 leguas. Eram, ao todo, 22 ½ leguas, notando-se que a maior distancia era a do trajeto da cidade do Rio-de-Janeiro ao Porto-da-Estrela, passando pela Penha, assim como entre Pavuna e Merití, até atingir ao Pilar e logo adeante ao Porto-da-Estrela. Quem queria fazer essa viagem mais rapidamente e comodamente por mar, embarcava no antigo Cáis-dos-Mineiros (assim chamado, porque por isso o preferiam os filhos da terra dos inconfidentes), e, dentro em seis horas, chegava ao Porto-da-Estrella, distante apenas duas leguas da foz do Inhumirim, ao fundo da baía de Guanabara.

Do intenso commercio de trânsito que se realizava pelo Porto-da-Estrela, entre o interior de Minas-Gerais e da provincia fluminense com a praça do Rio-de-Janeiro, pouco dizem os autores patricios. Assim é que Pizarro se limita a meia duzia de palavras (ob. cit., vol. III, pags. 265-266; e vol. IV. pags. 108-109). Referencias mais precisas, umas ligeiras e outras minudenciosas, encontram-se nos seguintes escritores, que por ali passaram para o interior do Brasil, em varios anos da primeira metade do século XIX: — John Mawe, “Travels in the interior of Brazil” (Londres, 1812, obra de que saíram edições em francês, alemão, italiano, holandês e português), pag. 10 da versão publicada em Belo-Horizonte (1922); Spix e Martius, “Reise in Brasilien in den Jahren 1817 bis 1820” (Munich, 1823-1831, 3 vols. e 1 atlas), vol. I, pag. 156;

J. Friederich von Weech, "Reise über England und Portugal nach Brasilien und den Vereinigten Staaten des La Plata Stromes während den Jahren 1823 bis 1827" (Munich, 1831, 3 vols.), vol. II, pag. 138; J. Emmanuel Pohl, "Reise in Inner von Brasilien in den Jahren 1817-1821" (Viena, 1837-1838, 2 vols.), vol. I, pag. 176; R. Walsh, "Notices of Brazil in 1828 and 1829" (Londres, 1830, 2 vols.); comte de Suzannet, "Souvenirs de voyage — Les provinces du Caucase — L'Empire du Brésil" (Paris, 1846), pag. 259; e dr. Hermann Burmeister, "Die Provinzen von Rio de Janeiro und Minas Geraes" (Berlim, 1853), pag. 546 (*).

Da sua passagem, duas vezes, pelo Porto-da-Estrela, em 1819, deixou Saint-Hilaire ampla noticia em sua obra "Voyage aux sources du Rio de S. Francisco et dans la province de Goyaz" (Paris, 1847, 2 volumes), t. I, pags. 4-7. Aí, atribuiu ele a importancia, então adquirida por aquela localidade, não só ao algodão, que vinha de Minas-Novas, como tambem ao café, que já se começava a exportar do sul da provincia de Minas-Gerais, o que não datava senão de pequeno número de anos atrás, conforme acentuou.

(*) O dr. Hermann Burmeister, na descrição da sua "Reise nach Brasilien" (Berlim, 1855), além de dar noticia fidedigna dos caminhos de terra e do mar (pags. 526-527), refere-se ás estradas que a lavoura mineira foi abrindo ou melhorando em meados do século XIX e fala (pag. 534) no ramal do Sumidouro, que se bifurcava para Parafba-do-Sul, á esquerda, e á direita, para Mar-de-Espanha, São-João-Nepomuceno e Pomba. O illustre naturalista germânico é um dos mais minuciosos e sérios, que conheço, no tocante ás observações que registrou sobre a nossa terra, e até raros são os enganos na grafia de topônimos, tão abundantes na sua excelente obra, que bem merece ser trasladada ao nosso idioma (a exemplo de outras), para mais ampla divulgação.

A E. F. MAUÁ

O declínio do Porto-da-Estrela, como emporio de trânsito comercial, deu-se ainda mais cedo do que o dos portos do golfo angrense, e foi motivado pela construção da E. F. Mauá, por um lado, auxiliada pela rodovia União e Industria, e pela E. F. D. Pedro II, por outro lado.

Irineu Evangelista de Sousa, — o grande realizador patricio do século XIX, brasileiro com a atividade peculiar dos yankees e cuja portentosa influencia em nossa evolução econômico-financeira foi recentemente posta em fóco pelo brilhante e oportuno estudo, verdadeiro monumento literario de civismo, devido ao sr. Alberto de Faria, — obteve concessão do governo imperial para construir uma via-ferrea desde o mar até á Raiz-da-Serra, assim como para a navegação entre o ponto inicial dessa estrada e a cidade do Rio-de-Janeiro. Foi essa a primeira estrada de ferro que teve o Brasil (*). Inaugurada a 30 de abril

(*) O primeiro ato official, em que se cogitou de uma ferrovia no Brasil, foi a lei de 31 de outubro de 1835, a que se seguiu o decreto de 4 de novembro de 1840, não tendo passado ambos do papel para a realidade. Das provincias, a primeira que se lembrou de obter uma estrada de ferro foi: São-Paulo, como se vê da resolução, datada de 22 de março de 1838, do seu poder legislativo, a qual também ficou letra morta; a segunda foi a do Rio-de-Janeiro, cuja assembléia aprovou sucessivamente as leis de 9 de maio de 1840, 28 de maio de 1843 e 27 de abril de 1852, tendo sido esta última que deu origem á E. F. Mauá. Pelas datas, pôde-se assegurar que para todas as aspirações de progresso influíu poderosamente a cultura do cafeeiro em nosso paiz.

Graças a Irineu Evangelista de Sousa, — veiu o Brasil a figurar em terceiro lugar entre as nações sul-americanas que realizaram o assinalado melhoramento de vias-ferreas, pois o Perú o introduziu no seu territorio em maio de 1851 e o Chile no mesmo mês do ano seguinte.

de 1854, de Mauá a Fragoso, chegava em dezembro de 1856 á Raiz-da-Serra. Assim, partindo de um ponto mais ao fundo da baía de Guanabara, além da foz do Inhumirim, galgavam os trilhos uma extensão de 18 kilômetros, atingindo ao “caminho novo” Prevendo o enorme encurtamento de distancias entre a estrada de Minas-Gerais e o porto de Mauá, — quasi uma reta, qual o demonstra qualquer boa carta geográfica, — também pediu e obteve concessão, a 13 de dezembro de 1852, para outra ferrovia, de Petrópolis até ao rio Paraíba, nas imediações do ponto chamado Tres-Barras, e daí até Porto-Novo-do-Cunha.

Este traçado, porém, — que, partindo da linda cidade banhada pelo Piabanha, era, em quasi metade da sua largura, o mesmo da última variante do “caminho novo” — estava destinado a não receber trilhos, mais atraído pela zona fluminense, de onde se aproximavam as prósperas terras de São-Paulo. A grande curva para a Barra-do-Piraí foi imposta pelo café paulista.

A ESTRADA UNIÃO E INDUSTRIA

Mas outro compatriota nosso, de larga visão prática e também de benemerencia por serviços inestimaveis, — Mariano Procopio Barbosa Lage, — muito concorreu para transformar em realidade, embora de outra fórmula, o projeto de Irineu Evangelista de Sousa. Foi a estrada de rodagem União e Industria, cuja concessão é igualmente de 1852. Construiu-se apenas o trecho de Petrópolis a Juiz-de-Fóra. O plano de Mariano Procopio era, entretanto, complementar do de Irineu Evangelista de Sousa, porquanto a concessão obtida pela Companhia União e Industria era, — e isso quando ainda não se cogitava da E. F. D. Pedro II, — para uma estrada carroçavel, que, partindo da então vila de Paraíba-do-Sul, fosse ter a

Porto-Novo-do-Cunha; deste último ponto sairiam dois ramais, um para Mar-de-Espanha, com destino a Ouro-Preto, e o outro para o rio das Velhas, passando por Barbacena, donde se faria um esgalho para São-João-del-Rei. Esse plano gigantesco, que a Companhia União e Industria só executou em pequena parte, e que parecia uma previsão do movimento rodoviario contemporaneo, provocado pelo invento do automovel, está sendo aproveitado pelo governo de Minas, auxiliado pelas municipalidades, que, patrioticamente, cuidam ali mais de administração honesta e sábia do que de politicagem retrógrada e funesta.

A S. PAULO RAILWAY

Ha ainda outra via-ferrea, que não teria surgido tão cedo no Brasil, — se no Brasil não houvesse então a riqueza do café e a atividade gigantesca de Irineu Evangelista de Sousa: — a “S. Paulo Railway”

Conforme se verifica pelas proprias palavras do barão de Mauá (constantes da sua “Exposição”, Rio 1878), ele e os seus dois preclaros amigos, o marquês de Monte-Alegre e o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno (depois visconde e marquês de São-Vicente), foram os que cogitaram de uma estrada de ferro, que, “partindo de Santos, galgasse a serra do Cubatão e, pela linha mais reta, se dirigisse aos distritos mais produtivos da provincia de São-Paulo, aonde a cultura do café começava a desenvolver-se em condições tão favoraveis, que prometia á provincia um futuro dos mais esperançosos”.

Obtiveram os tres eminentes brasileiros a respetiva concessão a 26 de abril de 1856, estabelecendo-se nela Santos e Jundiaí como pontos extremos, além da garantia de juros de 5 % sobre o capital de £ 2.000.000.

Tratando-se de uma construção difícil, por causa da serra de Paranapiacaba, gastaram-se mais de tres anos nos trabalhos de exploração e estudos, que foram feitos pelos engenheiros Roberto Milligan, d'Ordan, Fox e Brunlees. Os nossos agentes financeiros na Inglaterra, — os srs. N. M. Rothschild & Sons, — exigiram, para figurar a sua firma no prospeto da empresa, nada menos de £ 25,000, despendidas pelo barão de Mauá (os seus dois companheiros, ao invés de "cumquibus" concorreram apenas com os seus nomes illustres. . .) com os estudos acima referidos, — a maior parte do capital foi subscrita pela casa Mauá & C., pois a firma do Rio-de-Janeiro tomou 5.000 ações e a filial de Manchester 4.300.

Denominada "S. Paulo Railway Company", com séde em Londres, foi autorizada a funcionar no Brasil por decreto imperial de 6 de junho de 1860. A 24 de novembro desse mesmo ano, iniciou-se a construção da linha, que, com a extensão de 139 kilômetros, foi entregue ao tráfego em 16 de fevereiro de 1867.

Essa estrada de ferro, — devida principalmente á rubiacea e que cooperou eficazmente para o progresso de São-Paulo, — foi, entretanto, o golpe mais profundo que sofreu a sólida situação financeira do inolvidavel Mauá, o brasileiro mais realizador, á custa dos proprios recursos, que já houve em nossa terra.

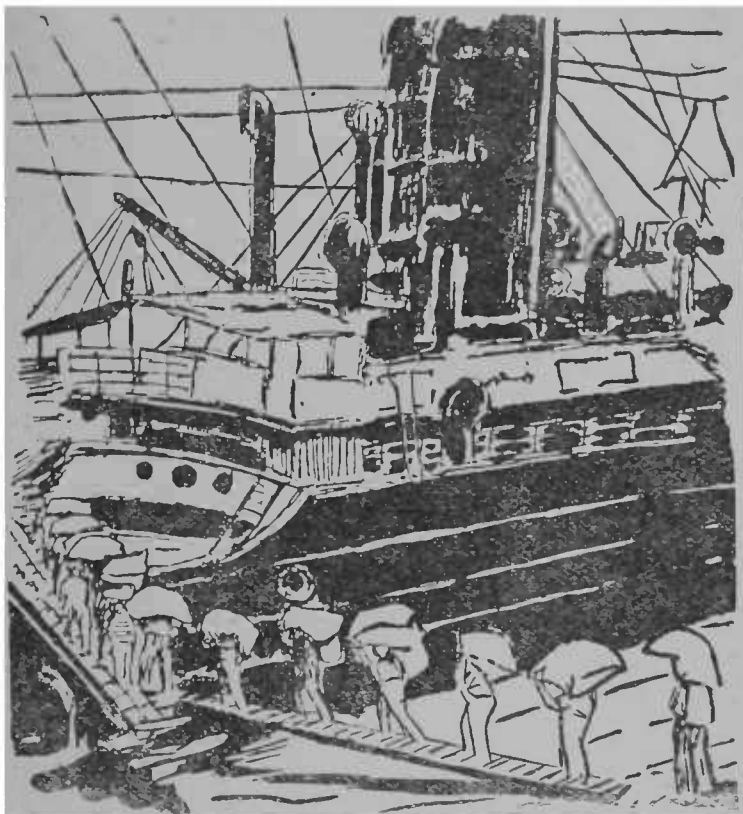
CONCLUSÃO

Seja como fôr, os antigos caminhos, — quer franqueados pelos indios nas suas incursões do interior para o litoral, quer o aberto por Garcia Rodrigues Pais, Domingos Rodrigues da Fonseca e Bernardo Soares de Proença, por causa das riquezas metálicas descobertas pelos

intrépidos bandeirantes paulistas no *hinterland* mineiro, — representaram papel relevante em nossa evolução econômica e chegaram ao apogeu da sua importância comercial em meados do século XIX, graças principalmente á lavoura cafeeira nas terras fluminenses, mineiras e paulistas. Foi a intensificação dessa nova cultura que impôs outros caminhos ou variantes dos velhos. E, finalmente, foi ainda ela que concorreu poderosamente para que sobre dilatada porção dessas primitivas vias de comunicação se lançassem trilhos, sem os quais o progresso do interior não teria nunca a marcha acelerada, que patenteia o vigor da nossa operosa gente e a uberdade da nossa privilegiada terra.

III

AS LENDAS EM TORNO DA LAVOURA
DO CAFÉ



Embarque de café no porto de Santos (desenho que reproduz um aspeto habitual nos fins do século passado, quando ainda não estavam em atividade os guindastes modernos).

1) — O CAFÉ NO LENDARIO ORIENTAL

Dotados de cáldo e fecundo poder imaginativo, criaram os filhos da Arábia, em torno do café, quer no seu proprio tradicionalismo popular, quer no da bacia levantina do Mediterraneo, conquistada e melhorada pela sua pujante civilização, muitos enredos quiméricos, tecidos em prosa e verso, sobre o descobrimento fortuíto da preciosa planta, sobre o uso, virtudes e maleficios da bebida que lhe extraíam dos frutos e, finalmente, sobre as perseguições religiosas a que deu ela ensejo no berço de Mafoma, no Egipto e na Turquia.

O primeiro escritor europeu (*) que recenseou essas lendas, — conforme presumo, porque em outros anteriores não se me depararam elas, — foi G. E. Coubard d'Aulnay, em sua "Monographie du café", publicada em 1832 (París). Correntes no extremo levante mediterraneo

(*) O segundo, um século depois, foi, como já vimos, o judeu alemão Heinrich Eduard Jacob, com o seu curioso livro "Sage und Siegeszug des Kafees — Die Biographie eines weltwirtschaftlichen Stoffes" (Berlín, Rowohlt, 1934). Sobre a edição yankee (New-York, Viking Press, 1935), traçou Lewis Gannett, pela "Tribune" de 13 de outubro de 1935, uma desenvolvida e erudita crítica, cujo conhecimento devo á gentileza do nosso distinto compatriota, sr. Artur Coelho, residente em New-York.

e nas costas povoadas do oceano Índico, desde o século XVI, — era natural que as colhessem, e divulgassem em retorno, os viajantes que do mundo ocidental se dirigiam para ali, como cultores da ciência ou a serviço de interesses comerciais.

Se se conhecem contos e fábulas, — no sentido folclórico de tais termos, — em que figure o café, como principal motivo do populario árabe, restam as narrações fantasiosas sobre os temas que mencionámos acima e os poemas que surgiram ao tempo das lutas do fanatismo islâmico contra a rubiacea.

São curiosas as tradições respeitantes ao descobrimento das qualidades benéficas do hoje famoso vegetal e, como se vai ver, repousam no mesmo facto que se conta com relação ás propriedades febrífugas da quina (*chinchona*).

Relata uma das lendas que a sorte de ser o primeiro a quem se revelou a capacidade estimulante da *coffea* coube a humilde pastor anónimo (provavelmente abissínio), o qual teve ocasião de observar que as cabras, confiadas á sua guarda, quando comiam as folhas ou frutos de certo arbusto, eram tomadas de súbita alegria e saíam aos pinotes e aos berros, campo em fóra... Daí o experimentar o zagal, em si proprio, os efeitos tónicos da planta e transmitir tal conhecimento aos parentes e amigos.

A outra não passa de desenvolvimento dessa: — Obscuro pagueiro do Yemen tinha a seu cargo apascentar dois rebanhos de cabras, em determinado sitio, e notou que um deles se nutria melhor e ostentava maior lepidéz. Pondo-se a investigar a causa disso, apurou que a grei mais sadia e mais ativa era a que comia á farta frutos e folhas de certa planta ali existente. Não hesitou ele mesmo em imitar os sagazes animais do seu armento. Mas, achando muito rijas as sementes, lembrou-se de torrá-las e de juntar-lhes manteiga. Sentindo que lhe beneficiava o or-

ganismo o uso de tal droga, altruisticamente o divulgou na região.

Registra a “Enciclopedia ilustrada europeu-americana” (Barcelona, Hijos de J. Espasa, s. d.), t. X, pags. 366, uma terceira lenda, “menos conhecida” relativa ao invento do uso do café e ás virtudes de tal bebida, e que é a seguinte: — “Dois peregrinos, Abuhassan Schazali e Omar, estavam de jornada para Méca, quando o primeiro disse, de repente, ao segundo: — *Sinto que vou morrer dentro em poucos instantes. Jura que has de obedecer-me e que farás tudo quanto te ordenar o primeiro homem, a quem encontrares após a minha morte!* Assim disse e expirou. Nisto, viu Omar aparecer um homem, que abriu na terra um buraco, donde jorrou agua, com a qual lavou o cadáver de Abuhassan, enterrando-o ali mesmo. Dispondo-se o desconhecido a prosseguir imediatamente a sua viagem, deteve-o Omar, e, com imensa admiração sua, nele reconheceu o proprio companheiro, que acabava de ser inhumado. Indigiu-lhe então Abuhassan uma grande bola de madeira, que girava ali, e recomendou a Omar que a seguisse, até que ela por si mesma parasse. Correu Omar atrás da bola até Sarvacum, onde ela se deteve. Durante o tempo em que marchava ele no encaço da misteriosa esfera, teve ensejo de curar muitos enfermos e até de salvar a vida periclitante de uma princesa. Esta, com razão agradecida, enamorou-se do seu salvador, de tal modo, que se pôs a acompanhá-lo por toda parte, causando assim o mais vivo desgosto ao rei, seu pai, e a todo o seu povo. O monarca, genitor da princesa, para afastá-la de Omar e livrar-se deste, desterrou-o, de envolta com um bando de facínoras, para um rincão deserto, onde, por lhes não fornecer alimento, acreditava que os exterminasse lentamente a fome. Todos os exilados, entretanto, escaparam á horrivel morte por inanição, graças aos frutos da arvore do café, que ali encontraram, e dos quais, além do

alimento que deles hauriram, ainda se lembraram de extrair uma beberagem, com que conseguiram curar até leprosos. Sabedor de taes fátos, tão maravilhosos, perdoou o rei a Omar, a quem cumulou de honrarias e favores, entre os quaes se conta o de um palacio, que lhe ofertou para residencia”.

Com essas tradições entrelaça-se a seguinte, na qual já penetra o sentimento religioso, tão intenso na alma dos agarenos: — Ambicionava fervoroso crente, por seu desmedido devotamento aos preceitos do Alcorão, poder rezar tambem á noite, — o que muito lhe custava fazer, em razão do invencível cansaço que lhe sobrevinha á dura lida quotidiana. Vendo assim obstado pelo sono o cumprimento de um dever que lhe demandavam os rígidos mandamentos da fé, aconteceu, todavia, que dele se apiedasse a alma egregia de Maomé, o qual, aparecendo-lhe em sonho, o aconselhou a procurar certo pegureiro, possuidor de remedio seguro para o grave caso. Executando prontamente a sugestão sobrenatural, recebida dos santos labios do Profeta, — isto é, tomando a bebida, que lhe fôra receitada pelo pastor, e que outra não era senão o café, — pôde dali por diante o muçulmano, em paz e pelo tempo que lhe aprouvesse, erguer a Alá os seus gratos hinos e excelsas orações. .

Acham-se essas lendas em livros de viajantes europeus e ás mesmas já fizeram referencias alguns escritores brasileiros, entre os quais ligeiramente F. L. C. Burlamaque (“Monografia do cafeeiro e do café”, Rio, 1860, pag. 3) e mais desenvolvidamente Paulo Porto-alegre (“Monografia do café — Historia, cultura e produção” Lisbôa, 1879, pags. 21-22).

A última das historietas, que citei, mereceu assento, com o nome do crente, na volumosa “Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes” (nouv. éd., Paris, 1820-1821,

12 vols.), do padre Guillaume Thomas François Raynal. Eis como a registrou ele (vol. III, pags. 83-84): — “Le cafier vient originairement de la haute Ethiopie, où il est cultivé de temps immémorial. On croit communément qu’un *mollah* nommé Chadely fut le premier Arabe qui fit usage de son fruit, dans la vue de se délivrer d’un assoupissement continuel qui ne lui permettait pas de vaquer d’une manière convenable ses prières nocturnes. Ses *derwiches* l’imitèrent; leur exemple entraîna les gens de loi. On ne tarda pas à s’apercevoir que cette boisson purifiait le sang, dissipait les pesanteurs de l’estomac, égayait l’esprit; et ceux mêmes qui n’avaient pas besoin de se tenir éveillés l’adoptèrent. De Médine, de la Mecque, elle passa par les pèlerins dans tous les pays mahométans”

O primeiro documento autêntico, relativo ao café, saiu da pena de um *sheik* arabe, Abd-el-Kader Ansari Sjezeri Hambali, em 1597. Incorporou-se entre os códices manuscritos da Biblioteca Nacional de Paris, onde tomou o n. 4.590 da respetiva coleção. Aproveitou-o o orientalista Sylvestre de Sacy, em sua “Chrestomathie arabe” vinda á luz em 1806 (Paris). Traduzido algo fóra da letra, figura ele aí sob o título “Des preuves les plus fortes en faveur de la légitimité de l’usage du café” Pela narração do escritor ismaelita, a última das lendas por nós expostas assume aspeto ainda mais elevado. Ei-la, no resumo que dela faz Paulo Porto-alegre (ob. cit., pag. 22): — “Diz Abd-el-Kader que existia no meiado do século XV, no Yemen (Arabia-Feliz), um *sheik* chamado Shéab-eddin Dhabani, muito respeitado por sua ciencia e piedade, e, ao mesmo tempo, jurisconsulto de grande nomeada e *mufti* de Aden. Fazendo ele uma viagem ás costas occidentais do mar Vermelho, conheceu a infusão do café, pela primeira vez, nas fraldas dos montes abissinios. Tendo feito algum uso dessa bebida, ficou maravilhado das propriedades que julgou ter descoberto nela, e persuadiu-se de que não ha-

via nada melhor para favorecer a digestão, alegrar o espirito e afastar o sono. De todas as qualidades, porém, a que lhe pareceu mais vantajosa foi esta última, e, voltando ao seu país, tratou logo de espalhar o uso do café nas comunidades religiosas, com o fim de verificar se os *derviches*, que passavam a noite fazendo orações, sentiam menos a influencia do sono. O exemplo dado por tão alta personagem foi logo imitado por quasi todas as classes da população de Aden, que nessa época era cidade muito florescente. Os doutores do Alcorão, os advogados e os juizes puzeram-se logo a tomar café, durante suas vigílias estudiosas, e os artífices faziam outro tanto, quando tinham de trabalhar durante a noite, assim como todos os que deviam empreender alguma jornada e preferiam fazê-lo de noite, para fugir ao grande calor do dia" (*).

Como se pôde ver na magnífica obra de William H. Ukers, "All about coffee" (New-York, 1922, pag.

(*) **Derviche** é a fôrma francesa do vocábulo persa **durûsh**, de que tirou a lingua turca o seu **derûsh**; os nossos antigos escritores diziam e escreviam **darûes**; etimologicamente, a palavra equivale a "pobre" ou "mendigo", mas designa certos religiosos muçulmanos que vivem em comunidade ou mesmo certos fanáticos que se reúnem em bandos agressivos. **Mollah** ou **moulah** é um título conferido, em países maometanos, ao sacerdote-guerreiro, pregador e propagador do islamismo. **Mufti** (isto é, "interpretador") é o clérigo muçulmano que usa um turbante branco, tem direito a sentar-se no tribunal dos **cádis** (**cádi** quer dizer "juiz" em árabe), podendo, portanto, julgar e resolver as questões que se suscitarem a propósito da doutrina maometana. **Cheik** ou **sheik** são fôrmas francesas da voz árabe **xeik** ou **shâik**, "velho"; representou-se em noeso antigo vernáculo por **xéque**, como se pôde ver em Camões ("Lusiadas", canto I, est. 77); é termo que se aplica tanto a um governador de tribo, quanto a chefes religiosos, pois o guardião do túmulo de Maoma, em Méca, é chamado **xêik-el-haram**, e o grão-mufti também é denominado **xêik-el-islam**.

541), a lenda do café começou, no oriente, com o físico-filósofo Rhazes (850-922), seguido por outros naturalistas, como Bengiaslah, seu contemporaneo, e Avicena (980-1037). O historiador Ahmet-Effendi, chamado á autoria por C. Husson ("Le café, la bière et le tabac" Paris, 1879), atribúí o descobrimento do uso do café a um *derviche* de Méca, no anno 656 da Hégira (século XIII da nossa éra). Ha, com efeito, uma tradição árabe que considera Omar, *sheik* de Méca, o descobridor casual do café, como beberagem, em 1258 da éra cristã, e a isso se refere Edward William Lane, em seu trabalho "Manners and customs of modern Egyptians" (Londres, 1835). E ainda ha nova tradição, pela qual se atribúí, não mais a Shéab-eddin Dhabani, porém, sim a um seu discípulo e sucessor, o *sheik* Gemaledin, *mufti* de Aden, o haver descoberto as virtudes do café em 1454 da nossa éra, por ocasião de uma viagem que fez á Abissinia, e o ter-lhe propagado o uso, como bebida habitual, no Yemen. Viajantes, que ouviram por lá essa narração, acrescentaram que os árabes não chuchurreiam o café, sem que primeiro relembrem o nome de Gemaledin, fazendo votos porque tenha tido este o paraíso, como recompensa do precioso presente que lhes deixou cá na terra.

E' fóra de dúvida que em Méca, pelos fins do século XV ou na aurora do XVI, começou a popularizar-se a infusão da *coffea*. Contra ela irrompeu a primeira luta religiosa em 1511, devida a Khair-Bey, chefe grosseiro e ignorante. Em defesa do generoso líquido, saíram a campo inspirados poetas, cujos nomes infelizmente não nos foram transmitidos pela tradição. Sabe-se apenas que um deles exaltava o café como afugentador dos pesares da vida e estimulante da intelligencia e, depois de denominá-lo "ouro" o equiparava ao leite mais puro, do qual sómente se diferenciava pela côr. E outro bardo comparava-o com

o vinho (“kahweh” significa “vinho”, no velho árabe literário), pois nenhuma tristeza lhe resistia á ingestão, proclamava-o a “fonte da saúde” e aconselhava-o confiante a todos os homens inteligentes, os quais não deviam, por fórma alguma, dar ouvidos áqueles insensatos, que sem razão o condenavam e proscreviam. Triunfou o café, como era de esperar-se, graças não só ao denodo desses seus ardentes e românticos patronos, como tambem ao novo governador da cidade da Caaba, o qual se apressou a reunir uma junta de sacerdotes, juristas e médicos, dos mais sábios que ali existiam então, e os consultou sobre o importante litigio. Discutido este com toda a amplitude que permitiam a teologia, o direito e a biologia daquela quadra e daquele povo, deu a junta parecer unânime de que beber café não implicava a menor violação dos mandamentos contidos na biblia do profeta de Alá. Para essa decisão, é bem de ver que bastavam os teólogos. Mas o soberano, que segundo o tradição era um dos maiores amigos que tinha o café no mundo oriental, quiz ouvir tambem, a mais dos doutores do Alcorão, os das leis profanas e os terapeutas, afim de aquietar a sua propria consciencia e apagar quaisquer escrúpulos que já aculeassem a dos seus súditos. Tanto que ordenou se publicasse por bando, em todo o seu dominio, a esclarecida e justa sentença, que acabava de ser proferida, em prol do uso do café. Sorveram-n-o os árabes, em beatífica tranquillidade, por mais de dois séculos, até que os wahabitas, — que representam no seio do islamismo o mesmo papel dos protestantes no gremio de cristianismo, — entenderam de vedar-lhe o uso, por contrario aos cânones do Alcorão. Se este não fala em café, nem em tabaco, — como é que hão de os wahabitas, adstritos á letra da sua sagrada escritura, tomar a deliciosa bebida ou fumar cigarro e cachimbo?

Na terra das esfinges e das pirâmides, já estava o café em grande voga, quando irrompeu contra ele a guer-

ra de 1534. Iniciou-a um charlatão, que escreveu e divulgou longa memoria, na qual acusava o café, entre outras muitas coisas, de causar enfermidades graves ás pessoas fracas e escandecer o sangue ás robustas, “a ponto de as levar a cometer excessos, muitas vezes ofensivos á moral pública” (v. P. Porto-alegre, obr. cit., pag. 25). Houve tambem ali alguns clérigos islamitas, que, nas suas prédicas, propalavam dever todo muçulmano, a bem da salvação da sua alma, abster-se daquela “bebida ilícita”. Foi um desses pregadores, Abdallah Ibrahim (segundo “O Panorama” vol. II, pag. 166), “cabeça do islamismo” ali, quem promoveu o motim de 1534, o qual consistiu em invadirem os fanáticos os cafés públicos, quebrando tudo quanto neles encontraram e expulsando violentamente os seus pacatos freguezes. Convocou o governador do Cairo, El-Belet, um tribunal de teólogos e juristas, o qual declarou nada ter a acrescentar ao que sabiamente resolvera a junta de Méca, senão que ao chefe temporal cumpria pôr agua fria, á força, naquella fervura dos profanos hostis ao café e conter a audacia dos pregadores, que os arrojavam a tão deploraveis desvarios. O *cádi*, juiz supremo da capital egicia e extremado cafeófilo, celebrou essa decisão, que foi rigorosamente executada, com grande festa, na qual só se bebeu café. Relata o nosso compatricio acima citado (pags. 27-28) as consequencias dessa vitoria da rubiaceca na terra dos faraós: — “Dissuadida, assim, toda opposição que lhe fizeram uns e outros, de boa e má fé, principiou-se a fazer uso muito regular e quotidiano do café, tornando-se mesmo algumas pessoas verdadeiras cafeomaníacas, a ponto de obrigar as autoridades a intervir e proibir-lhes o gozo, pelo menos em certa época do ano, como, por exemplo, durante o mez de *Ramadan*, no qual, pelas leis religiosas, era proibido o uso de bebidas de luxo. A paixão de certos individuos por esta in-

usão era tal, que iam esconder-se no fundo de alguma sala particular dos cafés públicos, e ali passavam as noites de Quaresma a tomá-la. A autoridade prendia então essa gente por tres dias, e, soltando-a, açoitava-lhe as plantas dos pés, para lhe fazer compreender que tinha cometido uma grande falta em entregar-se desenfreadamente a uma paixão que já era vicio. Não obstante, correram as coisas tão bem, que, em vinte e cinco anos, pouco mais ou menos, havia na cidade do Cairo mais de 2.000 logares públicos onde se vendia café". Cumpre-me esclarecer, desde já, que, se o café era então "bebida de luxo" e, como tal, vedado aos muçulmanos durante o Ramadan, entrou mais tarde na categoria das "bebidas populares" e, graças a isso, pôde ser tomado cada noite daquele rigoroso mês da religião arábica. E isso é duplamente atestado por E. H. Lane (ob. cit.) e por Nicolau José Debané ("Economia nacional e nacionalismo econômico", São Paulo, 1917, pags. 74-75).

Reza a tradição ter sido Selim I (1512-1520), após a conquista do Egito, quem introduziu o café em Constantinopla (*), onde seu filho Solimão II (1520-1560), a

(*) Medeiros e Albuquerque, em seu Interessante livro "Por alhelas terras..." (Rio, 1931), conta o seguinte (pag. 165):

— "Não foi pequeno o meu espanto, quando vi, no centro de Constantinopla, um pequeno cemitério, junto ao qual havia um café. Café com as mesas perto das lapídeas fúnebres! E, como as lápides fúnebres na Turquia são verticais, elas ficavam á altura das mesas de café dos turcos, que, calmos, silenciosos, taciturnos, gozavam a sua bebida predileta muito forte, muito negra, sem açúcar, — gozavam, como si estivessem em companhia daqueles mortos, ali representados pelas lápides de pé. E isto com uma impassibilidade inalteravel!"

Em seu já citado livro "Sage und Siegeszug des Kaffees" (veja-se a ed. inglesa, estampa entre pags. 32-33), H. E. Jacob aproveitou um curioso desenho de meados do século próximo-findo, representando um "Café em Constantinopla".

conselho de uma favorita, lhe proibiu o uso em 1542 (*). Sabe-se, contudo, por uma crônica escrita em meados do século XVII e devida ao historiador turco Pichevili, “defterdar” (tesoureiro-geral ou ministro da Fazenda do sultão), que tratou dos reinados de Solimão II e sucessores até Murad IV, que só em 1554 foi que se abriram em Stambul as primeiras casas públicas, destinadas á venda do café em chicaras. Hekem e Schems, sirios, instalaram com luxo asiático esses “Kahwa-Kahnen”, que atraíram logo a fina flor da antiga Bizancio. Multiplicaram-se tais estabelecimentos tanto no centro, quanto nos quarteirões suburbanos da então capital da Sublime-Porta, principalmente quando Murad III, que sucedeu no throno, em 1574, a Selim II, impôs aos seus súditos a completa abstenção do vinho e de outras bebidas fermentadas. Instaurou-se, então, nova léva-de-broquéis contra o café, capitaneada pelos *imans*, *muftis* e *ulemas* (**). Queixaram-se estes de que as suas mesquitas andavam abandonadas, por

(*) E’ tradição que Krupoli, grão-vizir do sultão Solimão II, e por ordem deste, estabeleceu a bárbara “poena cüllei” para os consumidores de café, quando reincidentes. O “cülleus” era “um grande sacco de couro, em que antigamente se metiam parricidas (e até ao século XVIII também infanticidas), para serem afogados”, como informa, em sua última nota do “Carmen sæculare coffeæ” (“Boletim do Museu Nacional”, vol. III, n. 4), o dr. J. A. Padberg-Drenkpo’.

(**) **Almé** é fórma franceza (geralmente adotada pelas linguas culturais) do árabe **almet**, “instruida”, e nome com que é conhecida a dansarina muçulmana, a qual, tendo aprendido também a poesia e o canto, sabe clunagitar-se lascivamente e até improvisar rimas adequadas ás suas habilidades coreográficas. **Iman** é fórma franceza do árabe **imam** (**imano** ou **emano** em Bluteau e outros classicos da nossa lingua, que com tais vozes designavam “o principal zelador da lei de Mafoma”); **iman** (Antenor Nascentes, em seu “Dicionário etimológico”, adota, com razão, a fórma **imame**) quer dizer “o que dirige, o que preside”, sendo, por isso, o título dos que

lhes preferirem os crentes os “Kahwa-Kahnen” já então chamados “escolas de sabios” porque, ouvindo música e admirando as voluptuosas contorções coreográficas das almés, neles é que discutiam os homens ciencias, religião e política; e propalavam aqueles que tais casas estavam convertidas em fócios de conspiração contra o poder público. Ora, como o vozeio dos *ulemas* cáisse em ouvidos moucos, recorreram eles a um expediente, que deu o resultado a que visavam. Como um artigo do seu codigo de fé não admitisse o emprego do carvão, e o café, para ser bebido, tivesse que ser torrefeito, declararam a infusão contraria á lei das leis e apelaaram para a sabedoria interpretativa dos hermeneutas constantinopolitanos de mais renome. Ante a sentença que logo deram taes jurisconsultos em prol dos *ulemas*, ordenou o *grão-muftí* o fechamento das casas públicas de café, assim como o uso de tal bebida nas casas particulares. Mas as autoridades civis relaxaram quanto lhes foi possivel o cumprimento desse mandado religioso, e não tardou que outro *grão-muftí*, sucessor do caféofobo, revogasse a iniqua sentença, declarando, com razão, que os doutores do direito haviam julgado tortuosamente, porquanto o café líquido não era equiparavel ao carvão, nem quanto á origem nem quanto ao destino. Assim ainda sob o cetro de Murad III, que, segundo conta um dos historiadores turcos, fez cortar muita cabeça por causa do café, triunfou este, afinal, em toda a linha, na velha e magnífica urbe de Constantino-Magno. Refere C. Ritter, no seu livro “Der Caffeebaum — Erdkünd von Arabien” (Berlim, 1847), que, por motivo político, fo-

superintendem as ceremonias do culto muçulmânico, assim uma especie de bispos. *Ulêma* (plural de *alim*, “sábio”, substantivo derivado do verbo *alima*, “saber”) é o tratamento que se dá ao jurisconsulto árabe, verdadeiro doutor em teologia, que pôde, por isso, desempenhar as funções de *muftí*, *imame* ou *cádi*.

ram os cafés publicos de Constantinopla fechados no século XVII, ao tempo da menoridade de Mohamed IV. Isso, entretanto, não passou de medida efêmera, que, com a cessação da guerra, em 1665, foi revogada.

A propósito da penetração do café na Turquia, convém se leia o que de Coubard d'Aulnay extraíram Paulo Porto-alegre e F. L. C. Burlamaque. Diz o primeiro (ob. cit., pag. 30): — “Em toda parte o recebiam apaixonadamente. A presença do café era um indicio feliz, assim nas relações públicas, como nas particulares, e tanto que sua ausencia era considerada como um pressagio seguro de rompimento. As mulheres particularmente, *choravam por ele, como crianças*, de tal modo, que se chegou a considerar como uma das exigencias, a que não podiam negar-se os seus amorosos requestadores. Bebiam-n-o em extremo quente, sem açúcar, nem leite, e se, por acaso, o sabor não era o melhor possível, juntavam-lhe sementes aromáticas, como o cardamomo, o cravo, etc.” (*). Acrescenta o segundo (ob. cit., pag. 4): — “O marido, por exemplo, é obrigado a fornecer café á sua mulher; a negação, ou mesmo a falta de café, por falta de meios, é uma causa legitima de divorcio”

Ou atendendo a essa paixão infantil das lindas orientais pelo café, ou com o intuito de defendê-lo, durante as perseguições de que foi vítima, ressoou a lira de poetas, cujos nomes chegaram afortunadamente até nós. Belighi (***) foi um dos primeiros a enaltecê-lo em rimas; Sherif-

(*) Conforme assegura Adonai de Medeiros, — a cujo livro nos referimos mais adeante, — tambem nos nossos rincões amazônicos se aromatiza com cravo o café líquido.

(***) Belighi, poeta árabe que floresceu nos fins do século XVI, escreveu um poema em louvor da planta abissínia, transplantada para o berço de Maomé, o qual tem o fecho seguinte (livremente vernaculizado por mim):

eddin Omar-ben-Fared sobre ele traçou entusiástico poema, dedicado á sua bem amada; e Fakr-eddin Aboubekr-ben-Abid-Iesi entoou-lhe um hino, denominado "A vitoria do café".

Consignando esses fátos, aliás em pálido resumo, — fi-lo com o escopo de confessar agora, como muito de plano o faço, que eles estão longe de pertencer ao extremo dominio da historia. São evidentemente lendarios, ou, quando não, como todas as tradições, são acontecimentos reais, deturpados e nimbados pela fantasia dos rapsodos e prosadores. Tanto isso é assim, que o mais minudencioso cronista do imperio turco, cuja obra raríssima tenho a fortuna de possuir, nada menciona dos eventos acima apontados. Pertencem, entretanto, ao século XVII as "Memorias historicas de los monarcas ottomanos, — Que escreveu en lengoa toscana Juan Sagredo Veneciano, Cavallero y Procurador de San Marcos. — Traduzidas en castellano por Don Francisco de Olivares Murillo, Teniente de Conductor de Embaxadores, Cavallerizo de la Reyna Madre Nuestra Señora Mariana de Austria. — Dedicadas a Su Magestad. — Año 1684. — Con privilegio. — En Madrid: por Juan Garcia Infanzon". Tratando, em 572 pags. de um *in-folio*, de 22 sultões, entre os quais aprofundou melhor tudo quanto fizeram os do século XVI, nem uma palavra disse ele sobre as perseguições ao café.

Foram, contudo, essas tradições e lendas que influíram nos povos levantinos, para que adotassem eles cere-

"Em Damasco, em Alepo e em Cáiro, — ei-la querida
De todos, onde quer que a encontrem, a bebida
Que mais grata nos torna a passageira vida,
Porque tem um sabor aromal e jocundo.

Deve, pois, ser cantado ao som de um alaúde
O fruto que nos dá, com prazer, a saúde,
E que já suplantou, com pujante virtude,
Toda marca de vinho, existente no mundo!"

monias, nas quais se patenteiam credices comuns e alto fundo religioso. Conforme assevera Nicolau José Debané (ob. cit., pag. 77), o café é servido ás pessoas que fazem visitas de pesames, mas sem açúcar, “para lembrar assim a dôr e a amargura da vida” E, como os muçulmanos tambem acreditam piamente no arcanjo revel, rei dos infernos, “nunca o café deve ser apresentado, sem ter ainda a propria espuma amarelada: o café negro, não recoberto pela sua propria espuma, traz reminiscencias, dizem os orientais, da cara do diabo”.

Nós, os occidentais, que tanto nos blasonamos de cristãos ou de católicos, já perdêmos o antigo e respeitavel costume, tão arraigado entre os nossos venerandos maiores, de, terminada qualquer refeição, pormo-nos em pé junto á mesa, e, de mãos juntas sobre o peito, agradecermos a Deus o favor da comida e rogarmos-lhe boa digestão, além de que nos conceda a continuação da vida, para outros que tais ensejos de gratidão. Ora, se não mais procedemos assim após o almoço e o jantar, — como é que havíamos de fazê-lo no tocante a uma simples chícara de café?

Como os sectarios do “torpe Mafamede” (a expressão é do immortal cantor dos “Lusíadas”) são mais religiosos e mais delicados do que nós! O último autor acima citado, que foi consul no Cairo e conhecia todo o oriente, narra a solenidade e a elegancia com que tomam o café os islamitas. Antes que nasça o sol, apenas o “muezzin” acaba de cantar o belo hino da manhã, “Alláha Akbar!”, salta do leito o maometano, e, enquanto procede á ablução higiênico-religiosa, a esposa ou a criada prepara-lhe o café e o cachimbo. E’ no “divan” (assento baixo da sala) que os recebe. Empunha a chícara e exclama: — “Bismillah Irrahman Arrahim” (tres vezes), “Ia Fatta, Ia Alim” (tres vezes), o que significa: — “Em nome de Deus clemente e misericordioso, o Deus de que depende todo

bom sucesso, o Deus que tudo sabe”, — e engole demoradamente o agradável e tonificante líquido. Ao restituir a xícara a quem lha deu, exclama: — “El Hamdu Lillah! Uachcurak na Uakmidak!”, isto é, “Graças a Deus! A vós, Deus, louvamos e a vós glorificamos!” Ao ser-lhe tomada das mãos a taça, brada ainda a pessoa que lha trouxe: — “Hamian!” o que quer dizer: — “Oxalá sejas feliz!” ao que finalmente responde ele: — “Allah Yehannik!” ou seja: — “Queira Deus dar-te a tua felicidade!”. Esse ritual é da intimidade do lar doméstico. Se se trata de visitante, a quem acaba de ser servido o café, nunca depõe ele a xícara vazia na bandeja ou a entrega ao fâmullo, sem que primeiro se dirija ao dono da casa e lhe diga: — “Kawadaimann!” (“Oxalá possais sempre oferecer café!”), ao que redargúe o visitado: — “Damat Hayatak!” (“Oxalá Deus te conceda sempre a vida!”). E o voto de “Hanian!” ainda se antepõe ou pospõe a essas expressões pragmáticas. No Monte-Líbano, como são sempre as donas da casa que oferecem pessoalmente o café, assumem as fórmulas sentimento mais galante, sendo empregadas as seguintes: — “Teriam Aydiki!” (“Salve Deus estas vossas mãos!”) e “Min Aydi la naademha!” (“Oxalá nunca percamos estas vossas mãos!”), obtendo como graciosa resposta: — “Teslan Hayatak!” (“Salve Deus a vossa vida!”).

Ao reproduzir essas frases do ceremonial, religioso ou cavalheiresco, com que circunvolvem os prosélitos do monoteísmo islâmico a ingestão do café, — acode-me á mente o confronto, feito pelo autor de “Atala” e de “Voyage à Jerusalém” entre as mulheres indígenas da América e as da Arabia. Aquelas, segundo o grande prosador francês do século passado, têm a doçura na voz e a ferocidade no olhar, ao passo que as orientais, pelo contrario, têm a ferocidade na voz e a doçura no olhar. Como deve saber melhor o café, quando quem o sorve pôde também

receber os raios de suavíssima luz, que lhe vêm de uns olhos negros, mais negros, mais brilhantes e ainda mais líquidos e quentes do que o café, olhos que nadam em cismas e sonhos, olhos onde se avistam miragens de infínidos desertos e halos de paraísos, qual o que tão sensualmente prometeu aos seus fiéis o poeta-profeta de Alá...

2) — O CAFÉ NO LENDARIO OCIDENTAL

Entrou o café na Inglaterra bem antes do que na Alemanha. Embora o houvesse introduzido em Londres, como bebida, o estudante cretense Nathaniel Conopios, em 1637, a abertura do primeiro café público só se efetuou em 1650, que foi quando o instalou em Oxford um judeu, por nome Jacob. A este se seguiu o de Londres, montado em 1652 por um grego (nascido em Ragusa), Pasqua Rosée, que na mesma data publicou "The virtue of the coffee-drink".

Sabe-se, graças ao inapreciável volume de Isaac d'Israeli, "Curiosities of literature" (Londres, 1824), que, desde fins do século XVI e por todo o XVII, apareceram sátiras na Inglaterra contra o uso do café, principalmente depois que se abriram as primeiras casas, onde o mesmo era servido, como bebida, ao público. Encontram-se naquela coletanea: — 1) "An Arabic and English pamphlet on the nature of the drink kouhi or coffee, published at Oxford, 1589"; 2) "A cup of coffee, or coffee in its colours, — a satirical poem, 1663"; 3) "A broadside against coffee, or the marriage of the Turk, 1672"; 4) "The women's petition against coffee, 1674".

Porque essa representação das mulheres inglesas contra o café? Simplesmente porque, oferecendo as mesmas atrações que as do oriente, as casas que o vendiam em chúcaras começavam a contribuir intensamente para que os

maridos passassem longas horas da noite, tão propícia aos amores conjugais, quanto aos extra-conjugais, fóra dos braços a que os havia ligado o sacramento da Igreja... Para justificarem, de modo que impressionasse ao governo, o requerimento, ou, melhor, a feroz diatribe assim assacada ao café, não hesitaram as pudicas damas londrinas em lançar contra a nova bebida a seguinte tremenda acusação (a tradução é de P. Porto-alegre, ob. cit., pag. 74): — “Ela gasta a força viril dos homens e torna-os tão áridos como as arêias da Arabia, de onde dizem que veio esse grão maldito; e, se se perseverar nesse gosto funesto, os descendentes dos nossos robustos antepassados não serão, em breve, mais do que uma verdadeira raça de miseráveis macacos e pigmeus”. Ver-se-á, mais adiante, que na Alemanha assumiu ainda mais grave aspeto essa horrível cômica, de que se fizeram propaladoras, — por lamentável equívoco, — as nobres “ladies” britânicas.

Nas outras alicantinas, “Uma banda de artilharia contra o café, ou um casamento á turca” e “Uma chícara de café, ou o café tal qual é”, parece gritar a revolta dos louros bebedores de cerveja e de vinho, senão dos interesses feridos dos fabricantes de tais líquidos etílicos, contra a negra infusão oriental, que diminuía o consumo do alcóol e esvaziava os *bars* em proveito das *coffee-houses*. Bradava a primeira que beber café era afastar-se da natureza, como se o grão da rubiacea não fosse um produto natural, tanto quanto o da vide, tanto quanto o lúpulo e a cevada. A segunda, depois de fazer a apologia do vinho, que denominava “suco sagrado” (talvez porque o seu descobridor foi Noé, o segundo pai da humanidade e patrono dos “paus-de-água”), mimoseava o café com os epítetos de “bebida repugnante e inominável”, “xarope de fuligem” e “quintessencia de sapatos velhos”...

O panfleto bilingue, atribuído a 1589, é seguramente apócrifo.

Mas as virtuosas senhoras, que ansiavam por se tornarem mais caseiros os esposos e pelo aumento e vigor da prole, e os letrados, que defendiam a antiga borracheira, em que andavam atascados, perderam *opus et oleum*... Por todos os ângulos de Londres, — tal qual acontecera no Cáiro, após a cessação da luta religiosa, — surgiram bem montadas “coffee-houses” Depois do “Lloyd’s” instalado em 1710, fundaram-se, no mesmo século XVIII, o “Jonathan’s” o “Rainbow” o “Nando’s”, o “Dick’s” o “Smyrne”, o “St. James”, o “Will’s” o “Button’s” o “Lion’s”, o “Tom’s” e o “Bedford” (do qual foram publicadas as “Memoirs of the Bedford Coffee-House” em 1751, com 2.^a ed. em 1763), o “Tom King’s”, o “Piazza”, o “Chapter” o “Child’s” o “Turk’s” o “Grecian”, o “Percy” e o “Peele’s” para citar apenas os que lograram maior fama. Tiveram essas casas os seus melhores defensores e chamarizes nos grandes intelectuais do tempo, que as frequentavam e as transformaram, em academias públicas de filosofia, ciências, letras, artes e até de política. E, por esta última feição, deram aso a que com eles se preocupasse seriamente, algumas vezes, a policia. Fócos de tanta irradiação espiritual, deles repontaram incontáveis anedótas e lendas, das quais, todavia, poucas se popularizaram e transpuzeram o Tamisa ou o canal da Manga (*). Podem umas e outras ser vistas em dois

(*) Erro inveterado da maior parte dos nossos compendios de geografia é a expressão “canal da Mancha”. Estaria certo, si no topônimo o segundo substantivo fosse **tache**, e não **manche**. Assim, ou deixar aquela expressão propria em sua lingua original, “canal de la Manche”, ou traduzir correctamente “canal da Manga”. Sabe-se que o nome “manche” foi posto ali por causa da fórma daquele braço de agua salgada entre o mar do Norte e o oceano Atlântico.

órgãos londrinos de publicidade do século XVIII, o "Tatler" editado por sir Richard Steel (1672-1729), e que durou de 1709 a 1711, e o "Spectator", que teve por principal colaborador o insigne Joseph Addison (1672-1719). Além do "Don Saltero's Coffee-House" do primeiro, merecem lidas as descrições humorísticas que deixou o segundo, nos ns. 402, 481 e 568 do "Spectator" Sumariou tudo isso, mais recentemente, John Timbs, em seu volume "Clubs and clubs-life in London, with anecdotes of its famous coffee-houses, hostelryes and taverns" (Londres, 1866, 2 vols.; 2.^a ed., 1872), de quem W. H. Ukers reproduziu as mais interessantes páginas no seu livro "All about coffee" (570-585). E do mesmo assunto ainda trataram em livros Macaulay, H. P. Bewster, E. F. Robinson e C. H. Shelley. Até no teatro inglês penetraram as farças que se geraram nas casas públicas de café, como se vê das peças escritas por Thomas St.-Serf, Susannah Centlivre e James Miller, entre 1667 e 1737.

Na Alemanha só se conheceu a *coffea arabica* em 1670, e data de 1679 a primeira casa pública de café, surta em Berlim. A primeira da Áustria é de 1683 e devida a Kulczycki, o orago dos cafés de Vienna, onde se lhe ergueu uma estatua.

Na terra dos Niebelungen e das Walkyrias, entretanto, é que o café tinha de sofrer ainda mais escandalosas contrariedades do que na Inglaterra. Acusaram-no primeiramente as mulheres de que ele tornava impotentes os homens. . . Arguiram-no depois os homens de que ele esterilizava as mulheres. . .

Como foi que se radicaram em cérebros tão reflexivos, quaes os tudescos, ficções tão injustificaveis e tão estúpidas?

Quanto a exercer o café ação anafrodísíaca no sexo forte, — o que apavorou, e com sobeja razão, as angélicas donzelas e donas da nevoenta Albion e da belicosa

Germania, — é muito provavel hajam elas dado crédito a um certo Adam Olearius. Tendo secretariado a embaixada que o duque de Holstein enviou á Moscovia e á Persia, missão diplomática que se realizou de 1633 a 1639, escreveu ele não em latim, porém em alemão, o relato da prolongada viagem, narrando tudo quando observou nas regiões visitadas. Divulgou-se-lhe a obra ao tempo em que a bebida oriunda da *coffea arabica* iniciava a conquista dos paladares ingleses e pouco antes de instalar-se tambem na Alemanha. Ora, sem maior exame da escabrosa asserção, ousou ele dizer que o café “destruia a força prolífica do homem e que, por esse motivo, era muito usado pelos persas, que não são dos que mais gostam de se verem carregados de filhos”. Comentando tão absurdo aleive, ponderou P. Porto-alegre (ob. cit., pag. 47) que “nessa mesma época, ou mesmo um pouco depois, diversos viajantes visitaram a Persia, entretanto que a nenhum deles ocorreu a idéa de dizer do café coisa que a isso se assemelhasse”.

Até no Velho-Testamento escarafuncharam, então, os exegetas e hermeneutas da Teutonia circunstancias agravantes para a condenação do café. Quando Daví, o femeeiro pai do mais femeeiro autor do “Cântico dos cânticos” tentou, sem motivo plausivel, exterminar a Nabal, seu vizinho, teve a esposa deste, a formosa e astuta Abigail, o bom senso de apaziguar o rei judáico a poder de presentes, em que figuravam uvas e figos secos. Acalmou-se, de fáto, o adúltero sedutor de Betsabé, e, morrendo inopinadamente Nabal, incorporou Abigail no seu serralho. Pois venerando escritor tudesco, publicando em 1700 um trabalho intitulado “De novis inventis” (Leipzig), esforçou-se por demonstrar, torcendo a seu talante o vers. 18 do cap. XXV do livr. I dos “Reis” que o café estava compreendido entre os dons de Abigail a Daví, e isso talvez para escapar-se ela da lubricidade do rei

harpista, pelo efeito, já então atribuído a tal bebida. Navegando-lhe até certo ponto nas mesmas aguas, o seu compatriota E. E. Geyer fez sair dos prelos, em 1740, a memoria "An potus café dicti vestigia in hebreo scripturae codice reperiantur" (Wittemberg), na qual cogitou igualmente de provar que a *coffea arabica* já se achava escondida nos textos bíblicos.

O berço de Zaratustra causou, por certo que involuntariamente, um grande mal ao café, porquanto lá é que buscavam os pérfidos antagonistas deste as peiores lendas e abusões que o prejudicassem. Parece-me que tambem influiu consideravelmente no espirito crédulo das "fräulein" e das "frauen" do século XVII e começos do XVIII a divulgação de uma anedóta, quiçá de origem franceza, que, como todas as pilherias picarescas, se difundiu rápidamentee pela Europa culta. Ei-la, tal qual a conservou F. L. C. Burlamaque (ob. cit., pag. 13): — "Conta-se que uma rainha da Persia, observando um dia os esforços que faziam alguns pagens para subjugar um cavallo, quiz saber a razão de tantos movimentos. Explicou-se-lhe, do modo mais decente, que eram para o capar. — *Dessem-lhe café, respondeu ella. Ha mais de quatro anos que meu esposo toma café, e não precisa ser capado*"

Foi pena que o mulherío da Deutschland, em vez de dar crédito a bufonarias desse picante quilate, não acatasse antes a asserção do anônimo escritor egicio (v. P. Portogalegre, ob. cit., pag. 25), que, conhecendo em si proprio e observando nos outros mortais as virtudes do café, proclamara que este escandecia o sangue ás pessoas robustas, "a ponto de as levar a cometer excessos, muitas vezes offensivos á moral pública".

Até o café com leite (*), — mistura agradabilíssima e nutritiva, devida ao holandês Nieuhof, que foi o primeiro a usá-la em 1660, — e recomendada expressamente por Morin, médico de Grenoble, em 1685, — foi incriminado de fatal ás mulheres, por dar nelas origem á leucorréa e a outros muitos incômodos (v. Coubard d'Aulnay, op. cit.). Daí a ser acusado de tornar improlíficas as mulheres, — era apenas um passo a mais, que foi dado impensadamente.

Durou essa luta contra o café, na Alemanha, desde fins do século XVII até depois de meados do XVIII (**), e, como é facil imaginar-se, nela tomaram parte os

(*) Alphonse Karr, em "Les points sur les i" (Paris, 1882, pag. 273), descreve como se faz o café com leite e attribuí-lhe a invenção (por pilheria) a mr. de Girardin. O autêntico inventor do uso do café com leite foi Johan Nieuhof, embaixador da Holanda no extremo-oriente e autor da célebre obra, que tanto interessa á nossa patria: — "Gedenkweerdige Brasiliaense Zee en Lant-Reize" (Amsterdam, 1682). Desse relato e do publicado anexo na mesma data. "Zee en Lant-Reize, door verscheide Gewesten van Oostindien", possuem a **editio-princeps**, em excelente estado de conservação e trazendo coloridas as curiosas estampas.

(**) Datam provavelmente de meados do século XVIII os cafés mais antigos e afamados da Alemanha e da Austria (excetuado, quanto a este último país, o fundado por Kulczycki, que é dos fins do século XVII). Em seu já citado livro "Sage und Siegeszug des Kaffees", H. E. Jacob inseriu curiosas reproduções de velhas estampas, aos mesmos referentes. Assim é que figuram ali (vejam-se, na edição inglesa, as ilustrações entre pag. 132-133, 160-161, 208-209 e 256-257): uma gravura anônima (de cerca de 1750), representando o "Café Richter", de Leipzig; uma litografia (de 1845), devida a C. Schmid, de "Um Café em Berlim, nos dias que precederam á revolução de março de 1848"; vista do Café de Augs-burg (cerca de 1785); e um desenho (d'après uma aquarela de R. Völkel) do "Café Griensteidl" de Viena, em que se vê o poeta Peter Altenberg no primeiro plano, á direita.

cientistas de lá, que já então eram muitos e mui afamados, bem como alguns da França e da Inglaterra. Pelas datas das obras que vieram a lume por ocasião de tais justas do pensamento, póde-se determinar-lhes o periodo accessivel: — *Mappus*, “De potu café” (Argentorati, 1693); *L. Gayant*, “An a frequentiori potu café vita brevior” (Paris, 1715); *J. M. Braeuninger*, “De potus caffè usu et abuso” (Erfordiae, 1725); *S. P. Hilscherus*, “De abusu potus caffèe in sexu sequiori” (Jena, 1727); *Francis Ernest Bruchmann*, “A treatise on coffee and a condemnation of its use” (Brunswich, 1727); *J. N. Grimm*, “De caffèe potus usu noxio” (1730); *J. G. Gleditsch*, “De potus cofe abusu catalogum morborum augente” (Lipsiae, 1744); *H. Samuel*, “De usu et abusu potus caffèe” (Dinsburg-ad-Rhenum, 1737); *J. C. S. Georgius*, “De caffèe” (Tubingen, 1752); *J. G. Gmelin*, “Assertatio de caffèe” (Tubingen, 1752); *H. Sparschuch*, “Potus coffeae leviter adumbratur” (Upsaliae, 1761); e *N. Weidenbusch*, “De noxis ex abusu potus caffèe in corpore humano” (Moguntiae, 1769).

A um grande músico, Johann Sebastian Bach (1685-1750), estava reservado o mais eficaz patrocínio da causa do café, periclitante na Alemanha. Quando chegara ao apogeu a maior e mais grave acusação contra a saborosa bebida, — isto é, a de produzir esterilidade nas mulheres, — compôs ele a “Coffee Cantata” (n. 211 das suas “Cantatas seculares”), a qual foi publicada em Leipzig, por 1732. Tornou-se conhecida pelo verso inicial: — “Schweigst stille, plaudert nicht!” Vulgarizou-se com assombrosa rapidez e veio a ser o hino tudesco da rubiaceae, porquanto no *leit-motiv* dizia ele que o café açucarado era melhor que mil beijos e mais doce do que o vinho moscatel:

“Ei! Wie schmeckt der Coffee süsse!
 Lieblicher als tausend Küsse,
 Milder als Muscaten-Wein!”

Jorrou ainda da sapiencia alemã mais alguma coisa contra o café, como anafrodisíaco e abelparentesco? — Sim. Mas a vitoria do café, na patria de Goethe e das “Gretchen” de cabeleiras flavas e suaves olhos glaucos, estava assegurada pela maravilhosa cantata de Bach (*), á qual ainda faremos nova referencia, mais adeante.

Conta-se que o sisudo Bismarck, em cartas íntimas da mocidade, vindas a público após o seu falecimento, ocorrido em 1898, chamava a uma das suas namoradas: — “Mein Herz! Meines Kafeekernchen!” isto é, “Meu coração! Meu carocinho de café!”

Tendo entrado em Italia (Veneza) em 1615, e na Holanda (onde o introduziu Pieter van den Broeck) em 1616, não padeceu o café hostilidades nesses paises, nem me consta que nos mesmos concorresse para enriquecer o lendario popular.

Na França, penetrou ele primeiramente em Marseilha, por volta de 1644, graças a P. la Roque, cujo filho, Jean la Roque, é o autor da “Voyage de l’Arabie Heureuse... — Un mémoire concernant l’arbre et le fruit du

(*) Com este cognome, houve na Alemanha uma verdadeira familia de grandes músicos. Os tres, que mais se notabilizaram, foram o acima citado e seus dois filhos seguintes: Johann Christoph Friedrich Bach (1732-1795) e Johana Christian Bach (1735-1782). Deste último foi que se comemorou aqui, em 1935, o segundo centenário do nascimento. A “Pro-Arte” celebrou tambem, em agosto de 1935, o 250º aniversário do nascimento de Johann Sebastian Bach, autor da “Coffee Cantata”.

café" impressa em 1716 (París). Só em 1657 teve ele ingresso em París, por meio de Jean de Thévenot (*).

Em 1669-1670, introduziu-o também na capital da França Solimão Aga, embaixador do sultão da Turquia, Maomé IV, perante Luiz XIV.

A primeira casa, destinada a vender café líquido ao público, surgiu na capital francesa em 1672, fundada pelo armenio Pascal. É de 1687 (**) o depois célebre "Café Procope", instalado em París pelo siciliano Francesco Procopio Coltelli. E em 1688 foi aberto pelo confeitiro Lefèvre o "Café du Palais-Royal" mais tarde "Café de la Régence" (denominação que perdeu durante o Terror). No século XVIII, como por toda a boa terra de Joana d'Arc fosse sempre favoravelmente acolhida a excelente beberagem, multiplicaram-se os estabelecimentos para servi-la ao público, e, conforme o primoroso historiador Michelet, até os conventos vendiam café líquido. Sobre a parte pinturesca ou anedótica de taes casas, existem tres interessantes livros, todos saídos de prelos parisienses: — "Cafés de Paris par un flaneur patenté" (1849); "Histoire des hôtelleries, cabarets et cafés" (1854), de Francisque Michel et Edouard Fournier; e "Histoire anecdotique des cabarets et cafés de Paris" (1861), por Delvan.

(*) Além dos dois diplomatas já citados, Olearius e Nieuhoff, e dos dois franceses acima referidos, também influíram muito, quanto ao conhecimento do café e propagação do mesmo no mundo culto, os seguintes viajantes: Bernier, Galland, Tavernier, franceses; sir Antony Sherloy, Biddulph, sir George Sandys, captain John Smith, sir Henry Blount, Parry e sir Thomas Herbert, ingleses; Niebuhr e Rauwolf, alemães; Alpi e Della-Valle, italianos.

(**) Ou 1684? Era **habitués** do "Café Procope": Voltaire, Fontenelle, Rousseau, Marmontel e outros homens notáveis. O "Café Procope" cerrou definitivamente as portas em janeiro de 1831.

{ O primeiro francês, que lhe deu as honras do palco, foi J. B. Rousseau, com a sua comedia "Le café" (1694), imitada por "The Coffee-House" (1737) do inglês James Miller. Além da predileção, falsa quanto á rubiacea, de mme. de Sevigné, referida por Voltaire no prefacio de "Irène" "Racine passera, comme le café", — deu-se como proferida por Talleyrand a seguinte definição da nova bebida: — "Noir comme le diable, chaud comme l'enfer, pur comme un ange, et doux comme l'amour" (*).

(*) Achavam-se certa vez alguns dos nossos políticos o "Café Cascata", sito á rua do Ouvidor, e que, com a transformação da cidade pela abertura da Avenida Central, quiz tambem modernizar-se, contratando moças para servir aos freguezes. Como foram elas as primeiras que se empregaram no comercio carioca, deu isso ensejo, durante algum tempo, a críticas severas contra o audacioso estabelecimento. Mas o "Café Cascata" sustentou a nota, e a exma. sra. d. Opinião Pública não tardou a baixar a exigente grimpá. Enquanto discreteavam sobre varios assuntos, á espera da deliciosa bebida, um dos políticos propôs ao sr. barão Homem de Melo o mote:

"Quente como o inferno,
Preto como o carvão,
Forte como o diabo,
Doce como o amor",

em que transformou a frase, attribuida ao famoso diplomata tonsurado, cuja longa atividade se estendeu do último quartel do século XVIII ao primeiro do XIX. E o illustre filho de Pindamonhangaba, que, além de ter sido ministro da corôa e presidente de quatro provincias, tambem se notabilizou pelo culto das nossas tradições e era, em modesta intimidade, amigo das musas, assim immediatamente glosou aqueles quatro versos brancos:

"Neste Rio-de-Janeiro,
Em dias frios, de inverno,
Como sabe este café,
Quente como o inferno!

Os primeiros conversados das musas, que o cantaram em França, fizeram-no em latim: *Vanière*, no oitavo livro do seu "Praedium rusticum"; o jesuita *Fellon*, num poema didático, intitulado "Faba arabica — Carmen" que se acha incluído nos "Poemata didascalica" de d'Olivet; e o padre *Guillaume Massieu*, em 1718, no "Carmen Caffaeum". O botânico e citarista *Castel* também se referiu ao café em seu poema "Les plantes" (1811). Eis, enfim, deixando á margem diversas canções anônimas, uma pequena lista de produções poéticas, provocadas na França pela *coffea arabica*: — "L'éloge du café", por *Jacques Estienne* (1711); "Le café", extrato do quarto canto gastronômico, por *Berchoux*; "A mon café", por *Ducis*; "Le café", por *C. D. Méry* (1837); e "L'éloge du café" por *S. Melaye* (1852).

Vem aqui a ponto uma nota interessante. E' do meiado do século XII o poema didático denominado "Schola Salernitana", também conhecido por "Flos Medicinae" "Regimen Salernitanum" "Regimen Sanitatis"

Das cavernas tenebrosas
Do terrível deus Plutão,
Vem jorrando este café,
Preto como o carvão.

Reclinado em seu coxim,
Diz o opulento nababo:
— "Como sabe este café,
Forte como o diabo!

Mas, oh! que linda menina,
Formoso botão em flor,
Vem trazer-nos o café,
Doce como o amor!"

Conservou-se até agora inédita esta poesia improvisada, — uma das raras de inspiração brasileira quanto á excelente beberagem extraída dos frutos da *coffea arabica*.

e “Regimen Virile” Constituí uma rapsodia, devida a varios therapeutas daquela época, notando-se que entre eles figurou uma nobre dama de grande saber, Trótula, autora de muitas receitas para a preservação e conservação da beleza feminil. A edição mais conhecida é a de Arnaud de Villeneuve, na qual já ocorrem interpolações do texto da *princeps*. Comprova-se isto com o caso do café. Com effeito, havendo sido introduzida a rubiaceae na Italia em fins do século XVI ou começos do XVII, só mediante superfetação, realizada nas centurias seguintes, é que á *coffea arabica* se poderia referir o poema salernitano. Deste, possúo a tradução francesa, em verso, por Ch. Meaux Saint-Marc (París, 1880), com o texto latino e algumas illustrações, precedida de uma introdução por Ch. Daremberg, e seguida de comentarios muito curiosos. Por motivo das rimas, o tradutor ainda pôs algo de seu nas interpolações, adjetivando elogiativamente o licor oriental.

A primeira referencia ao café vem á pag. 79, quando se cogita da ordem a que deve obedecer o jantar (“ordo coenae”) Ei-la, reproduzidos o texto latino e o francês:

“Praeludunt offae, pracludant omnia coffae.
Dulciter invadet, sed duriter ilia radet
Spiritus ex vino quem fundit dextra popino”

“Commence avec la viande un dîner que termine
La tasse de café, liqueur chaude et divine;
Crains l’esprit enivrant, distillé du raisin,
Qui caresse d’abord, puis brûle l’intestin”

A segunda referencia, sob a epigrafe “Coffaeum”, encontra-se ás pag. 88-89, no capítulo em que se trata da bebida (“De potu”). Transcrevo-a nas mesmas condições da precedente:

“Impedit atque facit somnos, capitisque dolores
Tollere coffaeum novit, stomachique vapores:
Urinare facit; crebro muliebria movit.
Hoc cape selectum, calidum, mediocriter ustum”.

“Il invite au sommeil ou bien le met en fuite,
Guérit maux d'estomac et migraine maudite,
D'une urine abondante il provoque le cours,
Et du flux menstruel il rapproche les jours:
Choisis donc avec soin une graine odorante,
Peu brûlée, et l'écrase en liqueur enivrante”.

O comentario destes dois trechos é longo, pois se estende da pag. 352 á pag. 361. Além de algumas notas históricas sobre a introdução e o uso do café na Europa, especialmente na França, aí se acham enumeradas as virtudes da beberagem e as suas aplicações pelos médicos antigos e coetaneos. Deixou o comentador em silencio apenas a qualidade de emenagogo, atribuida ao café pelo autor da segunda interpolação. Não se olvidou, porém, de considerá-lo como antídoto do opio, como eficaz no tratamento da coqueluche e do cólera-mórbus, como poderoso diurético e dissipador da embriaguez.

O maior encomio do café, entretanto, foi o que lhe fez H. Raison, no seu “Code gourmand — Manuel complet de gastronomie” (Paris, 1829). A' pag. 273, depois de assinalar que foi sob o governo do “roi-soleil” que se generalizou na alta sociedade francesa o uso da negra e saborosa bebida do oriente, assim lhe patenteou o culminante papel, exercido no século que tomou o nome do afortunado soberano: — “Dès lors s'opéra en France une grande révolution morale. La cour de Louis XIV se fit distinguer par une politique exquise de moeurs, une finesse parfaite de tact, une élégance soutenue de manières; elle

donna le ton à l'Europe, et ces progrès sensibles de la civilisation, c'est au seul café qu'il faut en faire l'honneur".

Evidenciou Guglielmo Ferrero a influencia do vinho na civilização da Italia. Mas se, em lugar da invenção de Noé, se houvesse adotado ali somente a do anônimo pastor abissínio da região de Kaffa, maior sem dúvida teria sido o progresso da gloriosa terra do Dante.

Não é mais lenda, e, sim, rútila verdade, — que ao café cabe a luminosa auréola de propulsor da cultura intellectual da humanidade.

Senão lendas, pelo menos ficções exageradas quanto ao poder salutífero da *coffea arabica*, deveram ter corrido em França, como se vê da mais antiga canção, popular e anônima, ali surgida em 1711, porque nessa data foi licenciado o seu uso impresso e vocal pela policia. Intitula-se "Le café" e foi posta em música por H. Colet, professor de harmonia do Conservatorio de Paris (reproduziu-a facsimilmente W. H. Ukers, em sua já citada obra). Ei-la:

"Si vous voulez sans peine
Vivre en bonne santé,
Sept jours de la semaine
Prenez du bon café.
Il vous préservera
De toute maladie.
Sa vertu chassera, *la, la,*
Migraine et fluxion, *don, don,*
Rhume et mélancholie" (*).

(*) Luiz da Câmara Cascudo, recordando a lenda de que Voltaire tomava oitenta chácaras de café por dia, cita Charles Brissot, o qual, em seu livro "Souvenirs d'un académicien", conta que o poeta Delille tinha "l'habitude de prendre vingt tasses de café par jour, pour éviter la migraine". E

Foi provavelmente na França que se deu ao café o nome de “bebida católica” (pois se até os mosteiros a vendiam...) e ao chá de “bebida acatólica”. Resultou isso, sem dúvida, da predileção dos países protestantes e da Rússia cismática pela “*thea sinensis*” (convindo notar-se que quem introduziu na Inglaterra o uso do chá, trazido do imperio do Sol-Nascente, foi uma princesa lusitana e ultramontana, d. Catarina, irmã do desditoso Afonso VI e de Pedro II, a qual, em consequencia do tratado de 1661, desposou Carlos II, soberano da Grã-Bretanha), ao passo que a *coffea arabica* avassalou sem custo as nações obedientes ao bispo de Roma.

Positivou-se que mme. de Sévigné, a principio contraria á então nova moda do café, veio depois a conformar-se com ela e até a elogiá-la, como o demonstrou A. Duponchel (“Encyclopédie Moderne”, Paris, 1897, art. “Café” t. VII, pag. 202 e segs.).

Já muito antes da famosa escritora, attribuí-se a Elisabeth d’Orléans o haver afirmado, em 1712, que era

acrescenta o nosso illustre compatriço: — “Essa nota, que encontrei em Brissot, endossa a receita da primeira canção sobre o café em França, que Basílio de Magalhães apurou ter sido em 1711. Numa das suas quintilhas, afirma-se que o café

“Il vous préservera
De toute maladie;
Sa vertu chassera, **la, la,**
Migraine et fluxion, **don, don,**
Rhume et mélancholie”.

E seria de tal fórma absorvente, que Lebrun, cantando a terra de França, só encontrou para Sèvres o elogio de fazer as taças para o café:

“Et Sèvres d’une pure argille
Compose l’albâtre fragile,
Où Moka nous verse ses feux...”

“horriavel” a infusão dos grãos torrados e pulverizados da rubiacea oriental, na qual apenas sentiu “um sabor de feno queimado”.

Não se macularam, todavia, as damas gaulesas com um ataque idêntico ao que padeceu o café por parte das inglesas e alemãs.

Mas nem por isso a deliciosa bebida deixou de ser objeto de sérias controversias, mais tarde, entre notáveis cientistas, que lhe estudaram os efeitos no complexo organismo humano. Embora as damas não o inculpassem de auxiliar de Malthus, houve, contudo, um homem que, como o douto Trousseau, visse nele o mais enérgico dos afrodisíacos, capaz de reduzir os homens “á impotencia mais absoluta”. Felizmente, porém, teve ele crescido número de sábios defensores, quais Rostan, Michel, Lévy, Deltel e Penilleau. Este último, na sua tese “Étude sur le café” (París, 1851), para rebater a opinião daquela grande terapeuta, invocou o eloquente testemunho do crescimento vegetativo de todos os países do oriente, onde desde séculos se vinha usando e abusando da *coffea arabica*.

Além de preconizado pelas maiores sumidades da medicina francesa contra um sem-número de mazelas que ligeiramente ou gravemente atormentam a miseravel natureza humana, ainda apareceu ali um certo Sauvageon, que entendeu de transformar o café líquido em barômetro (v. P. Porto-alegre, ob. cit., pags. 417-419).

Ridiculizada essa improvavel serventia, — outra, entretanto, se não póde negar ao granado da rubiacea: — a de ser o barômetro da riqueza das nações que o produzem para uso proprio e consumo no mundo.

Si se der crédito ao que afirma H. E. Jacob, em seu livro “Sage un Siegeszug des Kaffees” Napoleão Bonaparte foi quem introduziu no mundo o uso do “café extraído da chicoria”. O terrivel corso era grande bebedor do

licor negro e resolveu torná-lo barato. Confirmando essa asserção, Conan Doyle, em "Uncle Bernac", conta que Napoleão tomava dez chécaras de café por dia (veja-se a tradução francesa do H. Joyau, pag. 39), achando, todavia, elevado o preço em que lhe ficava a bebida tirada da *coffea arabica*, porquanto, naquele tempo (veja-se o que vem á pag. 174 da obra acima citada), custando cinco francos a libra de café e quatro francos a libra de açúcar, saía cada chécara por "vingt sous"

Alemães e ingleses não tardaram a fazer uso da chioria, para a falsificação do café.

Póde-se dizer que a bíblia do cooperativismo é o curioso opúsculo intitulado "Os 28 tecelões de Rochdale (História dos Probos Pioneiros de Rochdale)" da lavra de G. J. Holyoake, e que já foi trasladado a português por Arquimedes Taborda (Rio, 1933). Aí é que se encontra, á pag. 61, a seguinte narração do como em Londres, em meados do século passado, já se preferia o café falsificado ao café puro. Ei-la: — "Um cavalheiro, aborrecido por ter de tomar o café suspeito, que tomava em Londres, propôs-se a oferecer ao público a satisfação de tomar uma chécara de café verdadeiro. Recorreu, pois, ás disposições necessárias e abriu um negócio em Lembeth, no qual somente se vendia café legítimo. Infelizmente, porém, ninguém quiz tomar o seu café, e ele foi obrigado a fechar as portas. O público estava tão acostumado a tomar café falsificado, e seu paladar estava tão habituado ás beberagens preparadas com café impuro, que não queria saber do do outro e recusava a infusão feita com bom café".

Da influencia da *coffea arabica* na literatura francesa do final do século XVIII, é exemplo digno de nota especial a interessante novela "Le Café de Surate" (1791), de Bernardin de Saint-Pierre.

George Sand, como é sabido, apreciava devidamente o delicioso licor da planta abissínia. Segundo Garcia Rondono (“Conferências” pag. 93), a fecunda escritora “só trabalhava á noite, fumando e tomando café constantemente”

Dois romancistas de alto renome (um deles também poeta de alcandorada inspiração) fizeram, em rápidas palavras, a apologia do café. O primeiro foi Claude Tillier, em sua obra-prima “Mon oncle Benjamin” (Lausanne, 1854), da qual já existe em nossa língua, desde 1913, uma regular tradução, feita pelo dr. Melo Meneses (Rio, A. Moura). Eis o que, na interessante novela, o referido escritor pôi nos lábios de um médico: — “O café, creio que não o ignorais, é benéfico e tônico, excita agradavelmente o cérebro, dá movimento ás idéas” O segundo foi Henri de Régnier, que honrou a Academia Francesa e faleceu no ano ha pouco findo. Em “Les vacances d’un jeune homme sage” (París, 1903), um dos seus melhores trabalhos em prosa de ficção, vem o seguinte, á pag. 49: — “Ernestine, versez-moi une seconde tasse de café: j’ai besoin d’avoir des idéas claires”

Georges Vidal, em “La vallée de la mort qui rôde” (1836), pag. 27, descreve os cafezais de Costa-Rica: — “Des *cafetals* bien soignés montraient leurs caféiers vigoureux et bas, dont les rangées parallèles grimpaient sur les coteaux, en entraînant leurs larges interlignes plantées de bananiers, de platanes ou de mais. Puis, à mesure qu’on avançait, les caféiers se faisaient plus rares et cédaient la place à des pâturages ou à des bananeraies immenses, plus ou moins envahies par les herbes acharnées”. E mais adiante, pag. 105, dá assento ao seguinte: — “Le guide dénicha bientôt une source, fit bouillir l’eau. Le café, pressé dans une *chaussette*, passait lentement. — Rien que l’odeur me regaillardit! — sourit Monique”

Mas, já antes dos escritores acima citados, Max Nordau, em seu livro "Paradoxos", que foi vertido para a nossa língua por M. C. da Rocha (Rio, Laemmert & C., 1888), traçara uma curiosa página, intitulada "Pensamentos do moínho de café". Veja-se como ele se serviu habilmente do modesto aparelho destinado a moer os grãos torrados da *coffea arabica*: — "Suponhamos que um moínho de café é dotado de inteligência; não deveria ele considerar que a mão de uma mulher seja a condição indispensavel de todo movimento, visto ser-lhe impossivel imaginar o movimento sem a intervenção da mão feminina, aplicada á manivela? Si este pobre moínho visse uma máquina eletro-dinâmica, movendo-se sem o auxílio de mão alguma, evidentemente este fenômeno lhe pareceria incrível, inexplicavel, e procuraria envão a causa do movimento, a qual para ele consiste exclusivamente na mão de uma mulher. E o moínho de café, no seu ponto de vista, deve conservar na idéia a mão feminina como causa única possivel de qualquer movimento; a sua experiência não lhe permite pensar diversamente, e, para toda a família dos moínhos de café, este ponto de vista será o único verdadeiro. No entanto, sabemos que o moínho pensa mal, que está em erro, que a lei, por ele formulada, não é applicavel como regra geral, que ha movimentos que não são produzidos pela mão feminina, apesar de algumas cabeças fracas do mundo elegante estarem muito dispostas a ser, neste caso, da opinião do moínho de café. "

As primeiras metralhadoras apareceram na segunda metade do século XIX: o modelo "Gattling", durante a guerra de secessão, na América-do-Norte; e o modelo "Raffye" durante a guerra franco-prussiana. Embora aperfeiçoada mais tarde por Isaac Lewis, parece que a primeira metralhadora foi inventada pelo yankee Hotch-

kiss (1826-1885), a quem se deve também o canhão-revólver. Jonathas Latimer, em seu interessante romance "Headed for a hoarse", conta qual a denominação dada por Abraham Lincoln á primeira das referidas armas de guerra, e cujo emprego não permitiu. Na tradução francesa da dita novela, por Perrine Vernay, que a intitulou "La dernière semaine" (París, "La Nouvelle Revue Critique", 1937), acha-se o seguinte (pag. 219): — "Elle a été inventée pendant la guerre de secession, mais le vieil Abraham, qui se mêlait toujours des affaires militaires, a défendu à l'armée de s'en servir. Il l'appelait: *le moulin à café*". Como se verá mais adiante, foi feita em 1870 uma caricatura (acha-se-lhe a reprodução na já citada obra de H. E. Jacob), anônima, com o título "Metralhadora servindo para moer café"

Que o líquido negro, extraído da planta abissínia, tem também servido para belas imagens literárias, — é o que se infere da leitura de alguns prosadores franceses. Assim, o primoroso René Bazin, em seus "Contes de la bonne Perrette" (pag. 115 da ed. de 1901), fala de uns "yeux couleur de café" (*) E Georges Auriol, á pag.

(*) Conan-Doyle, em "El drame du Korosko — Traduit de l'anglais par Henry Evie" (París, 1930), pag. 9, serve-se também da mesma expressão, para descrever o rio Nilo, quando banha este as terras onde teve berço a depois chamada *coffea arabica*. O maior rio do mundo pelo comprimento, e do qual o Egito não é mais que "uma dádiva", na frase de Heródoto, consta de dois braços, a um dos quais deram os árabes o nome de *Bahr-el-azrak*, "mar azul". Não "azul", mas "côr de café", é como o considera o romancista inglês acima citado, qual se vê das linhas seguintes: — "La Nubie, pays d'un caractère tout particulier, comprend seulement la partie cultivée, laquelle forme comme une bande étroite, verte, frangée de palmiers et traversée par l'immense fleuve couleur de café"

104 de seus contos humorísticos “Les pieds dans les poches”, diz o seguinte: — “Bref, il était trois heures, et déjà l’aube diligente répandait son lait matinal dans le café noir de la nuit”

A comparação do crâneo humano com a *cafeteira*, bastante encontrada nos escritores franceses, proveu certamente da forma arredondada que o mencionado vaso então possuía. Citemos dois exemplos. Jules Lévy, em “Les gâtés de la Correctionnelle” (pag. 24 da coleção Ollendorff), faz um garoto de Paris comparar a cabeça de um burguês de lá com a máquina de preparar a bebida da *coffea arabica*: — “Je lui ai tapi sur la cafetière...” Esta palavra, com o mesmo sentido translato, acha-se á pag. 99 do livro de André Birabeau, “Toutes les mêmes, monsieur!” (Paris, 1926). Aí, registra ele a seguinte quadrinha de canção popular:

“Ohé, ohé, Durandard,
Tu t’es mouillée la caf’tière,
En rev’nant de la Glacière
Avec ton ami Tétard. ”

Não faltam também anedótas em que entre a rubiácea africana. Consignemos aqui duas das mais interessantes. A primeira encontra-se nas “Histoires gasconnes” (Paris, 1926) de Édouard Dulac. Conta ele que, achando-se dois recrutas parisienses em exercício militar num campo de criação de gado, um deles perguntou ao outro como é que se explicava que as vacas pretas pudessem dar leite

No romance, acima citado, de J. Latimer, a invenção de Nieuhof foi aproveitada para a comparação seguinte (pag. 88): — “Elle s’écart de la porte, et son peignoir japonais aux fleurs multicolores laisse entrevoir une jambe mince, couleur café au lait”.

branco. O outro respondeu-lhe: — “Tu ne sais donc que les vaches blanches, par ici, donnent seules du lait, et que les vaches noires, elles, fournissent le café?” A outra, sem dúvida picaresca, vem á pag. 283 das “Joyeusetés et facéties” (París, 1926) de J.-W. Bienstock et Curnonsky:

— Un peu de café, baron?

— Merci, madame, cela empêcherait la baronne de dormir”

Em “Histoires enfantines” (n.º 1 da “Collection d’ananas sous la direction de Léon Treich”, París, 1925), encontra-se a seguinte (pag. 159 da 16.ª ed.), na qual a bebida tirada da planta abissínia serve para uma comparação irreverente:

— “Maman, est-ce vrai que le bon Dieu est partout? je ne l’ai jamais vu...”

— Petit bêta!. Figure-toi um morceau de sucre qui a fondu dans une tasse à café”

E, para terminar este capítulo, demos guarida a uma contribuição portuguesa, devida a Alberto Costa. Este, em “O livro do dr. Assis” (Lisbôa, 1910), sátira monumental contra um professor da universidade de Coimbra, conta do mesmo a seguinte mirífica tolice (pags. 287-288):

“Certa noite, na sala de uma das primeiras famílias de Coimbra, entretinham-se os convidados num jogo de adivinhações, enquanto se servia o chá. Obedecendo á regra, propôs o dr. Bernardino Machado á dama, que lhe ficava mais próxima, este enigma:

— Em que se parece v. ex. com esta chávena de chá?

Embaraço da interrogada, que não atinava com a decifração. E o interrogante esclareceu:

— En ce que vous êtes pleine de bonté (*bon thé*).

O dr. Assis assistia, e tomou nota. Passado tempo, no final de um jantar, em casa do conde de Monsaraz, o mestre aventou, indicando um dos convidados:

— Ora vamos lá a ver quem me diz em que se parece esta senhora com a chávena que eu aqui tenho.

E, como ninguem respondesse, o doutor, dirigindo-se gentilmente á dama visada:

— E' simples! En ce que vous êtes pleine de bon café. ”

3) — O CAFÉ NO LENDARIO AMERICANO

Sabe-se que o café entrou na América-do-Norte em 1668, mas as primeiras casas de negocio, especialmente instaladas para vendê-lo em estado líquido ao público, só apareceram cerca de vinte anos mais tarde. A de Boston é de 1689; e a de New-York, “The King's Arms”, é de 1696.

Em 1715 foi introduzido no Haiti e em São-Domin-gos. Tendo os holandeses começado a cultivá-lo em Surinam, para onde o levaram da Batavia em 1718, — fica sendo essa a data precisa e incontestavel da sua penetração na América-do-Sul

Já desde muito era conhecido o fâto de o haverem os franceses colhido ali, clandestinamente (v. “O Panorama” vol. II, pag. 166), afim de plantarem-no em Caiena. Sobre isso correm duas versões, que ainda exigem averiguação. Conforme Lourenço Granato (“O segundo centenário da introdução do cafeeiro no Brasil”, São-Paulo, 1926, pag. 15), “em 1719 o fugitivo Rosier le Breton, residindo em Surinam, escreve para Caiena, pedindo para que se lhe perdoasse certo delito cometido, compromettendo-se a levar consigo, em troca do perdão, sementes de

café, capazes de germinar, e cuja exportação era ali proibida, sob ameaças de rigorosas penas. Combinado o trato, foi assim introduzido o café em Caiena, sendo os grãos entregues ao comissario da Marinha, que se chamava D'Albon". Segundo W. H. Ukers (ob. cit.), a rubiacea somente começou a ser cultivada na Guiana Francesa em 1722. Entretanto, já vimos que, em artigo da revista "Chacaras e Quintais" (1927), da lavra do dr. Waldemar Peckolt, varia a data, assim como o nome do furtivo introdutor da *coffea arabica* em Caiena: — "Em suas viagens de comercio, o ousado e temerario Morgues, garimpeiro da Guiana, introduziu-o em Caiena, em 1725, indo, com risco da propria vida, tirar frutos maduros de árvores cultivadas na Guiana Holandesa, para vendê-los por bom preço ou em troca de ouro. Desta árvore de Caiena originou-se o cultivo do café no Brasil".

Ha, forçosamente, um nimbo de lenda a aureolar todas essas narrações, ainda desajudadas de documentos de incontestabilidade histórica.

Cronologicamente, cabe-nos agora tratar do romance que, a propósito da introdução do café na ilha de Martinica, se teceu em torno de De Clieu.

Havia no Jardim do Rei, em Montpellier, pelos fins do primeiro quartel do século XVIII, mudas de cafeeiro, resultantes da planta que em 1714 fôra oferecida pelo burgo-mestre de Amsterdam, Brancaz, a Luiz XIV. e que saíra do Jardim Botânico da dita cidade holandesa, onde penetrara a *coffea arabica* em 1706. Gabriel d'Erchigny de Clieu, nascido em Angléqueville-sur-Saône (Seine-Inferieure, Normandie) em 1686, promovido a capitão de infantaria de marinha em 1720, foi, pouco depois, mandado servir na colonia francesa de Martinica. Tendo de embarcar em Nantes, em 1723, trouxe uma única muda de cafeeiro, obtida por intermedio do físico do rei, De Chirac. Tendo sido longa a travessia e escasseando a bordo a

agua potavel, reduziu o dedicado official a sua propria ração, afim de regar e salvar a muda (conforme narração que ele proprio fez a Aubat e por este inserta em sua obra "Plantes de la Guyanne"), a qual, chegando viva, foi imediatamente plantada no jardim da casa em que se instalou. Graças á vigilancia de que a cercou e aos cuidados que continuou a prestar-lhe, desenvolveu-se ela a tal ponto, que, um ano depois, pôde ele colhêr dois litros de sementes, as quais, distribuidas pelos agricultores da ilha, não tardaram a constituir ali uma das maiores fontes de riqueza. Com efeito, assolada a Martinica pelo terremoto de 7 de novembro de 1727, as suas plantações, notadamente as de cacau, ficaram destruidas, excetuados apenas os cafezais, que resistiram á furia do abalo sísmico. Serviu isso como que de lição aos martiniquenses, que se entregaram, daí em diante, com carinho, á cultura da rubiacea, cuja produção atingiu, dentro em pouco tempo, a um índice bastante elevado.

Esses fatos são todos rigorosamente históricos (v. *Sidney Daney*, "Histoire de la Martinique" Fort-Royal, 1846; *Alfred Franklin*, "La vie privée d'autrefois", Paris, 1893; *Edélestand Jardin*, "Le caféier et le café" Paris, 1895, pag. 102, e *W H. Ukers*, ob. cit.).

A lenda foi tecida por escritores franceses (*Tussac*, em sua "Flore des Antilles" e *Esménard*, no "Poème de la navigation"), ajudados por um inglês (*Charles Lamb*, "Works" 1891). Segundo ela, De Clieu, ante- vendo a gloria que lhe avassalaria o nome pelo serviço que ia prestar á colonia franco-americana, só logrou a muda da cafeeiro, tão rara e tão preciosa, mediante a intervenção de certa dama, cujo coração cativara, embora fosse ela a prestigiosa amante do médico De Chirac. E, além dos exageros com que lhe narraram a viagem e a indigencia da ancianidade, ainda lhe alteraram o nome e

até a idade com que morreu. Documentos oficiais, recentemente descobertos (*), patenteiam que ele faleceu aos 88 anos, a 30 de novembro de 1774. Em 1804, o governador da Martinica, De Lussat, projetou levantar-lhe um monumento, no mesmo lugar em que ali plantara ele o primeiro pé de café. E, em 1918, executou-se esse intento, com a inauguração do Jardim Botânico de Fort-de-France, em honra de De Clieu.

No resto da América setentrional e central são as seguintes as datas do começo da cultura do cafeeiro: — 1728, na Jamaica; 1748, em Cuba, onde agora os yankees lhe estão desenvolvendo intensamente a plantação; 1755, em Porto-Rico; 1779, em Costa-Rica; 1784, na Venezuela; 1790, no México; 1810, na Colombia; 1850, em Guatemala; e 1852, na República de El-Salvador.

Da importancia que conquistou a util rubiacea na grande república norte-americana são atestados eloquentes os trabalhos históricos e literarios, em que se lhe fizeram referencias ou em que foi ela tomada por exclusivo assunto. Eis os dignos de menção, postos em ordem cronológica: — “Campaigning with Grant”, do general *Horace Porter*;

(*) Desses documentos, o mais notavel é uma sua propria carta, publicada em fins de 1774 na revista parisiense “Année Littéraire” (vol. VI, pag. 217). Segundo a mesma obteve ele do médico da côrte, De Chirac (e por intervenção de uma dama de alta hierarquia, a quem o facultativo nada podia recusar), algumas mudas de cafeeiro, destinadas á ilha de Martinica. As ditas plantas foram confiadas a um sr. Bégon, residente em Rochefort, de quem as recebeu De Clieu, que embarcou para a América em Nantes, no ano de 1723. Só uma das mudas chegou viva com ele á ilha, onde foi plantada no cantão chamado Prêcheur. Da colheita dos frutos da mesma, em 1726, ano da sua primeira produção, foi que resultaram muitas das mudas que propagaram o cafeeiro nas Antilhas.

“Memoirs” (1875), do general *Sherman*; “Home” de *George Aghes Chamberlain*; “Rosary” de *Florence L. Barclay*; “The corner in coffee”, de *Cyrus Townsend Brady*; “Coffee and Repartee” (1893; 2.^a ed., 1921), de *John Hendrick Bangs*; “Romance of the Bourbon Chateau” (1903), de *Elisabeth W. Champney*; “Beverages past and present” (1908), de *Edward R. Emerson*; “The pot and kettle” (1920), de *Albert V Lally*. Dos livros especializados, o primeiro que se estampou ali sobre a *coffea arabica* foi o de *Robert Hewitt (Júnior)*, “Coffee: its history, cultivation and uses” (New-York, 1872). O primeiro órgão de publicidade consagrado ali ao café e ás especiarias, é de 1878, “The Spice Mill”, que se edita em New-York, sob a direção de *Jabez Burnes*. Só em 1901 apareceu a grande revista “The Tea and Coffee Trade Journal” também com séde em New-York.

Apesar de haver assim penetrado o café no romance e na novela yankees, ainda não houve quem lá coligisse tradições populares, que lhe dissessem respeito, senão as relativas á influencia do “Merchant’s Coffee-House” o qual, fundado em New-York em 1737, foi, segundo os seus cronistas (v. *W. H. Ukers*, ob. cit.), “o fóco da liberdade americana e o berço da União” porque nele é que se reuniam os patriotas que prepararam o movimento político emancipacionista, asselado a 4 de julho de 1776.

Sinal de hospitalidade, em toda parte onde se adotou o seu uso, viu-se a *coffea arabica* enaltecida, em terras da América insular, a simbolizar a pureza das virgens que convolam, para justas nupcias, á divina função da maternidade. Com efeito, refere *Edélestand Jardin* (ob. cit.) que, nas Antilhas, as noivas comparecem perante os altares, para a cerimonia do sagrado “conjugio”, levando nas grinaldas flores de cafeeiro, em logar das já clássicas de laranjeira. . .

Esse hábito, — que bem pudera generalizar-se nos prolíficos países em que se cultivava o ouro rubro, — demonstra a sem-razão com que ignaros persas e insensatos tudescos consideram o café como agente do malthusianismo.

4) — O CAFÉ NO LENDARIO BRASILEIRO

a) — *Lendas de fundo histórico*

As lendas sobre o café, no Brasil, começaram com os historiadores mais reputados de seriedade. Robert Southey, cuja "History of Brazil" é de 1810-1819, colheu de um manuscrito anônimo sobre notícias desta então colônia luso-espanhola (v. vol. I, pag. 453, da trad. de L. J. de Oliveira e Castro) que, na Baía, em 1581, "crescia o café" Monsenhor José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo, em suas "Memorias históricas do Rio-de-Janeiro e das provincias anexas á jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil" (1822), referindo-se ao café, afirmou o seguinte: — "Apesar de ter sido transplantado da India para o Brasil, onde principiou a prosperar, foi, contudo, mandado arrancar por el-rei d. Manuel, para conservar o commercio com a Asia, impondo a pena de morte aos que tratassem da sua cultura e progresso".

Não se estearam, até hoje, em provas insofismaveis, essas inverosímeis asserções.

A de ter sido iniciada a cultura do cafeeiro em nossa terra ao tempo do Venturoso, não resiste aos argumentos contra ela formulados pelo erudito dr. Francisco Freire Alemão. Disse este ("Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras." vol. XIX, pags. 564-566) que não encontrou referencia alguma ao café na "Etiopia oriental" (1609), de frei João dos Santos; nem na "Historia da alta Etiopia", do padre Baltasar Teles e composta em Gôa (1655); nem

nas “Décadas” de João de Barros e Diogo do Couto; nem em Duarte Barbosa, “que em 1516 tão extensa e miudamente escrevia sobre coisas da Baía, Africa e mar Vermelho”; nem no padre Francisco Alvares, autor da “Viagem ao preste João” (1520); nem, enfim, na “Fatalidade histórica da ilha de Ceilão”, do capitão João Ribeiro, que foi para a India em 1640 e por lá se demorou “obra de quarenta anos”. Presume o nosso abalisado sabio que a erronea afirmativa de monsenhor Pizarro proveiu da má interpretação que deu este ao seguinte lanço de um carta datada de 1675 e dirigida pelo padre Antonio Vieira a Duarte Ribeiro de Macedo: — “Ha muitos anos que sei se dá no Brasil a pimenta, e quasi todas as outras drogas da India, como se experimentou no primeiro descobrimento; e el-rei d. Manuel, por conservar a conquista do Oriente, mandou arrancar todas as plantas asiáticas, com lei capital que ninguem as cultivasse; e assim se executou, ficando sómente o gengibre, que, como é raiz, dizem no Brasil, se mete pela terra a dentro; mas ainda assim se conserva a proibição e se toma por perdido”. Ha aí apenas um engano de palavra, que se corrige mediante a leitura das “Cartas seletas do padre Antonio Vieira” (ed de J. I. Roquette, París, 1856), onde, á pag. 94, se vê que o grande jesuita não escreveu “plantas asiáticas” e sim “plantas indiáticas”. O certo é que, quando expirou d. Manuel, em 1521, ainda não se conhecia o café em Portugal, nem na Europa. Como, pois, poderia ter ele entrado no Brasil entre 1500-1521, e como se tornaria objeto de uma cogitação comercial que ainda não existia?

Liquidada essa, resta a asseveração de Southey, da qual fez praça o illustre sr. Henrique Silva, em dois artigos sobre “A introdução do cafeeiro no Brasil” (“A Informação Goiana” ns. 10 e 11, de maio e junho de 1927).

Como se infere do trecho do poeta-historiador, bem como da epígrafe marginal, admitiu ele, baseado no documento que julgou fidedigno, a existencia do “café indígena” na Baía, em 1581. Ora, nem na América em geral, nem no Brasil em particular, nunca se encontrou planta nativa da familia das rubiaceas, que se enquadrasse no tipo da *coffea*. Além disso, nenhum dos jesuitas, que estiveram de passagem ou estanciaram na cidade do Salvador, desde o governo de Duarte da Costa até ao período da união ibérica sob o cetro dos Filipes, menciona o plantar-se café ali. E, em contraposição ao anônimo informante de Southey, ha o “Tratado descritivo do Brasil em 1587, obra de Gabriel Soares de Sousa, senhor de engenho da Baía, nela residente dezesete anos, seu vereador da Câmara, etc.” (2.^a ed., devida a Francisco Adolfo de Varnhagen, Rio, 1879). Nesse grosso volume, escrito por quem morou longo tempo na cidade fundada por Tomé de Sousa, e contemporaneo do informante de Southey, acha-se minuciosa noticia de todas as plantas, ainda as mais humildes, então cultivadas ali ou simplesmente utilizadas para fins comerciais, voluptuarios e medicinais, e entre elas não figura o café. Nada adeanta ao caso a alegação de Henrique Silva, de haverem procedido da Baía as primeiras sementes de café, plantadas em 1774 no sitio do Riachão, do municipio goiano de Santa-Luzia. Tanto podiam ter ido para lá, naquela data, do Pará, do Maranhão (onde se sabe que já existia em 1774) ou do Rio-de-Janeiro, onde já havia entrado e era objeto de cultura o cafeeiro, como tambem talvez da Baía, onde, provavelmente, já era então conhecido, embora ao sul dela penetrasse em 1786, por mãos de uns missionarios italianos, fr. Marcelo e fr. Pedro, que o declararam “produto do Brasil”, como se lê na “Breve noticia da primeira planta de café que houve na comarca de Caravelas, ao sul da provincia da Baía, escrita segundo dados autênticos por

João de Sampaio Viana, juiz de direito da mesma comarca, em junho de 1842" ("Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras." vol. V, pags. 77-79). Que Portugal, preocupado com as riquezas metálicas do Oriente e Novo-Mundo, a elas e ás especiarias ligou sempre mais importancia do que ao café, comprova-se ainda com a introdução da utilíssima rubiaceae nas suas ilhas coloniais mais próximas. Assim é que, no arquipélago de Cabo-Verde (v. "O Panorama" vol. II, pag. 166), as cinco primeiras mudas de cafeeiro, que vicejaram na ilha de São-Nicolau, foram obtidas de uma possessão inglesa por Antonio Leite. Portugal tratou com o mais solene pouco caso a *coffea*, nos seus dominios ultramarinos, esquecido da nova divicia que teria na magnífica planta. E tanto isso é verdade, que, ainda em começos do século XIX, era o café gênero escasso na metrópole de além-mar. Assim é que, ainda nos começos do século próximo-passado (*), d. João VI o

(*) Em suas "Viagens no Brasil" ("Reise in Brasilien" München, 1823), agora mandadas traduzir e publicar pelo Instituto Histórico (ajudei a rever e anotei a dita versão), Spix e Martius fazem muitas referencias á cultura do café em nossa terra. Além de haverem encontrado chins, destinados á cultura do chá, a plantar a rubiaceae nas proximidades da Fazenda de Santa-Cruz; além de se lhes haver deparado um cafezal na propriedade agrícola do holandês Duffles, adeante de Itaguaí; além de afirmarem que a maior esperanza de Langsdorff, na Fazenda da Mandióca, sita em Petrópolis, "estava posta na plantação do cafeeiro, que ele já havia iniciado ali", — põem em particular evidencia, como plantadores da *coffea arabica*, nos arredores da bafa de Guanabara, o dominiquense Lesesne e o inglês Chamberlain.

A pags. 146-147 do vol. I (ed. alemã), descrevem pormenorizadamente a lavoura de café, realizada aqui pelo dr. Lesesne, assim como os processos pelo mesmo empregados para o beneficiamento dos frutos, tendo explicado antes, á pag. 127, o seguinte: — "O café começou a ser cultivado ativamente na capitania do Rio-de-Janeiro ha poucos anos, tendo

pedia do Brasil, para o seu uso pessoal, e até indicava os maiores desvelos no acondicionamento das arrobas que se lhe remetessem, conforme consta de documentos que li e copiei no Arquivo Nacional.

Talvez muita gente ignore que o café introduzido nas ilhas Hawaii, em 1825, saiu aqui do Rio-de-Janeiro (v. W. H. Ukers, ob. cit.). No seu variado e ótimo trabalho "Seixos rolados — (Estudos brasileiros)" (Rio, 1927), onde vem o interessante capítulo "Um manto real de Hawaii" (pags. 19-30), trata o erudito Roquete-Pinto da

se verificado que a produção daqui chega a igualar em excelência a de Martinica ou São-Domingos, desde que se observem na colheita as mesmas necessárias cautelas. O café procedente do Rio não gozava de estima na Europa, ha alguns anos atrás, porque, em geral, os grãos eram apanhados ainda verdes, e, para tirá-los da casca, expunha-se esta ao tempo até apodrecer, o que estragava o bom sabor do fruto, dando-lhe um colorido claro e amolecendo-o. Só ha pouco tempo foi que melhorou aqui o cultivo do cafeeiro, em consequência do modo de colher-lhe os frutos, principalmente depois que o dr. Lesesne, ilustrado fazendeiro de São-Domingos, fugido de lá por motivo de perturbações políticas, fez uma grande plantação nas vizinhanças do Rio e chamou a atenção dos poderes públicos para o modo mais proveitoso de beneficiar este produto. O seu exemplo e a grande procura do gênero fizeram aumentar consideravelmente a produção, de modo que atualmente o Rio-de-Janeiro é, dentre todos os portos do Brasil, o que despacha mais café, e da melhor qualidade, para o exterior. Nos últimos anos, tem sido a seguinte a sua exportação: 1817, 9.567.960 libras; 1818, 11.140.350; 1819, 8.037.220 (por causa da sêca); 1820, 14.733.540".

A pag. 142, finalmente, vem o seguinte: — "Empenhando-nos principalmente em prosseguir para deante da fonte da Carioca (pois que, na zona quente, tudo quanto vive procura a agua), fomos dar numa plantação de café, solitária, e então propriedade, como depois nos informaram, do consul inglês, o sr. Chamberlain, que tambem se occupava de entomologia e tinha uma rica coleção de insetos, colhidos naquelas circumvizinhanças".

visita que o soberano Riho-Riho (Tamehameha II) fez, em 1824, a esta capital, onde chegou a 16 de fevereiro e foi recebido, a 27 do mesmo mês, por d. Pedro I. Houve troca de mimos entre os dois monarcas: o polinesio recebeu “uma rica espada” e sua esposa “um anel de brilhantes de grande preço”, das mãos do imperador do Brasil, a quem Tamehameha II ofereceu “o manto de Owyeeen”, e a rainha Tameha-Malú “um colar de plumas” que foram mandadas por d. Pedro I para o Museu Nacional, cujas coleções opulentaram. O que não rezam os documentos da época (e, por isso, entra no domínio da lenda, justificada pelos fatos), nem foi objeto de investigações de Roquete-Pinto, é que os coroados hawaienses tanto apreciaram o nosso saboroso café, que daqui o levaram, á sorrelfa, em sementes e mudas, com que se iniciou a cultura da rubiacea no longinquo arquipélago do Grande-Oceano.

b) — *Lendas políticas*

Para que se compreendam as lendas de fundo político, em que entrou o café, — cumpre que se saiba, primeiramente, como e quando teve ele a honra de figurar na bandeira e no escudo de armas do Brasil.

Eis, na sua grafia original e inteiro teor, o decreto que, onze dias após o grito do Ypiranga, estabeleceu os símbolos sagrados da nossa nacionalidade e que a regeram até 15 de novembro de 1889:

“DECRETO

Havendo o Reino do Brasil, de quem sou Regente, e Perpetuo Defensor, declarado a sua Emancipação Política, entrando a occupar, na Grande Família das Nações, o lu-

gar, que justamente lhe compete, como Nação Grande, Livre e Independente; sendo por isso indispensavel que elle tenha hum Escudo Real d'Armas, que não só se distingão das de Portugal, e Algarves, até agora reunidas, mas que sejam características deste rico e vasto Continente: E Desejando Eu que se conservem as Armas, que a este Reino forão dadas pelo Senhor Rei Dom João Sexto, meu Augusto Pay, na Carta de Lei de treze de Maio de mil oitocentos e dezeseis, e ao mesmo tempo Rememorar o primeiro Nome, que lhe fora imposto no seu feliz Descobrimto, e Honrar as dezenove Provincias comprehendidas entre os grandes Rios, que são seus limites naturaes, e que formão a sua Integridade, que eu jurei sustentar:

Hei por bem, e com o parecer do Meu Conselho de Estado, Determinar o seguinte: Será d'ora em diante o Escudo d'Armas deste Reino do Brasil, em campo verde huma Esphera Armilar de ouro, atravessada por huma Cruz da Ordem de Christo, sendo circulada a mesma Esphera de dezenove Estrellas de prata em huma orla azul: e firmada a Coroa Real diamantina sobre o Escudo, cujos lados serão abraçados por dois ramos das plantas de Café e Tabaco, como emblemas da sua riqueza commercial, representados na sua propria côr, e ligados na parte inferior pelo laço da Nação.

A Bandeira Nacional será composta de hum parallelogramo verde, e nelle inscripto hum quadrilatero rhomboidal côr de ouro, ficando no centro deste o Escudo das Armas do Brasil.

José Bonifacio de Andrada e Silva, do Meu Conselho de Estado e do Conselho de Sua Magestade Fidelissima o Senhor Dom João Sexto, e Meu Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino e Estrangeiros, o tenha assim entendido, e faça executar com os Despachos necessarios.

Paço, em dezoito de Setembro de mil oitocentos e vinte e dois.

COM A RUBRICA DE S. A. R. O PRINCIPE REGENTE.

José Bonifacio de Andrada e Silva”.

Quem ideou os símbolos políticos do Brasil independente foi o imortal Patriarca, de cuja iavra é o decreto acima transcrito. Quis ele, nos emblemas do imperio luso-americano, respeitar a continuidade histórica, o que conseguiu com admiravel felicidade. Se o decreto não explica a escolha das côres fundamentais, — fa-lo A. M. V de Drummond, que refere haver José Bonifacio preferido o verde, para designar a nossa eterna primavera, e o amarelo, para representar os nossos tesouros auríferos, ou, melhor, como caraterísticos do conjunto das produções de natureza-viva e do conjunto de produções de natureza-morta.

Em 1822, talvez ainda não era o café, dentre os gêneros de exportação do país, o que mais renda proporcionava ás alfândegas do imperio. O açúcar ainda occupava, nas pautas aduaneiras, o primeiro logar (*). Mas

(*) Como se pôde ver em R. Walsh, “Notices of Brazil in 1828 and 1829” (Londres, 1830, 2 vols.), em 1822, o nosso café exportado não dava mais que 3.000:000\$000. Mas já em 1836 desbancava ele do primeiro logar ao açúcar, conforme os dados que se encontram na obra de J. J. Sturz, “A review financial, statistical & commercial, of the Empire of Brazil

andou bem o incomparavel estadista em ladear o escudo de armas por um ramo de café, á esquerda, e por um ramo de tabaco, á direita. Por certo, previu que a rubiacea ia ser a nossa riqueza, principalmente nas tres regiões que mais concorreram para a conquista da soberania politica: — São-Paulo, Minas-Gerais e Rio-de-Janeiro. Além disso, verificando que, no uso comum, o café e o tabaco andavam quasi sempre juntos, não os quis ele separar na suprema heráldica da patria.

O que não lhe pareceu conveniente foi conservar nas armas do Brasil os sete castelos e as cinco quinas (vulgarmente “cinco chagas”) do escudo português. Desagradou isso aos lusitanos que habitavam aqui e a cujos ouvidos tambem desprazia o “Hino da Independencia”, composto por Evaristo da Veiga (e musicado por Marcos Portugal e d. Pedro I), no qual havia o estribilho:

“Brava gente brasileira,
Longe vá temor servil!
Ou ficar a Patria livre,
Ou morrer pelo Brasil!”

A chalaça de além-mar, transportada para as nossas plagas, repontou logo numa parodia anônima (registrou-a, entre outros, o sr. Assis Brasil, na sua “Historia da República Rio-grandense”, 1882, vol. I, pag. 70), que provocou muita briga, nesta capital e alhures, entre brasileiros e portugueses:

and its resources: together with a suggestion of the expediency and mode of admitting Brazillian and other foreign sugars into Great Britain, for refining and exportation” (Londres, 1837).

“Cabra gente brasileira,
Descendente de Guiné!
Trocaram as cinco chagas
Pelo fumo e o café!”

Premeditada por Pedro I a dissolução da Assembléia Constituinte, recebeu a tropa da guarnição do Rio-de-Janeiro ordem oral de marchar para o campo de São-Cristóvão, — o que foi executado na tarde de 10 de novembro de 1823.

Reunida em sessão, — que foi declarada permanente, á vista dos graves acontecimentos que se vinham precipitadamente desdobrando, — passou a Assembléia, que funcionava no edificio da Cadêia-Velha, a sua “noite de agonia” de 11 para 12.

Pela manhã de 12, — tendo, provavelmente, combinado, antes, com a Domitila, certas medidas, que julgava imprescindiveis ao bom êxito do seu golpe despótico, — saiu Pedro I do paço de São-Cristóvão a cavallo, e apresentou-se á tropa, cujos comandantes não hesitaram em assegurar-lhe que estavam prontos a cumprir-lhe todos os mandados.

Entra em cena, — e em que deploravel cena! — o mesmo café que o egregio Patriarca da Independencia havia escolhido para, como um dos símbolos da riqueza da patria nova, figurar nas armas do auri-verde pendão do Brasil. Como a luta que se travára nos latíbulos da politicagem era principalmente uma resultante do odio que ao austero Andrada votava, sem disfarces, a favorita imperial, foi, certamente, desta que partiu a idéia de preparar de antemão grande número de ramilhetes de folhas de cafeeiro, que iam ser, naquele dia trágico, o índice do escarneo, lançado, ostentosamente e insolentemente, por uma prestigiosa aventureira, ás cãs do excelso fundador da nossa nacionalidade. E parece ter ainda sido ela

quem lembrou ao filho de Carlota Joaquina que juntasse á tropa o regimento de São-Paulo, pois isso demonstraria, simultâneamente, o apoio da grande e próspera provincia áquele ato violento e o papel conspicuo que no mesmo representava a então todo-poderosa marquesa de Santos.

Eis o que narra, nas "Anotações... á sua biografia" (Rio, 1890, pag. 77), o conselheiro A. M. Vasconcelos de Drummond, testemunha presencial e sisuda de tudo quanto ocorreu de mais importante naquela sinistra jornada: — "O imperador, certo de que, pela resposta dos officiais, podia contar com a tropa e fazer dela o que quizesse, deu ordem de marcha, ornou o seu chapéu de um frondoso ramo de folhas de café, e o mesmo fizeram os generais e officiais. Aos soldados se distribuiu, a cada um, um ramo das mesmas folhas, para ornar a barretina. Era o emblema da vitoria que iam alcançar. Vilela Barbosa, posto não fosse militar combatente, tambem ornou o seu chapéu com um ramo de café. O mesmo fez Clemente Ferreira França, apesar de ser o chapéu, que trazia naquela occasião, de pasta, e ele paisano, em todo o rigor da palavra. Até os criados do Paço se ornaram com folhas de café, e a Domitila com um ramo exorbitante no peito. O triunfo era geral"

Fez alto a coluna no campo de Santa-Ana, donde d. Pedro I destacou uma brigada, — da qual fazia parte o regimento de São-Paulo, commandado por um official portuguez, de nome Lázaro, — para cercar a Cadeia-Velha, contra a qual foram logo assestadas as bocas dos canhões que levava a tropa. Eram duas horas da tarde, pouco mais ou menos. Entregue, então, pelo general Moraes, ao presidente da Assembléia, o decreto de dissolução, começaram a sair os deputados, dos quais foram immediatamente presos, á ordem do imperador, os Andradas (exceto o Patriarca, que o foi em casa) e os seus mais dedicados amigos. E' tradição (não conveniente-

mente aproveitada pelo dr. Ramiro Berbert de Castro, como se vê do seu aliás bem feito "Histórico e descrição dos edificios da Cadêia-Velha, Palacio Monroe e Biblioteca Nacional" *separata* do "Livro do Centenario da Câmara dos Deputados", Rio, 1926, pag. 22) que Antonio Carlos, já com voz de prisão, ao defrontar a primeira peça de artilharia abocada para a porta que acabava de transpor, tirou o chapéu e cumprimentou-a nestes termos: — "Respeito muito o seu poder!"

Conforme noticia constante da obra de Paulo Portogalegre (pag. 28), os peregrinos muçulmanos, que vão prostrar-se ante a Caaba, conservam, desde tempos, o costume de, no regresso aos lares, trazerem enfeitados os turbantes com raminhos de café, para lembrança da visita pragmática á cidade santa do profeta de Alá. E cada qual, recolhido aos penates, ali guarda com veneração o seu ramilhete, até que este, como tem que acontecer também ao dono, "se desfaça em pó".

Teriam, acaso, os beaguins de d. Pedro I, assim como a sua comborça, os seus ministros e outros criados de menos pomposa libré, conservado os emblemas de 1823? — Provavelmente não, porque se contentaram com ver reduzida a pó, naquele calamitoso dia, a liberdade por que tanto ansiava a joven soberania do Brasil.

c) *O café na medicina e nas superstições do povo*

Os nossos sertanejos usam e abusam do café; porém, em geral, não o tomam tão forte quanto os habitantes das cidades. Além disso, no interior e durante as longas viagens, o café é, muitas vezes, preparado com rapadura ou açúcar escuro (mascavo). Quando é aplicado como mezinha, exige cuidados especiais e a adição de outros líquidos ou drogas.

Assim, o café forte é remedio caseiro contra intoxicações de toda casta, quer puro, quer misturado com álcool. Puro e sem açúcar, é como se emprega para curar as camoécas. Com cognac queimado, serve para sudorífico benéfico ás defluxeiras. Com aguardente boa, é o primeiro antidoto, no caso de envenenamento de origem desconhecida (v. "Vida roceira" de Leoncio de Oliveira, ed. de 1919, pag. 212). Tem ainda o povo a credence, talvez não destituida de fundamento, de que a borra do café, posta na agua destinada ás aves de criação doméstica, lhes evita o gôgo.

Entra ainda o café na composição de mandingas, entre as quais a de um filtro amoroso. Acredita piamente o sertanejo do norte que, para dementar alguém, basta que se lhe consiga propinar café com algumas gotas do suor do cavallo. Afranio Peixoto, que, nas "Superstições populares, relativas á saúde, doença e morte" ("Revista da Academia Brasileira de Letras", 1912, n. 10, pags. 231-248), recenseou tudo quanto coligiu de interessante a esse propósito, registrou a credence pela seguinte fórmula: — "Queimar os cabelos produz loucura. O mesmo efeito produz café com suor de cavallo".

Sherif-Eddin-Omar-ben-Faredh, poeta-sheik do século XIV (v. "All about coffee" de W. H. Ukers, pag. 543), quando defendeu a rubiacea já famosa, ao ser-lhe movida, na Arábia, a segunda perseguição de ordem religiosa, fe-lo em versos harmoniosos, dedicados á querida do seu coração, de quem disse (a tradução, incompleta, é minha):

"Ela fez-me beber, a longos haustos,
Um café, que me foi febre de amor!"

Pois esse café, que gera a febre de amor, tambem existe no Brasil, se não erra, nas suas abusões, a mente

crédula dos nossos patricios do interior. Suponho que é feitiçaria generalizada em nosso país. Em Minas, pelo menos, é corrente por toda parte, pois lá, quando se percebe algum homem de beijo caído por certa mulher, logo a esta se atribui o ter-lhe propinado o celebre “café mandingueiro”. Lá, bem como no resto do *hinterland* patrio, ninguem do povo entende a francesia *béguin*. O termo vulgar e expressivo, apesar de chulo, é o velho lusitanismo “rabicho”, acrescido do seu derivado verbal “enrabichar”, que se pronomina ou não, ambos apenas abasileirados quanto á significação. Embora não me socorra do latim, “qui brave l’honnêteté” posso afirmar que o tal filtro de amor — (“horresco referens”!) — consiste em alguns coágulos do fluxo catamenial da propria enfeitante, diluidos em café bem forte e bastante açucarado. . .

Ha ainda outro processo, — menos repugnante, principalmente se se tratar de jovem hígida e asseada, — de preparação e applicação do filtro amoroso, composto exclusivamente com o líquido da *coffea arabica*: — o café é coado na fralda de uma camisa com que tenha dormido a mulher, pelo menos duas noites consecutivas, e deve ser bebido pelo homem no mesmo dia, por duas vezes, ao almoço e ao jantar.

A fórmula anteriormente descrita é a que goza de mais voga no espírito crendeiro da gente sertaneja.

Reuniram-se em boa hora, num volume póstumo, sob o titulo de “Historias e paisagens” (Rio, 1921), os diversos escritos que a pena cintilante de Afonso Arinos havia deixado esparsos em revistas e jornais de diferentes épocas e muitos dos quais firmados com o pseudônimo de “Gil Cassio”, pelo qual trocou o de “Olivio Barros”, com que em 1898 dera a lume “Os jagunços”. Em “Historias e paisagens” (sub-titulo do formoso “Pelo sertão”, e bem aproveitado, porque denota o íntimo liame que ha en-

tre os dois livros) existem tres contos de grande utilidade aos que estudam o folclore brasileiro. No epigrafado "Tropas e tropeiros" (pags. 101-129), consignou Afonso Arinos um costume, peculiar da pragmática do sertão, e que se relaciona com a ocupação do mesmo rancho por mais de um bando. Referindo-se ás tropas, conta ele: — "A primeira, que chega, ocupa o extremo do rancho e arruma o acampamento sempre de modo a ficar espaço para acomodar outras. Os tocadores da tropa acampada, ao verem chegar a outra, levantam-se em silencio, e, antes de qualquer saudação, ajudam a descarregar o primeiro lote. Nesse ínterim, o cozinheiro, espontaneamente, prepara o café, para oferecer aos recémchegados. E' de estilo entre tropeiros, conheçam-se ou não se conheçam: — quem chegar, tem direito ao auxilio e ao café de quem está no pouso". Na outra pequena novela, "O mão-pelada" (pags. 63-68), registrou a crença, sobreviva em Minas-Gerais, num duende singular, especie de capelobo hibridado com a mula-sem-cabeça, talvez produto da fantasia do elemento afro-brasileiro. Na "Feiticeira" (pags. 37-55), finalmente, tratou da mais arrepiante das mandingas de fonte negra com relação ao café, pois exige o sacrificio de uma tenra vida humana. Eis o trecho em que, fazendo falar o sinistro pagé preto, explica o hórrido arranjo e o objetivo amoroso do feitiço: — "Menino! menino! o bracinho, tirado do corpo ainda quente, ha de mexer tachada de café ao fogo. Quem o beber, mexido assim, na hora de torrar, perde logo o pouco-caso e apanha rabiço. E eu tenho encomenda. . . Deixe ver: uma, duas, tres pessoas, que querem remedio para desprezo... A Rosa ainda ontem me falou nisso. Ora! num instante o Quim larga da outra: é só o tempo de beber o café, das mãos da Rosa. Eu apronto a coisa: tiro o bracinho do menino..."

Existe, porém, meio fácil de não engolir o filho de Adão — qualquer dessas engulhentas mandingas, com que o quizer dominar a perigosa descendente de Eva. Bem que em nenhum escritor, nosso ou alienígena (excetuada, é bem de ver, a que foi aproveitada por Afonso Arinos), se me hajam deparado as feitiçarias acima expostas, encontra-se um, pelo menos, que, sem apontar claramente o mal, inculca o remédio. Com efeito, Cornelio Pires, nas “Conversas ao pé do fogo” (São-Paulo, 1921, pag. 161), refere ter ouvido de uma preta velha esta “simpatia” contra a “coisa-feita” que tiver por veículo o café: — “Pegá a chicra de café com a mão esquerda, é bão: se tivé cum feitiço, avúia da mão”. Assim para não tragar o nojento filtro, basta que o alvejado pela mulher se finja de canhoto, se realmente o não for.

Fornece o mesmo talentoso escritor paulista uma informação curiosa, colhida da dita negra anciã, e pela qual se verifica que na terra dos bandeirantes é o coador de café que serve para as judiações a que as raparigas, com pressa de apanhar “il pesce raro, che chia-mano marido” (a expressão é de Stecchetti), condenam alhures a imagem de Santo Antonio, especialista em casamento de moças, porque, para o maridamento de velhas, cabe tão despicienda função a São Gonçalo-de-Amarante.

Narra ele (ob. cit., pags. 161-162):

“ — E para casar, tia Policena?

“ — Isso é faci, nhonhô. E’ só garrá Santo Antonio e dipindurá elle p’ru pesçoço e infíá drento do cuadô... Tá ali, tá siguro!”.

Em Minas, não é o coador de café, e sim o fundo emborcado de um pilão (onde, é verdade, também se sóca o café torrado), a prisão do taumaturgo lisboeta,

que, ás vezes, é amarrado a um dos pés da cama, cuja ocupadora a deseja transformar depressa em tálamo...

Resta-me ainda mencionar outra aplicação do líquido da rubiaceae a uma ingenua "simpatia" de bons intúitos sociais. Creio ter sido disseminada no interior do Brasil pelo "Livro do feiticeiro" já ha muitos anos editado aqui por Quaresma & Comp., e firmado por "João Simões de Sampaio, secretario particular de Juca Rosa" (v. ed. de 1898, pag. 39). Para coibir ou extinguir alguém o odio de inimigo figadal, deve dar-lhe numa chícara de café cinco gotas do caldo de dois ou tres punhados de folhas de trevo, colhidas á beira da sepultura de pessôa conhecida, e, ao servir a infusão, cumpre que invoque o nome do defunto, de cujos restos se supôi ter sido alimentado o trifolio mágico. E acrescenta a superstição ser imprescindivel que o individuo que recorrer a tal feitiço "nunca se revolte, nem brigue com aquele a quem deseja domar". Ora, se o mandingueiro consegue que o seu rancoroso contrario lhe aceite das mãos uma chicara de bom café, e, além disso, está disposto a não se revoltar contra o mesmo sujeito e a não brigar jamais com ele, — parece-me que o trevo (*mascotte* que a nossa gente de prol e escol tomou das crendices chics da Europa), colhido ou não junto a túmulos, é de mais na beberagem...

Em "A retirada da Laguna" (Rio-París, 1915, pag. 218) conta o visconde de Taunay que a reduzida tropa brasileira, — continuamente perseguida pelas forças paraguaias e perdendo constantemente officiais e soldados, vítimas da epidemia de cólera-mórbus, que desde muito vinha ajudando o inimigo no quasi total extermínio da coluna heróica, — "chegára, enfim, guiada pelo bravo mineiro José Francisco Lopes, á margem do rio Miranda, então avolumado por uma enchente, e do outro lado do qual se avistava extenso laranjal", semelhante ao

mítico “Jardim das Hespérides” pela abundancia dos frutos de ouro. Baixando ao rio e facilitadas as comunicações por um cabo atado ás árvores das duas margens, atiraram-se todos ás laranjas, que foram dadas em abundancia aos coléricos. — “Eram, ás vezes, devoradas, casca e tudo, tal o ardor da fome e da sêde que nos acabrunhavam. Por estarem maduras e doces, abusava-se, aliás; mas o principio medicinal, que reside na essencia da casca, obrou mais eficazmente: a epidemia diminuiu e quasi cessou. Haveria nisso nova coincidencia? Isso fôra-nos, entretanto, anunciado por Lopes: e é positivo que vimos coléricos, a mór parte dos quais sararam, levar largas horas a devorar porções de laranjas, de que mal deixavam alguns restos”.

No relatorio de 25 de maio de 1867, dirigido á Assembléia Geral Legislativa pelo ministro da Guerra, João Lustosa da Cunha Paranaguá, referiu ele o seguinte, que se passou em outro ponto da campanha contra o Paraguai: — “Nos primeiros dias de abril, appareceu o mal nos hospitais do Cerrito, Corrientes e Itapirú. Redobram-se os esforços; novas medidas foram tomadas, porque dali ao exército pequena é a distancia para o flagelo, que a ninguem poupa, não conhece obstáculos, prostra e abate, de repente, ainda os mais fortes. De todas as medidas zombou o cólera... Foram postas em prática as medidas aconselhadas pela ciencia. Dobrou-se a ração do café e aguardente á tropa, afim de set distribuida de manhã, antes do alarme, e á noite, antes do recolher... Deve-se, seguramente, a esta medida a salvação de muitos atacados”

Post hoc, ergo propter hoc? — Não. Aí não ha ficção, nem engano, mas inferencias. Um cientista yankee já denominou o caldo de laranja de “sabão do sangue”, e grandes sabios da medicina franceza, como Trou-

seau, Gueneau de Mussy e Pidona, já haviam preconizado a eficacia da infusão do café no periodo álgido do cólera-mórbus.

Embora o fáto relativo á rubiacea não constitua lenda, julguei conveniente mencioná-lo, porque é facil calcular como entre os nossos soldados não deu ele ensejo a considerar-se o café como a mais salutar das p-nacéias.

d) *O café na poesia popular*

Já se alastrou intensamente por todo o Brasil, sobretudo na zona central, o tema do café, como parte importante de simples trova ou cantigas de desafio.

Não são muitas, nem primam sempre pelo método, as nossas coletaneas gerais ou regionais, quer de prosa, quer de versos anônimos, irrompidos da imaginação do povo.

E', talvez, incompleta a respiga que fiz. Servirá, porém, para demonstrar que a *coffea arabica* está bem naturalizada no Brasil e permitirá a futuros colecionadores que a matriculem em logar de destaque de antologias especializadas, com os acréscimos, variantes e correções, que se lhes tornarem possíveis.

José Bonifacio, o moço, na longa poesia "O tropeiro" ("Primeiras trovas burlescas" de *Getulino*, pseudônimo de *Luiz Gama*, ed. de 1861, pags. 245-252), põi na bocca do cozinheiro da tropa esta quadrinha:

"Vamos depressa
Tomar café;
Depois veremos
Quem bate o pé".

Parece que os tropeiros, que mais bebiam a estimulante infusão, resistiam melhor ás fadigas das marchas estradas.

Nos "Cantos populares do Brasil" de Silvio Romero (2.^a edição, 1897), só se me deparou uma referencia, que vem no "ABC do lavrador" colhido no Ceará (pags. 103-104), em quadra fraca e mal rimada:

"Quasi sempre os lavradores
De cana, café, cacau,
Têm feitores de campo,
Para não passar tão mal".

No "Cancioneiro do Norte" (1903), do poeta e folclorista paraibano Rodrigues de Carvalho, achei três cantigas compridas, das quaes destaco as estancias em que figura o café.

Da "Infelicidade de um agricultor" (pags. 18-19):

"Usei de plantar café,
Quando nasceu foi andú;
Botou fruta de jacú
E semente de inhoré.
Sei que a sorte não me quer,
Por essa maneira assim;
Eu plantei um gergelim,
Deu um puro carrapicho.
Isto é por um capricho
Que a sorte vem contra mim".

Das "Cantigas de Cabeceira" (pag. 149):

"Esse é Manuel Cabeceira,
De Cabeceira Manuel;
Eu faço pirão de homem,
Com farofa de mulher.

Com u'a mão quebro bolacha,
 Com a outra tomo café.
 Tenho um ditado no mundo,
 Que diz que — só e só é”.

Da poesia “Rio-Preto”, nome de um temível bandido do sertão da Paraíba (pags. 177-178), notando-se que os dois primeiros versos estão errados, excusando-se apenas o inicial pela pronuncia popular “subidelegado”:

“Senhor subdelegado,
 Venha tomar café comigo,
 Pois, enquanto eu me vir solto,
 Serei um seu bom amigo;
 Só depois de me ver preso,
 Serei um seu inimigo”

F. A. Pereira da Costa, no seu “Folclore pernambucano” (1908), inseriu duas genuinas poesias populares, no estribilho das quais entra o café, como acontece quando é tomado após os pratos de resistencia. Reproduzo-as integralmente, pois são curtas e não merecem mutiladas.

A primeira é uma “chula”, de que ha variantes, entre outras de Sergipe (v. Sylvio Romero, ob. cit., pags. 62-63). Ei-la, tal qual a consignou o escritor pernambucano (pag. 452):

“O padre foi dizer missa,
 Na capela de Belem.
 Em vez de dizer: — “Oremus”,
 Disse: — “Maricas, meu bem!”

Café, chocolate,
 Farinha de páu,
 Bolachinha doce,
 Que vem de Macáu.

O padre, quando namora,
Passa logo a mão na c'róa.
Namora, padre, namora,
Que Roma tudo perdôa!

Café, chocolate,
Farinha de páu,
Bolachinha doce,
Que vem de Macáu"

A segunda é um "lundú" mais caraterísticamente brasileiro que a "chula" anterior. Ei-lo (pags. 156-157):

"Branco diz que negro bebe,
Bravô, sinházinha,
Negro bebe agoniado.
Quando negro vai na venda,
Bravô, sinházinha,
Acha cópo já moiado.
Café cum chiculate,
Farinha riá páu,
Mulata bonita,
Tóca birimbáu!
Quem não tóca riá fero,
Tóca riá páu!

Menina de Afogados,
Bravô, sinházinha,
Tem a perna de socó;
Pru riba tanta farófa,
Bravô, sinházinha,
Pru baxo mulambo só.
Café cum chiculate,
Farinha riá páu,

Mulata bonita,
Tóca birimbáu!
Quem não tóca riá fero,
Toca riá páu!"

Cumpre-me explicar que, na linguagem prosáica popular, fonte em que se dessedentam os menestrelis anônimos do sertão e até os bardos das cidades cultas, as expressões "café com leite" e "café com chocolate" têm accepções translatas, que demandam dilucidção. Assim, chama-se vulgarmente "café com leite" tanto a mulata, quanto o casal de preto e branca, applicando-se a denominação de "café com chocolate" ao par formado por preto e mulata.

Entre nossas inúmeras produções bárdicas, — que surgem com paternidade conhecida, mas, se caem no gôto do povo, como que se anonimizam, tornando-se tradicionais, — somente descobri duas em que o saboroso líquido da rubiacea aparece secundariamente.

A primeira é da "Lira de Apolo" (1905) e vem num "lundú", intitulado "Tem paciencia" com que João de Sousa Cunegundes visou a satirizar algum empavonado senador da época. Eis a estancia (pags. 33-34), em fórma de diálogo entre a mulata, antiga amante do empavonado político, e este:

" — Nhonhô cantava modinhas,
Eu fazia o cafézinho,
Ele dava cafunés,
Eu pagava num beijinho.
— Mas, nhonhô, vancê que tem,
Que já não fala ao seu bem?
— Tem paciencia, meu amor,
Agora sou senador!"

A outra pertence á “Lira Brasileira” (1908), e ou é da lavra de Catulo Cearense ou foi por ele colecionada. Na extensa poesia “Carta original” (pags. 39-40) entrou o café, como creio, apenas por exigencia da rima:

“Sem crenças, perdida a fé,
 Descreio do mundo até!
 Quantas saudades, olé!
 Da casinha de sapé!
 A’ sombra do grande ipé,
 Deitado, a tomar café,
 Na esteira de catolé,
 De tua morada ao pé,
 A vida mais feliz é.
 Deu-me agora na maré
 De me entupir de rapé,
 Só de saudades, bofé,
 Já pareço um jacaré,
 Andando sempre p’ra ré,
 Neste andar de pangaré!”

Nos “autos” setentrionais, aparece tambem a rubia-
 cea, como se vê da quadra seguinte:

— “Mestre Domingos,
 Cadê sua muié?
 — “Tá na beira do fogo,
 Torrando café. . .”

São de 1916 as “Mil quadras populares brasileiras — (Contribuição ao folclore) — Recolhidas e prefaciadas por Carlos Góes”. Nessa publicação, que abrange rimas tradicionais de todos os rincões do país e á qual apenas faltou qualquer coordenação, ou pela procedencia regional, ou pelos “motivos” (como a que fez, em 1919,

Afranio Peixoto, nas “Trovas populares brasileiras”), encontram-se algumas referentes á negra e estimulante bebida, tão predileta da nossa gente sertaneja, quanto da que mora nas cidades.

A primeira (pag. 38) é fluminense, convindo notar-se que o nosso povo inculto, por sistemática aversão ás vozes proparoxítonas, não diz “chícara” e sim “chicra”, que é como se deve ler no terceiro verso, afim de não destoar da métrica dos restantes:

“A bandeira aqui chegou,
Um favor quer merecer:
Uma chicara de café,
Para os foliões beber”

A segunda (pag. 46) e a terceira (pag. 188) são mineiras:

“As flores do cafeeiro
Stão branquinhas, a cair.
Não fiques triste, menina,
Quando me vires partir”

“ — Paulista, de onde é que vem?
— Eu venho do Sincorá.
— Paulista, vancê se apêie,
Que o café mandei coá”.

Não traz indicação de origem a última, que, entretanto, embora sem a delicada nota emocional da segunda acima citada, é expressiva da galantaria espontanea dos nossos patricios do *hinterland*:

“Menina dos olhos pretos,
Sobrancelhas de retrós,
Dá um pulo na cozinha,
Vae quentar café p’ra nós” (*).

Ao talentoso médico, dr. A. Americano do Brasil, — ilustre goiano, que já representou na Câmara Federal, com assinalado brilho, a terra do berço, — deve-se um “Cancioneiro de trovas do Brasil central” (São-Paulo, 1925). Apesar de poucas páginas de crítica ou interpretação, é uma das nossas melhores coletâneas de rimas populares e constituiu inestimável contribuição para o quasi abandonado folclore patrio, porquanto é a primeira e única antologia, que conheço, das produções poéticas tradicionais do coração territorial do nosso país. Em obra assim concernente á grande zona cafeeira, não podia eu deixar de colher grande número delas, inspiradas pelo ouro vegetal. Vou concatená-las.

Do “Desafio I” (pag. 74):

“ — Ê baliá!
Quem não tem chocateira,
Não bebe café, nem chá!

(*) Em interessante crônica, intitulada “O nosso café”, firmada por **Mariza** e vinda a lume no “Jornal do Brasil” de 28 de outubro de 1937, deparou-se-me a seguinte boa variante da quadra acima:

“Menina dos olhos pretos,
Sobrancelha de retrós,
Põi a chaleira no fogo,
P’ra fazê café p’ra nós”.

Encontra-se também, como averigui, na coletânea de A. Americano do Brasil, “Cancioneiro de Brasil central”.

— É baliá!
 Eu tenho chocolateira,
 O café eu vou torrâ”.

Note-se que os nossos sertanejos (nisso acompanhados pela própria gente das cidades adeantadas) não se importam com a diferenciação que existe entre “chaleira” “chocolateira” e “cafeteira”. Este último vocábulo não é empregado por eles. Na “chaleira” é que se aquece tudo, menos o chá; e na “chocolateira” quasi nunca se prepara o chocolate e sim o café. Dessa perda do valor etimológico das palavras ha exemplos em barda, que justificam aquelas aparentes aberrações. Um deles é o verbo “embarcar” aplicado hoje a veículos que rodam sobre trilhos na terra firme. E quantas vezes não tenho ouvido de roceiros a frase “andar a cavalo num burro”!

Do “Desafio III” (pag. 87) :

“— Que o arroz já tá nas vasía
 Para engordar as muié,
 E’ coisa mais do que clara,
 Porém não vejo o café.

— Porém não vejo o café,
 Porque o doce está vasqueiro,
 E a fruta custando caro,
 Pramóde imposto em vendeiro”

Na quadra da resposta, observa-se o emprego de “doce” em lugar de “açúcar” Aquele termo é preferido a este, no linguajar dos nossos caipiras.

A poesia tradicional “As duas irmãs” (pag. 137), da qual ha variantes, merece reproduzida integralmente:

— “Lá vem vindo um cavaleiro,
O’ filha, vai ver quem é”.
— “E’ o vosso bom Joãozinho,
Quem já vem tomar café”

Saiu a filha mais velha
Com sua fala maciosa:
— “Joãosinho, casa comigo,
Que sou a mais carinhosa”.

Saiu a filha mais nova
Com sua fala maciazinha:
— “Joãosinho, casa comigo,
Que sou a mais bonitinha”.

— “Minha mãe, nos casa logo,
Quando somos raparigas:
O milho plantado tarde
Nunca dá boas espigas”.

Ha tanta coisa nesse poemeto: — o café, pretexto para o namoro; as duas irmãs disputando o mesmo noivo, e aqui, em vez de Joãozinho requestar a sua Joaninha, como dizia Schopenhauer, é o contrario que ocorre; e, finalmente, a sabedoria empírica, confirmada pela erudição moderna, de que saem engoiados e degêneres os reventos de velhos.

Ouçã-se este “Recorte” (pag. 192), de um sertanejo que se julgava na Turquia, senão influenciado por leitura da Biblia, em que abundam patriarcas polígamos e um rei Salomão que a todos levou as lampas em materia de femealidade:

“Eu tambem vou casar já,
Com uma duzia de muiés:
3 Chiquinhas, 3 Aninhas,
3 Teresas, 3 Zabés:

3 para coser a roupa,
 3 para lavar meus pé,
 3 p'ra anelar meu cabelo,
 3 para me dar café”.

Na silva de quadras, vejam-se mais estas duas (pags. 231 e 234):

“Me deram jantar, café,
 E cigarro. Cigarrei.
 Enfiei a mão na algibeira,
 Tirei dinheiro e paguei”

“Ouvi tropel de biscoito,
 Ouvi chúcaras tinir:
 Paciencia, companheiros,
 Que o café não tarda a vir”.

De todas as poesias da coletanea do dr. A. Americano do Brasil, a mais interessante, com relação ao café, é a que se canta num “recortado” (v. pags. 279-280), variante do “batuque”:

“Café requentado
 E' coisa atôa.
 Torra, sóca,
 Morena, e côa.

Café requentado
 E' coisa atôa.
 Café requentado
 Eu não o quero;

Esperar fazer outro,
 Eu não o espero.
 Torra, sóca,
 Morena, e côa.

Café requentado
 E' coisa atôa.
 Vamos tomar
 O café com brôa”.

Cornelio Pires, em sua “Seleta caipira” (1926), inseriu, á pag. 46, o seguinte expressivo soneto, epigrafado “Ideal de caboclo” (*):

“Ai, seu moço, eu só quiria,
 P'ra minha filicidade,
 Um bão fandango por dia
 E um pala de qualidade;

Pórva, espingarda e cutia,
 Um facão fala-verdade,
 E u'a viola de harmonia
 P'ra chorá minha sôdade;

Um rancho na bêra d'agua,
 Vara de anzó, pôca agua,
 Pinga bôa e bão café;

Fumo forte, de sobejo. .
 P'ra compretá meu desejo,
 Cavalo bão e muié. . .”

No seu “Folclore brasileiro” (1926), Daniel Gouvêia teve a feliz idéa de dar assento aos apôdos que sofrem certos nomes proprios batismaes por parte da chocarrice sertaneja, e muitos já enquadrados na corrente tra-

(*) Verifiquei depois que o soneto em questão já havia saído na “Musa caipira” (São-Paulo, 1910, pags. 9-10), do mesmo autor.

dicional popular. Assim, em relação ao nome “José” registrou ele o seguinte (pag. VII):

“José Perequeté,
Tira bicho do pé”

Conheço este apôdo, com um verso a mais, corriqueiro entre a garotada das cidades mineiras:

“José Perequeté,
Tira bicho do pé,
P’ra tomá com café!”

Nas suas tradições e reminiscências paulistanas” (São-Paulo, 1921), Afonso A. de Freitas conta a história de Zé Prequeté e registra (á pag. 36) esta quadrinha popular:

“Ó Zé Prequeté,
Tira bicho do pé,
P’ra comê com café,
Na porta da Sé!

Nos “Contos inéditos” (Uberaba, s. d.), — interessante coletânea em que Crispiniano Tavares aproveitou muito do que viu e ouviu nos sertões de Minas-Gerais e de Goiás, por onde andou longos anos como engenheiro, encarregado de várias comissões técnicas, — deparou-se-me o seguinte “recortado” em que um violeiro-cantador de Torres-do-Rio-Bonito, aldeiola goiana, fez referência ao café, por ocasião de uma festa pública do Divino-Es-pírito-Santo (a pontuação e a disposição das quadrinhas foram melhoradas por mim):

“Não te dou chá,
Porque não tem.
Queres um beijo?
Vem cá, meu bem!

— Até no alto,
Eu vou contigo,
Do alto p’ra lá,
Não tem perigo!

Ah! Quanto a isso,
Muito obrigado...
Não te dou café,
Que não tem torrado.

— Serviço bonito
E’ o da mulhé:
Sentada na porta,
A fazê croché.

Choquei galinha,
Nasceu perú:
Vendi mestiço,
Comprei zebú.

— A porta abre,
A janela cái;
A cabra morre,
A morena sái”.

E terminou:

“Este mundo nasceu á tôa,
Deste ôco ninguem sái.
Minha mãe morreu sem dentes,
De tanto mordê meu pái”.

Parece-me que a colheita do café, ao norte do Brasil, bastante se assemelhava á vindima portuguesa. Dava ensejo a muito namoro e a ouvir-se, antes de decorrido um ano, muito choro de criança nova no mundo. Daí a seguinte quadra, repontada, segundo me informou illustre senador norte-riograndense, na zona cafeeira da Paraíba, donde migrou para outros pontos do Brasil, e que nunca vi estampada em coletaneas:

“Quem tivé fia bonita,
Não mande apanhá café;
Si fô minina, vem moça;
Si fô moça, vem muié”

Quer ao norte, quer ao centro, quer ao sul do Brasil, têm-se empregado mulheres na apanha do café, ou por serem mais ageis e geitosas do que os homens, ou por exigirem menor salario. Houve até quem (o dr. Domingos Jaguaribe) se lembrasse de educar macacos para semelhante serviço... Em certos logares, onde as cerejas da rubiacea são primeiro arrancadas dos galhos para o chão, munem-se as colhedoras de um tamiz leve e grosso, que conduzem ás costas, e destinado a limpar os frutos, antes de encherem com eles os grandes balaios ou cabazes, nos quaes é transportado para a séca nos terreiros o café em polpa. Deu isso origem a uma quadra popular, que registra aquelle costume e revela o erotismo lírico do nosso mestiço. Tambem não consta ainda de coletaneas impressas:

“Eu quiséra sê penêra,
Na coiêta do café,
Para andá dipindurado
Nas cadêra das muié”.

Um prezado amigo meu, cultor das nossas tradições, forneceu-me a seguinte quadra popular, que ele ouviu na Baía, e em cujo verso derradeiro ha, evidentemente, um jogo de palavras com o verso antecedente:

“Parece historia, parece,
Mas fantasia não é:
A vaca branca dá leite,
E a preta é que dá café”.

Melo Moraes Filho, em sua excelente obra “Festas e tradições populares do Brasil”, refere (pag. 120) como é que se comemorava, na cidade do Salvador, a vitoria de 2 de julho de 1823. A *coffea arabica* não era refugada do interessante festejo popular, conforme se vê da narração do escritor acima citado: — “Como vivo simulacro da entrada do exército, o *carro da bagagem* primava pela originalidade. Era uma monstruosidade ambulante, *coberta de folhas de café*, trazendo mantimentos e frutas para as forças desprovidas. Aos tirantes deste ajustava-se gente de toda casta, cantando e tirando versos em estilo facil e gracioso:

“Vai o carro da bagagem
Carregado de ananás.
A mulher que não tem homem
Vive sempre dando ais...”

Cornelio Pires, em “Mixórdia” (São-Paulo, 1927), insere algumas poesias sertanejas ou rimas de estilo sertanejo, nas quais figura o líquido da rubiácea abissínia.

“O canto de saída” dos foliões da festa do Divino-Espírito-Santo é o seguinte (pags. 56-57):

“Deus lhe pague suas esmola,
Todas elas in gerá:
O Divino Esprito Santo
E’ quem ha de lhe pagá.

Destas prata, destes ôro,
Destes papel em milhão,
Nunca vos ha de faltar
Dinheiro nas vossas mão!

Deus lhe pague sua pinga,
Que nos refrescô por drento.
O Divino Esprito Santo
Hái de dá o pagamento.

Deus lhe pague sua comida
E tambem o bão café;
No céu haveis de comer
Com Jesús de Nazaré. . ”

No “Batizado do sapinho”, que é longo, acha-se a seguinte oitava (pags. 207-208):

“Nesses três divertimento,
Divirta no quá quizé:
No terrero, tem o samba;
No salão, o bate-pé;
No terrero da cozinha,
Tem a dansa do soaré.
— E o sapo não esquecia
De corré pinga e café”.

Na “Moda da viuva” que tambem é comprida, ha as duas seguintes oitavas, em cada uma das quais entrou a bebida tirada da *coffea arabica* (pags. 227-228):

“Num levô muita demora,
 Apareceu ùa criada
 C’ùa bandejinha branca
 E duas chicra pintada,
 Pra bebê café cum leite,
 Cum doce de bão-bucado
 E ùas bulachinha doce,
 Cuberta de açúcarado.

Eu oiei na cara dela,
 Fiquei muito invergonhado;
 Meu braço pegô tremê,
 Que ficô disguvernado;
 Minha chicra de café
 Derramô mais de metade;
 E meu coração batia,
 Cumo o baque do machado. ”

Num estudo notavel, tanto pela pesquisa, quanto pela erudição, — intitulado “A voz dos campanarios baianos” e inserto nos “Anais do Arquivo Público da Baía” (vol. XXIV, pag. 260), o dr. J. da Silva Campos consigna a seguinte observação: — “Os sinos de São Francisco, segundo uma outra graçola popular, diziam assim, quando repicavam:

Café com pão,
 Café com pão,
 Bolacha não!”

Paulo Gustavo (pseudônimo do já consagrado poeta Euclides Mendes Vianna) põi na boca de um *gavroche* carioca a seguinte cantiga (veja-se o “Jornal do Brasil” de 7 de fevereiro de 1937), depreciativa de um filho da China, aqui proprietario de uma casa-de-pasto:

“Lá vem o China,
 Na ponta do pé.
Lig, lig, lig, lig, lig, lé!
 Dez tôes, vinte pratos,
 Banana e café!
Lig, lig, lig, lig, lig, lé!”

Hermeto Lima (veja-se o “Jornal do Brasil” de 14 de março de 1937), em interessante crônica sobre “A praça Tiradentes”, conta o seguinte:

“No café do Braguinha, muitos anos depois Café Criterium, reuniam-se diariamente médicos, advogados, homens de letras e de teatro. O Braga, um português gordo, baixo e atarracado, era de uma bondade extrema e de uma atraente simpatia. Dotado de alguma intelligencia, era amigo dos escritores e íntimo de João Caetano. Por sua influencia junto ao grande trágico, foram representadas peças de autores ainda então desconhecidos. Os anúncios do café do Braguinha, que começavam sempre por — *A fama do café com leite*, — eram feitos pelos homens de letras que frequentavam a casa. Dizem que Machado de Assis e Laurindo Rabelo foram autores de muitos desses anúncios, que enchiam as colunas dos jornais do tempo. Estávamos então no tempo dos lundús, e um desses anúncios foi posto em música e cantado. Começava assim:

“O Braga, dono de fama,
 Participa á freguezia
 Que descobriu um café
 Que cura a paralisia”.

E terminava sempre com o estribilho:

“E o Braguinha,
Sempre cortês,
Com todo o gosto
Serve o freguez”.

Entrou, finalmente, o licor da planta abissínia na composição de tres sonetos, cujos versos terminam quasi todos pelas mesmas palavras, e que, por isso mesmo, constituem o curiosíssimo “soneto elástico” de autoria incerta, mas desde muito vindo a lume em páginas de almanques populares, e cujo enredo é o que passamos a expor.

Certo estudante enviou á sua pretendida a seguinte

“*Declaração*”

Assim como o inglês adora o chá;
Como o homem da roça ama o café;
Como o moleque quer o buscapé,
E o baiano aprecia o vatapá;

Assim como o melado ama o cará;
Como o vigário gosta de rapé;
Como o soldado preza o seu boné,
E o poeta estima e louva o sabiá;

Assim como a criança ama o cri-cri;
Assim como o caréca ama o chinó,
E o marinheiro adora o parati;

Como o guloso anseia o pão-de-ló:
Assim também te adoro muito! xi!
Casa comigo, ó bela, e verás só!”

A menina leu atentamente os singulares versos do estudante apaixonado e deu-lhe a seguinte

“Resposta

Sem ser inglesa, tomo também chá;
 Sem ser roceira, gosto do café;
 Sem ser moleque, adoro o buscapé;
 Sem ser baiana, como vatapá;

Sem ser melado, gosto do cará;
 Sem ser vigário, tomarei rapé;
 Sem ser soldado, já usei boné;
 Sem ser poetisa, adoro o sabiá;

Sem ser criança, brinco com cri-cri;
 Sem ser caréca, tenho o meu chinó;
 Sem ser marujo, estive em Paratí;

Sem ser gulosa, como pão-de-ló:
 Mas casar com você, que asneira! xi!
 Procure alguma tola, ou viva só!”

O estudante achou graça no revide, e já se preparava para dirigir mais algumas rimas á sua bemquerida, quando recebeu do pai da mesma o seguinte

“Recado

Tu sabes que o inglês adora o chá,
 Assim como o roceiro ama o café,
 E que o moleque estima o buscapé,
 Tanto quanto o baiano o vatapá;

Tu sabes que o melado ama o cará
 E que os vigários gostam de rapé,
 Assim como o soldado ama o boné
 E o inspirado poeta o sabiá;

Tu sabes que a criança ama o cri-cri,
 Que o caréca faz uso do chinó
 E que o marujo bebe paratí;

Sabes que ama o guloso o pão-de-ló:
 Mas não sabes, talvez, que resolvi
 Dar-te uma boa sóva de cipó. . "

e) *O café no anedotario brasileiro*

O anedotario brasileiro sobre o café cada dia mais se opulenta. Um dos maiores contribuintes desse ramo especial do nosso folclore é Cornélio Pires. Só em seu livro "Patacoadas" (São-Paulo, 1927), ha mais de meia duzia de pilherias. Vejam-se, por exemplo, as que vêm ali a pags. 24, 35-36, 47, 101, 103, 147 e 177 (2.^a ed.). Em "Mixórdia" (São Paulo, 1929) tambem inseriu ele algumas, como a seguinte, que ali é encimada pela epígrafe "Piando" (pags. 171-172) (*):

"Ha poucos dias, num dos cafés-expressos, um freguez, com todo o aspéto de fazendeiro, impacientado pela demora no escorrer o precioso líquido, *piou*, com seu vozeirão:

— Arre! que demora! Esse *expresso* tá que nem mixto da Sorocabana. . "

João Brígido, em seu inestimavel opúsculo "O Ceará — (Lado cômico) — *Ad ridendum* — Algumas crônicas e episódios" (Fortaleza, 1899), afirma (pag. 104) que, por aquela época, não havia no interior do Ceará nem café nem chá, e que, tratando-se do líquido da planta oriental, "matutos havia que, não se sabe porquê, lhe embirravam até com o nome" E, á pag. 105, conta a seguinte anedóta:

(*) Em "Mixórdia" ha ainda outra pilhéria (veja-se pag. 168), em que entra o café, contra as sogras.

“Não ha sessenta anos, F., na vila de Pajeú, precisando sair pela manhã, mandou que, na sua ausência, servissem o almoço a alguns jurados, que se lhe tinham ido meter em casa. Posta a mesa, os matutos consultaram entre si como começariam a servir-se do café, do açúcar, do pão e da manteiga, que estavam á vista. Resolveram comer primeiramente o pão e em seguida o açúcar, para finalmente beberem o café. Mas que fazer da manteiga? Um deles disse que aquilo era uma papa; outro, que uma coisa de se comer com farinha, e um terceiro se propôs a pedi-la. Um derradeiro, porém, mais avisado em etiquetas e cerimônias de vila, opôs-se, dizendo: — *Você está dôido? Já viu pedir-se farinha em casa alheia?* Então, assentaram todos de comer aquilo como estava. Meteram-lhe as colhéres, e foi um dia... a manteiga”

Na boca do povo, o licor da rubiácea já vai servindo para comparações dignas de registo. Assim é que, em seu volume “Cantadores” (pag. 346), conta Leonardo Mota ter ouvido de um sertanejo, a proposito de um cangaceiro que a este afirmava que “o padre Cisso era mais milagroso que Jesús-Cristo”: — “Consciência de jagunço é limpa que nem pano de coar café. ”

Não podemos deixar desaproveitadas certas curiosidades, concernentes ao café, colhidas por nós em alguns escritores patricios. Jaime de Altavila, no seu bem elaborado estudo sobre “O quilombo dos Palmares” (São-Paulo, Comp. Melhoramentos), dá *muriambembe* (pag. 98) como denominação africana do cafeeiro. Seria este a espécie que medrava na ourela ocidental do continente negro, a rubiácea liberiana? E’ bem provavel, porquanto *muriambembe* tem visos de voz do quimbundo. Adonai de Medeiros, em “Yamachi — Coisas da Amazônia” (1934), á pag. 10, fala em “café, batido ao pilão” e bebido depois de “aromatizado com cravo” E’ o caso único, do nosso conhecimento, de ser no Brasil adicionado ao café um aro-

ma estranho. C. Néri Camelo, finalmente, em seu livro "Viagens na nossa terra" (Rio, 1938), depois de contar haver tomado, no sertão cearense, um *café* oriundo de sementes de mangerioba, acrescenta: "Achamos a bebida excelente. E' usado pelos sertanejos que não dispõem de recursos para adquirir a preciosa malvacea que, no Estado do sul, é queimada em grande quantidade" Foi, talvez, por mau influxo da mangerioba ingerida, que o escritor cearense transformou a *coffea arabica* de rubiácea em malvacea. . Note-se que a *cassia occidentalis*, da família das leguminosas, á qual se dá no Brasil setentrional o nome de *mangerioba*, é o mesmo *fedegoso*, com que também se prepara um *café* medicinal (carminativo), na Baía, em Minas e no Rio-de-Janeiro.

Vou encerrar este capítulo com um caso de que fui testemunha presencial e no qual figura uma xícara de café. Conteio numa conferência literaria sobre "O lenço", por mim realizada em Campinas, em março de 1912, a convite do Centro de Ciências, Letras e Artes daquela cidade. A referida palestra foi dada á publicidade no "Estado de São Paulo" graças a uma espontânea gentileza do meu inesquecível amigo Amadeu Amaral, e dela consta o episódio seguinte:

"Ha aqui um ancião, já passante dos 80 anos, a quem as gélhas do inverno da vida, alvejando-lhe embora a barba e o cabelo, não arrugaram ainda a face rubicunda, nem acurvaram o dorso, nem tiraram a fleugma com que diariamente codilha, quando não é codilhado por eles, aos parceiros de voltarete. Entra-se habitualmente de fraque preto e calças brancas. A estas, preserva-as ele do menor vinco, e, si vê aproximar-se alguma criança, — algum desses travessos diabretes, a quem tanto importa lavar as mãos, como trazê-las enlambuzadas do doce saborado, — o velho campineiro, que é um modelo de delicadeza, não as enxota de junto de si, mas, sacando do

bolso do fraque um enorme lenço, de que está sempre munido, estende-o como intransponível barreira entre as suas calças e o pirralho traquinas. Entretanto, não pode ele empregar a mesma defesa, ha dias, no Club Campineiro, porque o caso se passou com outro respeitavel macrobio, e não com um endemoninhado bebê. Sentado em frente a um seu conterrâneo, fazendeiro e capitalista de grandes haveres, que já se lhe convizinha em idade, este, que ainda se entrega a frequentes façanhas cinegéticas, contava-lhe uma delas, em pé, com a mais expressiva linguagem, ajudada por largos gestos. O ancião das calças brancas, que o ouvia atento, empunhava uma chícara de café, disposto a só tomar o delicioso líquido, quando se acabasse o relato do entusiasmo do Nemrod. Mas este, pondo em mímica o como disparara a espingarda contra um ligeiro veado, acertou a pontaria na chícara que o ouvinte tinha em mão, de sorte que o café se lhe entornou todo sobre as tão zeladas calças brancas. Tem-se notado que, de certo tempo a esta parte, o venerando ancião das calças brancas, além de não abandonar o lenço de defesa contra os *enfants terribles*, toma café, muito prudentemente, sempre a certa distância do seu velho amigo, contador de proesas cinegéticas. . . ”

Ao reproduzir agora aqui estas palavras, escritas ha mais de um quarto de século, — recordo-me, com a mais viva saudade, do tempo agitado, mas feliz, que passei em meio da fidalga gente da terra de Carlos Gomes. Os dois velhos, tão camaradas, tão fortes ainda em 1912, são já, desde alguns anos, companheiros da eterna viagem do Além. Eram os srs. Almeidinha e Joaquim Teixeira de Almeida Nogueira (o primeiro, assim conhecido e chamado ali por todos, era a personificação da calma, da delicadeza, do apuro no trajar e de uma regularidade de britânico em todos os atos da vida). Aquele

culto meio social sempre os honrou com a mais elevada estima e o mais merecido respeito.

5) — CONCLUSÃO

Deixei de abrir capítulo para lendas nossas em prosa, nas quais figura o café, por não existirem, ou, caso existam, não chegaram ainda a meu conhecimento.

Sei apenas de tres romances, bordados por brasileiros sobre a plantação da rubiácea ou sobre costumes de fazendas em que a mesma se cultiva. O mais antigo deve-se a Luiz da Silva Alves de Azambuja Susano e tem por título “ O capitão Silvestre e frei Veloso, ou a plantação de café no Rio-de-Janeiro — ‘Romance brasileiro” (Rio, 1847, in-32.º de 58 pags., que no ano seguinte foi republicado na “Folhinha Laemmert”). Reproduzimo-la no fim deste nosso trabalho, pois merece sair do injusto olvido em que caiu. O outro trabalho é uma novela, que ficou sepulta nas colunas de um dos jornais de Campinas, onde a inseriu Benedito Otavio de Oliveira, mestiço de grande talento e tão correto prosador, quanto inspirado poeta. Não me recordo sequer do título que deu ele à mesma, lembrando-me apenas de que todo o trecho dela girava sobre os costumes de uma fazenda de café, na qual já se fazia sentir a influencia dos colonos italianos. O último escrito denomina-se “Colhendo — Romance de costumes paulistas” (Rio, 1914) e firma-o o pseudônimo “Nios” (que o meu preclaro amigo conde de Afonso Celso devia saber quem é, por ter sido o prefaciador do livro). Trata-se, ao que me parece, de pena feminina, pela minucia de certas observações (a capacidade analítica é ingenuamente mais desenvolvida na mulher do que no homem). Ha nesse opúsculo, — “simples historia de uma melancólica vida de mulher, que o acaso malfazejo improvisou fazendeira

no interior de São-Paulo” — cenas traçadas com sinceridade e côm local, embora poucas que interessem quanto a hábitos novos que porventura tenha creado e possa perpetuar ou generalizar a lavoura cafeeira (*).

O trabalho mais recente, que podemos citar aqui, sobre a civilização exercida pela industria cafeeira em São-Paulo, é “Terra roxa” de Rubens do Amaral.

A um nosso compatriota, Grimaldo Carvalho, coube a iniciativa de traçar, numa página literaria, “A lenda do café”. Encontrámo-la em um número domingueiro do “Jornal do Brasil” e é a seguinte:

“Jesús caminhava, em passo lento e cansado, levando o madeiro pesado que lhe maguava o ombro, subindo o Gólgota. Ao ver a inconsciencia e a maldade da turba que o apupava, chorou. Sua garganta dolorida reclamava agua, e ninguem o servia. Fazendo alas ao caminho, havia uns arbustos humildes, que para nada serviam e fruto algum davam. Suas folhas, verde-escuras e abauladas, tinham armazenado o orvalho que descera dos céus durante a última noite, e reverberavam ao sol. Quando o nazareno passou por eles, leve aragem, enviada por Deus, fê-los tombar amenamente e gotejar-lhe na face, ruborizada pelo sangue das feridas, que os rudes espinhos abriam, e abrandar o tormento da sêde. Um galho, que lhe pousara suavemente no rosto, voltou com tres gotas de sangue, redondas e brilhantes, entre as suas folhas. Jesús sorriu, apesar de todo o sofrimento por que passava; e sentenciou de vagar, com a sua voz doce:

— Tu não tens frutos, árvore amiga; és por todos desprezada, por nada teres para oferecer, sinão o frescor da tua sombra; os homens amam somente as plantas que

(*) Pude descobrir, sem nisso ter intervindo o illustre prefaciador do romance, que este foi escrito pela exma. sra. d. Nina Felicio dos Santos, a cuja pena já se deve outro trabalho de ficção sobre “O Acre”.

lhes são úteis; e, contigo, tal não se dá. De hoje, porém, para diante, a tua sorte mudará. As tres gotas de meu sangue, que tens em ti, transformar-se-ão em frutos, que te embelezarão e te darão amigos. Este fruto amainará as fúrias do coração e saberá bem a todos os paladares. Apenas em teu rastro, estarão obras úteis; todo o mundo te procurará e servirás a todo o mundo.

O açoite de um soldado estalou com fúria, e o Messias seguiu, rumo ao suplicio. Quando o sol seguinte clareou a terra, viam-se, por toda parte, os arbustos, alegres e erétos, a sustentar lindos e vermelhos frutos, que todos começaram a provar e a admirar. Era o café que nascia”

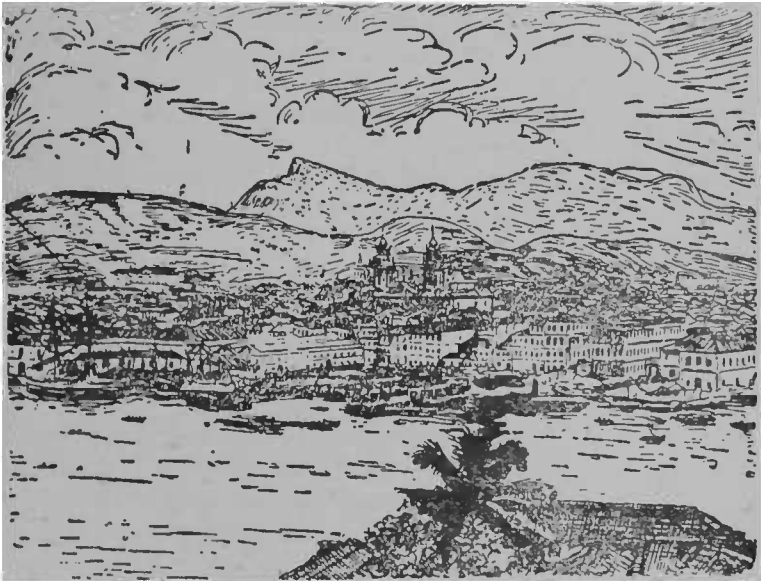
Houve um brasileiro, Miguel Augusto de Oliveira (pernambucano e filho do barão de Beberibe), que pôs, *tant bien que mal*, em versos portuguezes, o poema de Barthélemy, “Arte de fumar, ou o cachimbo e o charuto” (París, 1845). Aí (pag. 8) vêem estes versos brancos:

“Felizes os senhores da Persia e India!
Enquanto, ao lado seu, o escravo deita
O êxtase dos eleitos, — moka fluente,—
Outro, a seus pés curvado, dá-lhe o houka . . .”

Melhor teria empregado esse brasileiro o seu tempo, se fizesse obra propria, e lá, na Cidade-Luz, em meados do século pretérito, bradasse ao universo que foram os nossos indios mestres dos portuguezes no uso do tabaco, que este e o café se acham indissolavelmente unidos, tanto entre os povos orientais, quanto entre os ocidentais, e, finalmente, devia orgulhar-se de que a sua patria, tornada soberana por um estadista incomparavel em razão do cultíssimo espirito clarividente, entrelaçasse no seu símbolo nacional a “nicotina” e a “rubiacea”, as quais parecem destinadas a integrar-se entre todas as gentes (se já são usadas por tantas!), enquanto o mundo for mundo. ,

IV

O CAFÉ NAS BELAS-ARTES



Vista da cidade do Rio-de-Janeiro, ao início do século passado, quando era o maior entreposto de café. (Desenho de Rugendas, cópia de Porciuncula de Moraes).

1) — O CAFÉ NA PINTURA, NA GRAVURA E NA CARICATURA

a) *Na arte holandesa* — A Adrien van Ostade (1610-1685), — pintor alemão (nascido em Lübeck), mas geralmente incluído na “escola holandesa”, por ter sido discípulo, em Harlem, de Frans Hals, um dos grandes mestres da “Italia do Norte”, no século XVII, — é que se deve a primeira t \acute{e} la, até hoje conhecida, relativa á *coffea arabica*. O seu quadro intitulado “Café holandês”, é atribuído a 1650, data muito provavel, porque a rubiacea foi introduzida na terra de Guilherme-o-Taciturno em 1615, por Pieter van den Broecke. Assinala a origem das casas públicas de café na Europa setentrional, onde surgiram algumas com todos os caraterísticos das cavernas. Tornou-se mais conhecido esse seu trabalho numa gravura em aço, feita por Jacques Beauvarlet (1731-1797) e existente na coleção gráfica do Museu de Munich. Representa o momento em que, enquanto palestram á frente do rústico salão tres homens, — um camponio, que pôs ao lado da cadeira tosca a sua cesta bem sortida, e dois aldeões, que suspendem para a prosa a cachimbada, em torno de um bojudo pichel de vinho ou cerveja, — é servido o café, no interior, a outros freguezes amesendados. Ainda se avista em pé, ao fundo, um rapaziinho, acurvado junto á porta, como que preparando uma corrida para pegar um cabrito, descuidado no meio da sala. Van Ostade, em suas melhores obras, como “A dansa” e “O lar campezino” sempre manifestou predile-

ção pelas crianças e pelos animais domésticos, e não admira que saísse do seu pincel essa cena de café, porquanto perpetuou também outras congêneres, não menos interessantes, quais as do “Cabaret holandês” e da “Tabacaria holandesa”

Além desse trabalho de Van Ostade, ainda se conhece uma estampa, — de cujo autor não ficou averiguado o nome, — a qual representa a sessão do Congresso de Corretores de Café da Holanda, e que se realizou em Amsterdam, a 19 de setembro de 1820 (reproduzida por W. H. Ukers, “All about coffee” pag. 291).

b) *Na arte inglesa* — Tendo aparecido na Inglaterra, em meados do século XVII (é de 1650 o de Oxford e de 1652 o de Londres), os primeiros cafés públicos, estava reservado a um caricaturista, mais do que pintor e gravador que também foi, o tomá-los para objetivo do seu lapis, que nos legou, satirizando-a por esse modo com elevado intuito moral, toda a comedia britânica daquela centuria. Foi William Hogarth (1697-1764).

Das casas de café londrinas, do começo do século XVIII, duas haviam adquirido grande fama. Uma surgiu com o nome de “Red Cow”, passou a chamar-se “Rose” e por fim “Will’s Coffee House” (ou ainda “Wit’s Coffee House”). Tendo falecido em 1701 o genio que nele brilhava, Dryden, decaiu o estabelecimento, e, graças a Addison, foi aberto em frente, na Russell-Street (Covent-Garden), por volta de 1712, o “Button’s Coffee House”.

A outra, contemporanea, chamava-se “Tom King’s Coffee House” e celebrou-se como uma das bodegas noturnas peor reputadas de Covent-Garden Market. Era uma especie de “kiosque”, sito junto ao pórtico da igreja de São-Paulo. Dizia-se dela, logo que se franqueou

ao público, que “era bem conhecida de todos os fidalgos que não conheciam camas”. E Fielding, em um dos seus escritos (“Prologues”), chegou a formular esta pergunta: — “Qual é o devasso que ignora a existencia do King’s Coffee House?” Coevo desses, ganhara também notoriedade, aumentada pelo incendio que o devorou em 1733, o “White’s Chocolate House” que não vendia sómente pura a bebida tirada dos frutos do cacoeiro, mas a esta aliançava, para a mercancia, a extraída da rubiacea oriental.

O primeiro trabalho de Hogarth, com atinencia á infusão negra, data de 1713 e foi reproduzido em aquarela por P. H. Shepherd (W. H. Ukers, ob. cit., pag. 80). E’ uma cabeça de leão, que consta lhe foi encomendada por Addison e adaptada por este á frontaria de uma caixa postal do “Buttons Coffee House” Tracejou-o o grande artista pelo célebre “Leão de Veneza” embora se não destinasse a receber delações anônimas, e sim cartas e outros papeis concernentes ao “Guardian”, periódico que tinha ali a sua direção e redação. A’ semelhança dessa folha volante, tambem nasceram em cafés londrinos o “Tatler” (editado por sir Richard Steele e que durou de 1709 a 1711) e o “Spectator” (cujo principal colaborador foi Joseph Addison, até á morte desse notavel ensaista, em 1719).

Do “Button’s Coffee House” faziam o seu gabinete de trabalho e quasi que a sua residencia noturna Steele e Addison, principalmente este último, bem como outros intellectuais da época, entre os quais Pope, cuja inata irascibilidade não lhe permitiu frequentar por mais de um ano aquela cintilante roda. Afim de anunciar o aparecimento e a colocação do trabalho de Hogarth, publicou Addison este aviso humorístico: “Mister Ironside, no curto espaço das cinco derradeiras semanas, açaimou tres leões, comeu cinco e matou um. Na próxima segunda-feira será pendura-

da a pele da féra morta, para terror do povo, na fachada do Button's Coffee House". Outras jocosidades desse jaez de estilo ainda saíram a lume, a propósito daquela obra artística. Era ela apenas a larga cabeça do rei dos felinos, emoldurada pela hirsuta juba e com a boca escancarada, a exhibir os colmilhos vigorosos. Além disso, sómente se lhe viam as pujantes garras das patas deanteiras nas extremidades superiores de uma taboleta, com a seguinte inscrição (tal qual se lê na reprodução do desenho, á pag. 80 da citada obra de W. H. Ukers, e não como este transcreveu, á pag. 576, do livro de John Timbs, "Clubs and club-life in London"):

"Servantur magnus isti cervicibus ungues;
Non nisi delectâ parcitur ille fera" (*).

(*) O primeiro verso (no qual vem erradamente o nominativo **magnus**, em lugar do ablativo **magnis**) é tirado do epigrama XXII, livro I, de Marcial (veja-se a edição de "Les Belles Lettres", Paris, 1930):

"Quid nunc saeva fugis placidi, lepus, ora leonis?
Frangere tam parvas non didicere feras.
Servantur magnis isti cervicibus ungues,
Nec gaudet tenui sanguine tanta sitis.
Praeda canum lepus est, vastos non implet hiatus:
Non timeat Dacus Caesaris arma puer".

Quanto ao segundo verso, não me foi possível encontrá-lo nos outros epigramas do famoso poeta espanhol, que floresceu no primeiro século da nossa éra.

Na aquarela de T. H. Shepherd, reproduzida por W. H. Ukers em seu "All about coffee" (pag. 80), lêem-se os versos conforme deixámos no texto. Elogiando a famosa cabeça de leão, desenhada por Hogarth, John Timbs atribuí os dois versos a Marcial e grafa-os erradamente pela fórma seguinte (Ukerts, pag. 576):

"Cervantur magni isti cervicibus ungues;
non nisi delecta pascitur ille fera"

Depois de varia fortuna (esteve mais tarde na "Shakespeare's Head Tavern" e no "Bedford Coffee House"), foi esse curioso lavor de Hogarth adquirido pelo duque de Bedford e acha-se atualmente depositado em "Woburn Abbey".

As seguintes produções de Hogarth, tambem ligadas á historia das casas de café, surtas em Londres, e das quaes constituem preciosos documentos, são dois desenhos de 1730 (gravados por Samuel Ireland). Consoante com a explicação dada por John Timbs, em seu livro "Clubs and club-life in London", em ambas as "charges" (reproduzidas por W. H. Ukers, ob. cit., pags. 81 e 587), que pouco diferem uma da outra, collocou aquelle artista, em torno á mesa do "Button's Coffee House" as figuras de Addison, Pope, Arbuthnot e um certo conde Viviani (este último identificado, anos depois, por Horace Walpole).

As posteriores são mais importantes ainda e demandam minuciosa apreciação. Uma é atribuida a 1733 e pertence á serie, em oito desenhos, da "Carreira do devasso" ("The rake's progress"). E' a scena VI, que se passa na "White's House" prestes a ser purificada pelas chamas, como as bíblicas urbes de Sódoma e Gomorra, nas quais, conforme o Velho-Testamento, nem os anjos, enviados de Deus, mereciam o respeito dos homens degenerados. A' luz de archotes, lobrigam-se doze pessôas, em diferentes posturas e com varios gestos, na mão de uma das quais reluz o aço de uma espada erguida. Ás labaredas do incendio que começa, é geral a despreocupação dos freguezes. Um deles, bandido armado, que traz máscara negra pendente do bolso esquerdo do casaco, está tão mergulhado em cismas, que nem atende á voz do caixeiro com o cálice de licor pedido. Só uma das personagens, o devasso, é que acaba de derribar a

cadeira e, semi-ajoelhado no chão, ao qual arremessou o chapéu, parece prêsa de um paroxismo de furor.

A outra, tida como de 1738, é a scena I (que mereceu descrita no poema de William Cooper) da série "As quatro partes do dia" ("Four times of the day"), que Hogarth elaborou para o Vaux Hall de Spring-Garden. Refere-se ao "Tom King's Coffee House", letreiro bem visível na taboleta, e a hora matinal (7,55) é marcada pelo relógio da alta fachada da igreja de São Paulo. O dono do café, Tom King, era individuo depravado, e sua mulher e sucessora, Moll King, teve reputação escandalosa. Assim, não admira que Hogarth fixasse no seu desenho o espanto da dama (que, aliás, consta haver sido uma das suas mais íntimas relações), acompanhada de pequeno fâmulos com um livro de rezas sob o braço, á qual, ali, em frente ao sagrado templo, se deparou quasi uma bacanal de abraços e de beijos. Ao lado desses arrebatamentos lúbricos, *coram populo*, sob o nevoento céu de fria manhã londrina, vêem-se duas mulheres, uma semi-agachada a aquecer-se ás chamas de uma fogueira de gravetos e a outra a estender aos transeuntes a mão engelhada, que os labios entreabertos ajudam na súplica de esmolas.

Thomaz Rowlandson (1756-1827), que se distinguíu tanto como autor de ilustrações, quanto como caricaturista (*), também se ocupou dos cafés londrinos e sobre eles deixou, entre outros, dois trabalhos de rara valia. Um é aquarela e representa o "French Coffee House" da capital britânica, tal qual era na segunda metade do século XVIII (W. H. Ukers, ob. cit., pag. 89). O outro é também caricatura (*ib.*, pag. 594), intitulado "Mad dog in a Coffee House" e fantasia uma cena mais

(*) Veja-se T. Wright, "Histoire de la caricature et du grotesque dans la littérature et dans l'art — Traduite... par Octave Sachot" (Paris, 1867), pag. 433-445.

vivamente movimentada, que merece descrita. O cão hidrófobo (ou suposto assim perigoso) embarafustou pelo salão principal do café, quando toda a gente, que lá estava tranqüila, bebericando e ouvindo cançõetas brejeiras, menos o esperava. Galgando uma das mesas, á direita, derribou ali bules e chúcaras e espantou os freguezes, que ou fugiam e se acotovelavam medrosos em outros pontos, ou, quando mais corajosos, o ameaçavam com bengalões e chapéus, a que logo vieram juntar-se espetos e tenazes, de longe empunhados pelos serviçais da cozinha. Um dos freguezes, apesar do rijo bordão de que andava apercebido, treme de pavor e deixa cair da dextra a arma. Ao fundo, vê-se, de um lado, a cantora que se precipita do pequeno palco, enquanto, do outro lado, um marido, que cuida de salvar do animal raivoso a esposa assustada, não póde prescindir do auxilio de um dos presentes, que com visível prazer a segura pelas grossas pernas desnudadas, pois a mulher é anafada, e o seu Adão não aguenta sózinho o peso de uma Eva de tantas banhas e tanto nervosismo. Ha, além dessas, duas figuras sugestivas, insertas no primeiro plano: uma especie de filósofo, que apenas interrompeu a leitura de um alfarrabio, marcando-lhe as páginas abertas com a mão, para olhar serenamente o cachorro danado: e um burguês barrigudo, que trepou na mesa fronteira á em que se encarrapitou o animal, e de lá, munido de uma vasoura, o estuga para fóra, com gritos vãoos. .

A T. H. Shepherd (já citado) é que, enfim, se devem cópias de desenhos e pinturas por artistas ingleses que se applicaram a assuntos relacionados com o café. Assim, afóra a "Cabeça de leão", de Hogarth, a que já me referi, são tambem de Shepherd as seguintes aquarelas: — o "Slaughter's Coffee House" (1841); o "Tom's Coffee House" (1857); e o "Button's Coffee House"

(1857). Podem ver-se todas elas em ilustrações da obra de W. H. Ukers (pags. 84 e 85).

Pelo exposto, é fácil concluir-se que a arte britânica, muito cooperou em prol da propaganda da bebida oriental (*).

c) *Na arte italiana* — Conforme W. H. Ukers (ob. cit., pag. 588), a rubiacea também foi objeto do pincel ou buril de Alessandro Longhi (1735-1813) (*). Este colorista e desenhista foi denominado o “Hogarth veneziano” Filho de Pietro Longhi, pintor de costumes da terra natal, não só publicou um resumo biográfico dos seus colegas contemporaneos (apareceu em 1762, *in-folio*), como ainda, além de alguns assuntos sérios, caricaturou com demasiada liberdade e irreverencia a vida da rainha do Adriático, então decadente da riqueza e fulgor de outrora.

Porto italiano mais próximo do Levante e de grande atividade comercial no século XVII, foi Veneza o primeiro lugar da Europa que recebeu, em 1615, o café, cujo uso rapidamente se generalizou na Italia até 1645. O mais antigo e desenvolvido trabalho, que se conhece, sobre a origem e cultivo da planta e sobre a preparação da bebida, saiu da pena de um italiano, Angelo Rambaldi, com o sugestivo título de “Ambrosia arábica”, e foi editado em 1691 (Bolonha). Das casas fundadas

(*) H. E. Jacob (veja-se a edição inglesa de sua já citada obra) fornece-nos mais tres produções da arte britânica (entre pags. 112-113): uma caricatura (talvez de Rowlandson), “Coffee-House in eighteenth century, London”; outra caricatura (de cerca de 1798), anônima, “Stock-Exchange scene in Lloyd’s Coffee-House, London”; e um desenho anônimo (de cerca de 1800), intitulado “Coffee and the soldiers”.

(*) O autor de “All about coffee” dá Alessandro Longhi como nascido em 1733; mas, conforme a asserção de Jean Muriette, gravador e livreiro, seu coevo, aquele artista italiano veiu ao mundo em 1735.

naquela península mediterranea para a venda do café líquido, assinalaram-se algumas pela beleza arquitetônica e pelo luxo interior. Tal a importancia a que atingiu ali a bebida oriental, que o filósofo e jurisconsulto Cesare Beccarìa (1735-1793), na mesma quadra em que lançava ao mundo o seu famoso tratado “Dei delitti e delle pene” (1764), dirigiu uma publicação periódica, “Il Caffé” editada em Brescia e que durou de junho de 1764 a maio de 1766, a primeira do gênero que por certo viu o orbe cultural. Note-se que em Milão viu a luz, em 1819, o primeiro almanaque conhecido sobre a rubiacea, “Il Caffé” e que em outras cidades italianas ainda surgiram, por todo o século XIX, outras revistas especialmente consagradas á *coffea arabica*.

O veneziano Carlos Goldoni (1707-1793), que mereceu chamado “o príncipe dos comediógrafos italianos”, entre outras peças que escreveu em 1750, fez representar com grande êxito uma denominada “La bottega di caffè” na qual explorou a vida galante e burlesca que se passava então em tais estabelecimentos da sua gloriosa cidade natal.

Foi por isso que contra elle traçou o buril do seu conterraneo Alessandro Longhi uma “charge”, onde o configura, bem ao vivo, entrando num dos cafés de Veneza em companhia de arqueada velha, que pede esmolas, arrimada a um bordão (v. a reprodução na citada obra de W. H. Ukers, pag. 28).

De antigo café veneziano, frequentado pela nobreza da cidade dos doges, existe ainda, porém sem nome de autor, um quadro, que se encontra no seu “Museu Cívico” (coleção Grevembroch). E Zatta, inspirado em Goldoni, também traçou uma cena de café italiano do século XVIII. Podem ser vistas as reproduções dessas obras de arte no livro de W. H. Ukers (pags. 26 e 27). Não

oferecem singularidade, nem apuro estético, que exijam considerações especiais e meticulosas.

Em nossa época e com relação á nossa patria; o maior pintor do café é Antonio Ferrigno (nascido em Majoni, provincia de Salerno), discípulo de Di Chinio. Vindo para o Brasil em 1893, fixou-se em São-Paulo, onde observou e perpetuou em excelentes quadros varios aspectos da rubiacea opima. E' todo um ciclo. Começa com "La fioritura del caffè" no qual a planicie, cercada de morros, ostenta os arbustos em linha e todos recober-tos das pequenas e alvas flores; á esquerda e ao fundo, vêm-se o casarão da fazenda e a colonia. O segundo representa "La raccolta del caffè" e nele englobou o ar-tista tudo quanto á mesma se refere: a apanha dos grãos ao alto e na parte baixa do vegetal, o ensacamento e o transporte em carroça, sendo italianas todas as figuras postas na tēla. O terceiro denomina-se "Seccaggio del caffè" e, além das muitas pessoas que apresenta na fáina, ainda encerra, ao fundo, a vistosa casa da fazenda, a das máquinas e as da colonia. O quarto chama-se "Lavatoio del caffè" e mostra a instalação para esse fim, assim co-mo o trabalho humano aí empregado, observando-se ao fundo vivendas e árvores. O quinto, "Macchina per pu-lire e scegliere il caffè" mostra desde a chegada das se-mentes até ao ensacamento depois do beneficio, em meio da labuta dos operarios ao lado do motor mecânico, avis-tando-se ainda o fazendeiro, que, na sua attitude de rico e feliz, assiste apenas áquela última demão no seu ouro vermelho. O derradeiro é "Esportazione" patenteando a saída do café em sacos, amontoados regularmente em carros de bois, para a estação ferroviaria próxima, exten-dendo-se o caminho plano por entre árvores gigantescas. Todos esses seis grandes quadros foram adquiridos pelo conde de Prates, depois de haverem obtido verdadeiro triunfo artístico durante a Exposição da Luiziania.

d) *Na arte francesa* — Na França, desde cerca de meados do século XVIII, aparece o café em varias telas, algumas firmadas pelos mais notaveis artistas do tempo.

Corre como certo que os grãos secos da planta do oriente foram introduzidos na França, em 1644, por P. de la Roque, embora se diga que os parisienses só vieram a conhecer a deliciosa bebida em 1657, pela primeira vez, graças a Jean de Thévenot, correndo como certo que Solimão Aga, embaixador de Maomé IV perante Luiz XIV. tambem trouxe de Constantinopla grande quantidade de café, tanto que fez servir a bebida negra em Paris enquanto esteve ali, isto é, de 1669 a 1679. A primeira casa destinada á venda do café em chécaras surgiu em Marseilha, por 1671, abrindo-se no ano seguinte a primeira de París, fundada pelo armenio Pascal. Em 1685, Morin, médico de Grenoble, preconizou o uso do café com leite, mistura que se diz ter sido inventada em 1660 por Nieuhof, então embaixador holandês no Celeste-Imperio, e que publicou a sua "Zee en Lant-Reize" em 1682. E precisamente em 1689, — um centenio antes da data que marca a grande crise do ocidente, — estabeleceu em París o siciliano Francesco Procopio a casa que, com a denominação de "Café de Procope", havia de ser um dos conciliábulos de propagandistas das idéias do século excecional e um dos cenarios em que se desenrolou a mais formidavel e mais fecunda das revoluções politicas do universo. E' natural, portanto, que a nova bebida não fosse desprezada pela paleta dos que tanta estesia revelaram numa das artes plásticas em que sobremaneira se distinguiu então a França.

Em "Aventures galantes de quelques jolies femmes du XVIIIe. siècle — D'après Restif de la Bretonne — Annotées por John Grand Carteret — (Avec les gravures de Binet)" (París, Albin Michel, s. d.), acha-se, en-

tre as pags. 372 e 373, “La belle cafetière”, reprodução da estampa gravada por L. S. Berthet para as “Contemporaines du commun”. Não se trata de nenhuma primorosa “cafeteira”, vaso para preparar a bebida tirada do fruto torrado e pulverizado da rubiacea, porém sim de uma linda mulher, que vende e serve café a outras damas não menos lindas.

François Boucher (1703-1770), pintor da escola arcádica e da côrte de Luiz XV. e que mereceu a particular estima de mme. de Pompadour (*), fez um quadro “Petit déjeuner” atribuído a 1744, que, além de mostrar os hábitos daquelle tempo, tambem documenta os aparelhos em que se servia então o café, na vida caseira. Um relógio de parede, á esquerda, está nas 8 horas; duas senhoras acham-se em torno de pequena mesa, sobre a qual se vê uma bandeja com chécaras, açúcar, pão e manteigueira; uma delas tem ao colo criança de tenra idade, enquanto ao lado da outra, em assento baixo, um petiz mais crescido, com brinquedos no regaço, espera a refeição; e, ao fundo, traz a criada uma cafeteira fumegante. Ao lado de algumas “Pastorais” de Boucher — obras-primas do ciclo do arcadismo, então preponderante nas letras e nas artes do mundo adeantado, — existe no Louvre essa tégela, a primeira de inspiração franceza em que figura o café.

Carle van Loo, apesar desse patronímico neerlandês, nasceu em Nice, em 1705 e faleceu em Paris em 1765 (*).

(*) Mme. de Pompadour não se limitou a proteger os intellectuais que lhe agradavam. Foi tambem artista. Deixou, pelo menos, 66 peças gravadas por sua própria mão, e tres delas de obras de Boucher (v. Charles Blanc, “Histoire des peintres de toutes les écoles — École française”, vol. I).

(*) Como se sabe, Carle van Loo teve um irmão mais velho, Jean-Baptiste (1684-1745), de quem foi filho o famoso retratista Louis-Michel van Loo (1707-1771). Ao illustre confrade e prezado amigo dr. Luiz da Câmara Cascudo, que hon-

Não obstante a estima de que gozou, — foi tido, em seu tempo, como o “primeiro pintor da Europa” (Roger Peyre, “Histoire générale des beaux-arts” pag. 677), — veio a ser mais tarde severamente criticado pelos partidários da revolução greco-romana de Louis David. Criou-se até o verbo “vanlooter”, para indicar o manejamento com sacrificio da tradição. A exemplo dos seus colegas contemporaneos, François Boucher e Maurice Quentin de Latour, também ele retratou a blandiciosa e influente favorita de Luiz XV. E’ aí que se acredita ter entrado o café. Com efeito, W. H. Ukers (ob. cit., pag. 590) assim denomina esse trabalho: — “Coffee service in the home of madame de Pompadour — Painting by van Loo”. Mas Charles Blanc (ob. cit., vol. I), referindo-se a essa lona, pertencente á coleção do marquês de Mari-

rou o meu trabalho com erudita e benévola apreciação, publicada no “Diario de Pernambuco” de meados de 1937, devo o poder ampliar agora a iconografia do café na arte francesa. Lembrando a tēla que ainda existe no Museu de Versailles, “Le duc de Penthièvre et sa famille”, devida a Raucā e Boucher, “d’après Louis-Michel van Loo”, descreve-a da fórma seguinte: — “O duque olha para a frente (não estando com a duquesa), com uma xícara de café na mão, mexendo-o com a colher. O líquido é visível na chávena. Uma filha tem á mão outra xícara, assim como outra moça. O filho do duque, colocado no segundo plano, prepara-se para beber o café pelo pires, modo que faria desmaiar os nossos André de Fouquier. Esse duque de Penthièvre é Luiz-João-Maria de Bourbon (1725-1793), neto de Luiz XV e de mme. ãe Montespan. Casou com Maria-Teresa Felicidade, filha do duque de Módena e teve apenas um casal de filhos. O herdeiro, Luiz-Alexandre-José-Estaniislau (1747-1768), casou com a princesa Maria-Teresa-Luiza de Saboia, a princesa de Lamballe, trucidada nas “matanças de setembro de 1792”; a filha, Luiza-Maria-Adelaide (1753-1821), casou com Filipe Égalité e foi mãe do rei Luiz-Filipe. Esse quadro, precioso como documentação histórica, o é também para a prova do café prestigioso nas residencias aristocráticas de França”.

gny, intitula-a: — “Madame de Pompadour prenant du thé”. Parece que se trata, realmente, do líquido negro da *coffea arabica*, que não do produto da “*thea sinensis*”. Recostada a um sofá, com o cotovelo sobre o espaldar da cadeira baixa e tendo na mão direita uma pena ou buril, recebe a célebre cortezã, com a mão esquerda, a chícara fumegante que acaba de trazer-lhe a sua serva nubia, que ainda segura a cafeteira, talvez para o caso de repetir a dóse, se a bebida agradar á régia cortezã. A cena é iluminada pela claridade da manhã, que entra por uma janela, por detrás de cujos batentes escancarados se avistam galhos folhudos de árvores, denunciativas de uma paisagem primaveral. A vasilha empunhada pela africana é que torna aceitavel a afirmação do escritor yankee, de preferencia á do tratadista francês. Pondera aquele que era a cafeteira oriental, de tampa, então muito em voga, e que havia sucedido, para o preparo do líquido da rubiacea, á antiga de origem turco-árabe.

Quanto ao lindo quadrinho, “Madame du Barry á Versailles” que no catálogo do Museu de Versailles é atribuído a Decreuse, “d’après Drouais”. — não ha dúvida alguma de que constituiu o mais sugestivo aproveitamento do motivo do café numa obra de arte. Malcolm C. Salaman, em sua historia das “French color prints of the XVIII century” contesta a François Hubert Drouais (1727-1775) a autoria do original, — apesar da formal asserção de Charles Blanc (ob. cit., III, pag. 27 do “apêndice”), — e o dá como de Gauthier Dagoty, cuja gravura é de 1771 (*). Sentada em uma cadeira de espaldar re-

(*) No “Catalogue des objets d’art composant la collection de M. R. Boulland” (Paris, 1925), figura, sob o n. 19, um quadro de 43 centímetros de altura por 34 de largura, com o título “Portrait de la Comtesse du Barry, recevant une collation de son serviteur nègre Zamore”. É o mesmo de que se

curvo e floreado, junto ao leito de que saiu pouco antes, a formosa e desafortunada sucessora de mme. de Pompadour no coração do “Bien-aimé” acaba de tirar da bandejinha redonda a xícara de café que lhe trouxe Zamore, o seu negrinho favorito. Segura-a com a mão esquerda, enquanto com a dextra, em gesto delicado e gracioso, dissolve com a colherzinha o açúcar no escuro líquido. Mas trái-lhe o rosto uma preocupação, que se lhe reflete nos olhos pensativos... Ouça-se a interpretação que desse estado de alma faz imaginosamente o autor acima citado: — Sem dúvida, espera ela a visita matinal do rei, — não mais joven formoso e galanteador, porém um velho, de pálpebras inchadas e bochechas flácidas, — e talvez cogite, naquele momento, em persuadir a Luiz XV que deve nomear Zamore para o cargo de governador do castello de Louveciennes, com avultado salario, do mesmo modo por que já havia tentado arrancar ás graças do coroador amante o *cordón bleu* para sua cozinheira, de cuja habilidade em acepipes ele duvidara, até render-se á realidade... Contemplando-se, entretanto, aquelas duas personagens do quadro de Versailles, deixa-se em olvido a Luiz XV, com os seus amores extra-conjugais e as suas babosas condescendencias com a barregã, para idear-se, em meio áquelas sombras, outra cena diversa e trágica, que se representaria cerca de vinte anos depois, quando mme. du Barry, não mais *reine de la main gauche*, seria julgada pelo Tribunal do Terror, e o trédo Zamore, perfidamente transmudado em um dos seus mais implacaveis acusadores, ingratamente concorreria para que sobre aquele niveo pescoço, em que se saciou a sêde de tantos beijos

trata acima, e a “collation” reduz-se a uma xícara de café. A autoria é dada a Gauthier Dagoty (J. B. A.), “d’après H. Drouais”.

dos lábios do rei de França, caisse a gélida e afiada lâmina da guilhotina... (*)

No século XIX, ainda se encontra o café em algumas télas de bons artistas franceses, principalmente depois que a expedição napoleônica de 1798 á terra das esfinges e das pirâmides, convizinha do berço da rubiacea, atraiu a atenção dos sabios da Europa (alguns deles acompanharam á Africa o exército de Bonaparte) para aqueles países cálidos e lendarios. Surgiu então em França o grupo dos pintores orientalistas, á frente dos quais se collocou Decamps, que foi o seu verdadeiro chefe. E tanto ele, quanto dois outros dos seus mais jovens companheiros, não se esqueceram de perpetuar motivos da *coffea arabica* em quadros que lograram justa reputação.

Decamps (1803-1860) fixou em nada menos de tres quadros os "Kawha-Kahnen" do oriente. O primeiro, "Un Café — Asie Mineure", figurou no *Salon* de 1839; e dos dois restantes, ambos com o mesmo nome de "Café Turc", e exhibidos na Exposição Universal de 1855, um foi adquirido pelo conde de Lariboisière e o outro por Henry Didier-Goédon (v. Charles Blanc, ob. cit., t. III).

Prosper Marillat (1811-1847), que parecia ter nas veias sangue exótico e muitas vezes firmou cartas e trabalhos com o nome "Egyptien Marillat" tendo perlustrado as terras levantinas, quasi que sómente delas cogitou nos seus labores. Além de "Café sur une route de Syrie", que

(*) Na "Gallery of Fashion" (v. "La moda", cit. vol. I, pag. 83) ha, datada de 1794, uma gravura que se refere ao café, acusando claramente os costumes do final do século XVIII. Representa duas damas, vestidas á moda do tempo, uma sentada e a outra em pé, junto á pequena mesa, sobre a qual está tudo quanto é necessario á degustação da saborosa bebida, — notando-se que a cafeteira (máquina com torneira), o bule e até o açucareiro são todos arredondados, e a chfcara, uma só, é pequena e elegante. Não traz nome de autor esse curioso desenho.

foi exibido no *Salon* de Paris em 1844 (e foi adquirido por Moreau, filho do cambista homônimo, segundo Charles Blanc, ob. cit., t. III), e do qual dá notícia W. H. Ukers (ob. cit., pag. 591), já antes havia pintado o “Café à Boulack, près du Caire” exposto no *Salon* de 1834.

Tournemine (1814-1873), também filiado á pléiade orientalista de Decamps, e que se distinguiu pelo colorido claro e brilhante, é autor de um “Café en Asie-Mineure”, premiado no *Salon* de 1859 e que, exibido na Exposição Universal de 1867, lhe grangeou novos louvores. A Carle Vernet (1758-1835), consagrado pintor de animais, atribue-se a célebre andorinha que ornamenta o *plafond* do salão do Café Foy, um dos de mais antiga nomeada da Cidade-Luz.

Existe no *buffet* da Ópera de Paris um painel decorativo, em que figura o café, — desenhado por S. Mazevolles, e que fez parte da Exposição de 1878.

A Claudius Jacquard (1805-1878), artista romântico, também aprovou traçar duas interessantes composições de gênero, representando uma o movimento interior e a outra a sala de leitura de um café público de Paris.

Jean Léon Gerôme (1824-1903), que foi esboçar ou colorir na Asia-Menor ou ás margens do Nilo muitas das suas mais aplaudidas télas, de lá trouxe a denominada “Café au Caire”, que hoje enriquece a pinacoteca do “Metropolitan Museum of Art” de New-York. Mostra ela (W. H. Ukers, ob. cit., pag. 582) a vasta sala de uma típica bodega de café nas terras do oriente. A’ esquerda, no primeiro plano, enquanto o dono da casa está dando a última demão no preparo da bebida, inclinado sobre o fogão, em que se lança pela porta próxima, toda aberta, a luz radiante do dia, um freguez apressado, em pé, a seu flanco, lhe acompanha, atento e silencioso, o trabalho; e, á direita, outro, menos impaciente, sentado sobre

a comprida gaiola de vime, pica um rolo de tabaco, destinado ao *bouka* (cachimbo *sui generis*), colocado junto á improvisada cadeira. Ao fundo, dansa risonho e escoteiro um *derviche*, ao som das vozes e dos instrumentos tangidos por dois homens sentados num banco de pedra contra a parede; e, ao lado destes, conversa um casal (algun idílio de amor?), tambem sentado em outro duro assento do mesmo feitio.

Charlet (1792-1845), além da pintura militar, na qual patenteou notoria penetração psicológica, tambem litografou alguns desenhos proprios, e nessa arte, então nova no mundo, e favorecida pelo público, conquistou não pequenos triunfos. Aproveitou ele, numa dessas obras, certo episodio a que se vincula curiosamente a bebida oriental, tão querida das monjas e da clerezia regular e secular da França. Conta-se que, em 1814, pouco antes da sua fragorosa quêda, entrou Napoleão no pateo de um presbiterio de pobre aldeia francesa, onde encontrou o bom do cura a torrar café. — “Que é que está fazendo ahi, padre?” perguntou-lhe o corso. — “Senhor, — respondeu-lhe o tonsurado, — estou fazendo o mesmo que vossa majestade: — queimo os produtos coloniais. . .” “Se non è vero, è bene trovato. . .” O certo é que a litografia de Charlet nada deixa a desejar quanto á evolução desse incidente. Ao portão, divisam-se dois cavalos, guardados pelo ajudante de Bonaparte, enquanto este, em meio do pateo, com o braço direito inflexo sobre o dorso, aponta com a mão esquerda, índice em riste, para o fogareiro. E o gordo vigario, — cuja idade propecta se vislumbra das cãs intonsas esvoaçando-lhe sob o gorro caseiro e cujo bom humor lhe transparece do semblante risonho, — tendo-se levantado da cadeira, em que apoiava o corpo para aquele serviço interrompido, semi-inclinado em frente a Napoleão, aponta-lhe o torrador de café.. Charlet (assim como Horace Vernet e outros intellectuais

contemporaneos) tomara parte na defesa de Paris contra a invasão estrangeira de 1814, segundo P. M. Laurent ("Histoire de Napoleón I", pag. 474), que refere (pag. 464) haver o imperador dos franceses pernoitado, a 27 de fevereiro, na cama única do presbiterio de Herbisse. Deste, provavelmente, é que trata a sua litografia.

Recebeu o Salão de Paris, em 1881, um quadro de P. A. Ruffio, "Le café vient au secours de la Muse", que evidencia o concurso da arte para, ao lado da ciencia, corroborar a afirmação desta de ser a bebida levantina um tônico da intelligencia. Em frente ao atrio de um templo de Apolo, uma das filhas deste deus e de Mnemósine, entre simbolos que são de algumas das suas oito irmãs (um papyrus, desenrolado sobre a mesa, a cujos pés jazem livros, e um globo) e sob um palio, cujas dobras recobrem parte de uma harpa, estirase cansada e enlanguescida pelo esforço mental, tendo quasi a tombar-lhe da dextra a pena com que enchera boa porção de papel. Nisto, acode-lhe uma especie de Hébe escura, de asas pandas do vôo que a trouxera do céu e com longa faixa fluctuante a velar-lhe o *quantum satis* da desnudez.

Qual o remedio com que acode Zéus á neta fatigada? — Não é a ambrosia do Olimpo, cantada por mitólogos e cantada por aédos. E', sim, a ambrosia do oriente terraqueo, é o café, que a alada mensageira oferece risonhamente á Musa derreada. Mas, se Homero pudesse contemplar tal pintura, ficaria, por certo, tomado de indignação, ante uma escanção de côr e a prumo, impossivel com a hiperestesia das concepções helênicas, e ante uma bandeja, uma chícara e uma cafeteira, que não teriam sido jamais estilizadas pelos inspirados e fecundos fabricantes de deuses e deusas de toda a evolução da humanidade, a menos que lhes houvesse pros-

perado a fortuna o conhecimento da bebida da rubiacea, no século de Pericles..

A Debucourt, finalmente, deve-se uma estampa, existente no Museu Carnavalet, de Paris, intitulada "Le salon du Café Frascati" e na qual, representando-o cheio de freguezes, teve o artista o cuidado de fixar os varios trajos caraterísticos daquela época (*).

e) *Na arte germânica.* — A arte germânica, quer na Alemanha, quer na Áustria, também não recusou ao café a honra de um quadro histórico, assim como de produções relativas aos costumes locais e a impressões colhidas alhures.

Desses trabalhos, parece que o melhor é o grande painel evocativo da inauguração da primeira casa de café aberta ao público em Vienna, em 1683, por Kulczycki, humilde polonês, que, por esse e outros serviços, mereceu canonizado pela tradição popular e perpetuado, em homenagem ao líquido da rubiacea, numa estatua de que tratarei mais adiante.

Deve-se ao colorista austríaco Franz Schams e intitula-se "Das erste (Kulczyckische) Kaffee Haus" (v. a reprodução de uma litografia anônima, na obra de W. H. Ukers, pag. 48). Tendo sido a abertura do café vienense no mesmo ano da memoravel vitoria que salvou

(*) Graças a H. E. Jacob (veja-se a edição inglesa de sua obra), podemos citar mais as seguintes produções da arte francesa: gravuras de Larmessin, "Habit de cafetier" (1695), e de Bouchardon, "Le marchand de café" (de cerca de 1750), e uma alegoria humorística (de cerca de 1720), também sobre o café (ilustrações da obra de Jacob, entre pags. 64-65); caricaturas de Gallerand, "A rapariga com um moinho de café", e de Larmessin ("d'après une peinture de Lancret"), "O chamado matinal do sr. padre" (de cerca de 1740), entre pags. 112-113; uma litografia de C. J. Travies, "Le café en plein vent" (de cerca de 1850); uma agua-forte de Debucourt ("d'après un dessin de Croquis", 1805), representando um Café parisiense nos dias do primeiro imperio, entre pags. 208-209.

a Austria e o mundo cristão do formidável poder do crescente otomano, é provável que o artista haja fixado na sua téla algumas personagens do homérico acontecimento. As figuras são todas expressivas, destacando-se dentre elas a do obscuro herói polaco, vestido á turca, e servindo em pé, ele proprio, o café, que está no ato de despejar de um bule oriental na chícara que se equilibra sobre pequena bandeja redonda, em sua mão esquerda, a um fidalgo que o felicita amavel, pondo-lhe o braço direito sobre a espadua. Outro nobre, por certo autoridade civil, pois traz bastão em vez de espada ou faím, empunha uma chícara de café, enquanto conversa com outro, que tem a chícara entre as mãos, sobre a mesa a que estão ambos sentados. Mais ao fundo, lobra-se um dos presentes a saborear a negra infusão em gesto sugestivo, enquanto certo cavalheiro moço, guardando ás pressas o cachimbo sob o laço da gravata, leva os dedos da mão esquerda (não se vendo, por causa da mesa, o que faz com os da dextra) ao lindo palminho de cara da risonha *mädchen*, que segura com as mãos ambas a bandeja em que lhe traz a nova beberagem. A' direita, ao fundo, ainda se avista uma rapariga, de touca, pilando os grãos torrados da rubiacea num almofariz, sobre o rebordo do fogão, não a impedindo tal serviço de mirar o que se passa no salão. Tudo, enfim, interessa nessa obra de arte, em que Schams respeitou igualmente o mobiliario do tempo, — mesas de pés torneados, guarda-louças de colunas torcidas e cadeiras de espaldar de curvas barrôcas, assim como o candelabro e os utensís que se encontram ali á mostra, — tendo ainda posto sobre o armario um *narghileh*. Bem ao alto da parede do fundo, lê-se, sob a botelha pendente do tétó, a denominação, que deu Kulczycki á sua casa de café: — “Zieder Blauen Flaschen” (isto é, “A garrafa azul fervente”).

Na Alemanha, deixou Milde duas telas, que têm por motivo dominante o café. Representa a primeira, datada de 1833, "O pastor Rautemberg e sua família". Sobre a mesa, além da cesta de pães, está a bandeja, com açucareiro, manteigueira, bule e chécaras; e, ao lado, no chão, um fogareiro, com a cafeteira fumegante. Em torno dela, acham-se sentados: o luterano cura de almas, em frente á esposa, e, entre ambos, os tres filhos, duas meninas e um menino; e, em pé, aguarda a criada que se ultime a decocção. A's paredes da modesta, mas assejada sala, pendem quadros religiosos, em meio de retratos da familia; e, no rebordo da janela lateral, ha vasos com plantas floridas. Enquanto espera que se lhe sirva o delicioso liquido, lê o ministro evangélico uma carta, senão algum proprio escrito seu, com a maior atençãõ. O outro painel, "O director Classen e sua familia", é de 1840; e o cenario pouco diverge do antecedentemente descrito, até quanto ao número das figuras, ao qual apenas falta a fâmula do outro. Encontram-se ambas no Museu de Hamburgo e podem tambem ser vistas pelas reproduções insertas na excelente obra "La moda — Uomini e costumi del seculo XIX, da dipinti e incisioni del tempo — Scelti dal Dr. Oscar Fischel, con testo di Max von Boehn, tradotto da A. Bongionani" (Bergamo, 1909), vol. II, pags. 61 e 129.

De C. Schmidt ha uma tela relativa a certo café berlinense e datada de 1845. Adolph Menzel (nascido em Breslau em 1815 e falecido em 1905) pintou o "Café num boulevard parisiense" (1870); e Friedrich Walle traçou uma cena de café em Munich. Paul Meyerheim (nascido em 1842), — não inferior ao pai, Friedrich Eduard Meyerheim (1808-1879), como colorista, preocupou-se com o gênero humorístico e com a vida levantina, da qual elaborou a tela "Orientalisches Kaffeehaus". Johan Philipp pintou "Die Greisinn und die Kaf-

feetasse”, e Peter Philipp a “Kaffeebesuch” Este último quadro patenteia bem os hábitos sociais germânicos. Não se lhe pôde traduzir o título tudesco para “Visita de café”, porém sim para “A visita á qual é servido o café” E’ uma velhinha que vai á casa de certa amiga, talvez da mesma idade, e ali, numa sala em que ha quadros á parede e jarra com flores sobre movel antigo, oferece a visitada á visitante a saborosa bebida. Está a despejá-la do bule na chícara, e sobre a mesa redonda avista-se a bandeja com o açucareiro e a manteigueira, além da cesta cheia de pequenos pães.

Oeilenkaintz e T. Hosemann também deixaram pinturas sobre o café (*).

(*) Como era de esperar, a obra de H. E. Jacob trouxe-nos ao conhecimento um bom número de produções da arte germânica sobre o café. Assim, de gravuras, mais as seguintes (vejam-se as ilustrações da edição inglesa, entre pag. 64-65, 112-113 e 132-133): de Martin Engelbrecht, “A vendedora de café” e uma vinheta em louvor da rubiacea, ambas de cerca de 1730; de Johann Kupezky, “Um bebedor de café em Nuremberg” (de cerca de 1730); de Gottfried Schadow, “O imposto de Frederico-o-Grande sobre o café” (1784); de uma pintura de Oeilenkaintz (Viena, 1780), “O café tomado pela mulher da cidade”; e de uma pintura anônima interessantíssima (de cerca de 1790), “Frau Kaffee-Schwester und Herr Bierwanst” (isto é, “Senhora Irmã-de-Café e Senhor Barriga-de-Cerveja”). Acham-se tambem ali (entfe pag. 112-113, pag. 243, 244 e 246, e entre pag. 256-257) as caricaturas seguintes: de Johann Kupezky, “Bebedor de café em Nuremberg” (de cerca de 1730); sobre a alta do preço do café em 1850 e 1855 (tres caricaturas, uma anunciando café feito de chicoria e outra com o título “O peor e o melhor”); anônima, “Desejando feliz ano novo, num Café vienense” (1840); anônima, “metralhadora servindo para moer café (feita durante a guerra de 1870); de uma pintura de T. Hosemann (de meados do século XIX), “As familias podem fazer café aqui”; de uma agua-forte de A. Geiger (d’après desenho de Schötter, em meados do século XIX), “O senhor conselheiro como boateiro”;

f) *Na arte yankee* — Dois artistas yankees também applicaram as tintas da paleta a assuntos que se ligam á historia do café. O primeiro foi Francis Guy, que em Filadelfia perpetuou numa téla o “Tontine Coffee House” fundado em New-York em 1791 e que foi baptizado com aquele nome, por haver o grupo mercantil, que lhe deu origem, adotado em sua organização, com ligeiras modificações, o plano associativo-financeiro, que Lorenzo Tonti conseguira introduzir na França em 1653. (*). Além de representar parte da Wall-Street, qual era em 1790-1880, apanhou bem o quadro a outra rua, Water-Street, no ângulo de noroeste das quais avultava o vasto e alto estabelecimento, que toda gente do interior, vinda á grande cidade, nunca deixava de visitar, pela fama, que logo correu por todo o país, do tamanho da casa, do conforto que a mesma proporcionava e do bom café que se bebia ali. O trabalho de Francis Guy acha-se, desde 1907, num dos salões da “New-York Historical Society”, que o adquiriu de miss Margaret A.

anônima e relativa á guerra da Criméia, “O que os soldados precisam, mais do que tudo” (de 1855), e que representa um soldado a vender café em chácaras. No livro de H. E. Jacob, ainda se encontra um curioso fac-simile (pag. 259): é um convite de Beethoven a Grillparzer, afim de ir ter com ele no Café fronteiro á “Pera-de-Ouro”, mas “sem levar consigo nenhum apêndice incômodo”.

(*) Em meados do século XVII, achando-se em más condições financeiras o reino de Nápoles, o banqueiro Lorenzo Tonti, estabelecido na capital do mesmo, inventou uma sociedade mútua, destinada a assegurar o futuro dos que nella tomassem parte. Do nome do dito planejador tomou ella a expressão de **tontina**. Penetrou na França em 1653, e, sob a denominação de **tontine**, dali passou para o resto do mundo culto, onde esteve por muito tempo em grande voga. Na própria língua franceza, não tardaram a apparecer o verbo **tontiner** e o apelativo **tontnier**. O intuito da mencionada associação era assegurar aos seus contribuintes uma renda vitalicia.

Ingram. O segundo foi Charles P. Gruppe (nascido em 1860), que é o autor do painel "Washington's official welcome to New-York by City and State Officials, at the Merchant's Coffee House, april 23, 1789". A primeira casa em que se abriu o celebre "Merchant's Coffee House", por volta de 1737, era sita no encontro, a noroeste, das ruas Wall e Water; mas em 1772 mudou-se para a esquina de sudéste. Nelle foi que se trocaram idéias e se fizeram juras, conjuras e planos em prol da independencia nacional, pois era o ponto predileto de reunião dos "Sons of Liberty" ou "Liberty Boys", quer antes, quer depois da declaração de direitos de 4 de julho de 1776. Foi para encerrar com chave de ouro o seu glorioso papel na luta formidavel pela conquista da soberania patria, que a sua diretoria conseguiu fosse ali realizada a recepção official de George Washington, que acabava de ser eleito primeiro presidente constitucional da grande república e que uma semana depois ia tomar posse do seu alto cargo. A pintura de Charles Gruppe é ressurrecionista e parece ter respeitado as personagens, os costumes e a côr local. Ao fundo, avistam-se mastros de navios, surtos no porto; a rua central está cheia de tropas, cavalaria e infantaria, em posição de apresentar armas; a massa popular acumula-se ao lado das forças do exército, em frente ao "Merchant's Coffee House". Destaca-se este, com os seus quatro andares, no canto da rua lateral, e lê-se-lhe bem na taboleta, sobre a porta de entrada, a antiga e tradicional denominação. Num dos ângulos da fachada, desdobra-se aos ares "the star-splanged banner" isto é, o pavilhão constelado da nova nacionalidade; e das sacadas do segundo andar, exornadas de colchas multicores de seda damasquina, muitas damas do escol social newyorkense contemplam, entre rejubilosas e comovidas, as cenas que se desenrolam em baixo. O herói da liberdade norte-americana, já escolhido

para supremo condutor dos seus destinos, está sendo recebido, á porta do "Merchant's Coffee House", pelo governador do Estado, pelo prefeito ("mayor") da cidade e pelas outras autoridades mais graduadas do municipio. O presidente eleito da república e os representantes de New-York estão todos de cabeça descoberta e em suas figuras lobriga-se a sobriedade de gestos, bem como a serenidade de expressão fisionômica, peculiares de legítimos herdeiros da fleugma e da perpendicularidade dos bretões. Pertence atualmente esse quadro, por oferta do artista, ao sr. W. H. Ukers ("All about coffee", pags. 114 e 593).

g) *Na arte brasileira* — Li algures que, entre os painéis decorativos de um dos antigos pavilhões do Passeio Público desta capital, havia um, executado pelo pintor Leandro Joaquim e consagrado a "uma plantação de café". E' bem possível, porque, quando se completou a decoração do Passeio Público, já a *coffea arabica* florescia e frutificava nestes arredores da baía de Guanabara. Não se me deparou, entretanto, prova alguma de que nos ditos quadros murais, — pois foram muitos os que se lhe deveram ao pincel, — houvesse cogitado da rubiacea o artista que aquí nasceu em fins do século XVIII e viveu operosamente até quasi 1820, tendo sido também vítima, como o seu contemporaneo "O Aleijadinho", da terrível "zamparina".

De 1927 (data em que foram redigidas as minhas monografias) até aos dias que correm, não me consta hajam aparecido, aqui e alhures, novas produções pictóricas, inspiradas pelo líquido extraído da *coffea arabica*. Tenho apenas noticia de uma, devida a um jovem artista ítalo-brasileiro, ex-aluno (e último premiado com viagem á Europa) da nossa Escola Nacional de Belas-Artes. Refiro-me ao trabalho do sr. Cândido Portinari, intitulado "Café" e enviado á "Carnegie Institute Inter-

national Exhibition of Modern Paintings”, realizada em Pittsburgh (Estados-Unidos) no ano próximo-passado. A curiosa t ela   uma síntese, em estilo moderno, da indústria agrícola da rubiacea aurífera, pois traz um amplo trecho de fazenda, com renques de cafeeiros, mostrando, ao mesmo tempo, a apanha dos frutos, a s eca em tableiros, o ensacamento, o transporte e empilhamento das sacas. Essa mesma inverosimilhan a torna mais interessante o painel, em que se movimenta consideravel número de figuras, em variadíssimas posi oes. Entre elas, ha até duas personagens intronietidas ali, certamente para simbolizarem a vetusta institui ao da familia: uma pobre mulher descal a, sentada no chão e com as pernas estiradas para ambos os lados, e um garoto encarrapitado no olho de uma palmeira, da qual está apanhando alguns c ocos. Os que não tiveram ocasião de ver, nesta capital, a t ela do nosso compatriota, poderão fazer nítida idéa dela pela reprodu ao que se encontra em “The Studio” número de fevereiro do ano de 1937. Na dita revista yankee, vem um artigo de Gilbert Ryder, no qual, tratando da exposi ao acima referida, informa o seguinte: — “The jury of award, once more made up solely of artists, was sufficiently attracted by the young Brazilian Candido Portinari, to ward his “Coffee” the Second Honourable Mention. This fact may serve as encouragement to those countries hitherto without representation”

h) *Gravuras e outras ilustra oes, em cartazes, folhetos e livros, sobre o café* — Corre-me ainda a obriga ao de inserir aqui algumas notas sobre as mais importantes gravuras e ilustra oes de toda casta, surtas em jornais, opúsculos e livros antigos e modernos, especialmente ou acessoriamente consagrados ao café.

Publicou Philippe Sylvestre Dufour (1622-1687), francês que unia ao comércio de especiarias levantinas o

manejo da pena, um volume em latim (Lyon, 1671), do qual saíram, anos depois, duas edições vernáculas: a de Lyon, em 1684, e a de Haya, em 1693, ambas com o título "Traitez nouveaux et curieux du café, du thé et du chocolat — Ouvrage également nécessaire aux medecins, et à tous ceux qui aiment leur santé" Ornou ele a sua obra com desenhos, que fez burilar em xilogravura. A da portada representa, sob uma tenda, em redor de mesa baixa e redonda, um árabe tomando café, um chim bebendo chá, ambos sentados sobre o tapete que recobre o chão, e, em pé, um amerindio, de arco em punho e a soerguer na dextra a tigela de chocolate. Ainda em outra gravura reproduziu o árabe a saborear a infusão negra, tendo ao lado uma cafeteira de barro; e, além de fornecer mais adiante desenhos das folhas e sementes da rubiacea, deixou a documentação gráfica de um torrador de café, usado em França no século XVII.

Jean de la Roque (1661-1745), — cujo pai, P. de la Roque, acompanhara o embaixador da França, mr. de la Haye, á séde da Sublime-Porta e, de regresso a Marselha, ali introduziu frutos da rubiacea, assim como utensilios turcos para o preparo da bebida, — esteve tambem nas terras agarenas e fez sair dos prélos a seguinte obra: "Voyage de l'Arabie Heureuse, par l'Océan Oriental, et le Détroit de la Mer Rouge — Fait par les François pour la première fois, dans les années 1708, 1709 et 1710 — Avec la relation particulière d'un voyage fait du Port de Moka à la Cour du Roy d'Yemen, dans la seconde Expedition des années 1711, 1712 et 1713 — Un memoire concernant l'Arabie et le Fruit du Café, dressé sur les observations de ceux qui ont fait ce dernier voyage — Et un Traité historique de l'origine et du progrès du Café, tant dans l'Asie que dans l'Europe; de son introduction em France, et de l'é-

tablissement de son usage à Paris” (Paris, 1716, 403 pags.). Esse trabalho apareceu ou foi aproveitado, no ano seguinte (1717), em Leipzig, sob o título “Gruendiche und sichere Nachricht von Caffee und Caffee-Baum”; e, em tradução inglesa, veio novamente a lume em Londres, em 1726. Foi ilustrada a *editio-princeps* pelo gravador S. Thomassin, qual se lê nas estampas ás pags. 275 e 284, as quais representam um exemplar da rubiacea já aclimada no berço de Maomé, como se vê da legenda “Arbre du café, dessiné en Arabie sur naturel” e um galho da mesma, “Rameau d’un arbre de Café, chargé de fleurs et de fruits, d’après le naturel”

A Antoine Galland (1646-1715), orientalista francês, devem-se diversos trabalhos, todos relacionados com a planta levantina: o “Journal d’Antoine Galland” (1673); “De l’origine et du progrès du café — Sur un manuscrit arabe de la Bibliothèque du Roy” (1699), reeditado em inglês (Londres, 1695), volume no qual se encontra a primeira tradução comentada, feita em França, do manuscrito árabe de Abd-el-Kader, atribuído a 1587, e que é o mais antigo documento conhecido sobre a origem do café; e, por fim, “Les nuits d’Arabie” (1699), transladação do árabe para o francês. Todas essas publicações saíram da arte tipografica parisiense. A última foi ilustrada, e nela se encontra curiosa gravura (v. reprodução em “All about coffee”, pag. 23), representando a cerimonia do oferecimento de café a um hóspede. Traz o servo negro a bandeja, com o bule e duas taças fumegantes, e o magnata otomano diz ao seu visitante, de grande cimitarra á cinta e curvado a agradecer-lhe o gesto, que se sirva de uma delas.

O café líquido começou a ser vendido ao público, em Paris, por um armenio, de nome Pascal, em 1672; e, desse anno em diante, até que Francesco Procopio Col-

telli montasse, em 1689, a sua casa, depois famosa, um candiota e um levantino (este chamado Joseph) andaram a mercadeja-lo ali pelas ruas, por dcis soldos a chá-cara (que era maior que as atuais), compreendido no preço o açúcar. Alguns antigos *cabarets*, como o de Magny e o de Jean Ramponaux, começaram a explorar o negocio do novo licor negro. Conhecem-se algumas raras estampas concernentes a esses episodios, infelizmente anônimas, e que se encontram reproduzidas na obra de W. H. Ukers (pags. 90-93). Inestimaveis todas elas pelo préstimo de documentarem os costumes do século XVII, — convém se diga algo sobre a que, em fórmula de cartaz ilustrado (impresso com autorização da policia), servia então para atrair freguezia á taverna de Jean Ramponaux, que chegou com crescente fama até ao reinado de Luiz XV. Ao alto, está representado o vasto salão, em cujas paredes do fundo se avistam figuras mitológicas e reais, bem como um galo e um cisne, exibindo-se á direita a cozinha aberta. E' hora de grande movimento: muita gente (em maioria do sexo afetivo) sentada ás mesas, e ainda estão chegando dois casais. Em baixo, o medalhão, com o retrato do dono da casa, é ladeado pelos seguintes versos:

“Au sein de la paix, gouter le plaisir,
 Chez soi s'amuser dans un doux loisir,
 Ou bien chez Magny s'aller divertir:
 C'étoit la vieille méthode.
 L'on voit aujourd'hui courir nos Badaux,
 Sans les achever quitter leur travaux;
 Pourquoi? c'est qu'ils vont chez mons. Ram-
 [ponaux:
 Voilà la Taverne à la mode”

Ao romancista Nicolas-Edmé Restif (1734-1806), mais conhecido pelo nome de “Restif de la Bretonne” e

que foi um predecessor de Balzac, atribuí-se o desenho de uma cena de amor, em que foi protagonista um caixeiro parisiense, em 1782 (W. H. Ukers, ob. cit., pag. 96). Mas as gravuras de Boisredon (ib., pags. 97, 99 e 101) é que nos conservaram, com a côr local e os caraterísticos das épocas, o “Café Foy” em 1789, o “Café des Mille Colonnes” em 1811 e o “Café de Paris” em 1843. O livro de Édelestan Jardin, “Le caféier et le café” (París, 1895), saiu com ilustrações, tiradas de desenhos de Charles Emonts.

Talvez, porém, um dos melhores trabalhos artísticos desse gênero, sobre assunto em que entra a *coffea arabica*, seja uma estampa de Debucourt (1755-1832) e que se encontra no Museu Carnavalet: — representa o “Café Frascati” de Paris, quando repleto de freguezes; e figurados estes com os trajés da época.

Quanto aos antigos cafés londrinos, reproduziu o sobredito tratadista (ob. cit., pags. 60 e 61) duas xilogravuras anônimas, representando cenas de costumes de tais casas no século XVII, e precisando-se a primeira como de 1674. Assinala este ano (1674), que foi o da mais aguda crise de hostilidade por que passou o líquido da rubiacea na capital inglesa, — o aparecimento, ali, de tres inolvidaveis panfletos. O primeiro intitulou-se “The Women’s Petition against Coffee, representing to public consideration the grand inconveniences accruing to their sex from the excessive use of the drying and enfeebling liquor”, e nele as damas injustas (ás quais até então se recusava, ali, o livre ingresso em tais estabelecimentos) acusavam o café como causador da inercia genital dos seus maridos, tidos por elas, que assim ousavam apregoá-lo sem vexame proprio, na conta de “unfruitful as the deserts where that unhappy berry is said to be bought”, isto é, “estéreis como os desertos, onde se diz eram adquiridos aqueles infelicitantes grãos”.

O segundo, — pronto revide dos consortes ferinamente alvejados, — foi “The Men’s Answer to the Women’s Petition against Coffee, vindicating... their liquor, from the undeserved aspersion lately cast upon them, in their scandalous pamphlet”

O terceiro, que mais importa ás relações entre o café e as belas-artes, saiu em rimas subordinadas á seguinte denominação: — “A brief description of the excellent virtues of that sober and wholesome drink called coffee and its incomparable effects in frequenting of curing most diseases incident to human bodies”. Ocupa uma única página impressa, em cuja parte inferior se acham os versos, dispostos em duas colunas, separadas por um fio de cruzetas, tendo o cabeçalho, também dividido em duas porções, uma estampa com dois cafeeiros ao alto, um florido e outro em frutificação, e a sala de um “Coffee House” em baixo. Foi esse, portanto, o primeiro panfleto (dos até hoje conhecidos, relativos ao café) que appareceu illustrado.

Eis (livremente feita por mim) a tradução da melhor parte da poesia desse memoravel *broadside* do século XVII:

“Quando a ebriante e sutil invenção do pai Noé
Por todo o mundo atuou, devastadoramente,
Mergulhando a gente alta e a mais baixa ralé
Num trédo mar de vicio e convulsão da mente;

E quando, surta além, nos teutonios confins,
De nós se apoderou a nevoa da cerveja,
A enfraquecer-nos a alma e a alquebrar-nos os rins,
Invadindo os salões e até as celas da igreja;

Temendo Deus que aqui morrêssemos de tédio
Nas garras de Satã, pela falta de fé,
— Apiedou-se, afinal, e enviou-nos um remedio,
O doce, salutar, bemfazejo café.

E' um santo cura-tudo esse divino grão,
Favoravel á bolsa e ao corpo da pessôa,
Que torna sobria e a quem alegre o coração:
Bebida outra não ha, no universo tão boa.

Para tornar tambem feliz a nossa terra,
Mandou-nos seu maná essa Arabia-Feliz,
Hoje amiga da paz, hoje contraria á guerra,
Porque transfigurá-la o café assim quis.

Do paraíso terreal, éden do fulvo sol,
Berço da arte e da ciencia e das flores mais raras,
Foi que nos veiu, enfim, esse néctar de escol,
Em que o céu adunou maravilhas preclaras.

Gerou-o, porventura, a Féniz imortal,
Que naquelas regiões escondeu o seu ninho,
Trazendo-o para aqui, a livrar-nos do mal,
Que era o álcool da cerveja e que era o álcool do vinho.

Estômago adoentado e rosto sempre triste,
Memoria incerta e má, fraqueza em cada pé,
Tremor em cada mão, — nada disso resiste
A' milagrosa ação do licor do café.

Não dêis ouvido nunca ás prosas do doutor,
E atirai-lhe bem longe as drogas, prontamente,
Pois que vos curareis de tudo quanto é dor,
Graças a essa aromal beberagem do oriente!

Só deste mago filtro, em fôrma de ambrósia,
Deveis constantemente usar, com plena fé.
Deveis bebê-lo á noite e bebê-lo de dia.
Não deixeis nunca mais de tomar bom café!”

Em 1683, divulgou-se em Londres outro panflêto ilustrado, sob a epígrafe “Wonders on the Deep” E’ uma gravura complicada (W. H. Ukers, ob. cit., pág. 79) a que trouxe o novo *broadside*, pois o artista conglomerou nela um trecho da capital inglesa, em que funcionava então uma feira, e onde existia o “Inke of York’s Coffee House”. Em curto espaço conseguiu o desenhista meter o Tâmisá, cortado de barcos, uma grande ponte, os pavilhões da feira, circos, carruagens, transeuntes dos dois sexos e de todas as idades, cães em quantidade e outros bichos. Quasi uma arca de Noé...

Uma peça teatral de James Miller, “The Coffee House” impressa em 1737, tem na portada uma gravura, que representa parte de um Café, no qual se vêem dois casais, um alegre, em idílio, ao fundo, e o outro em briga á frente, mostrando um fidalgo, que chega ali, em tal momento, ao par satisfeito, a mulher que chora nos braços do amante ingrato ou volúvel.

Ainda conseguiu W. H. Ukers (ob. cit., pags. 87-88) descobrir e reproduzir tres gravuras anônimas: uma em aço, sem data (do “British Museum”), “Don Saltero’s Coffee House”; a segunda, de 1770, representando somente o frontispicio do “British Coffee House”; e a terceira, simples desenho de 1809, é a fachada do “Grecian Coffee House” Valem apenas como documentos da historia do café no mundo culto.

A primeira casa em que se vendeu café líquido na Austria, estabelecida por Kulczycki em 1683 em Viena, consta de uma gravura que se encontra no livro de M. Bermann, “Alt und neu Wien” (Viena, 1880).

Quanto aos primitivos cafés públicos da república yankee, pôde anda W. H. Ukers (ob. cit., pags. 123 e 129) achar duas raras obras de arte, que os rememoram: — uma estampa de 1773, tirada de uma gravura de Birch, que representa a “City Tavern”, depois “Merchant’s Coffee House” de Filadelfia; e a outra, feita sobre bela pintura, de 1803, que perpetuou o “New-York’s Vauxhall Garden”, daquela data.

Nos anuncios de venda do café também se empregou o buril de habéis artistas modernos, como se pôde ver do grande número de cartazes ilustrados, a que W. H. Ukers consagrou o cap. XXVIII do seu magnífico livro “All about coffee” onde “A short history of coffee advertising” vai da pag. 431 á pag. 465. Ha entre eles muitas estampas sérias e algumas gaiatas. São todas de casas norte-americanas. Do Brasil, — a nova e grande opulenta terra do café, — é que não se encontra ali nenhuma.

Para pôr fecho a esta parte, — cabe-me o dever de preitear a minha sincera admiração ao editor de “The Tea and Coffee Trade Journal”, pelo seu esplêndido volume “All about coffee” que condiz com esse enfático título. E’ o mais completo tratado que até hoje appareceu no mundo sobre a rubiacea de origem oriental. Exaure todos os aspétos do assunto, científicos, artísticos e literarios, com desenvolvimento maior, como é curial, no tocante ás feições econômicas que circunvolvem a cultura, preparação e commercio da *coffea arabica*. Serviu-me esse livro, — cujo autor revelou, além da competencia de especialista na materia, uma paciencia de beneditino (no bom sentido desse qualificativo fradesco) para as pesquisas de tão complexos elementos dilucidativos, — de fonte límpida e fidedigna, para as páginas que ahi ficam e para as que vão seguir. E, ao fazer esta confissão sincera e oportuna, não devo deixar de exprimir

tambem os meus louvores á officina newyorkense, de que saiu tal obra, editada em 1922. Pela nitidez da impressão e pelas profusas illustrações, algumas coloridas, constitúe ela um primor de arte tipográfica.

2) — O CAFE' NA ESCULTURA

Obra escultural, a que se haja associado de qualquer fôrma a *coffea arabica*, só é conhecida até hoje uma: — a estatua de Kulczycki, na capital da Austria (*).

Não pude descobrir o nome do artista que a moldou. Sabe-se apenas que se deveu ao reconhecimento da "Innung der Wiener Kafeesieder" (Gremio dos vendedores vienenses de café líquido) para com o introdutor da util bebida ali.

Orna ella a esquina do segundo andar de um prédio sito á Favoriten-Strasse, em cuja parte baixa funciona o "Café Zivirina"

Ergue-se sobre um plinto embutido na aresta e cuja base superior corresponde á inferior das janelas do dito pavimento, e pôde-se calcular-lhe a altura de uma das janelas, pois que a extremidade da cabeça lhes atinge á linha dos dintéis.

(*) A H. E. Jacob (veja-se a edição inglesa de sua obra, illustração entre pags. 160-161) devemos o conhecimento de mais um trabalho de escultura, concernente á rublacea de origem abissinia: é o relevo até agora existente no alto de uma porta, em Leipzig, representando "A árvore do café", e feito por um desenho de Augusto-o-Forte. Este soberano da Saxonia, que foi escolhido para successor de Sobieski no trono da Polonia, onde reinou sob o nome de Augusto II (1697-1733), tão bemquisto se tornou dos seus novos súditos, que o grande Frederico II chegou a dizer dele, num verso famoso e ás vezes mal interpretado:

"Lorsque Auguste buvait, la Pologne était ivre".

Respeitou-lhe o escultor o traço coetaneo característico e representou-o, — de acordo com os desejos da associação promotora de tal homenagem, — na attitude de despejar café tirado de um bule oriental (cuja asa lhe seguram os dedos recurvos da dextra) dentro de chácaras dispostas em pequena bandeja, que lhe repousa sobre a mão e braço esquerdos. Vêem-se-lhe atrás das pernas as armas ofensivas e defensivas de que usou como soldado, escudo, arco, lança, acha e cimitarra, dispostas sobre a base superior do plinto.

Como em toda parte, sobredourou a lenda a historia da introdução do café na Austria.

Segundo tradição, ao polaco Kulczycki (nome alemânico para Kolshitsky e Kolschitzki), engajado como intérprete nas fileiras do exército turco, foi que deveu Viena, em 1683, tanto a sua salvação e a da cristandade contra o formidável poder dos otomanos, quanto o ensinar o preparo do café e ser o primeiro a vendê-lo na capital austríaca.

Tendo aparelhado um exército de 300.000 homens, destinado á conquista da Europa ocidental, confiou-o Mohamed IV (1648-1687) ao comando do seu grão-vizir Kara Mustafa, que atacou Viena a 1.º de julho de 1693. O imperador Leopoldo I (1658-1705) fugiu com a sua côrte para algumas leguas de distancia. Não longe, estava o príncipe de Lorena, com 33.000 homens, aguardando o prometido socorro do rei da Polónia João Sobieski (1674-1697), enquanto na cidade, ameaçada de total aniquilamento, dirigia a resistencia o conde Rudiger von Starhemberg. Para dispor as coisas com a mira em êxito seguro, era imprescindível um mensageiro fiel, capaz de atravessar a nado o Danubio e de passar por entre as tropas inimigas assediadas. Aí começou o papel de Kulczycki, que, tendo vivido muito tempo entre os turcomanos e conhecendo-lhes a lingua

e os costumes, envergou um uniforme de soldado do crescente e por muitas vezes vadeou o largo rio e transpôs as linhas de cerco, até que, vindo com o ansiado reforço o soberano polaco, consolidadas as posições no alto do Kahleberg, tudo se aprestou para o combate decisivo (*). Este, que evidentemente impediu a queda da cristandade sob o jugo muçulmano, realizou-se a 12 de setembro, e, graças ao valor e á capacidade estratégica de Sobieski, foi derrotado o exército otomano, que deixou no campo da peleja grande quantidade de cadáveres, de armas, de tendas, de animais, de dinheiro, de gêneros alimentícios e muitos sacos repletos de café. Distribuídos esses despojos, ninguém sabia o que fazer dos grãos da rubiaceae que lhe tocavam. Ninguém conhecia ali tal fruto, senão Kulczycki. Por isso, pôde este arrecadá-lo todos para si, sem despesa alguma; e, com esse sortimento, iniciou sem tardança o preparo da bebida, vendendo-a primeiramente de casa em casa, em pequenas escudelas de madeira, e depois no estabelecimento que montou em Bischof-Hoff (**).

(*) Na edição inglesa da já por vezes citada obra de H. E. Jacob, ha duas ilustrações relativas ao que fica exposto acima. A primeira (entre pags. 64-65) representa Kulczycki recebendo a baixa do serviço militar e vestido á turca, para servir de espião; e a segunda (á pag. 68) é o fac-símile de um panfleto, com interessante caricatura, satirizando a retirada, dos muros de Viena, de Kara Mustapha.

(**) Em autores alemães, depararam-se nos duas variantes do nome famoso do primeiro vendedor de café em Viena: **Kolchitzki** e **Kolshitsky**. Diferente dessas é a grafia adotada por Alfred Michiels, em sua "Histoire secrète du gouvernement autrichien" (Paris, 1859). Aí, depois de narrar a derrota dos turcos na grande jornada de 12 de setembro de 1683, insere a seguinte informação (pag. 201): — "Ce qui abondait le plus dans le camp islamite, c'était le café. L'usage depuis lors en devint général parmi les viennois. Un polonais, appelé **Kolchuztky**, ayant bravé plusieurs fois la mort, pendant le siège.

Mercê das investigações de Bermann ("Alt und neu Wien", pag. 964), averiguou-se que a municipalidade da capital austríaca, como prova de gratidão aos serviços do intrépido polonês, lhe doou ali uma casa. Sabe-se que se esforçou ele porque a vivenda não fosse de custo inferior a 1.000 "gulden", e, nesse propósito, endereçou varios pedidos á vereança. Mas esta pôs-lhe termo aos requerimentos, em 1685, dando-lhe e á sua mulher, Maria Úrsula, um predio sito em Heidegasse e que tinha então o numero 30 (hoje 8).

Morreu Kulczycki, tuberculoso, a 20 de fevereiro de 1694; mas os seus herdeiros e sucessores continuaram a explorar a venda do café líquido, mudando o estabelecimento primitivo de Leopoldstadt para Donaustrand, junto de Schlagbrucke (depois Ferdinandsbrucke).

Conta-se que Kulczycki dava a todo freguez o carinhoso titulo de "Bruderherz" ("coração fraterno") e que assim ficou sendo ele proprio, depois, geralmente chamado. Conhecido como o "santo padroeiro dos cafés de Viena" era justo que a "Innung der Wiener Kaffeesieder", que lhe guarda um retrato coetaneo da sua popularidade, encomendasse pelo mesmo a feitura da estatua, que o expôi perpetuamente ás bênçãos da geração de agora e das porvindouras.

3) — O CAFE' NA ARQUITETURA

Em geral, os vendedores de café líquido sempre se estabeleceram em casas construidas para outros fins, as quais, quando muito, eram adaptadas interiormente para o novo mistér mercantil. Das de Londres, París e

pour porter des messages au duc de Lorraine, fut autorisé à ouvrir une boutique, où les amateurs viendraient boire la décoction toute préparée"

New-York, — que, desde o século XVII até ao XIX, tanto se celebrizaram, pelo papel conspicuo que tiveram na evolução intelectual e na transformação política da Inglaterra, da França e das colonias britânicas da América-do-Norte, — nenhuma consta haja sido construida especialmente para a venda da bebida oriental.

Parece, por isso, que somente na Italia se ergueu um dos mais belos edificios daquelle país para a função de café público.

Antonio Pedrocchi, nascido em Padua em 1776 e ali falecido em 1852, era, a principio, pobre vendedor ambulante de refrescos. Amealhando pouco a pouco algumas economias, adquiriu uma casa velha, onde installou o negocio de sorvetes e café. Tinha quarenta anos, quando, procedendo a reparos no assoalho do predio, descobriu boa porção de ouro, que se supôi ter pertencido a uma igreja derruida. Salteou-o, então, o desejo de, ali mesmo, na terra do berço, perpetuar o nome num edificio imponente em que instalasse o seu café e, com pasmosa tenacidade, contratou-lhe a construção, que durou um quarto de século, invertendo nela todo o seu capital e sacando ainda ousadamente sobre o futuro.

Averigui ter sido um arquiteto de cognome Japelle quem traçou a planta e provavelmente quem levantou até á cumieira o famoso “Café Pedrocchi” até hoje existente em Padua. Sabe-se, contudo, que os seus alicerces datam de 1816 e que, apesar de franqueado ao público a 9 de junho de 1831, só se lhe rematou a construção em 1842.

Tem o aspéto de teatro. Consta a mole de dois pavilhões laterais, fronteiros com o alinhamento da rua e cuja cobertura plana coincide com o alto do primeiro pavimento do corpo principal, que tem tres andares. O estilo é Renascença. Os pavilhões, sustentados por pilastras angulares e colunas centrais, têm os frisos lindamente

enguirlandados e são totalmente abertos, podendo-se, contudo, á falta de portas, vedar-se das vistas alheias por meio de cortinas. Ao alto de ambos, gira em cada terraço um circo de cavalinhos de madeira, destinado a divertimento de crianças, e uma cerca metálica toma toda a extensão extrema do tétó. A mole principal, cuja base é um pouco mais elevada que a dos pavilhões, — o que deu causa á rampa suave, ornamentada lateralmente de candelabros e jarrões, que lhe dá acesso, — consta de duas partes: a central, ao fundo, da largura da rampa; e os sobrados laterais, da mesma largura dos pavilhões. Aquela tem em toda a sua extensão um pequeno terraço, na base do segundo pavimento, e o seu entablamento é sustentado por altas colunas coríntias, do comprimento dos dois andares superiores. Em cada um dos sobrados laterais, na parte da fachada, ha apenas uma porta, que se abre sobre o terraço dos pavilhões. Acima delas, inscritos em retângulos, vêem-se dois medalhões.

Aí está a pálida descrição do mais belo edificio do mundo, como café público. Internamente, mobiliou-o e decorou-o o proprietario com o refinado gosto que lhe inspirou a inata disposição que tem todo italiano para as coisas de arte. Além da bebida oriental, ali vendia ele refrescos e sorvetes, e, em quartos reservados, servia merendas e ceias. Compreende-se bem que, nessas condições, pôde atrair á sua casa a fina flor da juventude paduana.

Expirou Pedrocchi em 1852, mas o palacio, que ele ergueu e que lhe conserva o nome, não deixa apagar-se da alma dos pósteros a admiração que merece a sua feliz iniciativa, até ao presente não imitada por ninguém, no orbe cultural (*).

(*) Depois de traçada por mim a imperfeita descrição acima, foi que li a de B. Belli, a qual vem em sua excelente obra "Il caffè — Il suo paese e la sua importanza — (São

O "Cafè Pedrocchi" de Padua, é o mais belo, porém não é o maior, nem o que custou mais dinheiro, dentre os seus congêneres. Precedeu-o em data o "Exchange Coffee House" de Boston, que foi começado a construir em 1805 e aberto ao público em 1808. A sua planta foi levantada pelo arquiteto americano mais abalizado daquela época, Charles Bulfinch. Deram-lhe os seus sete andares direito a ser chamado de "skyscraper". Ficou em meio milhão de dólares. Mas, apesar do mármore que nele se empregou, além de muita outra pedra e muito tijolo, é apenas enorme, e, como todos os monumentos megalíticos, quer antigos, quer modernos, não se distingue pelo aprimorado do lavor arquetônico. E' singelo por demais. E causam desagrado á vista as janelas em bizarra combinação, no frontispicio, de fechos curvos so-

Paulo del Brasle)" (Milão, 1910), pags. 34-36. El-la, traduzida por mim, assim como as notas que a precedem e que corrigem ou esclarecem o que escrevi, baseado em outras informações:

— "Singular entre todos os "cafés" de Italia, é o "Pedrocchi", fundado ha longos anos em Padua por um tal Pedrocchi. Mais que uma casa destinada a café, pôde-se dizer dele que é ali uma instituição. Contiguo á Bolsa e muito perto da Universidade, dá livre entrada aos transeuntes, permanece aberto dia e noite, desde que se instalou, e é frequentado pela numerosa estudantada. Recorda os sofrimentos políticos de um povo oprimido e as gloriosas manifestações do ardente patriotismo redentor. Com o título "Il Caffè Pedrocchi", publicou-se ali uma folha hebdomadarla de 1846 a 1848.

O célebre "Caffè Pedrocchi", centro, all, da vida social, é um dos mais belos edificios que se ergueram na Italia, durante o século findo. Diz-lhe logo a apparencia o fim a que serve. Foi começado em 1816, inaugurado a 9 de junho de 1831 e acabado em 1842. Antonio Pedrocchi (1776-1852), obscuro *caffetiére* paduano, atormentado pelo desejo de gloria, tendo concebido a idéia empolgante de construir o mais belo "Café" que houvesse no mundo, deu incio á realização da mesma, transformando, mediante o fruto de exigua e constante economia, o botequim paterno, que dantes existia ali. Estava já a

bre outras de fechos retos, sistema que se lhe não guardou nas partes laterais, em que são elas em maior número e mais simétricas. Ali foi banqueteadado o célebre presidente Monroe, em julho de 1817. E, um ano depois, era aquele "arranha-céu" destruído por um incendio, erguendo-se ali imediatamente outro edificio com o mesmo nome, embora pouco semelhante ao que o fogo destruiu. Do primitivo, pôde-se ver a estampa no "All about coffee" (pag. 113), de W. H. Ukers.

4) — O CAFE NA HERÁLDICA, NA NUMISMÁTICA E NA MEDALHÍSTICA

O café nas armas brasileiras — Por decreto de 18 de setembro de 1822, passou a figurar o café no escudo de armas e na bandeira do Brasil. Assim, em forma de um ramo, representado com folhas e frutos, entrelaçava-se, na parte inferior do escudo, com outro de tabaco, este

construção na cumieira, quando, não achando bem interpretado o seu designio, a confiou a Giuseppe Japelle (1785-1852). Hauriu este dos próprios obstáculos, que se lhe antolharam, vigor e inspiração, de sorte que conseguiu levantar uma tal obra, á qual pareceram quasi necessarias as irregularidades do espaço e as paredes antigas, afim de que a exornasse a mais desejavel beleza arquitetônica, qual é a da "conveniencia".

Devem-se ao engenheiro Bartolomeo Franceschini a direção dos trabalhos e a execução acurada. Nas escavações, feitas para a colocação dos alicerces, encontraram-se fragmentos de grandiosas colunas (que foram depositadas no Museu) e mármore preciosos (empregados na construção), pertencentes ao "Forum" da Padua romana, o qual se ostentava outróra na área hoje ocupada pelo famoso "Caffè Pedrocchi".

Tem este edificio a forma de um piano. E' majestosa na sua simplicidade a fachada principal, que dá para a "Piazzetta Pedrocchi". No plano superior, tem ela uma elegante "loggia" de colunas corinthias e é flanqueada por dois corpos avançados, os quaes abrem sobre dois terraços, sobrepostos ás duas "loggette" dóricas do rés-do-chão. Os dois medalhões de bronze,

á direita e aquele á esquerda. Daí proveiu o aparecer a *coffea arabica*, tanto bordada no pavilhão nacional, quanto gravada nas medalhas, moédas e sinetes oficiais do extinto imperio. Eliminada da bandeira republicana, — que foi ideada por Teixeira Mendes, — continuou, todavia, nas armas ora em vigor, para timbre dos papeis públicos.

O *café na numismática e na medalhística* — Em moédas de emissão particular, representou-se simbolicamente a rubiacea durante muito tempo, e sob varias modalidades, na Inglaterra, por todo o século XVII, como se vê das peças originaes existentes no “British Museum” e na coleção Beaufoy do “Guild-hall Museum” (W. H. Ukers, ob. cit., pags. 63 e 65).

Num período em que havia em Londres muitos cafés públicos, escasseando a moéda metálica divisionaria,

embutidos no frontispicio, representam o primeiro proprietario do “Café” e o seu successor, que, por testamento de 10 de junho de 1891, legou o prédio á municipalidade de Padua. Entrando ali pela “loggetta” fronteira á Administração dos Correios (a outra conduz ao plano superior e somente se abre para bailes e recepções), admira-se uma bellissima serie de salas (7,86 por 63 metros). A’ sala “verde” succede a ampla sala “vermelha”, tripartida de colunas jônicas sobre base egipcia, e em cujo grande nicho, incrustado de mármore frigio, surge o “banco”, elegante concha, soerguida por pés de bronze. Segue-se a sala “branca”, em uma de cujas paredes ainda se vê o furo que nela escancarou uma bala austríaca, a 8 de fevereiro de 1848.

Ha tambem ali uma “loggetta” especial, de construção delicada e em estilo arquigudo, destinada á pastelaria.

Acham-se no segundo andar as salas do “Casino Pedrocchi”, onde se admiram esplêndidas pinturas “a-fresco” São aquelas ao todo seis, e entre as mesmas figura a sala de concertos e bailes, quasi quadrada (16 por 17,70 metros), de estilo romano moderno”.

Confessa B. Belli que, para esta descripção, se serviu do “Guida-Ricordo — (IV Congresso Magistrale Regionale, 1907)” publicado pela municipalidade de Padua.

fizeram os donos de tais casas cunhar, em fôrma de "jetons", farthings, half-pennies e pennies, em latão, cobre, estanho e até em couro dourado. Refere K. H. Burn, em seu "Catalogue of trader's tokens" que o governo inglês processou e puniu em 1672 esses concorrentes do monetifício britânico, dos quais ainda se ocupou a proclamação régia de 1674.

Dessas moedas ilegais, apenas tres são completamente lisas no reverso: — a do "Robin's Coffee House in Old Jewry"; a do "Union Coffee House in Cornhill"; e a do "Chapter Coffee House" São das maiores de todas as então fabricadas e as que mais se assemelham a "jetons". As duas primeiras não têm símbolo algum; apenas a terceira ostenta no centro uma tiara. E todas elas têm o algarismo "3", indicativo do valor corrente.

Seis delas trazem as datas da respectiva entrada em curso legítimo e são, talvez, as mais antigas de todas. O formidando incendio de 1666, em Londres, destruiu-lhe quasi todas as casas de café. Salvou-se apenas das vorazes chamas o "Rainbow Coffee House" Era seu proprietario um certo James Farr, que, ou para comemorar essa boa sorte, ou pela urgente necessidade de troco miúdo, que o assoberbava nas relações com o então mais crescido número de freguezes, fez cunhar, naquele ano, uma especie de medalha-moéda, em cujo anverso, além do seu nome e da referida data, figura em círculo central um arco-iris ("rainbow), rutilando sobre labaredas profusas, e no reverso a declaração do valor ("his half-penny") e a indicação da rua em que funcionava o estabelecimento ("in Fleat Street"). A segunda traz no anverso "Mary Stringar — 1669", e no círculo central um braço, como emergindo de rendas, que, empunhando um bule, despeja café em chícara posta sobre mesa onde ha tambem dois cachimbos apagados; e no reverso o valor "her half penny" e a rua "Little Trinity Lane". O

anverso da terceira apresenta uma cabeça de sultão, circundada pelo nome do emissor "Achier Brocas"; e o reverso exhibe no centro uma cafeteira, rodeada pela indicação da via pública, "in Exon" e pela data da cunhagem, "1670". A quarta é a mais artística de todas, pelos duplos círculos centrais e extremos, em fôrma de rosários; no anverso, ha um braço humano, como na segunda acima descrita, segurando uma cafeteira sobre uma chícara mal apoiada na curva interna, e no circuíto immediato "Andrew Vincent Ye. Coffee"; e, no reverso, o valor "1 D" a rua, "House in Friday-Street", e a data, "71". A quinta tem no rosto um homem que despeja do bule café numa chícara, apoiada em sua mão esquerda, circundada essa figura pela indicação "In ts. Bartholomew's Close", e no reverso "His Coffee House" e "William Rossell, 1671". A sexta traz na face um busto de sultão e o nome partido, "Soly-man" (*) e no reverso "Words Coffee House in Bread Street — 1671".

Com figuras tendentes a recordar a procedencia levantina do café, sem data alguma, encontram-se quatro, existentes nas ditas coleções numismáticas. Duas são do "Morat Coffee House in Exchange Alley" e trazem a effigie, por certo idealizada, do sultão (Murad ou Amurath), padroeiro da casa. Na provavelmente mais antiga, diz o anverso "Morat I. great, men did — Call mee"; e o reverso "I conqer all where eare I came", circuitando a seguinte inscrição central: "Coffee. Tabaco. Shorbet. Tea. Chocolat. Retail. in Exchange Alee". Na outra, mais simples, traz o anverso o busto do monarca otomano entre as duas sílabas do nome "Morat"; e o reverso apenas a indicação "The Coffee House in Exchange Alley".

(*) Este "Solyman" de um "jeton" inglês de 1671, não será uma homenagem a Solimão Aga, que fizera servir café aos parisienses, em 1669 e 1670, quando embaixador de Maomé IV perante Luiz XIV?

A terceira, cujo anverso exhibe no centro uma cabeça de odalisca, com a divisa circundante, "The Sultanes — A Coffee House" tem no reverso, em derredor de um escudo heráldico, apenas o letreiro: "In Sweetings Rents — Cornhill" A última deste grupo é octogonal, vendo-se-lhe no rosto, ao centro, um braço humano, semelhante aos anteriores já descritos, que vai pôr uma chícara de café sobre a mesa em que se encontram um almofariz e dois cachimbos, e em derredor "Tho. Dotridge, at. Carter" e na face oposta, ao centro, um busto de sultão, tendo ao lado esquerdo o valor monetario, "I D", e, no circuíto extremo, "Lane. End. near. Creed. Lane".

Duas delas, tambem sem indigitação de data, são dignas de menção especial. A primeira traz no anverso "Richard Tart in Grey" e no reverso "Friers — His half penny"; no centro do rosto, um homem nú, de rabicho trançado e cachimbo fumegante á boca, despeja de um bule certo líquido sobre a taça que segura a sua mão esquerda espalmada; e no interior da face oposta ha duas maiúsculas "R-T", evidentemente as iniciais do emissor, Richard Tart. Mas o rabicho não significará que se trata do líquido da *thea sinensis*, que não do da *coffea arabica*? Ou é que vendia ele simultaneamente as duas bebidas? A segunda nada encerra que respeite ao café; o emblema central do anverso é uma rosa aberta, lendo-se-lhe junto ao cercilho "Mary. Long. in. Rössell", indicação que se liga á do reverso "Street in Covent Garden" com a inscrição interior "Her half penny — M. L.". Como se trata de mulher, explica-se que haja preferido a rosa á flor, folhas e frutos da rubiaceae.

Das cinco restantes, quatro se distinguem pelo braço humano, que ora empunha uma chícara, ora despeja café de um bule, estilizado pelo modelo turco. No anverso da primeira, ha quatro chícaras em máu equilibrio, sobre a mais inclinada das quais quasi entre o bico da cafeteira,

vendo-se em derredor “John Marston. in. Tromp.”, le-
treiro que se completa no reverso, “Inton. Street. Cambr.”;
e no círculo interior, “His half penny” A segunda trói
mais apurado lavor: no centro do rosto, um braço mascu-
lino segurando bem modelado bule de café; e no da face
oposta, sobre um pedaço visível da mesa, duas chícara,
uma taça comprida e dois cachimbos entre-cruzados, —
rezando os letreiros junto ás serrilhas: “Mansfields. Coffe
House” e “In. Shoe. Lane. by. Providence”. Mais
singela é a terceira, cuja inscrição anversal é “House in
Lothebury”, envolvendo uma simples mão, que empunha
bule sem tampa, do qual não se compreende, pela posição,
como possa estar jorrando café na chícara inclinada, que
se apoia, contra as leis do equilibrio, na curva central: e
a outra traz apenas o anuncio do logar, “Coffe. at. the
West. Cuntry” e as iniciais do emissor, “I. S.”, que, to-
davia, poderiam igualmente representar o valor aqui-
sitivo, “I shilling” se este não parecesse demasiado para
tais moédas de curso ilegal. A quarta reza apenas no an-
verso “Richard Lion in y Strand” e traz no reverso, sob
a indicação “His half peny” um leão rompente, des-
pejando o café de pequeno bule, que se lhe prende nas
garras da mão esquerda. A última (erradamente repro-
duzida por W. H. Ukers, pela inversão das faces) tem a
fórma de coração: no rosto, além da mão que segura in-
esteticamente uma chícara, ha a inscrição “Henry Moscot
— At. Ye. Coffe. Hoose. against”, que se conclue no
reverso “Brook House, In Holborn — His half penny —
v. H. F.”.

5) — O CAFE' NAS ARTES INDUSTRIAIS

Foi Philippe S. Dufour, em sua referida obra “Trai-
tez nouveaux et curieux du café, du thé, et du chocolat”
(Lyon, 1671), o primeiro que revelou á Europa, por es-

tampas do seu proprio desenho, a fôrma dos aparelhos destinados ao preparo do café, conforme os vira no oriente (W. H. Ukers, ob. cit., pag. 620).

Introduzida a *coffea arabica* no mundo culto, não tardaram os artistas a aperfeiçoar tudo quanto interessava á util bebida, e pouco a pouco foram surgindo torradores, moinhos, pilões, cafeteiras, bules, pires, chécaras e bandejas, com o sinete da civilização occidental.

Nos museus da Europa, e sobretudo nos da grande república yankee, é que podem ser vistos e admirados os antigos e raros espécimes em uso no oriente, donde foram trazidos para o ocidente, bem como confrontados com os que neste surgiram, desde o século XVII até á hora presente.

No "United-States National Museum" existe bela cafeteira, procedente de Bagdad e feita de cobre, assim como linda bandeja turca. No "Metropolitan Museum" de New-York, ha aparelhos persas e egipcios, de faiança, que se presumem destinados ao preparo e serviço do café; e possui o mesmo moínho, de origem oriental, de bronze e madeira tauxiada, que, além de ornamentado com florões, é ornado de pedras vermelhas e verdes, facetadas, attribuindo-se tal labor a um desenho indú-persa do século passado.

Onde mais se exerceu a arte industrial européia, com relação a aparelhos de café, foi no tocante ás cafeteiras e bules.

Affirma Charles James Jackson ("Illustrated history of English plate") que não se diferenciavam umas das outras, na Inglaterra, as primeiras chaleiras, chocolateiras e cafeteiras, e as estampas, que ele fornece, de tres peças de 1670, 1681 e 1689, bem lhe confirmam o asserto. As duas primeiras são gravadas e pertenceram á "East-India Company", sendo a última de propriedade do rei

Jorge V. Conhece-se ainda uma cafeteira inglesa do século XVII (1691), em forma de lanterna e pertencente a H. D. Ellis, também ornamentada. Pelas marcas, sabe-se que foram fabricadas por Francis Gorthorne e George Gorthorne. O referido Ellis, que estudou a numismática dos "Coffee Houses" londrinos e os antigos aparelhos de café ("Proceeding of the Society of Antiquaries", second series, 1899, vol. XVII, n.º 2, pag. 390), atribui também à mesma centuria um lindo bule de porcelana, todo ornado de flores, que se supõe ter sido fabricado na China, por modelo inglês, assim como um azulejo de Delft, denominado "Dish of coffee boy" que representa um criado, de avental, servindo o café, vendo-se na mesma uma tigela e comprido cachimbo emborcado, e atrás dela uma botija e um bule. As cafeteiras do século XVIII revelam cada vez mais primor e variedade, à medida do progresso da centuria excepcional. Conhecem-se cafeteiras feitas de pó de pedra, uma devida a Elers (1700), outra a Astbury, e a terceira datada de 1725, existentes no "British Museum". No "Victoria and Albert Museum", ha duas cafeteiras, ambas de prata, uma feita por Folkingham (1715 ou 1716), e a outra por Wastell (1720 ou 1721), esta última de corpo octogonal. As de lord Swaythling (1731) e de Vincent (1738), também de prata, ostentam acentuado gosto artístico, principalmente a primeira, pelas linhas torcicoladas. Conhecem-se ainda uma irlandêsa (da coleção Moore-Brabazon), de 1760, deselegante, embora cheia de ornamentos, duas decoradas com folhas e guirlandas, de asas e bicos finamente lavrados (uma de 1773 ou 1774 e a outra de 1776 ou 1777), de fabricação inglêsa, e a da viscondessa Wolseley, ainda do século XVIII. Os cinco bules de porcelana, de varias formas e desenhos, reproduzidos por W. H. Uken (ob. cit.) á pag. 606, parecem ser de chá, que não de café. Não assim os com que o mesmo autor ilustra a

pag. 610, — quatro peças de prata, fabricadas em Sheffield, das quais um artístico bule com guirlandas, no bojo e abaixo da tampa, e uma ânfora, com torneira, para depósito de café líquido, cuja tampa representa uma pinha sobre folhas.

Da lavra italiana, é curioso o torrador, de ferro batido (W. H. Ukers, pag. 600), atribuído ao século XVII. É verdadeira obra de arte, com motivos decorativos que traem o estilo florentino. Sobre a tampa exhibe-se uma papoula, do mesmo metal. E no “Metropolitan Museum”, new-yorkense, existe um lindo aparelho de porcelana, fabricado em Capodimonte (Italia), que se tem como do século XVIII, com seis peças, todas de delicado labor nas figuras, paisagens, florões e linhas geométricas.

Na França, chegou o luxo ao ponto de se fabricarem bules de ouro, destinados ao café, naturalmente para a copa dos reis e dos potentados. Lazare Duvauz vendeu tres a Luiz XV (em 1754 e 1755), por 1.950, 1.536 e 2.400 francos, respetivamente. No Museu de Cluny (Paris), ha um moínho de café, sobre cuja tampa estão representadas as quatro estações do ano. Parece que pertenceu a mme. de Pompadour, em cujo inventario ha a descrição de outro, feito de ouro, ornamentado com um ramo de *coffea arabica*. Possui o “Metropolitan Museum” dois bules de porcelana, para café, um de La-Seine (1774), e outro de Sèvres (1792), dos quais é mais bonito o primeiro, pelo contraste das côres e pelo bico de fórmula animal. Obra de raro mérito artístico é o bule de café, feito de prata e premiado em 1886, que se vê estampado no livro de W. H. Ukers (pag. 612), pois que, além da ornamentação de folhagens e das curvas da asa, apresenta duas figuras, uma de mulher e outra de anjo, admiravelmente modeladas e de graciosas atitudes.

O citado autor ainda reproduz em ilustrações (páginas 622 e 623) alguns bules flamengos, holandeses, alemães e russos, dos séculos XVII e XVIII, espécimes existentes no "Metropolitan Museum". Bojudos e de tampas em geral feias, assim como os bicos, não merecem grande apreço. De todos eles, distinguem-se apenas um russo, pela guirlanda que lhe circula o bojo, e um belga, pela originalidade da asa, que representa uma cobra.

Encontram-se ainda no "Metropolitan Museum" dois exemplares típicos da arte germânica e da cerâmica ibérica. O primeiro é uma cafeteira fabricada em Viena (1830), de bojo amplo, asa singela e pequeno bico, mas profusamente ornamentada de folhagens, sobre que poucam aves. A segunda é um bule espanhol, atribuído ao século XVIII (W. H. Ukers, pag. 609), que, pela matéria prima e pelo formato singular, — bojo largo, semi-quadrado, de que emerge uma quadrela, asa em reta e comprido bico, apenas recurvado na ponta, todas essas partes cobertas por arabescos, — patenteia a influencia da arte mourisca (*).

Os primeiros aparelhos para o serviço de café, fabricados de prata e em uso nas colonias inglesas da América-do-Norte, logo depois que se introduziu ali o fruto da rubiacea, foram devidos a artistas britânicos, vindos pela corrente migratoria. Não se distinguiam, a princípio, dos que eram empregados para o chá. Alguns desses exemplares podem ser vistos no "Metropolitan Museum"

(*) H. E. Jacob (veja-se edição inglesa de sua obra, ilustrações entre pags. 160-161) menciona mais os seguintes produtos de arte industrial, relativos ao uso do café: linda cafeteira de ouro e esmalte, feita em 1701 para Augusto-o-Forte, rei da Saxonia e da Polonia, por Melchior Danglinger; cafeteira inglesa, fabricada em 1681; moínho, cafeteira e açucareiro, do tempo de Luiz XV.

(coleções Halsey e Clearwater). Muitos figuram em estampas da obra de Francis Hill Bigelow, "Historic silver of the Colonies". As mais antigas, como as de Pygan Adams (1712-1776), de Jacob Hardy (1702-1758), de Paul Revere (1735-1818), e de William Shaw e William Priest (feita para Peter Faneuil em 1751 ou 1752), assemelham-se às cafeteiras singelas, usadas no Brasil, das quais se distinguem apenas pelas variedades de curvas e ornatos das asas, como ainda pelos bicos, em geral imitando os de aves de rapina. Das tres cafeteiras de Paul Revere (1735-1818), existentes nas coleções yankees (W. H. Ukers, pags. 610 e 613), uma acusa originalidade artística, que não teve imitadores, pois a vasilha assenta sobre tres pés, terminados em garras. Em tais utensís trabalharam ainda outros ourives norte-americanos, Samuel Minott, Myer Myers, Charles Faris, John Mac-Mullin e James Musgrave, em plena atividade no final do século XVIII, assim como G. Aken e Anthony Rasch, do primeiro quartel do século XIX, e Garrett Eoff (1785-1850). Parece que a transição de uma para outra dessas centurias, quanto ao progresso artístico, foi devida a Ephraim Brasher, cujo nome se lê no "New York City Directory" de 1786 e 1805. A elegante cafeteira de sua manufatura (coleção Clearwater), estampada na obra de W. H. Ukers (pag. 611), serviu provavelmente de modelo aos fabricantes de tal especialidade, que vieram depois. Ha ainda nos Estados-Unidos da América-do-Norte tres inestimaveis reliquias, ligadas ao café e á história yankee (W. H. Ukers, pags. 512-614, 617 e 690): a urna destinada a depósito de café líquido e que se presume feita em Sheffield, a qual pertenceu á "Green Dragon Tavern" onde se faziam ouvir patriotas da liberdade yankee (hoje na coleção da "Bostonian Society"); o moínho de café (muito simples), que pertenceu a George Washington e á sua esposa; e a singela cafeteira, de que habitualmen-

te se servia Abraham Lincoln em New-Salem (atualmente em poder da "Old Salem Lincoln League" de Petersburg, por doação de mrs. Saunders).

6) — O CAFE' NA MÚSICA

a) *A primeira cançoneta sobre o café* — A mais antiga composição musical, respeitante ao líquido da *coffea arabica*, appareceu em França e remonta a 1711, porquanto nesse ano foi que obteve o *placet* da competente autoridade policial de Paris, Voyer d'Argenson, e tanto pôde circular impressa, quanto ser cantada em público. Reproduziu-a fac-similarmente W. H. Ukers (pag. 596). E' uma cançoneta intitulada "Le café" a qual mereceu musicada para piano por H. Colet, professor de harmonia do Conservatorio da capital franceza. Não se conhece o autor da letra, talvez algum dos muitos inspirados das musas (quando não as maculavam de surpresa), que lucilaram ali no primeiro quartel do século XVIII, à sombra do fulgor do "Roi-Soleil" Eis a poesia, que deve ter sido a melhor propaganda então feita em prol do uso do café, pela feição de receita médica, que a carateriza:

"Si vous voulez sans peine
Vivre en bonne santé,
Sept jours de la semaine
Prenez du bon café.

Il vous préservera
De toute maladie.
Sa vertu chassera, là, là,
Migraine et fluxion, don, don,
Rhume et mélancolie"

Louis Fuzelier (1672-1752), dramaturgo do século XVIII, traçou em rimas o panegírico do café, e a sua canção foi posta em música por Nicolas Bernier (1664-1734). Dá-la-ei em tradução minha, não muito ao pé da letra, mas sem que me arvóre em *traditore* do seu pensamento:

“Café, — licor vindo talvez do céu, —
 Quem te não bebe, ignora o que é sidereo,
 Pois extendeste o teu pujante imperio
 Por toda parte onde reinou Linêu.

Néctar celeste,
 Doce bebida,
 Só tu me déste
 O encanto mais feliz da minha vida.

És o eficaz remedio
 Que nos aumenta a efêmera existencia,
 Pois nos dás resistencia
 Contra o sono e a preguiça e contra o tédio.

Néctar celeste,
 Doce bebida,
 Só tu me déste
 O encanto mais feliz da minha vida.

Licor que adoro,
 Castália da poesia,
 Mesmo aos deuses em côro
 Apraz tua ambrosia.

Faze, sem tréguas, guerra
 Aos tóxicos mortais!
 Derrama em toda a terra
 Aromas celestiais!

Licor que adoro,
Castália da poesia,
Mesmo aos deuses em côro
Apraz tua ambrosia”

b) — *Uma opera-cômica francesa sobre o café* — A última produção francesa, dentre as que tomaram o nome da inspirativa rubiacea, foi a opera-cômica em um ato, libreto de Henri Meilhac (nascido em 1831) e música de Deffès, cuja bem sucedida audição primeiro se realizou em Ems, em 17 de agosto de 1861, seguindo-se-lhe a do Teatro Lírico de Paris, a 16 de novembro do mesmo ano, com êxito não menor (v. “Dictionnaire lyrique” por Félix Clément et Pierre Larousse, Paris, s. d., pag. 129). Idealizou Meilhac certo episodio romanesco, que deu como ocorrido durante a juventude de Luiz XV.

A ária deste, assim começada:

“C'est un enfant,
Qui s'est endormi sous ma garde...”,

foi a que mereceu mais aplausos. E o partiturista aproveitou para esse trabalho, acomodando-os ás copias do librettista, alguns trechos de Lulli e de Rameau.

c) — *O café na ópera italiana* — A música italiana não podia deixar em completo olvido a bebida oriental, que serviu de motivo, — não em si mesma, porém nas casas e pessoas que a vendiam, — a alguns dos muitos compositores que floresceram durante o final do século XVIII, na patria de Pergolese e de Rossini.

Conhecem-se nada menos de cinco óperas italianas de tal origem, que são as seguintes, em ordem cronológica (convindo se note que o “Dictionnaire lyrique” acima citado, só lhes dá os nomes dos partituristas):

1.^a — “La caffetiera di spirito” música de Caruso, representada em Brescia em 1777;

2.^a — “La caffetiera di spirito” música de Dussek, representada em Milão em 1780;

3.^a — “Il caffè di Barcelona” música de Fabrizi, representada em Barcelona em 1788;

4.^a — “La caffetiera” música de Weigl, representada em Viena por volta de 1788;

5.^a — “Il caffetiere” música de Raimondi, representada em Nápoles por cerca de 1839.

Dou como “italianas” as óperas musicadas por Dussek e Weigl, por fiar-me na afirmação assim feita pelos autores do referido “Dictionnaire lyrique”.

d) — *O café na comédia com ou sem música* — Na comédia “The Coffee House”, parcialmente imitada da de Rousseau (“Le Café”, escrita por este para satirizar o “Café Laurent” de Paris, que era frequentado por ele, Fontenelle e outros, e publicada em 1694) e representada no “Royal Theater” de Londres, em 1737, incluiu James Miller algumas cançonetas, uma das quais, a final, é interessante, pela audacia crítica. Vou transcrevê-la, vernaculizada livremente por mim, mas sem desacato ao pensamento do autor, podendo ser lida no original, acompanhada da respectiva música, devida a Caret, na citada obra de W. H. Ukers (pag. 555):

“Só num café é que se encontram os prazeres!
Aqui se sabe como gira todo o mundo:
O riso, o canto, a pabulagem de mulheres,
Ouvem-se aqui, onde até o beijo é mais jocundo.

Aqui, o devasso, que anda a trancos e barrancos,
 Póde gozar, beber, dormir e ficar velho;
 E o efébo, que não traz ceutil nos dedos brancos,
 Póde ganhar o com que compre um lindo espelho.

O esculapio, — da hórrida morte fiel amigo, —
 Acha aqui, á farta, muito pús para o escalpélo:
 E o militar, que treme todo ante o perigo,
 Aqui terá refugio certo para o pêlo.

Todo legista, que procura presa boa,
 Ha de aqui, logo, descobrí-la, sem ser Argos;
 E o político aqui dirá contra a corôa
 Horrores, desde que não perca os próprios cargos.

Qual o nobre, que a vir aqui, para o deleite
 De tudo que imagine, acaso não se afoite?
 Quem ha que a taça de ambrosía assim enjeite?
 Para o nosso café, vinde, pois, toda noite!"

Vamos aproveitar o ensejo para arrolar aqui todas as peças teatraes influenciadas pela *coffea arabica*, as quais chegaram até agora ao nosso conhecimento. São as seguintes, em ordem cronológica:

1) *Thomas St. Serf.* — "Tarugo's wiles, or the Coffee-House" (1667);

2) *Jean-Baptiste Rousseau* — "Le Café — Comédie" (París, 1684);

3) *Dancourt* — "La foire Saint-Germain — Comédie". Foi representada em París no ano de 1696;

4) *Susannah Centlivre* — "A bold stroke for a wife". Foi escrita por volta de 1719;

5) *Henry Fielding* — “The Coffee-House politician, or justice caught in his own trap”. Foi lucubrada em 1730;

6) *James Miller* — “The Coffee-House”. Esta comédia, como vimos acima, foi á cena em Londres no ano de 1737;

7) *Carlo Goldoni* — “La bottega de caffè”. Foi elaborada em 1750. Goldoni fez referências ao licor da rubiácea abissínia, em outras comédias da sua lavra;

8) *Voltaire* — “Le Café, ou l’Écossaise”. Esta comédia foi escrita com o pseudônimo do *Mister Hume* e dada como traduzida do inglês. O certo, entretanto, é que, logo depois de aparecer, foi vertida para a lingua inglesa, sob o título “The Coffee-House, or fair fugitive”;

9) *Galuppi* — “Il caffè di campagna” peça musicada, vinda a lume na Itália em 1762;

10) *Moratín* — “La comedia nueva ó el café”. Leandro Moratín (1760-1828), agnominado “o Molière espanhol”, e cuja obra-prima é a linda peça “El sí de las niñas” escreveu o seu trabalho, em cujo título aparece a *coffea arabica*, afim de satirizar o seu inimigo Comella, autor de “El negro sensible”;

11) *Tristan Bernard* — “Le Petit Café — Comédie en trois actes” (París, 1912);

12) *Mary P Hamlin & George Arliss* — “Hamilton” peça representada nos Estados-Unidos em 1918. E’ um trabalho histórico, em que entram também as figuras de Monroe e Jefferson, e cujo principal cenário é o “Exchange Coffee-House” de Filadelfia;

13) *Harold Chapin* — “The autocrat of the Coffee-Stall”, peça em um ato, publicada em New-York no ano de 1921.

e) *A mais bela composição musical sobre o café.* — Mas a composição mais célebre, das poucas devidas á divina arte dos sons e concernentes á *coffea arabica* no mundo culto, é de fonte germânica e traz o timbre de um dos maiores músicos dos tempos modernos.

Na primeira metade do século XVIII, sofreu o café na Alemanha (onde entrou em 1670, tendo sido aberta em 1679 a primeira casa pública para a sua venda em chécaras), a mais crúa e injusta hostilização. Acusavam-n-o os homens de esterilizador das mulheres e estas arguiam-n-o de anafrodisíaco do sexo *soi-disant* forte. Abalou-se com tais aleives o escol da gravibunda e fecunda ciencia tudesca, e generam ali os prelos na parturição de memorias químicas e biológicas, umas contrarias e outras favoraveis aos desarrazoados e escandalosos apódos, de que era vítima a deliciosa bebida, inocente no caso em questão, ou pagando, como o holandês, um peccado que não cometera e que os continuadores de Adão e Eva deviam menos insensatamente attribuir a causas outras, de mais cunho de probabilidade e de mais facil demonstração por parte dos estudiosos e provectoros sabios barbados.

Quando essa minacíssima léva de saias e broquéis, — que já durava bastante tempo, — chegou ao ponto de maior bulha e parecia não mais acabar, apiedou-se Euterpe (ainda estava em muita voga, por aquelas bandadas, a mitologia greco-romana) da sorte do café e sc-prou a um dos seus mais queridos adoradores, — dela e do café, — o melhor meio de fazer triunfar a bebida oriental contra os arranques de tão tenazes, impudicos e vesânicos inimigos.

Póde-se afirmar que a música moderna teve por fundadores dois alemães (Bach e Haendel) e um francês (Rameau), vindos quasi simultaneamente ao mundo. Os

tudescos nasceram ambos em terra saxonia e no mesmo ano (1685), o primeiro em Halle e o segundo em Eisenach.

Johann Sebastian Bach (nascido em 1685 e falecido em 1750) foi o mais ilustre de uma familia de artistas que se reunia em data certa em torno da mesma mesa e na qual se contavam ás vezes mais de cem músicos. Já o aureolava a fama universal, — pois beirava os cincoenta anos e não pequena era a bagagem das suas composições, consagradas pelos aplausos da Europa, — quando, para pôr termo jocosamente á deploravel campanha movida em sua patria á saborosa e tonificante infusão da *coffea arabica*, lucubrou a sua “Coffee Cantata”, publicada em Leipzig em 1732. Integrou-se, sob o numero 211, nas “Cantatas seculares” da sua autoria. Vem reproduzido fac-similarmente um trecho dela no “All about coffee” (pag. 598) de W. H. Ukers. E’, como assevera este escritor, a mais notavel contribuição conhecida para a “música do café”

Vulgarizou-se de pronto na Alemanha, onde se tornou conhecida pela expressão imperativa e inicial “Schweig stille, plaudert nicht!” (isto é, “Guardae completo silencio, não tagareleis!”), do libreto de Picander. Elaborada para tenor, soprano, baixo e orquestra, — essa opereta-bufa de Bach, uma das suas raras composições de tal gênero, revela quanto poderia ele ter tambem brilhado na exploração do vêio artístico joco-serio. A’ grafia alemã “Caffee” (ou “Kaffee”) preferiu ele, aí, a inglesa “coffee”, que aliás se encontrava tambem em algumas obras tudescas daquela época, escritas em vernáculo, e mais próxima do étimo latino, *coffea*, predileto dos cientistas coévos.

E’ curto o libreto e simples a sua ordidura. Schlendrian, genitor de Liessgen e adversario da bebida oriental, a que a filha se arraigou, emprega todos os recursos

imagináveis do seu patrio poder no sentido de tirar-lhe o que tinha ele em conta de perigoso vício. Baldando-se-lhe todas as ameaças ante a resistencia da moça, já em idade de maridar-se, lembra-se, por fim, o pai de coagí-la a perpetuo celibato, caso persista ela no uso diario da infusão negra. Aí, a jovem, que está ansiosa por um noivo, céde ao tremendo rigor paterno. Mas Schlendrian, rejubiloso da vitoria difficilmente alcançada, averigúa, no mesmo instante, que a sua respeitavel consorte e a sua veneranda mãe tomam diariamente tanto café, quanto a galante Liessgen. E, impotente para castigar a cara-metade e para desrespeitar as cãs da matriarca, não sendo homem de dois pesos e duas medidas diferentes, deixa que todo o mulherío do seu lar continúe a libar a aromática beheragem, sem que a graciosa Liessgen fique, por isso, privada do valente marido, por quem lhe suspira o coração apressado.

Tudo se passa com tres personagens: um mensageiro (“tenor”), Schlendrian (“baixo”) e Liessgen (“soprano”).

Eis a tradução libérrima do libreto (feita por mim, toda em rimas, sobre a versão inglesa, toda em prosa, que vem na obra de W. H. Ukers, pags. 597-598), na qual fica integralmente respeitado o pensamento original, tendo eu, contudo, trocado o nome da protagonista para “Beatriz” (a exemplo do tradutor inglês, que preferiu “Betty” a “Liessgen”), assim como o do pai desta para “Gonçalo” (por causa de conhecido proloquio lusitano, quanto ao mando da casa):

Johann Sebastian Bach — “Coffee-Cantata” — (N. 211 das “Cantatas seculares”)

Personagens	{	O mensageiro (“tenor”)
		Gonçalo (“baixo”)
		Beatriz, filha de Gonçalo (“soprano”)

ATO ÚNICO

Cena I

O MENSAGEIRO

Guardai completo silencio,
Cessai de borborinhar!
A Gonçalo, — nada vence-o.
Quem sabe o que se vai dar?
Aí vem, com sua filha
Beatriz. Em que furia está!
E' urso numa armadilha.
Ouvi como grunhe lá!

GONÇALO

(Que entra berrando)

Quantos vexames, quantos desgostos,
Não causam filhos, quando dispostos
Contra os prudentes, zelosos pais!
Não fosse a patria, que quer soldados,
Eu.. ah! de filhos, assim malvados,
Nenhum quizera, nunca, jamais!

Tenho uma filha só, Beatriz, tão linda,
Mas, neste instante, faz tão pouco ainda,
Como com o velho pai se mostrou crúa!
Os filhos eram bons nos tempos idos...
Falo a Beatriz e não me presta ouvidos;
Até pareço um cão ladrando á lua!

Para bem dela,
Dei-lhe uma ordem formal. Bateu-me o pé,
E esbravejou com feminil loquêla,
Tudo por causa do café...

(Dirigindo-se a Beatriz, que entra em cena, tomando café, numa xícara já pela metade):

Ah! filha malvada,
Endemoninhada,
E mal educada!

Quando é que has de, afinal, obedecer-me,
Pedacinho de gente, tão inerte,
E semelhante a venenoso verme?
Quando é? Quando é?
Já, sem demora,
Já, joga fóra
Esse café!

BEATRIZ

O' papaizinho de meu coração!
Não fiques comigo zangado, oh! não!
Se eu não tomar café,
De manhã cedo, do meu leito ao pé,

Depois de almoçar,
Depois de jantar,
Sinto-me entanguida
E ressequida,

Qual uma péle de leitôa
Assada á tôa..
E, se eu não o beber nunca mais, fico louca,
Ou morro sem tardar, com agua na bocca.

(Ária, depois de ter tomado mais uns golinhos de café):

Ah! que dulcíssimo este mel,
Que dessedenta os meus desejos!
E' preferível a mil beijos
E ainda melhor que o moscatel!

Somente nele tenho fé.
A quantos me quizerem bem
Peço me dêem, me dêem, me dêem
Café, café, café!

GONÇALO

Se não deitares, já, fóra, pela janela,
Esse negro licor, nocivo á humanidade,
Has de viver, aqui, presa, qual numa cela,
E nunca mais irás ás festas da cidade..

BEATRIZ

Nenhuma falta me farão festas...
De nenhum crime não sou eu ré,
Veja eu o dia tão só por frestas,
Porém que tome sempre café.

GONÇALO

Tu não passas, bem sei, de macaquinha
Da gente ignara desta urbana roda.
Desobediente assim, tu, filha minha,
Não ganharás mais um vestido em moda.

BEATRIZ

Não faço caso de farrapos...
Ainda que eu ande núa, até,
Ou recoberta só de trapos,
Não! não prescindo do café!

GONÇALO

Nem sequer mais um dia a esta janela
 Has de chegar. É aceitas andar núa?
 Tens de menos, por certo, uma aduêla.
 Sem juízo assim, não verás mais a rua.

BEATRIZ

Estou ligando muito a isso.
 Resta me ponhas na polé,
 Sem me privares do feitiço,
 Que para mim é. o café!

GONÇALO

Eu quizera até dar-te o setestreló...
 Mas de mim não terás nem uma fita,
 Ou prateada ou dourada, a mais bonita
 Para enfeitar-te o louro do cabelo.

BEATRIZ

Creio que fico bem mais linda,
 E mais airosa, olé, olé,
 Tomando sempre, sempre, ainda
 Mais o balsâmico café!

GONÇALO

Teimosa filha, que a perder me deitas,
 Que me eriças as cãs e mas ofendes!
 Então de todo tu não me respeitas?
 Então tu não me acatas, nem me atendes?

(*Aria, em aparte*)

Ah! De toda a obstinação,
 Que esparsa no mundo houver,
 E', sem dúvida, a mulher
 A personificação.
 E a uma rosa em botão
 Quanto me custa vencer!
 Mas... achei! Ela é mulher:
 — Vou visar-lhe o coração.

(*Continuando, com feição de quem está seguro do triunfo*)

Já se me foi toda a paciência.
 Para punir, eu sou bem rijo.
 Bastante o sabes, ó Beatriz!
 Então me negas obediência?
 Eu não a peço. Agora a exijo,
 Senão serás muito infeliz!

BEATRIZ

Meu labio quasi me fica mudo,
 Pois já difícil me é responder-te..
 Mais que eu humilde, meiga, quem é?
 Ouvi-te sempre, por tudo e em tudo,
 E estou bem firme no obedecer-te,
 Exceto apenas quanto ao café...

GONÇALO

Ah! Queres continuar nessa teima comigo?
 Pois a última palavra, agora, é que te digo,
 E nela põi, Beatriz, enfim, o teu sentido:
 — Solteira ficarás, sim, por noites e dias
 Sem termo, qual a grei das tuas velhas tias,
 E nunca apertarás nos braços um marido!

BEATRIZ

(Visivelmente consternada)

Oh! triste sorte!
 Prefiro a morte
 A esse castigo que me impões, meu pai!
 Ficar solteira, — é o desespero, o inferno...
 Sempre foste tão bom, sempre tão terno...
 Jura que estás brincando..

(Observando o semblante severo de Gonçalo)

Meu Deus! Ai!..

GONÇALO

Juro-te, pelo que ha de mais sagrado,
 Desde que a isto me vejo constringido,
 Que tu nunca terás um noivo amado,
 Nem verás nunca a sombra de um marido!

BEATRIZ

Papaizinho do meu coração,
 Eu não te contrariarei mais, não!
 Na tua filha podes ter fé.
 Deixarei meu querido licor,
 Pois nasci para o amor, para o amor.
 Que me importa tomar mais café?

Eis-me vencida, papaizinho!
 Dá-me, depressa, um maridinho,
 De quem eu viva sempre ao pé!
 Por ele só, tudo eu olvidado. .
 Ah! só por causa de um marido
 E' que abandono o bom café!

GONÇALO

Até que enfim! Reduzi-te á razão..
Conheces quanto é bom meu coração,
O' dileta Beatriz,
Única filha minha e meu anjinho!
Bem depressa vais ter um maridinho,
Vaes ser muito feliz!

BEATRIZ

(Aria)

Hoje mesmo, hoje, meu papai querido,
Que hoje cumprida essa promessa seja!
Estou aflita para ter marido:
Quero, em vez de café, banho de igreja!

(Acabando de ouvir isto, retira-se Gonçalo para o interior da casa, e Beatriz continúa):

Foi-se embora.. Será que ele se afoite
A sair já, para os precisos passos?
Oh! que bom, se eu dormir, ainda esta noite,
De um maridinho nos robustos braços!

(Sáí Beatriz, tambem para o fundo)

Cena II

O MENSAGEIRO

Gonçalo vai buscar noivo,
Seja um cravo, seja um goivo,
Para a formosa Beatriz.

E ele não sabe, — o coitado!, —
Em que logro preparado
Anda a cair, por um triz.

Ela contou-me, em segredo,
Que do pai não tem mais medo
E que ha de ver-lhe o carão,
Pois ao esposo, para o ato
Nupcial, imporá contrato,
Com a seguinte obrigação:

— Fornecer-lhe (quanto é sabia!)
O famoso grão da Arabia,
E encher-lhe com o mesmo o lar;
E deixá-la na ambrosia,
Quer de noite, quer de dia,
A infinda sêde saciar.

*(Tornam á sala Gonçalo, abatido, e Beatriz, radiante de
contentamento. Cantam em côro com o mensageiro)*

TRIO

Não pôde o gato abocanhar o rato...
Tudo quanto é mulher, aqui, toma café!
Parece que entrou nisso a propria fé
E de "Irmãs-do-café" já celebraram pacto.

Toma café a avó,
Tomam café as tias,
E a mãe, ha poucos dias,
Quasi lhe engole o pó. .

Como é que da armadilha
Ora o ranzinza saí?
— Café não negue á filha,
Nem noivo, o velho pai!"

Refere W. H. Ukers (ob. cit., pag. 597) que essa "cantata" de Bach foi ouvida num concerto, realizado em Nova-York a 18 de dezembro de 1921, promovido ali pela "Society of the Friends of Music" e regido pela batuta de Arthur Bodansky. E' de crer que tenha sido muito aplaudida pelos amigos da música e do bom café a singular e sugestiva composição do século XVIII, alguns trechos da qual são lindos até nos versos da rebarbativa e guturalizada lingua original, como, por exemplo, o começo da primeira ária de Liessgen:

"Ei! wie schmeckt der Coffee süsse,
Lieblicher als tausend Küsse,
Milder als Muscatenwein!" (*).

(*) Na exaustiva biografia da lavra de Albert Schweitzer, "J. S. Bach" (Paris-Leipzig, 1905), que acabo de ler, depa-raram-se-me informes interessantes sobre a composição do grande músico. Vou traduzi-los, afim de que se completem e esclareçam os que deixei acima. Diz ele o seguinte (pags. 231-232):

— "A cantata relativa ao café (Bach, como verdadeiro saxonio, escreve "Coffee") deveu-se a uma idéia de Picander. Já em 1727 havia este publicado uma sátira, em que conta que o rei da França proibira o uso do café e que, por efeito dessa ordem, o povo de Paris morria em massa, como dizimado pela mais terrível das epidemias. Diga-se, de passagem, que foi em Paris, em 1703, que apareceu a primeira cantata inspirada pelo café. Spitta menciona uma cantata alemã, datada de 1716, sobre o mesmo assunto. Intitula-se a cantata de Bach: "Schlendrian mit seiner Tochter Liessgen". O pai Schlendrian quer desabilituar do café a filha Liessgen, uma adoradora da negra bebida, uma "Caffeeschwester" ("Irmã-de-Café"), como se diz em alemão. Baidaram-se-lhe promessas e ameaças. Enfim, promete ele a Liessgen um marido, o que parece fazê-la ceder; mas, apenas sá Schlendrian a buscar-lhe o prometido esposo, faz ela o voto de não casar senão com quem, no contrato nupcial, se obrigar a deixar-lhe a plena liberdade de tomar café, tanto e tão frequentemente, quanto lhe aprouver. E' o melhor de

Como nesta privilegiada terra brasileira, que fados propícios transformaram em Canaã da *coffea arabica*, ainda não apareceu, infelizmente, até agora, um musicista que tomasse o café, — não somente em chécaras, porque isso toda gente boa o faz neste país, — mas para o motivo de uma composição semelhante á do grande artista germânico, — conviria que, a exemplo da república yankee, se puzesse em cena a opereta de Bach (trasladada á nossa lingua por quem melhor do que eu o consiga), em São Paulo, para servir de incentivo aos artistas nacionais.

Aí fica a lembrança de quem, — convencido de que uma boa parte da civilização desta grande patria é devida, do século passado para cá, á rubiacea oriental, — deseja se preiteie a mais alta homenagem ao café, com letra e música genuinamente brasileiras.

7) — O CAFE' NA POESIA

a) *Na poesia estrangeira* — Já no crepúsculo do século XVIII, para a alvorada do XIX, tres poetas franceses como que porfiaram em exaltar as virtudes da bebida oriental.

todos os libretos de Picander. Quanto á partitura, ninguem poderia imaginar que, saindo da órbita das grandes cantatas, pudesse Bach escrever tão facilmente uma verdadeira música á Offenbach. Sem mudança alguma, poder-se-ia fazer desta cantata uma opereta em um ato. Além disso, foi esta uma das raras cantatas que, em vida do mestre, se representaram fóra de Leipzig. A "Gazeta de Francorft", de 7 de abril de 1739, — é Spitta quem assinala esse fáto, — anunciou um espetáculo, que teria sido dado ali por um músico estrangeiro, no Kaufhaus ("Palacio do Comercio"). Ter-se-ia representado, entre outros, o drama "Schlendrian mit seiner Tochter Liessgen". Não pôde ser outra senão a obra de Bach, apesar de não vir ali o nome do autor da peça".

Rosset (Pierre-Fulcran de Rosset, magistrado, falecido em 1788), no seu longo poema, em seis cantos, intitulado "L'Agriculture" depois de atribuir erradamente á patria de Maomé a naturalidade da maravilhosa rubiacea, — pois lhe chama "a singular bebida dos grãos do Yêmen". "o perfumado café, que nasce na Arabia, onde consola a vida dos anacoretas" — foi talvez o primeiro a acentuar o papel do negro e odoroso líquido como tônico da intelligencia. Eis o que disse ele (a versão é de M. M. Barbosa du Bocage, em "Poesias" ed. de Lisboa, 1853, t. V. pag. 257):

"Néctar cheiroso, de calor suave,
Que acende o genio, o coração reanima. . ."

Com ele consoou em tal justo encomio Castel (René-Richard-Louis Castel, 1758-1832, e que, além de citado, foi botânico), autor do poema "Les Plantes" 1811 (em quatro cantos e que se sabe ter sido composto entre 1792 e 1797), como se vê dos dois seguintes versos (a tradução é ainda de Bocage, ob. cit., t. cit., pag. 136):

"Deleitoso café, o engenho espertas!
Valem teus sucos a Permésia linfa!"

Em toda a literatura francesa o mais célebre cantor do café, pela sinceridade, entusiasmo e casticidade das rimas, foi indubitavelmente Jacques Delille (*). Esse culto, operoso e benemérito padre, nascido em 1738 e falecido em 1815, notabilizou-se por tres poemas descriptivos: —

(*) Conforme se lê em W. H. Ukers (ob. cit., pag. 548), houve ainda outro poeta do classicismo francês. Marseilles, o qual entoou tambem um hino ao café. Acha-se este num trecho do canto IV do seu poema "La grandeur de Dieu dans les merveilles de la nature".

“Les jardins” (1784), “L’homme des champs” (1802) e “Les trois règnes de la nature” (1809). São novas e sugestivas “Geórgicas” das quais o mais belo florão é, certamente, o poemeto consagrado á bebida tirada da rubiacea oriental. Ei-lo na sua íntegra:

“LE CAFÉ

Il est une liqueur, au poète plus chère,
 Qui manquait à Virgile et qu’adorait Voltaire:
 — C’est toi, divin café, dont l’aimable liqueur,
 Sans altérer la tête, épanouit le coeur.
 Aussi, quand mon palais est émoussé par l’âge,
 Avec plaisir encor, je goûte ton beuverage.
 Que j’aime à préparer ton nectar précieux!
 Nul usurpe, che moi, ce soin délicieux.
 Sur le réchaud brûlant, moi seul, tournant la graine,
 À l’or de ta couleur fais succéder l’ébène;
 Moi seul, contre la noix qu’arment ses dents de fer,
 Je fais, en le broyant, crier ton fruit amer;
 Charmé de ton parfum, c’est moi seul qui dans l’onde
 Infuse à mon foyer ta poussière féconde,
 Qui, tour à tour calmant, excitant tes bouillons,
 Suis d’un oeil attentif tes légers tourbillons.
 Enfin, de ta liqueur lentement reposée,
 Dans le vase fumant la lie est déposée;
 Ma coupe, ton nectar, le miel américain,
 Que du suc des roseaux exprima l’africain,
 Tout est prêt; du Japon l’émail reçoit tes ondes,
 Et seul tu réunis les tributs des deux mondes.
 Viens donc, divin nectar, viens donc, inspire-moi!
 Je ne veux qu’un désert, mon Antigone est toi!
 À peine j’ai goûté ta vapeur odorante,
 Soudain de ton climat la chaleur pénétrante
 Agite tous mes sens; sans troubles, sans cahots,

Mes pensées plus nombreux accourent à grands flots;
Mon idée était triste, aride, dépouillée;
Et je crois, du génie éprouvant le réveil,
Boire dans chaque goutte un rayon de soleil!"

Analisando-se esse curioso poemeto, vê-se que o preparo da bebida ainda obedecia ao costume oriental: era, realmente, uma infusão, e não uma decoada, como a que usamos geralmente. E, além de se preferir, até áquelle tempo, a chícara de porcelana do Japão (quem sabe se também de Macau, trazida pelos portugueses?) à de Limoges ou de Sèvres (as desta última cidade aperfeiçoadas desde 1764), o líquido ainda era adoçado pelo açúcar importado da América, onde o espremia da cana o suor do escravo africano. E' que o açúcar de beterraba sómente começou a ser usado a partir de 1806, pois foi o famoso "bloqueio continental" da orgia de sangue do corso retrógrado que lhe forçou a fabricação na França.

Marcel Prévost, — como se pôde ver por umas suas luminosas páginas, publicadas em "O Jornal" desta capital, n. de 5 de janeiro de 1930, — pôs de manifesto o papel importante que o café desempenhou na literatura francêsa, referindo-se às casas públicas que o vendiam em Paris e ás sumidades intelectuais da França que, nas mesmas, colhiam inspiração, tanto do sumo da uva, quanto do delicioso licor negro. Pois foi no célebre "Chat-Noir" de Paris que o poeta Ben Tayoux perpetrou uma das suas melhores canções, a denominada "Le café" a qual, muito popularizada então, encerrava o seguinte verso:

"Balzac n'a pas cessé d'en boire!" (*)

(*) Sabe-se que Balzac não conseguia trabalhar sem fazer uso do café, que, no início da sua actividade literária, era elle próprio quem preparava. A bebida, que tão agradavelmente o

E terminava pelo seguinte estribilho:

“Café, liqueur universelle,
Nectar aimé des dieux,
Ton suave arôme recèle
Un pouvoir mystérieux!”

São de mme. de Boufflers os seguintes versos, atribuídos por ela ao padre Porquet (em “Les abbés galants” Bruxelas, s. d., pag. 162):

“Helas! quel est mon sort!
L'eau me fait mal, le vin m'enivre,
Le café fort
Me met à mort:
L'amour seul me fait vivre!”

Théodore de Banville, um dos mais notáveis citharistas do romantismo francês, era hostil ao uso do tabaco (do qual, então, muito se abusava, sob a forma de rapé, além das de mascá-lo e fumá-lo), chegando a prognosticar o abandono de tão feio e incômodo vício por parte da humanidade culta, —o que, infelizmente, até hoje, não se realizou, de todo. Em compensação, preconizava o uso do café, ao qual deu a denominação de “bon elixir”, louvando-lhe, como se vê da quadra seguinte, a salutar incentivação das nossas mais delicadas faculdades do pensamento:

excitava, estimulando-lhe sem dúvida as funções cerebrais, é lícito atribuir decisiva influencia no considerável número de obras de ficção que deixou o grande escritor, falecido em 1850, aos 51 anos de idade. Assim, graças ao bemfazejo licor, extraído da planta de Kaffa, pode Honoré de Balzac tornar-se “o criador do romance contemporâneo”.

“Ce bon élixir, le café,
Met dans nos cœurs sa flamme noire:
Grace à lui, fier de sa victoire,
L’esprit subtil a triomphé”.

Em seu interessantíssimo volume “Les joyeusetés de la médecine” (París, s. d.), o dr. G. J. Witkowski deu assento á seguinte anedota: — “Un médecin disait à Fontenelle que le café était un poison. — Docteur, dit l’académicien, je le crois comme vous; mais c’est un poison bien lent, car il y a quatre-vingts ans que j’en prends”. E foi certamente por motivo dessa resposta, atribuída ao grande escritor, falecido aos cem anos em 1757, que o dr. Witkowski assim disse da bebida da *coffea arabica* (pág. 6):

“Je crois même que l’ambroisie
Perdit à la comparaison:
C’est elle qui, par jalousie,
Traita le café de poison”

Não foi pequeno, na Inglaterra, como vamos evidenciar, o número dos amigos das musas que ergueram lóas ao café.

Milton (1608-1674), em seu “Comus” assim se referiu á negra e deliciosa bebida (a tradução é nossa):

“Um góle, que se aceite,
De chícara ofertada entre ditos risonhos,
Ao espírito dará um banho de deleite,
Além de doces sonhos. ”

Refere Carruther, em sua “Life of Pope”, que o insigne poeta inhalava a fumaça do café (que ele bebia

com frequência), afim de dar alívio ás dores de cabeça, de que constantemente andava achacado. Alexandre Pope (1688-1744) ainda não contava vinte anos de idade, quando assim enalteceu o café (a vernaculização é da nossa lavra):

“Enquanto florescer o bendito cafeeiro;
Enquanto frutos der e moerem-n-os os moínhos;
E de uma cafeteira argentea o prazenteiro
Aroma seu vencer o dos melhores vinhos;

Enquanto houver aqui um só mortal que o tome;
Enquanto ele agradar ás ninfas da Inglaterra:
— Ha de ser repetido e abençoado o seu nome,
E o seu louvor ressoar por toda a nossa terra!”

Ainda voltou ele a encomiar o licor da *coffea arabica* no canto III do seu célebre poema satírico “Rape of the lock”. Das “Traduções poéticas de Francisco José Pinheiro Guimarães” (Rio, Laemmert, 1863) tiramos (pag. 448) o trecho em que Pope, no “Roubo da madeixa”, descreve o barão e os outros apaixonadôs de Belinda (a das lindas tranças), durante o preparo e a tomada do café:

“Cobrem a mesa chicras e colhéres
Sobre bandejas de charão lustroso.
No inquieto moínho o café moi-se;
Combustiveis espritos se incendeiam
Numa lâmpada argêntea, e já entornam
Este grato licor, que, fumegando,
Cái em torrentes nas chinesas taças,
E, a um tempo, encanta paladar e olfato.
Este belo regalo é prolongado
Pelas frequentes chicras repetidas,

De Bela em torno, adeja o bando aéreo;
 O seu quente café alguns lhe sopram;
 Outros, sobre o seu côlo abrindo as asas,
 Tremendo cuidam na bordada sáia;
 Mas o café, que faz que o estadista
 Mais perspicaz se torne e que, inda mesmo
 De olhos semi-fechados, tudo veja,
 Á mente do barão manda, em vapores,
 De alcançar a madeixa meios novos”

Em “The Task”, William Cowper (1731-1800) rende encômios á “bebida, que deleita, sem embriagar” e, em sua filantrópica e sentimental poesia “Pity for poor Africans” aconselha os míseros escravos negros a que substituam o uso do álcool (rhum) pelo uso do café ou do chá.

Leigh Hunt (1784-1859), John Keats (1795-1834) na sua interessante fantasia “Cap and bells” e Charles Lamb (1775-1854), este exaltando o gesto de De Clieu, ergueram também belas lóas em rimas ao café.

Mais próximos dos nossos dias, dois outros citarêdos ingleses não se dedignaram de descantar a bebida extraída da *coffea arabica*.| Um deles foi Geoffroy Sophton, cujos dois sonetos subordinados á epigrafe “To the might monarch, King Kauhee” (“Ao poderoso monarca, El-Rei Café), qualificam o “soberano oriental” de “amigo do povo, inimigo da guerra” e proclamam que, para bebê-lo, cumpre “erguer bem ao alto a taça fragrante e dobrar os joelhos!”. O outro foi Francis Saltus (falecido em 1889), em cuja coletânea poética, intitulada “Flasks and Flagons”, se encontra este lindo soneto (trasladado por nós a português) ao

"CAFÉ

O' licor voluptuoso! Onde o homem encontrara
 Beberagem melhor, outro néctar divino,
 Quando, após a comida, a tua essência rara
 Mais ânimo lhe dá e espírito mais fino?

O cínico Voltaire alçou-te, amigo, um hino:
 E de Balzac, sem ti, a mente não chegara
 A tão glorioso esforço. O teu nobre destino
 E' nossa inteligência, enfim, tornar mais clara.

Sentindo o teu aroma, em espirais ariscas,
 Como que vôo, além dos levantinos ares,
 Até Damasco, imersa em doces lendas priscas:

Vejo-te a fumar em imensos bazares,
 Ou no fundo de harêns, aos pés das odaliscas,
 Cujõ palor revela amorosos cismares. "

Em terras germânicas, a deliciosa bebida negra inspirou também os amigos das musas. Uma das mais empolgantes canções, referentes ás casas em que se vende ao público a decocção dos grãos torrados do vegetal abissínio, é a seguinte (livremente traduzida por nós), devida a Peter Altenberg, poeta vienense (é o mesmo que figura na aquarela de R. Völkel, "Kaffee Griensteidl in Wien" já citada algumas páginas atrás):

"IDE AO CAFÉ

Si estais aborrecido ou enervado, olé!
 Ide ao café!

Estais sem receber vencimentos? Bofé!
 Ide ao café!

O sapato, que usais, já vos desnuda o pé?
Ide ao café!

Si o suicídio tentar — necessário vos é,
Ide ao café!

Sem carvão ou sem gaz — não procureis a Sé:
Ide ao café!

Vossos versos ninguém os quer ouvir em pé?
Ide ao café!

Sem cigarros estais, estais sem lume até?
Ide ao café!

Falta-vos leite ou quem vos faça cafuné?
Ide ao café!

Quereis todos viver lé com lé, cré com cré?
Ide ao café!

Seja o que for, enfim, que ansiardes, — tende fé!
Ide ao café!"

Na Italia, não faltaram também poetas que entoassem louvores á bemfazeja planta de Kaffa. Entre 1781, — que foi quando appareceu em Parma o poema "Il caffè" em dois cantos, graças ao plectro de Lorenzo Barotti, e 1921, data em que se imprimiram em Bolonha uns versos sobre o café, compostos por Giovanni-Battista Zecchini e musicados por Cesare Cantino, — figuram dois outros nomes, dignos do máximo respeito e da mais sincera admiração.

Um é o de Giuseppe Parini (1729-1799), consagrado autor do poema descriptivo "Il giorno", dividido em

quatro partes: “Il mattino”, “Il mezzogiorno” “Il vespro” e “La notte” Si em “Il mezzogiorno” traça ele o sugestivo painel de uma fidalga merenda, em que ocupa lugar precípua “o grato aroma de café” que, no seu sentir, é “o néctar do festim dos deuses” canta, em “Il mattino” a deliciosa bebida, na seguinte admirável síntese (a versão é nossa):

“Si te oprimir da hipocondria, acaso, a seta ervada,
Si o ânimo te faltar, ao te ergueres do leito,
De drogas, sempre más, não engorgites nada,
Pois te prescrevo aqui um remédio perfeito:

—E’ o café, vindo, em grãos, de Aleppo ou lá de Moka,
Trazendo o suave olor do vergel oriental.
Bebe-o sempre, e verás, dando estalos com a boca,
Que ele não tem, no mundo, outro néctar rival!”

O outro foi o luminar da Santa-sé, o papa Leão XIII (Gioacchino Pecci, 1810-1903). Contava ele 88 anos de idade, quando compôs um poemeto em latim de sabor clássico, — que Ovídio ou Virgílio, Lucrécio ou Horácio, não lucubrariam melhor, — consagrado á “Frugalidade”. Aí é que ele assim enaltece as virtudes da bebida negra (a versão é também nossa):

“Toma o licor que vem das plagas do Levante,
De Moka, onde, fragrante, a cereja lhe nasce,
E a digestão farás, certo, no mesmo instante,
E o prazer brilhar-te-á no corado da face!”

Vejamos agora como é que a beberagem tirada da *coffea arabica* tem sido cantada em rimas de filhos da terra americana.

W. H. Ukers, em seu magnífico “All about coffee” (pags. 552-554) menciona nada menos de cinco poetas

yankees (entre os quais uma poetisa) que elogiaram o licor da bemdita planta abissínia. A James Whitcomb Riley deve-se, sobre o café, o poemeto "Like his mother used to make", dado a lume em 1913. Mas já antes dele apareceram a bela canção "Over the black coffee" (1902), de Arthur Gray, e iniciada pelo verso onomatopáico: "O boiling, bubbling, berry bean!" No ano de 1909, em "The Tea and Coffee Trade Journal", estampou William A. Price "An ode to coffee" a qual terminava pelos seguintes versos (a tradução é nossa):

"Dás-nos conforto e alívio, eu o afirmo com fé,
O' rico e régio grão da árvore do café!"

Em 1915, L. Untermeyer publicou na "New-York Tribune" incluindo-a depois em seu volume ".and other poets" (1916), a canção intitulada "Gilbert K. Chesterton rises to the toast of coffee".

Finalmente, Helen Rowland, em "New-York Evening World", tratando, em versos modernistas, do que toda boa esposa deve saber, afim de conquistar perpétuamente o amor de seu consorte, fez (a sua curiosa poesia intitula-se "What every wife knows") a apologia do néctar tirado da *coffea arabica*, qual se vê dos seguintes versos (a tradução é ainda nossa) que fecham o dito punhado de rimas:

"Que é que, com toda a razão,
Póde mudar um marmanjo,
Melhor que a agua do Jordão,
Do peor diabo num anjo?

Não o sabeis vós? — Pois é
(E não faço asserção vã)
Uma taça de café,
Tomada pela manhã!"

Quanto a outros cantores, nascidos no continente de Colombo, de cujos plectros hajam saído rimas com referência á diviciosa e bela planta levantina, — podemos ainda citar dois, um da América Central e o segundo filho da terra de Simón Bolívar.

Aquileo J. Echeverría, citado em “Todo el vuelo” (Madrid, 1912) de Rubén Darío (pag. 85), assim se referiu aos grãos da *coffea arabica* e aos cafezaes de Costa-Rica, sua patria, em “Concherias” (1911):

“Mi musa es joven y ardiente,
Morena, de erguido seno,
Boca sensual y más roja
Que las bayas del cafeto.

Canta á mi patria adorada,
Canta á mi ubérrimo suelo,
A’ mis floridos rosales,
A’ mis frondosos cafetos...”

E o padre Carlos Borges, venezuelano, elogiado por Diego Carbonell (“Venezuela”, Rio, 1932, pag. 16), assim se serviu da cereja do café, como elemento de comparação poética, numa das melhores produções da sua coltânea de rimas “En el Perú”:

“Y entretanto que la orquesta lenta y lánguida se queja,
Preludiando la cadencia voluptuosa del minué,
La limeña fortunada va feliz con su pareja,
Entre mimos tentadores, por el parque ya se aleja,
Y se yerguen sus pezones como el fruto del café. ”

b) *Na poesia brasileira.* — Creio que foi o meu conterrâneo Joaquim Domingues de Lameda o primeiro que exaltou em versos o café. Nasceu ele em São-João-

del-Rei, formou-se em direito na faculdade paulista em 1844 e faleceu em Paraitinga (São-Paulo) em 1850. Na "Revista do Arquivo Público Mineiro" (vol. IV, 1899, pag. 947) é que se encontra o seguinte improviso do poeta e professor da terra dos inconfidentes:

"MÓTE

*Existe sempre na glória
O inventor do café.*

GLOSA (*improviso*)

Merece eterna memória
O que altas virtudes tem,
E quem nos faz algum bem
Existe sempre na glória.

Nesta vida transitória,
Só nos vale humana fé:
Se me perguntam quem é
O herói que mais respeito,
Lhes direi ser, sem defeito,
O inventor do café"

Antes dele, porém, já um sacerdote católico, filho da gloriosa terra pernambucana, havia tratado, em rimas humorísticas, da bebida negra. Foi o padre José Gomes da Costa Gadêlha (nascido em Tijucopapo, a 30 de julho de 1743, e falecido em alto mar, nas proximidades de Cabo-Frio, no final do século XVIII), que deixou dois escurris poematos: "Os suspiros da aletria pelo seu amado açúcar" e "A marujada" Tirou-os de injusto olvido Antônio Joaquim de Melo, em sua excelente obra "Biografias" Aí (vol. I, pag. 93) é que se encon-

tram, como parte do segundo dos referidos poemetos, as seguintes quintilhas, descritivas de um café matinal, a bordo:

“Sóbe a negra caldeirada,
De manhã, num póte grosso,
Já por café batizada.
Grita a sórdida manada:
— *Olá! Venham para o almosso!*”

Um chega ao xarope honrado,
Dizendo: — *Bravo! excelente!*
Fica o outro recostado,
Porque já tem almossado
Bolacha com aguardente.

Enquanto vái refecendo
O café, ferve a patrulha,
Mil mentiras revolvendo,
De quando em quando metendo,
Por entrepasto, uma pulha...”

O notavel prosador de “Reminiscências e fantasias”, visconde de Araxá (Domiciano Leite Ribeiro, nascido em São-João-del-Rei a 23 de abril de 1812 e falecido em Vassouras a 8 de junho de 1881), que tambem versejou com os pseudônimos de “Poeta Vassourense” e “Macedônio”, deixou, em seu original o raríssimo opúsculo “Trovas de um quídam”, a seguinte curiosa sátira, em que ha referênciã á *coffea arabica* (veja-se “Rev. da Academia Mineira de Letras”, vol. III, pag. 47):

"O BOM TEMPO ANTIGO

Meia duzia de grizetas,
Melancólica alvorada,
Uma missa mal cantada
Por um velho e dois trombêtas,
Um sermão de quatro pêtas,
Te Deum comprido demais,

Quatro bombas desiguais,
Muito café, muito fumo.
Aqui temos, em resumo,
Nossas festas nacionais".

Pernambuco, além da riqueza do açúcar, quiz também as do fumo e do café. As suas culturas da rubiacea, iniciadas por fins de 1871, quando a lei do "ventre-livre" constituiu séria ameaça á economia da região cafeeira meridional, só se tornaram promissoras cinco anos mais tarde. E foi então todo um vibrante entusiasmo na capital da gloriosa província, como se póde ver do folheto (que, por muito raro, não me foi facil adquirir em 1927) intitulado "Descripção dos festejos promovidos pela Associação Commercial Beneficente para receber o comboio do café, vindo da villa do Bonito" (Recife, 1876). Houve muitos discursos, entre os quais um do brilhante e fogoso tribuno José Mariano, e foram recitadas muitas poesias, umas das quais pelo "menino Bianor, filho do sr. Manuel Fonseca de Medeiros", menino que eu conheci já velho e a quem muito admirei, bem como ao seu talentoso e malgrado filho, Amaury de Medeiros, ambos meus companheiros de torneios parlamentares na Camara Federal, nos trienios de 1923 a 1928. Dos cinco poemetos, que se me depararam no mencionado opúsculo, o mais belo é, incontestavelmente, o de Vitoriano Palhares; mas este alçou-se

aos mais arrojados vãos do seu ultra-condoreirismo e nem uma só vez se referiu á *coffea arabica*. Limitar-me-ei, portanto, a citar os que desta fizeram menção.

Os alexandrinos do dr. José Antonio de Almeida Cunha têm o seguinte fecho, de estilo junqueiriano:

“Bem hajais todos vós, egregios cidadãos,
 Que amais este país e lhe extendeis as mãos!
 Mas vinha a tempestade estourando em rugidos...
 E encontrou-vos de pé, audazes, precavidos!
 Contra o esmorecimento — apresentais a fé,
 E a cultura empreendeis do fumo e do café!
 Avante! á faina! Os hinos da vitoria
 Soam por toda parte. . E’ vossa inteira a gloria!
 Formosa Agricultura, ergue-te senhoril!
 Esmagaste a rotina e salvaste o Brasil!”

Do poemêto recitado pelo sr. João Alves Mendes da Silva extraïo as duas décimas seguintes:

“Quer no vale, quer na serra,
 Quer na ladeira ou na chã,
 Lançada a semente á terra,
 Seremos pagos do afã.
 Plantemos, pois, que o futuro,
 Que hoje vemos tão escuro,
 Belo e risonho virá!
 Cubram-se todos os cimos
 Do fruto donde extraímos
 O néctar melhor que ha!

Se o é do nosso estandarte,
 Nos seja emblema o café!
 Que se veja em toda parte
 Sempre este arbusto de pé!
 Que suas nítidas flores

Encham de puros odores
 O ar do nosso país!
 Que avulte o fruto rubente,
 E o comercio florecente
 Nos tornará mais feliz!"

Eis agora o hino, entoado pela menina (contava então 11 anos de idade) Corintia Efigenia Gama, filha do sr. Francisco José Alves Gama (*):

"Avante, avante, gigantes!
 Invencíveis lidadores
 Do fértil sólo brasileiro,
 Ativos agricultores,
 Já surge novo futuro
 À nossa terra natal,
 Quando a máta logar cede
 Ao fumo e ao cafezal!

(*) Sob a epigrafe "O café do Bonito", o ilustre pernambucano, prof. dr. Célio Meira, pelo "Jornal do Comércio" do Recife (de 30 de janeiro de 1938), fez-me a mim e a este meu trabalho as mais ilsonjeiras referencias. Graças a essa crônica e á copia de uma carta do sr. Marclonilo de Meneses (a qual devo também á gentileza do dr. Célio Meira), posso consignar aqui que ainda vive na capital pernambucana, contando hoje 73 anos, d. Corintia Efigênia da Gama, viuva do dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima (que foi lente da Faculdade de Direito de São-Paulo), mãe do desembargador Abelardo de Oliveira Lima (com quem reside em Recife) e sogra do sr. Marclonilo de Meneses. O dr. José Antonio de Almeida Cunha (nascido em Rio-Formoso a 9 de agosto de 1841 e falecido nos últimos anos do século passado) cultivava as musas desde os tempos de estudante, pois que data de 1866 (ele se diplomou em direito tres anos depois) a publicação do seu lindo poema "Leonor", "que se tornou popular"; e, além de haver colaborado assiduamente no "Jornal de Recife" e no "Diario de Pernambuco", ainda deixou duas traduções: as dos romances "D. Branca de Lanuza" e "O cozinheiro de Sua Magestade".

Canavial sacarino
Noutra especie tem rival,
Que lhe enfraquece a importancia,
A nossa terra fatal.
Ao nosso café nem Moka
Póde fornecer igual,
E o nosso sólo é mais fertil,
Nossa colheita mais val!

Os algodões, que produzem
Outros climas, deste a par,
Baixam os preços de todos
Nos mercados de além-mar.
Seu lucro não satisfaz

Os labores da cultura.
Só o planta quem não tem
Terra de outra agricultura.

Desta terra abençoada
Do Brasil, qual é Veneza,
Plantando fumo e café,
Tem-se obtido a grandeza.
Este fôra o pensamento
Dos herois antepassados:

No símbolo da independencia
Fumo e café são pintados.

Do nosso progresso
Avante, ó obreiros!
O fumo plantai,
Plantai cafeeiros!

Fundai a riqueza
De nossos herdeiros!
O fumo plantai,
Plantai cafeeiros!"

Pensó que, cronologicamente, deve agora entrar aqui o formoso elogio poético do café, oriundo do brilhante talento de José Cândido da Costa Senna, irmão do sabio professor da Escola de Minas, dr. Joaquim Cândido da Costa Senna, que honrou o Brasil em mais de uma comissão científica no exterior. A sua inspirada poesia (em cuja quadra final ha uma confessada recordação da "A um pé" de José Bonifacio-o-Moço), inserta no "Diario do Congresso Nacional" (n. de 7 de novembro de 1925) e comentada por Aurelio Pires em carta dirigida ao "Minas-Geraes" (n. de 28 de maio de 1927), acha-se tambem integralmente na "Historia do café" (pags. 7-8) de Hildebrando de Magalhães, e é a seguinte:

"O CAFÉ

Canto a bebida, que, a correr, cheirosa,
Toda santa manhã, junto ao fogão,
Reune da familia os membros todos
Em gostosa, inocente comunhão.

Eu te amo, ó café, na porcelana
Do fidalgo, na chic'ra do roceiro;
Mas é na patria Minas que te adoro,
Na cúia enegrecida do tropeiro.

Sim! De junho nas noites friorentas,
Junto ao fogão, no rancho, sobre o couro,
Ao som de uma viola requebrada,
Com um cigarro do Pomba, és um tesouro!

E aqui, sem um amor, entre estes livros,
 Em que a alma, sedenta, em vão se cansa,
 És tu, meu velho amigo, que me inspiras,
 Que me fazes sonhar uma esperança.

Ó café! Foi um genio quem te uniu
 Do auriverde pendão aos vivos brilhos!
 Do Brasil representas a riqueza
 E o talento fecundo dos seus filhos.

Quando eu for moribundo, ó meus amigos,
 Lançai fóra os xaropes do galeno,
 E instilai, em meus labios resequidos,
 O néctar que ele chama de veneno!

E, — como Andrada sobre a sua lousa
 A fóрма de um pézinho feiticeiro, —
 Eu peço, sobre a minha sepultura,
 Em logar do cipreste, um cafeeiro!”

Apesar dos defeitos de métrica, que encerra, não posso deixar de abrir espaço, aqui, para a seguinte canção, consagrada ao café pela minha indeslembrável conterranea Alexina de Magalhães Pinto, em seu bem inspirado livro “Os nossos brinquedos” (1909), o qual merece reeditado por quem seja capaz de melhorá-lo, aproveitando-lhe o excelente material:

“Nas encostas das montanhas,
 O café vamos plantar;
 Mas primeiro bem devemos
 O terreno preparar.

Se já está bem lavrado,
 E’ só buracos abrir,
 Neles meter os grãozinhos
 E com a terra os cobrir.

Cinco anos se passaram,
O cafeeiro cresceu;
Vieram as lindas flores
E belas cerejas deu.

As cestinhas estão prontas:
Vamos o café colhêr;
Tenhamos muito cuidado,
Para nem um só perder.

As cestinhas para casa
Já podemos carregar;
No terreiro, bem limpinho,
O café fique a secar.

O fruto bem seco está;
E' preciso descascar;
A máquina, já e já,
Comecemos a tocar.

Nossos ventiladores
Suas pás já vão mover,
Para o belo café
Toda a casquinha perder.

Depois de tanto trabalho,
E' mui justo repousar:
Juntos, pelas roças,
Vamos um passeio dar!"

Escrito embora por um estrangeiro (mas estrangeiro ao serviço do Brasil), o dr. Jorge Augusto Padberg-Drenkpol, egresso da Companhia de Jesús e possuidor de vastíssima cultura clássica, — não posso deixar de incluir aqui a rápida noticia de um dos mais interessantes poemettos consagrados ao café. Foi lucubrado em homenagem ao

bicentenario da introdução do cafeeiro no Brasil e apareceu no vol. III, n. 4, do “Boletim do Museu Nacional”, tendo sido feita do mesmo uma pequena *separata*. E’ uma ode “na sonora estrofe alcáica, predileta de Horacio” e traz o seguinte título: — “Carmen sæculare coffeae — Abhinc annos ducentos in Brasiliam invectæ sacrum, quo sincerissime dicato Caræ Patriæ — Fausto hoc anno MCMXXVII pie gratulatur Collegium MUSEI NATIONIS BRASILIANÆ ad Flumen Januarii” Felizmente, o erudito poeta em boa hora se lembrou de inserir, no fim do folheto, uma tradução, em prosa, do seu hino ao café, pois que o latim, apesar de fonte opima da nossa bela língua portuguesa, anda cada vez mais em olvido, por estas grandiosas terras do Cruzeiro. Nas lapidares estrofes do dr. Padberg-Drenkpol é que se encontra a primeira homenagem rimada, — ao que me conste, — tributada até hoje, em nossa patria, a Francisco de Melo Palheta. O introdutor, em nossas plagas, da maior riqueza que elas até hoje possuem, ainda não mereceu as honras de uma estatua, nem de modesta herma. Em discurso por mim pronunciado na Camara Federal, a 28 de outubro de 1927, sugeri que se erguesse nesta capital um monumento ao benemérito paraense, figurando-se-lhe ao lado o desembargador João Alberto Castello-Branco. Fui *vox clamantis in deserto*. . . E’ verdade que, mais tarde, houve quem lembrasse uma estatua a Delille. . . Dos versos do dr. Padberg-Drenkpol, eis os mais notaveis, sobre Palheta:

“Paleta, nostris nomen amabile,
 Paleta, semper vir memorabilis,
 O tu salutare amatæ
 Divitias patriæ dedisti!

Pago ex Parano ante hæc duo sæcula
 Septentriones Brasilicos adis,
 Nostram ultimam Thulen ab hoste
 Finibus ut tueare certis”.

Não tenho a pretensão de fazer um recenseio completo da poesia do café, oriunda de livros brasileiros. Seria, porém, imperdoável a lacuna em que eu deixasse dois grandes nomes das letras patrias, como buriladores de alexandrinos formosíssimos, em que foi enaltecida a *coffea arabica*, e já falecidos.

O primeiro foi Emilio de Meneses, cujos versos se encontram ás pag. 36-38 de suas “Ultimas rimas” (vindo também, sem o sub-título, na capa da brochura). E’ o seguinte soneto:

“NON DUCOR, DUCO

E’s a divisa audaz, que, transpondo as divisas,
 Da metrópole ao vale, á escarpa, ao bosque, ao monte,
 De nada tens mistér, de nada mais precisas,
 Para, alargando a terra, afastar o horizonte.

Nas buscas do filão, do vêio nas pesquisas,
 Quatridente pendão, sem o que te amedronte,
 Braço de bandeirante, a sacudir-se ás brisas,
 Lá vai, a propria morte encarar frente a frente.

E, ó alma vegetal, planta rica e sadia,
 Que, do rubí do fruto á esmeralda do galho,
 Te transformas em ouro, ouro que em ti irradia,

Aí estás agasalhando o paulista agasalho,
 Que é o berço da beleza e a fonte da energia,
 Fonte da intrepidez e berço do trabalho!”

O outro foi *Ciro Costa*, que, em começo da sua florante juventude, eu conheci na *Paulicéia* (eram quatro amigos e quatro formosos talentos, ele, *Plínio Barreto*, *Eurico de Góes* e *Antero Bloem*, o delicioso sonetista do "Cristo de marfim", tão prematuramente mergulhado no além), durante a primeira década do presente século. São dele os dois sonetos seguintes:

I) "O CAFEIEIRO

Eis pautando o horizonte, em cerradas fileiras,
As ondas de café perdendo-se de vista.
Derramam-se em caudais. . São as velhas "bandeiras"
Invadindo o sertão e pregando a conquista!

O oceano do ouro-verde assalta cordilheiras,
Colinas e espigões, na arrancada imprevista.
E a Terra Roxa esculpe, em rampas, ribanceiras,
No escriptorio de esmeralda, o brasão do Paulista!

Sob a eclosão da Flor, transmuda-se o Eldorado:
Ha virgens comungando e bênçãos de noivado...
— E a estrada de Damasco evoco mentalmente...

Mas, quando se abre em fruto, — ó Santa Eucaristia!, —
São-Paulo, em penitencia, assiste, á luz do dia,
A conversão do suor escravo em sangue ardente!"

II) PAI JOÃO

Do taquaral á sombra, em solitaria furna,
— Para onde, com tristeza, o olhar curioso alongo, —
Sonha o negro, talvez, na solidão noturna,
Com os límpidos areais das solidões do Congo.

Ouve-lhe a noite a voz plangente e taciturna,
 Num profundo suspiro, entrecortado e longo...
 E o rouco, surdo som, zumbindo na cafurna,
 E' o urucungo, a gemer, na cadência do jongo.

Bemdito sejas tu, a quem, certo, devemos
 A grandeza real de tudo quanto temos!
 Sonha em paz! Sê feliz! E que eu fique de joelhos,

Sob o fúlgido céu, a relembrar, maguado,
 Que os frutos do café são glóbulos vermelhos
 Do sangue que escorreu do negro escravizado!"

Dentre os vivos, que, burilando rimas, têm cantado
 por meio delas a nossa grande riqueza oriunda da *coffea arabica*, ocupam lugar de destaque os paulistas Manuel de Abreu e Cassiano Ricardo, o mineiro Osorio Dutra e a poetisa gaúcha Norah de Figueirôa.

O primeiro, em "Substância" (São-Paulo, 1928), coletânea de interessantes poemets modernistas, inseriu (pags. 111-112) este:

"PAULISTAMENTE

Café

bom café
 denso ofuscante
 aromas de seio moreno
 perspectivas longas riscadas de roxo
 e de verde

Bronze

inquietação
 atlética para arremessar na ditancia
 o peso
 da minha vida

Café que eu adoro
eu
que tenho a pressa e a violencia dos que
não sabem
o que desejam!"

E, ás pags. 143-146, assim versejou sobre

"A BANDEJA DE CAFÉ

A noite
esquecia
enquanto as estrelas recordavam

Depois de uma longa
hesitação
na metafísica da madrugada
os ponteiros decidiram
marcar 9 horas

Ouro do sol
material ou espiritual não sei
dizer
vida súbitamente imersa
nas particulas do ar
tão cedo

Si as resistencias
gelam na doce evaporação
do sono!

O motivo obscuro
e serviçal
o que não falta jamais
sáí da chaminé da grande

chaminé de onde saem as estrelas
e se reflete no espelho
dos meus olhos

— Dá licença
— Póde entrar

Onda curta de 1 sorriso

O bom motivo
exibe a sua elegante crosta
em forma de casaca
e numa alavanca
de construção milenaria terminada
em 5 estações de radio-
telegrafia
equilibra a bandeja
do café”

A Osorio Dutra deve-se o seguinte soneto, que é verdadeira e bem escandida litanía a uma plantação do precioso vegetal abissínio:

“CAFEZAL

Bemdito sejas, cafezal formoso,
Agora que me sinto envelhecer,
Pelo encantado e inconfundivel gozo,
Que me dás, de esperar para colhêr!

Bemdito sejas, cafezal glorioso,
Pela força brutal do teu poder,
Por esse sincronismo misterioso,
De que te orgulhas para meu prazer!

Bemdito sejas pelas alegrias
 Que me ofereces, cafezal gigante,
 Na augusta e larga procissão dos dias!

Pela fortuna que me vem de ti,
 Na colheita magnífica e excitante
 Dos teus grãos de topazio e de rubí!"

Da professora sul-riograndense Norah de Figuerôa é o audacioso e vibrante poemeto intitulado "Nas labaredas do ouro — A tragedia do café" (Aracajú, setembro de 1932), o qual assim começa (pags. 9-12):

"Sobre as fogueiras do café,
 Desse café queimado em sacrificio
 Ao deus Moloch do momento hodierno. .
 — O momento é fenício!
 A conquista do ouro é o ideal insano!
 E Moloch eviterno
 Exige carne e exige sangue humano!

Sobre as fogueiras do café,
 Minha alma, que perscruta um pouco além
 Do que a vista divisa e atingem meus sentidos,
 E ouve um pouco também
 Do que não vem ressoar nos humanos ouvidos,
 Minha alma, estarrecida,
 Contempla um quadro inédito na vida:

Sobre a fumaça que se evola,
 Na trágica emoção de quem esmola,
 Milhões de almas palpitam num bailado,
 Nas volutas de gaze evanescente,
 Num rodopío ardente e alucinado. .
 Num turbilhão que róla. . .
 Numa avalanche incandescente. . .

São as almas dos vivos que têm fome!
Almas que, abandonando os corpos lassos,
Vão sorver os eflúvios confortantes,
Que sobem, nesses rápidos instantes,
Nos espaços sem dono... nos espaços,
Onde não ha quem dome
Os ciclones revéis desencadeados!”

E termina pela fórmula seguinte (pags. 18-21):

“Lavrador-proletario, ao vigor dos teus braços,
A terra estremeceu, numa verde pletóra...
E o teu esforço é fumo a galgar os espaços!
E a miseria fatal os teus filhos devora!

Que importa, lavrador, que haja fome no mundo,
Si a super-produção é uma acerba ironia?
E’ todo um cafezal o teu rincão fecundo!
Midas ressuscitou para a velha alquimia!

Midas sonha! E’ o delírio apoplético do ouro!
Midas, o teu senhor, não quer perder migalha!
Tudo que a terra dá, recolhe ao seu tesouro,
Morra embora de fome o escravo que trabalha!

Midas ressuscitou! De uma nova maneira,
Ele revive agora o mito milenar!
— Midas, senhor feudal da Terra Brasileira,
Esse ouro-ilusão é o que te vai matar!”

Mas o poeta brasileiro, que mais tem cantado o café, é Cassiano Ricardo. Filho da terra dos bandeirantes e tendo sempre ante os olhos da alma e do corpo a opulenta “onda verde” e a civilização desenvolvida em sua terra natal pela magnífica planta levantina, a esta consagrou

um bom punhado de lindas rimas, em dois dos seus mais recentes e melhores livros.

Nos "Borrões de verde e amarelo" (São-Paulo, 1925), eis o que diz ele (pag. 58-59) sobre o

"LAVRADOR

A terra húmida e fofa é um mundo de coisas lindas;
A chuva, que cái do céu, é uma bênção de orvalho.
O arco-iris, que ora fulgura ali perto da serra,
E' uma corôa de sete côres sobre a gloria do trabalho.

O lavrador de cabelo grisalho,
Que vae rasgando ao sólo húmido o seio obscuro,
E' o novo bandeirante do século vinte,
Que vai, através do futuro,
Buscando nos veios de terra
As suas esmeraldas de café verde
E os seus rubís de café maduro. "

À pag. 136, na poesia "Sangue africano", também se refere a um "Pai João", vindo do continente negro para lavar no Brasil as terras destinadas ao ouro rubro:

"Depois. os cafezaes, os eitos, ó contraste!
Por entre moitas, espriados e barrancas,
Baixou a noite dos cativos, e ficaste
Crucificado numa cruz de estrelas brancas!"

Logo adiante (pags. 140-141), a rubiacea abissinia volta a figurar nas rimas de

"TAPÉRA

Aquela casa de sapé,
Com a tinta nova do luar,

Tem qualquer coisa, que parece recordar
 O tempo em que possuía o seu terreiro de café
 E o seu pomar.

Agora, junto às janelas,
 Viçam flores de abóbora,
 Muito amarelas.
 E, em moitas verde-crúas,
 Nascem protuberantes gravatás,
 E trepam pela cerça as flores roxas
 De misteriosos maracujás..

E quando a noite vem, com o seu vestido de noivado,
 Derramar pelo vão do teto esburacado
 Um punhado de fitas brancas lá por dentro,
 O vento canta pelas frinças do telhado
 O último chôro de caboclo apaixonado...”

Em “Martim-Cererê” (cuja 5.^a edição saiu em 1936, São-Paulo, Companhia Editora Nacional), maior ainda se evidencia a influencia da *coffea arabica* nos versos de Cassiano Ricardo. Eis (págs. 135-137) os

“SOLDADOS VERDES

O cafezal é a soldadesca verde,
 Que salta morros na distancia iluminada,
 Um! dois! um! dois! — de batalhão em batalhão,
 Na sua arremetida acelerada
 Contra o sertão.

Manhã de terra roxa.
 Manhã de estampa ou cromo, onde a fumaça
 De um trem, que passa, risca o céu de fogaréu.

Parece que ha, nos clarins da alvorada,
Alguma coisa de marcial. Longas palmeiras
Lembram lanças fincadas na paisagem,
Como si andasse galopando, em plena serrania,
Uma legião alvorotada de bandeiras.
Como um zum-zum de mamangava, ouve-se o estrondo
da cachoeira,

A vida inteira a bater bumbo, a bater bumbo, a bater
bumbo.

Avanhandava.

Um grande exército colorido de imigrantes,
De enxadas a brilhar ao sol, revolve o chão,
Dando a ilusão de que a lavoura é sangue vivo
E a terra nova revolvida é um coração...

Um dia de verão, em luminosa pincelada,
Inaugurou agora mesmo a nova estrada.
Acompanhando a estrada, em doida disparada,
Os postos de carvão, como espantalhos,
Levam seus fios telegráficos sobre os ombros.
As casas dos colonos são cartazes muito brancos,
Encarreirados no silencio dos barrancos.

Bate o sol no tambor de anil do céu redondo.
O dia, general que amanheceu com o punho azul cheio
de estrelas,

Com dragonas de sol nos girasóis,
Comanda os cafeeiros paralelos,
De farda verde e botões rubros e amarelos.
Sôa nos morros o clarim vermelho da manhã.

Soldados verdes, rataplan!"

Às pags. 160-163, encontra-se esta belíssima

"CANTILENA

O cafezal, branco de flor,
Amanheceu que é uma grinalda
De princesa.

O povaréu madrugador
Subiu bem no alto do barranco.

— Olha a florada! tudo branco!
E' o lavrador, que ficou noivo
Da riqueza!

Que ficou noivo da riqueza
E sái passear com a sua noiva,
Ele falando só de amor,
Ela arrastando o seu vestido,
Quasi sem fim de tão comprido,
Quasi impossivel de tão branco,
Que, de tão branco e tão comprido,
Por onde passa vai deixando
O chão assim. de tanta flor!

Dias depois, pendem os ramos
Dos cafeeiros, que estão todos
Empipocados de esmeraldas...
Primeiros frutos que vêm vindo.
Lágrimas verdes... Foi alguém
Que chorou verde de esperança,
Dentro de um grande sonho lindo.
Chôro da terra, ainda criança...
O lavrador chorou também,
Em pingos verdes de esperança!

Mas passa o tempo, e os frutos verdes
Mudam de côr, devagarzinho...
E o lavrador, pelo caminho,
Já vai fazendo o seu castelo,
Por ver, nos ramos, tanto fruto,
Nacionalmente pintadinho
De amarelo.

Mas o amarelo, tão sem graça,
Não dura muito... e também passa.
E já o vermelho bem parelho,

Como si fosse sangue escuro,
De rubra tinta os frutos pinta.
Café maduro... sangue vivo,
Que, ora sofrendo, ora cantando,
O lavrador deixou na terra,
Nas horas rudes de trabalho,
E o cafeeiro agora pinga
Em derredor de cada galho...

Logo depois. terreiro enxuto.
E o café enxuto, côr da noite,
Fica tão preto e é tanto fruto
Esparramado no terreiro,
Que até parece, mal falando,
Que esse terreiro vestiu luto.

E' o fazendeiro, com certeza,
Que ficou viuvo da riqueza!

Ei-lo que bebe, pensativo,
A sua chícara de café...
Até que um dia, herói obscuro,
Abre a janela: é a manhã branca
Do futuro!

E' a sua noiva que vem vindo!
 E' o cafézal, que, ainda no escuro,
 Dentro de um grande sonho lindo,
 Alvoreceu sobre o barranco. . .
 E, sob o céu ainda estrelado,
 Lembra um vestido de noivado,
 De tanta flor e de tão branco!

Ah! Com certeza, é o lavrador
 Que contratou, mais uma vez,
 Seu casamento com a riqueza. . .”

Novas máquinas, destinadas ao preparo do café líquido, foram introduzidas em São-Paulo e nesta capital, ha alguns annos atrás. Montaram-se, graças a elas, novas casas para a venda do café em chícara. São do mesmo sistema da venda de caldo de laranja em copos. Tais instalações não puderam desbancar as antigas, porque, lá, como aqui, os cafés públicos são também logares de descanso e de palestra. E' a isso que se refere (pags. 182-184) o

“CAFÉ-EXPRESSO

Café-expresso — está escrito na porta.
 Entro com muita pressa. Meio tonto,
 Por haver acordado tão cedo. .
 E, pronto! parece um brinquedo:
 Cái o café na chícara pra gente,
 Maquinalmente,

E eu sinto o gosto, o aroma, o sangue quente de São-Paulo
 Nesta pequena noite líquida e cheirosa,
 Que é a minha chícara de café.

A minha xícara de café
 E' o resumo de todas as coisas que vi na fazenda e me
 vêm á memoria apagada..
 Na minha memoria, anda um carro de bois a bater as
 porteiros da estrada.
 Na minha memoria pousou um pinhé, a gritar: *Crapinhé!*
 E passam uns homens,
 Que levam ás costas
 Jacás multicores
 Com grãos de café.

E piscam lá dentro, no fundo do meu coração,
 Uns olhos negros de cabocla a olhar pra mim,
 Com seu vestido de alecrim e pés no chão.
 E uma casinha côr de luar na tarde roxo-rosa...
 Um cuitélinho verde a sussurrar, enfiando o bico na ca-
 telia côr de sol, que floriu no portão..

E o fazendeiro a calcular a safra do espigão...

Mas, acima de tudo,
 Aqueles olhos de veludo de cabocla maliciosa, a olhar
 pra mim,
 Como dois grandes pingos de café,
 Que me caíram dentro da alma
 E me deixaram pensativo assim.

Mas eu não tenho tempo pra pensar nessas coisas!
 Estou com pressa. Muita pressa!
 A manhã já desceu do trigésimo andar
 Daquele arranha-céu colorido, onde móra.
 Ouço a vida gritando lá fóra!
 Duzentos réis, e saío. A rua é um vozerío.

Sóbe-e-desce de gente que vai pras fábricas.
 Pralápracá de automóveis. Buzinas. Leiteiros.
 Compro um jornal. *O Estado! O Diario Nacional!*
 Levanto a góla ao sobretudo, por causa do frio.
 E lá me vou pro trabalho, pensando. . .

Oh meu São-Paulo!
 Oh minha uiára de cabelo vermelho!
 Oh cidade dos homens que acordam mais cedo no mundo!"

Finalmente, preocupado sempre com o grande produto paulista, Cassiano Ricardo transporta-se em imaginação para a capital da França e descreve-nos (pag. 202-204), em rimas não menos inspiradas, a

"MOÇA TOMANDO CAFÉ

Num salão de París,
 A linda moça de olhar gris
 Toma café.
 Moça feliz!

Mas a moça não sabe, por quem é,
 Que ha um mar azul, antes da sua chícara de café;
 E que ha um navio longo antes do mar azul. . .
 E que, antes do navio longo, ha uma terra do sul;
 E, antes da terra, um porto, em continuo vaivem,
 Com guindastes roncando na boca do trem
 E botando letreiros nas costas do mar. . .
 E, antes do porto, ha um trem madrugador;
 Sobre-desce da serra, a gritar, sem parar,
 Nas carretilhas que zunem de dor.
 E, antes da serra, está o relógio da estação.
 Tudo ofegante, como um coração,
 Que está sempre chegando, e palpitando assim. .

E, antes dessa estação, se estende o cafezal.
E, antes do cafezal, está o homem, por fim,
Que derrubou sozinho a floresta brutal,
O homem sujo de terra, o lavrador,
Que dorme rico, a plantação branca de flor,
E acorda pobre, no outro dia (não faz mal...),
Com a geada negra, que queimou o cafezal.
A riqueza é uma noiva (que fazer?),
Que promete, e que falta, sem querer...
Chega a vestir-se assim, enfeitada de flor,
Na noite branca, que é o seu véu nupcial;
Mas vem o sol, queima-lhe o véu,
E a conduz loucamente para o céu,
Arrancando-a das mãos do lavrador.

Quedê o sertão daqui?
Lavrador derrubou.

Quedê o lavrador?
Está plantando café.

Quedê o café?
Moça bebeu.

Mas a moça onde está?
Está em Paris.

Moça feliz!"

NOTAS POSFACIAIS

1) Que a deliciosa bebida negra, tirada dos grãos da planta abissinia, facilita e aligeira, aqui e alhures, as longas confabulações, — exprime-o bem Georges Le Fèvre, em sua interessante narrativa “Monsieur Paquebot — (Autour du monde)” (Paris, 1928), pela forma seguinte (pág. 181): — “Il désire qu'on lui tend les bras, qu'on le fasse asseoir, qu'on l'invite à déjeuner, qu'on lui explique Hong-Kong *devant une tasse de café*”.

2) Por outro escritor francês contemporâneo, vem-se a saber que na região da Guiana, na extensa e úbere zona do continente colombiano, onde outróra se dizia existir o El-Dorado, ainda se emprega o líquido da *coffea arabica* como veículo de peçonha homicida. Com efeito, Stéphane Faugier, em seu impressionante volume “Sur la piste de l'or — (Reportage)” (Paris, 1931), põe na boca de um negro dominiquense, encarregado de despachar alguém para o outro-mundo, a seguinte expressão (pág. 79): — “Ce n'est pas à un vieux coureur de bois qu'on apprend à servir aux gens *du mauvais café*”

3) Ha um joven escritor, nosso compatriota, creio que natural do Maranhão, de quem só ha pouco vim a conhecer o belo trabalho intitulado “Caiçaras” já em 2.^a edição (Rio, 1934). Aí, não só se me deparou uma curiosa expressão, a de “café agua-legua” (pag. 79), como ainda o seguinte desafio, em que palpita o espírito escurril e espontaneo dos nossos sertanejos do nordeste (pág. 185):

“Faiz quatro ano
que justei um casamento;
os preço dos mantimento
não me deixaro casá.

Do que prantei
só tive um pôco de arroiz,
e isso mermo pra dois,
eu penso, — num vai chegá.

Mermo a mocinha,
que escoí pra companhêra,
n'ê munto trabaiadêra,
nem mermo sabe lavá.

Apena sabe,
de serviço de muié,
apanhá munto café:
por dia, deiz samburá!”

4) Cornelio Pires, em sua interessante coletanea em prosa, “Quem conta um conto...” (São Paulo, 1919, 3.^a edição), faz duas curiosas referencias ao fruto e á bebida da *coffea arabica*. Á pág. 13, põi na boca de um tabaréu a seguinte frase (tão exagerada, quanto póde ser, num cérebro inculto e crédulo, a idéia da força do diabo), relativa ao “bóde preto”: — “O bicho deu um espirro! E-vê que pinchô cincuenta arquêre de café in côco in riba de mim!” E, a págs. 183-184, menciona a expressiva denominação, que os caipiras da terra dos bandeirantes applicam ao café com algo que se coma: “café-com-duas-mãos”.

5) Será possível “colhêr café em París”? Eis como de tal expressão se serviu, em seu último livro de contos, “A louca do Juqueri” (São-Paulo, 1938), o belo espírito de René Thiollier: — “Aqui tem você um fa

zendeiro, como só havia nos tempos da República Velha, que colhiam café em Paris. Era lá que era a fazenda deles. ”

6) Em boa hora resolveram os conterraneos de Pedro Taques, Azevedo Marques e Machado de Oliveira dar á estampa uma série de monografias, sob o título geral de “Estudos Paulistas”. A primeira, já entregue á publicidade, é o “Roteiro do café — Análise histórico-demográfica da expansão cafeeira no Estado de São-Paulo” (São-Paulo, 1938). Excusado é dizer que esse trabalho merece lido por quanto investigam os aspetos da heurística e da economia da *coffea arabica*, em nossa patria.

7) Em seu excelente trabalho, publicado ha um ano, “A vida singular de Angelim — (A cabanagem)”, a págs. 190-194 (nota), consignou a senhorinha Dilke de Barbosa Rodrigues algumas informações muito interessantes sobre João Francisco de Madureira Pará, um malogrado inventor brasileiro, nascido na vila paraense de Acará, a 12 de outubro de 1797, e falecido (segundo a tradição, envenenado criminosamente) por volta de 1834. Assegura a sobredita escritora que ele “foi o inventor da primeira máquina de escrever”. E, logo adiante, explica: “concebeu uma especie de tipografia com tipos de madeira, um arranjo todo especial dos teclados e maquinismos das atuais máquinas de escrever”. Se assim foi, precedeu ele, sem dúvida, ao padre Francisco João de Azevedo, paraibano, cujo invento, a “máquina taquigráfica”, foi trazido á Exposição Nacional de 1861 (veja-se o livro de J. C. Ataliba Nogueira, “Um inventor brasileiro”, 1934). De João Francisco de Madureira Pará tenho a felicidade de possuir o raro folheto “Representação que á Soberania Nacional derige João Francisco de Madureira Pará, inventor da nova machi-

na da navegação, ou breve quadro em que se demonstra á toda a luz, a desconnexada connivencia, nas inexhaustas tortuosidades com que tem arrostado; sem outras Armas, que as de seu acrisolado PATRIOTISMO" (Rio de Janeiro, typographia de Lessa & Pereira, 1832). A pag. 12, faz referencia a "huma Typographia que, de pura invenção sua, e sem auxilio de modello precedente, apresentou na Cidade de Belem, Capital da Provincia do Pará, sua Patria" Mas o opúsculo trata exclusivamente de outro invento seu: uma "nova Machina para o melhoramento da Navegação" Tendo ido á capital da provincia portuguesa de Angola, afim de receber allí uma herança que coubera á sua esposa, d. Maria do Carmo dos Reis Montaury, ofereceu aos loandenses um banquete, que lhe foi retribuido. Alves da Cunha, em seu livro "Paraenses illustres", citado por d. Dilke de Barbosa Rodrigues, assim narra o fáto de que resultou a morte do inventor brasileiro: — "Sabendo-o apreciador do café, como mostra de amabilidade, obsequieiam-no, á sobremesa, com uma taça da famosa rubiacea. Ao ingerí-la, Madureira sentiu-se mal e recolheu-se a seus aposentos. Em pouco, entregava a alma a Deus. O segredo de todas as suas belas invenções perdia-se para outros, enquanto no conteúdo, que restava no fundo da chícara, grande quantidade de arsênico mostrava o poder cobarde da inveja e da cobiça. "

8) João Alphonsus, filho do grande simbolista místico da "Pastoral aos crentes do amor e da morte", é já um nome vitorioso em nossa literatura de ficção. Acaba ele de publicar mais um brilhante romance, "Róla-Moça" (Rio, José Olimpio, 1936). Aí foi que se nos deparou a última e não menos interessante das imagens, em que foi aproveitada a *coffea arabica*. A' pág. 12, narra ele: — "Os bondes demandavam o centro urbano, com gente do comercio, da industria, do ensino. Os pas-

sageiros levando restos de sono dentro dos olhos, cabelos molhados de quem despertou na horinha, conversas com cheiro de café, raro de café com leite”.

9) Na poesia “Trem de ferro” uma das mais interessantes do modernismo brasileiro, Manuel Bandeira, referindo-se, por certo, a uma viagem matinal, assim inicia a partida:

“Café com pão
Café com pão
Café com pão!

Virgem Maria!
Que foi isto,
Maquinista?

Agora sim
Café com pão
Agora sim!
Vôa, fumaça,
Corre, cêrca,
Ai seu foguista
Bota fogo
Na fornalha
Que eu preciso
Muita força
Muita força
Muita força...”

10) Em “Coups d’oeil sur les forces économiques du Brésil” (Bruxelas, 1930), á pág. 68, conta Aluizio de Magalhães que em Roma, no ano da graça de 1595, alguns padres superexcitados reclamaram do papa Clemente VIII a excomunhão do café, alegando que tal *bebida diabólica* era invenção dos infiéis, isto é, dos mu-

culmanos, para os quais substituiu o vinho sagrado do Cristo. Não refere o sobredito escritor qual a decisão do pontífice. Mas acreditamos que a estúpida petição foi indeferida pelo egrégio Aldobrandini, o qual, nos treze anos do seu pontificado (1592-1605), chamou ao catolicismo Henrique IV (de quem declarou nulo o casamento com Margarida de Valois, permitindo-lhe, assim, desposar Maria de Médicis, mãe de Luiz XIII), reuniu o ducado de Ferrara aos Estados da Igreja e ainda concorreu para a paz de Vervins (1598) entre a França e a Espanha.

11) Théodore de Banville (1823-1891), em um dos seus mais interessantes trabalhos, "La lanterne magique", fez o elogio do café. E' o pequeno capítulo XXXIX, que foi assim traduzido por Fernandes Costa ("A lanterna mágica" Lisbôa, 1889, págs. 45-46): — "Toda a noite, o poeta Paulo Sirvent foi domado pela musa vitoriosa, pensando em versos cheios, firmes e sonoros, e aprisionando, com agil dextreza no ritmo, as imagens soberbas, cômicas e graciosas, que se atropelavam no seu cérebro. Ao pé dele, sobre a sua mesa, amontoam-se as folhas, cheias de versos escritos sem rasuras, com letra desembaraçada e nítida, e continúa a escrever ainda. Mas está cansado, pálido, e os olhos ardem-lhe como brasas, quando a alvorada lhe vem empalidecer o candieiro, atirando a sua luz branca através das cortinas mal cerradas. Nesse momento, o poeta suspira, quebrado pela luta que não acaba nunca e sempre recomeça, e, ainda que cheio de coragem, desesperando quasi de traduzir, tal como ele a imagina, a pura e serena Beleza. Mas sente-se curado, retemperado, tranquilizado como por uma onda refrigerante, apenas por ver entrar a sua querida e fiel mulher, Emilia. Formosa e toda iluminada pelo amor, vestida com um penteador branco, os espessos e abundantes cabelos pretos erguidos sobre a fronte estrei-

ta e com os olhos cheios de doçura, de altivez e de ternura materna, — traz nas mãos a chávena branca e delgada, qual uma casca de ovo, na qual deitou um aroma precioso e divino. Esse café, escolheu ela a um e um os seus bagos verdes, que misturou em proporção acertada; ela mesma os torrou com minucioso cuidado, de modo que não enegrecessem e ficassem deliciosamente loiros. Depois, ela mesma os moeu; com as suas formosas mãos elegantes, deitou, lentamente e com intervalos fielmente observados, a agua muito pura e límpida, fervida sobre uma chama brilhante; depôs no fundo da chávena, antes de lhe deitar o negro licor, um pedaço de açúcar verdadeiro, obtido á custa das mais pacientes buscas. E agora traz ao seu amigo essa bebida, que envão todos os reis desejariam, mas que é digna de recompensar a vigília extasiada do poeta, cujos pensamentos hão de voar pelo mundo inteiro, como aves de alegria e de luz”

12) O fecundo escritor lusitano, padre José Agostinho de Macedo, também escreveu sobre “O caffè” (*sic*), em “Semanario de Instrução e Recreio” (Lisbôa), tomo I, pág. 290.

13) No interessante “roman de l’amour” de Raymonde Machard, “La possession” (París, 1927), vem um trecho curioso, com referência á falsificação do café por meio da chicória. E’ o seguinte, que transcrevêmos das págs. 122-123:

“Après déjeuner, mme. Amboise et sa vieille maman se sont retirées, comme d’habitude, dans le petit salon, pour y déguster, tranquillement, leur café. Les voici en train d’officier devant un guéridon qui ressemble, avec son napperon de dentelles et ses porcelaines dorées, à un autel. Mme. Amboise, d’un trait, vide sa tasse. Elle réprime une grimace. Mme. Desrosiers boit, par petites gorgées, le con-

tenu de la sienne. Elle fait claquer sa langue avec délectation:

— Ce café est fameux!

Sa fille sourit, et aveue:

— J'ai dit à Berthe d'y mettre de la chicorée.

— De la chicorée! Tout s'explique. Crois-tu, ma fille, de mon temps on ne faisait jamais le café sans chicorée. Cela lui donnait un petit goût à part. Est-ce que tu aimes ce goût?

— Beaucoup.

— Tu vois! Il n'y a pas à dire, les vieilles gens ont pour eux l'expérience. .

— Alors, vous êtes contente, maman?

— Très contente.

— C'est tout ce que je voulais.

— Tu es gentille! Chaque jour tu inventes, pour moi, une nouvelle gâterie. . .”

14) Alfred Russel Wallace, em vários logares das suas interessantes “Travels on the Amazon and rio Negro” (ed. de 1889), faz ao café as mais lisongeiras referências. A's págs. 107, 137, 148 e 161, afirma que a bebida negra era a sua delícia de cada dia, refrescante e infalivelmente benéfica. O mais curioso, porém, é o que ele conta, á pág. 221, a respeito de um papagaio amazônico, o *Deroptyus accipitrinus*, uma das mais belas aves do Brasil e do mundo, o qual se tornou grande amigo do café. Denominada *macaí* ou *amacã* pelos índios daquela região, deu-lhe o grande naturalista o nome de “Mariana”, e refere, pela fórmula seguinte, o que devemos consignar aquí: — “Era uma ave que comia tudo quanto se lhe deparasse: arroz, peixe, carne, vegetais, e gostava de café tanto como eu próprio. Quando ela me via com uma canéca de café á mão, procurava logo, sôfregamente, trepar á beira

do vaso, e não ficava quieta, enquanto não recebesse o seu quinhão de bebida, que tomava aos sórvos, com grande prazer, parando de quando em quando, a correr em roda os olhos, com ares de muito entendida e como que para dizer: — *Este café está muito bom!*; e tomava-ogulosamente. Ela apreciava, evidentemente, o sabor do café, e não o do açúcar. Subia, ás vezes, á borda da cafeteira, e, inclinando-se-lhe á borda, mergulhava o bico lá bem no fundo, sem a menor cerimônia, deixando sómente aparecer a pequena cauda; e, desse jeito, não só bebia todo o café, mas também lhe comia a bôrra, durante uns cinco minutos”.

15) No romance policial de Jean Sorgues, “*La femme en gris*” (París, 1932), há um bandido mexicano, El-Duc, que se serve do café drogado para conquistar a mulher que deseja. E, depois, murmura ao ouvido desta (pág. 155):

— “Mais, voilà, il fallait t’amadouer, te faire boire ce bon café, à qui tu dois d’être ainsi à ma merci”

16) No romance “*Germana*” (Rio, Ariel, 1937), de Victor Axel, ha duas referências á *coffea arabica*, merecedoras de registro. A primeira vem á pág. 141 e é a seguinte: — “Vou fazer-te um bom café, papai, café do Brasil, de que tanto falas e do qual tanto bebeste nas tuas viagens pela América. Daquêlê famoso, que aquece o estômago e vigoriza as idéas!”

E, logo adiante, á pág. 144: — “O aroma original e penetrante do café, que já por si basta para infundir jovialidade, espalhou-se por toda a sala. Faz sorrir condescendentes as duas criaturas, que desentendimentos tinham por vezes separado, mas que atrações do sangue e afinidades de sentimento aproximavam e identificavamà.

17) Armand Silvestre, em uma das suas "Histoires folatres" a intitulada "Cuisine bourgeoise" (pag. 86), menciona as tres bebidas alcoólicas, que compunham a comitiva da extraída da *coffea arabica*: "le pousse-café", "la rincette" e "la sur-rincette"

18) "Le mauvais café" é como se denomina um dos capítulos (pags. 170-177) do romance de Maurice Dekobra, "Le geste de Phryné — Amours exotiques" (París, 1930).

19) Em "Lubies" (París, 1927), ás pags. 171-172 da 9.^a edição, o primoroso escritor Paul Cazin cria uma nova lenda da "Borracheira" pondo Cendrillon a moer café e fazendo do moínho sair um magnifico automóvel...

20) Em interessante artigo, sob a epígrafe "A guerra do chá e do café" (v. "Diário de S. Paulo" de 3 de maio de 1939), o consagrado mestre de literatura portuguesa, que é o dr. Fidelino de Figueiredo, não só refere que há anos, em Madrid, provocou uma curiosa polémica sobre "El arte de tomar café", como ainda nos dá a grata notícia de que vai aparecer agora um novo trabalho sobre a *coffea arabica* na América-do-Sul, devido ao competente paulista dr. Rogério de Camargo.

21) Finalmente, Aristides Rojas, em seus "Leyendas históricas de Venezuela" (1890), incluiu um capítulo intitulado "La primera taza de café en el valle de Caracas" (págs. 9-24); Andrés Bello, o nunca assás louvado polígrafo venezuelano, em seu poemeto "A la agricultura de la zona tórrida" (veja-se Lagomaggiore, "América Ltieraria" págs. 532-536), fez o elogio da *coffea arabica*; e Luc Durtain, em "Quatro continents — Poèmes" (París, 1935), págs. 41-58, descanta, modernistícamente, os cafezais de São-Paulo.

A P Ê N D I C E

**LUIZ DA SILVA ALVES DE AZAMBUJA
SUSANO**

E

**O PRIMEIRO ROMANCE BRASILEIRO SÔBRE
O CAFÉ'**

O
CAPITÃO SILVESTRE
E FR. VELLOSO
OU A
PLANTAÇÃO DO CAFÉ NO RIO DE JANEIRO

ROMANCE BRASILEIRO

Por Luis de Silva Alves d'Asambuja Summo

Utile dulci.
Honor., art. post.



Rio de Janeiro
PUBLICADO E A' VENDA EM CASA DE
EDUARDO E HENRIQUE LAEMMERT
Rue de Quitande, 77

LUIZ DA SILVA ALVES DE AZAMBUJA SUSANO

Nasceu a 20 de agosto de 1791, na capital do Brasil; e faleceu a 16 de agosto de 1873, na capital do hoje Estado do Espírito-Santo.

Destinando-se, segundo se presume, á carreira sacerdotal, cursou aqui as aulas do seminário de São-Joaquim, onde adquiriu sólidos conhecimentos literarios e científicos. Longe, porém, de vestir batina, empregou-se no Ministerio da Fazenda, subindo de simples escriptorario a inspetor da Tesouraria, cargo no qual se aposentou em 1856. Exerceu a advocacia, mediante provisão, devendo-se-lhe a elaboração de diversos compendios jurídicos, e foi tambem professor de humanidades, tendo-se notabilizado como bom latinista.

Aos 31 anos de idade, consagrou-se, com acendrado fervor, á causa da nossa independencia, o que lhe valeu ser escolhido para membro e secretario da junta provisoria que governou, em 1821, a provincia do Espírito-Santo. Por mais de meio século residiu em Vitoria, e os seu serviços prestados áquela unidade administrativa do Brasil, foram devidamente apreciados por dois espirito-santenses notaveis: José Marcelino Pereira de Vasconcellos, em seus "Ensaio sobre a historia e a estatística da provincia do Espírito-Santo", pags. 63 e 88; e Afonso Claudio, em

sua “Historia da literatura espirito-santense” pags. 139-141. Este ultimo diz dele o seguinte: — “Susano era um escritor cosmopolita; no lugar onde elegeu domicilio, fixou-se definitivamente; aí constituiu familia, aí dispendeu os melhores anos da existencia, colaborando para o bem da comunhão, e aí finou-se” E, prestando justiça a Susano e a Antonio Claudio Soído, contemporâneo do escritor carioca em Vitoria, acrescenta o mesmo tratadista: — “Foram estes dois brasileiros incansaveis na adaptação das fórmulas ricas da literatura européica à incipiente formação da cultura na provincia, e esse afã de transplantar trabalhos fecundos revela o louvavel propósito de desviar os espiritos das imitações servis, que nenhum préstimo têm”.

Não escapou á munificencia de d. Pedro II o esforço de Azambuja Susano em prol das letras patrias, tanto que o fez official da Ordem da Rosa e cavaleiro da Ordem de Cristo.

A. V. A. Sacramento Blake, em seu “Dicionario bibliográfico brasileiro” afirma que Susano “escreveu varias obras, tanto originais, como traduzidas do latim, do francês, do espanhol e do italiano, umas já publicadas e outras inéditas, mas conservadas por sua familia”. E arrola as mesmas, em número de quasi duas duzias, na ordem seguinte:

1) “Memoria sobre o restabelecimento da provincia do Espirito-Santo, oferecida ao dr. João Fortunato Ramos, deputado ás côrtes de Portugal” (Baía, 1821).

2) “Regulamento e código do processo criminal e policial” (Rio, 1843).

3) “Exemplario de libelos, extraído do de Caminha” (Rio, 1843). — Foi publicado junto á “Doutrina das ações” de Corrêa Teles, em apêndice.

4) "Digesto brasileiro ou extrato e comentario das ordenações e leis extravagantes etc." (Rio, 1845), 3 tomos de 196, 197 e 174 pags. in-4.º. — Houve segunda edição, correta e acrescentada, em 1854; terceira, com as ordenações e leis posteriores até 1866, todas em 3 tomos e do Rio-de-Janeiro. Na primeira, o autor ocultou seu nome, declarando ser obra póstuma de um antigo desembargador do Porto, emigrado no Brasil, e, por isso, julgou-se o livro da lavra do desembargador Venancio Bernardo de Uchôa, que, depois de ter sido deputado ás côrtes, emigrou para o Brasil e aqui morreu. Nas edições que se seguiram foi que se declarou o autor.

5) "Codigo das leis e regulamentos orfanológicos ou extrato e comentarios das ordenações, leis, decretos, alvarás, avisos, regulamentos, que dirigem o juizo dos órfãos e ausentes, sobre sucessões, heranças, doações, inventarios, tutorias etc., tudo em conformidade das reformas que se acabam de legislar. — Obra necessaria a todas as familias e a todos aqueles que têm de pedir a juizo os seus direitos hereditarios" (Rio, 1847), 168 pags. in-4.º. — Houve outras edições: a terceira é de 1870, 274 pags. in 8.º; a quarta, melhorada e aumentada, de acôrdo com a legislação vigente, pelo dr. Manuel Godofredo de Alencastro Autran, é de 1884.

6) "Repertorio das leis, regulamentos e ordens da Fazenda, para servir de guia a todos os administradores, tesoureiros, coletores, juizes, empregados e officaes de Fazenda, e a todas as pessoas que têm de receber ou contribuir ou agenciar negocios pelas repartições da Fazenda Nacional" (Rio, 1853), 353 pags. in-4.º.

7) "Complemento do repertorio das leis de Fazenda, seus regulamentos e ordens, relativos aos Ministerios da Fazenda, Guerra e Marinha, pelos anos de 1852 a

1860 — Obra necessaria a todos os empregados em repartições públicas etc.” (Rio, 1861), 188 págs. in-4.º.

8) “Guia do processo policial e criminal, novamente organizado pelo código, regulamento e reformas, com todos os decretos, instruções e avisos, que se têm publicado até ao presente etc.” (Rio, 1859), 376 págs. in-8.º

9) “Compendio de ortografia, extraído de varios autores, para facilitar á mocidade o estudo desta parte da gramática” (Rio, 1826), 57 págs. in-8.º.

10) “Compendio ou arte de agricultura” (Rio, 1834), in-8.º. — Foi em parte publicado no “Auxiliador da Industria Nacional”

11) “Selecta latini sermonis exemplaria et scriptoribus probatissimis ad christianae juventutis usum olim collecta — Tradução portuguesa” (Rio, 1843), 328 págs. in-8.º.

12) “Silabario para ensinar a ler a lingua portuguesa” (Rio, 1848), 24 págs. in-8.º

13) “Compendio de gramática portuguesa para uso das escolas primarias, escrito em 1848, por ordem do illm. e exm. sr. dr. Luiz Pedreira do Couto Ferraz, presidente da provincia do Espirito-Santo” (Rio, 1851), 54 págs. in-8.º.

14) “Principios de aritmética mercantil, para se ensinarem nas escolas primarias” (Rio, 1860), 93 págs. in-8.º.

15) “Regulamento interno das escolas primarias” Foi publicado no “Correio da Vitoria” em 1849.

16) “Orlando Furioso, poema heróico de Ariosto, em que se continúa o Orlando Amoroso e a Historia do

Príncipe Rogerio — Traduzido do italiano” (Rio, 1833), 4 vols. in-8.º — A tradução é em prosa.

17) “Um roubo na Pavuna — Romance histórico” (Rio, 1843), in-8.º

18) “O capitão Silvestre e fr. Veloso ou a plantação do café no Rio-de-Janeiro — Romance brasileiro” (Rio, 1847), 58 pags. in-16.º — Saiu também na “Folhinha de Laemmert” de 1848.

19) “A baixa do Matias, ordenança do conde dos Arcos, vice-rei do Rio-de-Janeiro — Romance histórico-jurídico” (Rio, 1858), 63 págs. in-16.º — Saiu também na folhinha acima referida.

20) “Compendio da historia de Portugal — Traduzido de Stella e Santeuil” — Inédito. Estava pronto para o prélo, quando faleceu o tradutor.

21) “Odes de Anacreonte, vertidas em português, e seguidas da tradução francesa de Lafosse” — Ficou inédito esse trabalho.

22) “Apologética de Tertuliano — Tradução” — Idem.

Quanto ao trabalho que adeante se vai ler, — e sobre o qual tivemos ensejo de ouvir do preclaro mestre Capistrano de Abreu o mais favoravel juizo, — eis o que diz Afonso Claudio, ás pags. 139-140 do seu volume acima citado:

— “Sua atividade literaria começou em 1847, quando publicou o romance *O Capitão Silvestre e fr. Veloso ou a plantação do café no Rio-de-Janeiro*, edição de Eduardo e Henrique Laemmert. E’ uma sátira ao atraso dos fazendeiros da época. O entrecho da novela é a propa-

ganda do plantio do café, feita pelo conhecido botânico franciscano, com o auxílio do marquês de Lavradão, e a repulsa que lhe opuzeram os agricultores boçais, que não podiam conceber como de um grão era possível brotar uma árvore. A leitura é interessante; não ha no livro descrições fastidiosas; nota-se que foi escrito todo ele com certa habilidade e muita graça, principalmetne no ponto relativo aos costumes da época”.

Afonso Claudio foi, sem dúvida, exagerado, quanto á incapacidade mental dos agricultores de meiodos do século XIX, em nossa patria. Não era possível ignorassem eles que de um simples grão se originasse uma árvore, porquanto isso era para eles, então, como hoje, um espetáculo familiar.

Por outro lado, deixou aquele crítico de acentuar que o trabalho de Susano é mais uma historia do que um romance do café, tendo o autor aproveitado a oportunidade para patentear a erudição pouco vulgar que possuia, qual se vê ainda do “Elenco geográfico e histórico” que apensou ao seu interessante escrito.

A atual republicação do trabalho de Susano visa principalmente a render-se-lhe um preito de alta justiça. Deve-se-lhe, é fóra de dúvida, o primeiro romance do café, em lingua portuguesa.

Respeitámos-lhe o texto, modernizando-lhe apenas a grafia e corrigindo-lhe os erros tipográficos, que escaparam ao revisor de 1847. No texto da novela preferimos a fórmula *hurís*, de acôrdo com a nossa nota no logar pertinente do “Elenco geográfico e histórico” á de *ourizes*, ou *hourizes*, sempre encontrada nas páginas do opúsculo. No referido “Elenco” dispusemos melhor a ordem alfabética.

Todas as notas, destinadas a esclarecer certos pontos do interessante trabalho de Azambuja Susano, são da nossa lavra.

Basilio de Magalhães.

PRÓLOGO

Para entreter uns dias de plena ociosidade, escrevi este romance, fundado em fatos verdadeiros da historia da descoberta e uso do café, que tão interessante se tornou para a nossa patria. Pareceu-me o assunto util e agradável, ainda que desviado da estrada ordinaria dos romancistas e cômicos, para quem são as intrigas de amor o eterno ponto de suas lucubrações: respeitando, contudo, este gosto e opinião comum, desenvolvida sempre nesta especie de composições, fingi em Desclieux este incentivo, nobre, porém, e generoso, que lhe valeu os trabalhos e sacrificios, com que transportou de França á Martinica a planta do cafezeiro (*). Não dar, pois, o leitor por mal empregado um quatro de hora, que despender com a leitura deste romance.

(*) Susano (como os proprios escritores franceses do século passado) ainda não sabia que era "De Clieu" o cognome verdadeiro do introdutor da *coffea arabica* na América; e, como alguns outros compatricios nossos, seus contemporaneos, escrevia "cafezeiro", ao invés de "cafeeiro", que veiu a tornar-se a fórma corrente. Respeitámos aqui e em todo o resto da novela essas duas grafias do autor.

O CAPITÃO SILVESTRE E FREI VELOSO

Vice-reinando no Rio-de-Janeiro, pelos anos de 1774, o marquês de Lavradão, a quem tanto deve esta capital do imperio do Brasil, apresentou-lhe fr. José Mariano da Conceição Veloso, religioso franciscano do convento de Santo-Antonio, os primeiros frutos que colhera de um pé de cafezeiro, que plantára no horto do seu convento. Mimo precioso que lhe fizera um seu amigo holandês, por nome Hoppman (*), queria Veloso fazer dele um dom

(*) Segundo a "Historia do café" (Piracicaba, 1934) de meu falecido filho Hildebrando de Magalhães (veja-se o que vem a pags. 99-107), as primeiras mudas de cafeeiro, plantadas aqui, foram mandados vir do Maranhão ou do Pará pelo desembargador João Alberto de Castelo-Branco, por volta de 1760, isto é, depois que ele se havia empossado no cargo de chanceler da Relação do Rio-de-Janeiro. Monsenhor Pizarro, Freire Alemão e Januario da Cunha Barbosa dão como certo que tais plantas vieram do norte para aqui durante o governo do conde de Bobadela. Ha quem afirme que os primeiros pés de café, aqui chegados da região setentrional do país, foram plantados: um nos fundos do terreno da casa do proprio desembargador Castelo-Branco, sita à ladeira de Santo-Antonio; outro, no convento de Santa-Teresa; o terceiro, na horta dos frades barbones (hoje rua Evaristo-da-Veiga); e o último, finalmente, na chácara do holandês João Hoppman, em Mata-Porcos. O marquês de Lavradão, que vice-reinou no Brasil de 1769 a 1779, muito concorreu para que se incentivasse nestas redondezas a plantação da rubiacea. Foi por influencia dele que o bispo da diocese fluminense, d. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo-Branco, que era tambem fazendeiro, se entregou à cultura do café, fornecendo sementes aos padres Couto e Lopes, aquele estabelecido no caminho de Resende e o outro no distrito de São-Gonçalo, e de cujos sítios se propagou o precioso vegetal pelas regiões de serra-acima e margens do Paraíba em fóra. A acreditar-se no que assegura o marquês de Lavradão, em sua carta de 12 de janeiro de 1778 (ob. acima citada, pag. 136), João Hoppman "foi o primeiro que plantou café e que ensinou o modo de o cultivar e de se lhe fazer todo o outro benefi-

á sua patria: homem de grande saber, perscrutador da natureza, conhecedor dos bens, dos mimos dadivosos, que esta mãe modesta nos oferece, quasi sempre, com um sorriso acanhado, que os encobre debaixo de algum véu, ele previa que era esta planta mais preciosa do que as minas de ouro de Vila-Rica e de Goiás, que então exploravam com toda a ansia.

Não era o marquês de Lavradío menos um homem de Estado do que um homem de gosto: pai das letras, das artes, da agricultura no Brasil, congregava, como Augusto nos tempos aureos de Roma, um círculo de sabios em seu palacio, onde ouvia e era ouvido em palestras geniais, já sobre os atrativos das belas-lettras, já sobre a civilização e a politica do Estado, que lhe fôra confiado. Nem era só o luxo e polidez, de que Luiz XIV na França fôra o mestre, e d. João V em Portugal o discípulo; era tudo a um tempo: nobres edificios, construções navais, commercio com a metrópole, com as Indias, com a China; tudo se punha em obra, nada esquecia, nada se desprezava do que logo ou algum dia pudesse dar proveito, pudesse erguer ao auge do seu destino a bela Brasilia.

Já o doce açúcar, o azulado anil, a rubra cochonilha vegetavam, prosperando por toda parte, e levavam do Janeiro ao Tejo, em carradas enormes, boiantes armazens, os tributos magníficos da sua agricultura e seu commercio. Recebia-se da India algum café, ainda de muito poucos conhecido e pouco usado.

Apresenta Veloso ao vice-rei as suas primicias: discute-se o seu mérito, suas vantagens, sua cultura. Que fonte de riquezas! Já toda a Europa a procura; já desde as Antilhas até Caiena correm pela América as cerejas da

cio, que ele precisa" Azambuja Susano não foi, portanto, infiel á verdade histórica, nas referencias que fez a Lavradío e a Hoppman.

Arabia. Deve ser divulgada no Brasil; deve ser recomendada a sua cultura, mesmo á custa de castigos: vençam-se á força os desleixos da ignorancia, as zombarias da indolencia. Não eram mais uteis as minas da Siberia, e, contudo, cultivadas com muito mais rigor; nem mais preciosas na Espanha as amoreiras, que no principio foram plantadas com mais ardil e menos lucro.

*Toda arte no principio é difficultosa,
No meio facil, no fim deleitosa.*

Assim, todo bem, desconhecido no principio, é tardío de aceitar-se e rebelde de agradecer-se. Não recúe, porém, o homem bemfazejo, que, quanto mais for sua constancia, mais acrisolado, mais nobre, mais brilhante será seu galardão, sua satisfação íntima de ter feito bem á sua patria.

Manda Lavradío convidar á sala do palacio alguns dos mais enriquecidos lavradores de diversos distritos (bem certo de que, pelo seu exemplo, viçariam os seus vizinhos), e, em poucas e simples frases, que eles melhor comprehendessem, observa-lhes que a cultura do café era um ramo de lavoura, de que deviam tirar grandes lucros para si e para o Estado; que a Europa tinha aberto os seus armazens, á espera deste grão delicioso; que, quanto mais eles o cultivassem, mais divulgado se tornaria para os povos, e mais lucrativo aos plantadores e negociantes, que nele traficassem. E, dando a cada um deles algumas frutinhas, os abraça afavelmente e os despede, recomendando-lhes que plantassem aquelas sementes, para depois tirarem delas outras, com que aumentassem a plantação.

Vagaroso era isto, e, ainda depois de extendida a plantação, precisava do trabalho de preparo, um pouco cuidadoso, da semente, antes de a darem ao uso e ao commercio. A demora desanima, a preguiça desalenta, a

ignorancia despreza: plantar hoje e colhêr amanhã é a egoística aspiração do rústico imperito. Foram, portanto, as sementes desprezadas.

Um destes miseráveis rústicos, senhor de engenho, capitão das ordenanças, amigo do padre Veloso (*), apresentou-se-lhe na sua céla, no convento de Santo-Antonio. Sua estatura ordinaria, carão avermelhado, nariz grosso, cabeleira eriçada e fardão escarlate, com calção azul-claro, abotoado com espiguiha de ouro, era, por deante e por detrás, o capitão Silvestre Ferreira de Barros.

(*) Veloso era "frade" e não "padre", embora assim também se chamem alguns regulares. Como se pôde ler no excelente trabalho do cônego Raimundo Trindade, "Arquidiocese de Mariana — Subsídios para a sua historia" (vol. II, pags. 1085-1086), frei José Mariano da Conceição Veloso nasceu na freguezia de São-José-del-Rei (hoje cidade de Tiradentes), Minas-Gerais, tendo sido batizado a 14 de outubro de 1741. Chamou-se José Veloso Xavier e era filho de José Veloso do Carmo e de Rita de Jesús Xavier. Do casal Domingos Xavier Fernandes-Maria de Oliveira Colaço, português aquele e paulistana esta, geraram-se tres filhas, de cada uma das quais proveu um brasileiro célebre. Assim: Antonia da Encarnação Xavier foi mãe do Tiradentes; Rita de Jesús Xavier foi mãe de frei José Mariano da Conceição Veloso; e Catarina da Assunção Xavier foi mãe do padre Antonio Rodrigues Dantas, erudito filólogo, autor da "Arte latina" e da "Explicação da sintaxe latina", publicadas em Lisboa (1773) e que tiveram muitas edições. Que o grande naturalista brasileiro, frei José Mariano da Conceição Veloso, merece a posição preeminente que em sua novela lhe deu Azambuja Susano, — prova-se com o avultado número de escritos que consagrou ao progresso econômico de sua patria. De um deles, "O fazendeiro do Brasil" (Lisboa, 1798-1806, 11 vols. em 5 tomos), duas partes do tomo III (a 1.^a e a 2.^a) foram especialmente dedicadas á cultura do cafeeiro. O indesejável cientista, que dirigiu na capital portuguesa a Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literaria do Arco-do-Côgo, anexada depois á Régia Oficina Tipográfica, faleceu nesta cidade do Rio-de-Janeiro, a 13 de julho de 1811.

— “Deus graça!”

— “Póde entrar. Oh! Gósto que esteja bom e bizarro!”

— “Vamos vivendo, graças a Deus”

— “Já sei que brilhou muito com a sua festa do Espírito-Santo, que deu muita esmola e um grande banquete”

— “Fiz o que pude, e não tirei esmolas; nem um real. Mas comeci com muito gosto e acabei. que nem quis ir á festa, para não aturar os desaforos do meu padre-vigario, que é muito malcriado”.

— “Oh homem! Porquê? Pois ele me pareceu sempre um bom padre e um bom vigario”.

— “Engana-se vossa caridade: é um catana (*), e dizem que já tem dois filhos. Eu não gósto dele, desde que fui fazer um batizado, e, na mesma ocasião, foi um molequinho, que, por mais que lhe pedi, ele não quiz deixar de batizar juntamente com o meu afillhado, que era um menino branco, filho da comadre Teresa Rosa, do sitio do Sungú. Ficámos, desde então, entre dentes, como lá dizem. Agora, eu não pedi esmolas para a festa, nem adjutorio de pessoa nenhuma; a minha dona Joana cansou-se, buscando ovos, fazendo doces, refinando açúcar, ajuntando galinhas, leitões, perús, aprontando roupas, camas, toalhas. enfim, uma lida, que ninguem pensa. E ainda os desavergonhados diziam que fiz uma festinha”.

— “Oh não! Antes dizem que vossa mercê brilhou”.

(*) **Catana** diz-se depreciativamente de qualquer espada velha; daí, por translação natural de sentido, “meter a catana em alguém” passou a significar “falar mal de outrem”; e, assim, o “catana” do texto equivale a “maledicente”, ao que supomos.

— “O vigário conluiou-se com os músicos, que levei cá da cidade, e ajuntou povo na igreja, dizendo que ia cantar vésperas. A minha dona, ainda que estava muito ocupada, sempre quis ir ver. Que antes lá não fosse! Quando o vigário apanhou a igreja cheia, e ela assentada lá encima, na capela-mór, e eu do lado da porta da sacristia, com mais alguns amigos, começa, como quem cantava, dizendo: *Dei adjutorio para a festa, bem se entende!* E os músicos responderam, também em cantiga: *Dona Joana fez uma festinha!* Ficou a minha dona pelos ares, impando de vergonha, e eu, que não botava sentido na coisa, quando a vi tão aflita e um músico de voz grossa, gritando bem, e dando com a cabeça: *Festinha! festinha!*, então caí na maroteira do vigário, tirei a dona da igreja, e levei-a para casa, com mocambas (*) e tudo, e muita gente, que também saiu e deixou a igreja vazia. No outro dia, não fui, nem quis que ninguém de minha casa fosse á festa”.

Quasi estalando de riso, diz o padre Veloso:

— “Não disseram isso, sr. capitão: antes foi muito pelo contrario o que cantavam o vigário e os músicos. Bem sabe, na igreja, tudo que os padres rezam é em latim. Isso, que cantaram, é uma oração, que se reza a Nosso Senhor, quando se começam as vésperas. Olhe: aqui está no breviario (e apresenta-lhe um rico breviario, com letras pretas e vermelhas). Póde ler: *Deus in adjutorium meum intende!* Isto foi o que disse o vigário e quer dizer: *Deus, vem em meu adjutorio!* Os músicos responderam: *Domine, adjuvandum me festina!* (Senhor, apressa-te em meu socorro!). Vossas mercês enten-

(*) Mucamba ou, melhor mucama (fôrmas dadas ambas pelo “Dicionario de vocábulos brasileiros”, do visconde de Beaurepaire-Rohan) era a “escrava predileta e moça, que servia ao lado de sua senhora e a acompanhava aos passeios”

deram mal, e supuseram no vigario uma coisa, que certamente ele não é capaz de fazer”

— “Pois, padre, todos perceberam mui claramente que, como ele é que tinha inventado aquela véspera, e acendido a sua cera (porque ainda não se tinha botado a que eu levei daqui da cidade), por isso dizia que tinha dado ajutorio para a festa. E os músicos? Esses, então, rasgadamente gritavam por caçoada: *Dona Joanna fez uma festinha, festinha, festinha!* Agora, si é outra coisa, si é aí do breviario e do latim, não sei. Não fui eu só: meu irmão Pedro, meu compadre Domingos, que é entendido, todos tomaram a coisa bem em grosso”.

— Não, sr.! Diga-lhes que estão enganados. E’ como eu lhe digo e que lhe mostro aí no breviario, ou no missal mesmo, ou em qualquer livro de *Horas Marianas*. Mas veiu vossa mercê agora á cidade fóra do tempo: veiu ver como é bonito o nosso Passeio Público, a bela cascata dos jacarés, o menino botando agua com o cágado, a linda rua de flores e arvoredos. .”

— “Ainda lá não fui. Vim, porque o vice-rei nos mandou chamar a uns poucos, de Irajá, de Saquarema, de Suruí, do Campo-Grande, de toda parte. Fomos á sala, cuidando que era alguma coisa; e sái-se de lá o homem com um açafatinho de frutas vermelhas pequenas, e entra a dar uma meia duzia a cada um, para que fôssemos plantar, que era coisa muito boa, muita riqueza, para mandarmos para o reino. Ora! vamos agora plantar frutinhas e doidices da cabeça do vice-rei! Eu, logo embaixo do palacio mesmo, botei as minhas fóra: tomara eu plantar cana; que me importa cá do café!”

— “Fez mal, sr. capitão, de botar fóra essas frutas. . .”

— “E todos fizeram o mesmo. Si algum não botou logo aí, foi botar lá mais longe. Todos se agoniam de ser chamados lá de suas casas, incomodarem-se, para vir

rem buscar uma asneira, para plantarem: uma coisa que não presta para nada! Si o vice-rei gosta de café, ele que o plante! Não diz que plantou tanta coisa no Passeio Público? Pois plante lá o café, e, quando for para Lisbôa, carregue! Não se precisa cá dele: o que nos faz conta é açúcar. No meu engenho, então, que dá canas, que eu nem tenho tempo de moer! Não quero outra coisa, nem mandiôcas. Com açúcar se compra farinha”.

— “O café ha de dar mais lucro do que a cana. Depois de plantado, dura muito mais tempo do que o pé de cana: dispensa moendas, carros, bois e caldeiras; dispensa muitas despesas, que fazem com o cozimento do açúcar; e dá mais dinheiro uma arroba de café do que uma arroba de açúcar. O vice-rei manda plantar, porque se conhece bem que o café ha de ser mais a riqueza dos fazendeiros do Brasil do que as outras coisas que se cultivam; além de que bom é ter de tudo: quando uma coisa não dá, dá outra. Todos não têm posses para terem engenho: mas têm para café, para anil, para mandiôcas, para muitas outras coisas, que, bem trabalhadas e governadas, dão em proporção um lucro, que, bem calculado, é igual, sinão maior, de umas coisas do que de outras. Só o plantar a mamona e fazer azeite, cuida vossa mercê que fará pouca conveniencia? Veja o Mixela, sósinho com sua mulher e tão pobre, como já tem hoje sua meia duzia de escravos, só com a mamona. Fez mal, — permita-me que lho diga, — em botar fóra as sementes, que o vice-rei lhe deu. Não lhe custa plantar, não lhe toma tempo, nem terra, que tem muita: logo veria o proveito que lhe dava, e, pelo menos, o regalo de tomar uma chícara de café, de manhã ou depois do jantar...”

— “E donde veio agora esse café? Quem inventou isso no mundo?”

— “Olhe, aqui tem este livro. Vá lendo daqui para deante, enquanto eu venho, que vou para o côro, que está tocando. Verá que merecimento que tem o café por todo o mundo e por toda a gente fina e delicada”.

Entrega Veloso um livro ao capitão, deixa-o lendo, e retira-se, dizendo consigo, pelo corredor:

—“E’ bem silvestre este capitão Silvestre! Por mais que me amoldei á sua capacidade, não sei si pude persuadí-lo. E’ difficil, e mui difficil, tirar do seu ramerrão estes homens, e fazê-los comprehender o seu mesmo interesse e melhoramento!”

“Reinando no trono da França o grande Luiz XIV, cujo nome retumbava em redomoinhos de gloria desde Cádiz até aos confins da Polonia, desde a Holanda até Constantinopla, mandou o imperador da Turquia, Maomé IV, a cumprimentá-lo, um seu grão-vizir, Solimão Aga (*).

“París, que, por sua mesma situação, é o coração da Europa, de quem a França é o peito, era então, mais que nunca, a mais brilhante côrte de todo o mundo: jardins, teatros, praças, templos, obeliscos, tudo ostentava o brilho, a polidez da civilização, que lindas moças, —

(*) Solimão Aga esteve em Paris desde julho de 1669 até maio de 1670, na qualidade de embaixador de Maomé IV (1648-1683) perante a côrte de Luiz XIV (1643-1715). Tendo trazido consigo grande quantidade de grãos de café, introduziu então na capital da França o uso da bebida, que ele mandava preparar e servir á moda turca. Sobre esse enviado do monarca otomano ao *Roi-Soleil*, traçou H. E. Jacob, em sua citada obra “*Sage und Siegeszug des Kaffees*”, todo um longo e interessante capitulo, o qual, na edição inglesa (Londres, 1935), vem a pags. 111-127, sob a epigrafe “*Solimán Aga and the Parisians*”

essas flores sempre amáveis da árvore maravilhosa do gênero humano, — adornavam, entrelaçadas por entre grupos de sabios e de guerreiros, entre pendões e ramalhetes de artistas, lavradores, fabricantes, negociantes!

“Trazia Solimão consigo algumas das suas sultanas. Mas não como disse Ovidio: *Spectatum veniunt spectentur ut ipsae*. Pelo contrario: ao mesmo tempo que as parisienses se mostravam alegres e risonhas, estrelando as janelas e fulgurando nos salões e nos teatros com sua agradável presença, aqui lançando garbosas um passear elegante, ali movendo prazenteiras o riso e jocundidades, acolá com voz suave acompanhando os concertos do cravo, do salterio, da guitarra, — caminhavam as pobres muçulmanas como tristes pássaros encerrados em gaiolas, cobertas e encobertas de todos os lados, sem uma vista, uma voz, um movimento, que não fosse pelo aceno de seu bárbaro senhor. Manequins sensitivos, sem vontade, sem alma!

“Pasmava Solimão, vendo os costumes humanos, a delicadeza, suavidade e vida de Paris. Muito de propósito, e para fazer ostentar a sua grandeza, a civilização, a generosidade, a nobreza, enfim, de um povo cristão, em contraste com a rudeza, acanhamento e caprichos bárbaros dos maometanos, mandou Luiz XIV que o hospedassem com bizarrria, em um palacio magnífico da rua de *Notre-Dame*, perto desta catedral.

“Aí, era o turco frequentemente visitado por distintas personagens, que, — já pela curiosidade de o verem, já pela de verem as belas muçulmanas, si correspondiam ao que se diz da formosura das moças da Georgia, já para o enlearem com o fausto e opulencia da França e amáveis costumes da sua côrte, tão diferentes desses grosseiros caprichos e ciumes dos maometanos, — levavam consigo as mais lindas e joviais parisienses, para convidarem as turcas para os bailes, jogos e passa-

tempos, que cada dia se celebravam em umas ou outras famílias e sociedades. Mas envão, que as infelizes muçulmanas não apareciam, não recebiam visitas: encerradas em suas alcôvas, eram estas estranhas a toda sociabilidade; não respiram, não vivem estas tristes, sinão com o ar que lhes concede a presença de enormísimos eunucos, guardas infernais, que nada aí fazem e embaraçam a quem podia fazer!

“Aceitava, contudo, Solimão, pela sua parte, os convites lisongeiros das amáveis francesinhas, a quem correspondia com lhanza e não indiscreto galanteio. — *Que gente! que costumes!* (dizia ele, muitas vezes, atônito, consigo) *Como é possível que mulheres tão agradáveis, belezas tão carinhosas, passeiem ilesas braço em braço com estes mancebos, não menos meigos do que elas? Dansam, cantam, brincam juntos, e separam-se com uma especie de desdém, como si não se avistaram! Si assim as muçulmanas se portassem, era impossível a sua virtude, impossível fazerem a felicidade de seus maridos!*

“Tantas e tão frequentes vezes honrado o embaixador otomano, tão generosamente recebido no seio das principais casas de París, não podiam deixar de o estimularem a fazer iguais convites para a sua casa, mostrar-se igualmente nobre, generoso e polido. E, em abono da verdade, não encobriremos que nem foi preciso que os seus atilados intérpretes o advertissem: seu amor proprio mesmo, o gosto, a satisfação de ter em seus salões um escolhido círculo de *hurís* (assim apelidava ele as francesas) o faziam corresponder aos convites com outros convites, aos saraus com outros saraus em sua casa.

“Eram, nestes festins, servidas as francesas com café, á moda de Constantinopla e de Alexandria; e tantas vezes servidas, e com tanto asseio e elegancia de aparato, que por fim lhe tomaram o gosto, e já não se falava,

nos círculos e adjuntos, sinão nas delicadezas do turco, na suavidade aromática e gostosa do seu café.

“Na primeira vez que se apresentou esta estranha bebida, em substituição do chá da China e do chocolate do México, não puderam as delicadas *hurís* deixar de estranhá-la. Vinha em chécaras da mais rica porcelana da Índia, matizada de ouro e azul; criados egipcios, vestidos em grande gala e ornados de brincos e colares de pérolas e coralinhas, as apresentavam de joelhos ás senhoras, em lindos guardanapos de seda côm de enxofre, franjados de ouro; rescendiam nos salões aromas da Persia; e titilava em todos os semblantes uma doce jocundidade.

“Repugnavam, porém, os mimosos beicinhos o tocarem a bebida negra e amarga, e cada qual se encolhia, olhando, um tanto acanhadas, umas ás outras, com enjoado fastio. Percebe madama Dacier a estranheza das suas patricias, e, para as desculpar, desvía logo delas para si a atenção do embaixador, dirigindo-lhe em lingua arábica este discurso:

— “O café é uma excelente bebida: foi um presente com que Alí brindou a seus filhos. Tres dias orou ele em êxtases, elevado ao terceiro céu, para obter de Alá um sinal perduravel de recompensa, que se estendesse por toda a terra, como os verdadeiros crentes. Já tinha o grande profeta obtido o *anfião*, com que vos regalais nos vossos *tchibuks*; concedeu então Alá o café, que, de repente, começou a pulular nas colinas de Moka e nos montes do Yêmen, em Bander-Abawy. Contudo, somente as suas flores, cândidas e radiantes, como ás estrelas, que brilharam com Alí no terceiro círculo do céu, é que foram recolhidas pelos maometanos, que faziam de seu aroma um bálsamo suave, com que os santos peregrinos da Siria, do Egitto e da Etiopia ungiam suas mãos, para oferecerem em Meca suas oblações ao sublime tú-

mulo do profeta. Mas certo *dervik* (*), tendo um sonho em que viu, no banquete do profeta, os anjos prepararem a semente do café para lhe darem a beber, revelou a um príncipe da Abissinia este misterio, como um dom que o profeta lhe outorgava em sinal da sua estima e bom-grado, com que lhe tinha aceitado e depositado perante Alá as suas oblações e oferendas. Da Abissinia, foi o misterio divulgado por toda a Arabia e toda a Persia, onde Usbek o fez servir no seu harém de Ispahan, para que exaltasse a beleza e renovasse os encantos da sua bela Roxana e suas companheiras. E' mui frequente o uso do café em Constantinopla, a quem o imanato de Sanaá paga anualmente um tributo de dois mil quintais. Porém, nós, os ocidentais, muito pouco o conhecemos, exceto em Londres, para onde os ingleses já começam a levá-lo do commercio da Siria. Tem um aroma excelente",

"E, durante este breve improvisado da erudita madama Dacier, para distrair e lisongear o turco, estava este atento, sem desviar dela os olhos, admirado de a ouvir falar com tanta sabedoria e na lingua do Alcorão. Ah! Parecia-lhe ouvir um anjo, revelando-lhe a misteriosa origem do uso do café, que ele mesmo ignorava, acontecida entre os seus compatriotas, possuidores dos países que o produzem. Ele, que, até hoje, por não saber o francês, não pudera dar todo o desenvolvimento ás effusões do seu coração, somente enunciadas por meio de intérpretes, que as explicavam, sente agora um duplicado prazer pelo discurso que ouviu e por poder falar em sua lingua com uma senhora francesa.

— "Madama, nascestes em um berço de Alexandria ou entre as flores de Alepo? Alá vos revelou sua

(*) **Anfião** é tirado do árabe **aflun**, nome com que designam o suco tirado da papoula preta, isto é, o opio; **tchibuk** é voz turca, equivalente a "canudo" e "caximbo"; **dervik** está no texto em logar da fôrma afrancesada **derviche**, religioso ou fanático maometano.

sabedoria e seus misterios e, sem dúvida, vos predestina á sua primazia entre as *hurís*. Como, cândida princesa do paraíso, vieram cativar-vos em França?

— “Não nasci em Alepo, nem sobre o elevado pínculo das pirâmides do Egito. Em França tive o meu berço: meus pais cuidaram da minha educação, e as letras me franquearam o conhecimento dos países, das nações, de seus usos e seus costumes. Aqui, não ha escravas: tão livres, tão senhoras, como os homens, as mulheres sabem as artes e as ciencias; contemplando os céus, elas conhecem as estrelas e os planetas, que iluminam a residencia de um Deus onipotente, criador do universo; olhando a terra, contemplam as nações, e como se sustentam na mutua dependencia umas das outras, mutuamente ligadas pelo interesse dos gozos, que um país ministra a outro país, no que verdadeiramente consiste a vida humana; e, vendo os mares, se convencem da liberdade e immortalidade da nossa alma: as artes, que esta inventa, as medidas, os cálculos, com que atrái, aproxima ao seu microscopio a vastidão imensa do orbe, nos convencem do seu imperio sobre as obras da natureza e de que, superior á materia desta, não póde acabar como esta; assim como o vaso que se quebra, a semente que se destrói, não acaba com o oleiro que o formou, com o espirito que o desenvolveu.

— “E” a primeira vez, madama, que ouço tanta sabedoria, tão sublime capacidade em uma mulher. Nunca pensei que a gente do vosso sexo fosse capaz de compreender as sublimes lições, que só o nosso grande profeta entrevía no seio de Alá.

— “As mulheres, sr., têm tanta alma, tanta capacidade e comprehensão, como os homens. O que verdade parece é que elles, mais materiais do que ellas, as acaham e subjugam pelo peso da sua força; e daí nasce que as infelizes, aberradas de toda a ciencia, de toda a co-

gitação, que não seja só e única dedicação a seus maridos, são pelos homens bárbaramente consideradas como incapazes de idéias sublimes. Mas, em todos os tempos e por toda parte do mundo civilizado, as mulheres se têm sempre mostrado tão engenhosas, tão nobres, como os homens. Na vossa Asia, viu-se antigamente Pentésilêia, com uma espada na mão, levando de roxo e de tropel, adiante de si, os terríveis guerreiros de Mirmidonia; assim também Zenobia, Semíramis e outras. Artemísia regeu sabiamente o cetro da Persia; o espirito de Safo ainda arrebatada, com os cantos da sua poesia, os gregos modernos, como os antigos, entre os quais foi celebrada a destreza de Atalanta, a habilidade de Aracné, como a constancia de Penélope. Nos tempos modernos, a civilização e as letras, adoçando os costumes, têm chamado o homem a melhor uso do seu predomínio, usurpado sobre a mulher, que é metade dele mesmo. Na França, o por toda a Europa ocidental, têm as mulheres igual direito como os homens, igual educação como eles. A civilização estabeleceu entre os dois sexos relações, que a gravidade limita de uma maneira única, verdadeiramente digna de um ente racional, como é o homem: em bandos, misturados homens e mulheres, recrea-se o nosso espirito, comunicam-se os dotes da nossa alma; sentimos vida, e mutuamente nos respeitamos, com sincero decóro. Si fordes por essa cidade, por esses campos, vereis a mulher e a filha do artista, com agradável diligencia, cuidando dos negocios internos da sua casa, e, tão habeis como o pai da familia, ajudando-o nos trabalhos da sua arte; a mulher, a filha, a criada do lavrador, vigorosas e coradas de honestidade, aliviando, sem temer o ardor do estio, com varonil desembaraço, as fadigas do laborioso consorte, não se esquecendo de arejar os cereais guardados no celeiro e de educar seus filhos no amor do trabalho e nas máximas da virtude;

vereis com o negociante a mulher, uma vez sulcando intrépida mares empolados, a demandar novos países, onde encontre novos bens, novos recreios, novos gozos e vida, outra vez tenteando, com zelosa prudencia, as economias da casa, ao mesmo tempo que a filha registra adextrada, no escritorio, os negocios de seu pai. A música, o desenho, as danças, o passeio, entretêm suas horas vagas; os livros nos instruem do passado e do presente, e nos advertem do futuro. Enfim, vereis em nossas escolas os lentes, rodeados da mocidade de ambos os sexos, explicar a todos, igualmente, os principios da religião, das artes, das ciencias, das verdadeiras virtudes. De tudo a mulher é capaz, como o homem: tudo lhe é devido, como a ele; e é assim que pódem palpitar no coração, com sinceridade, amor e virtude: sem gozo, não ha vida; sem liberdade, não ha amor; a magua dos grilhões não inspira sinão ansias de respiro”.

”Neste ínterim, tinham as francesas, com disfarce, largado o café, havendo umas somente provado, outras sorvido até metade da sua pequena chícara; mui poucas desfrutaram todo o líquido. Percebendo a animada conversação de madama Dacier, rodearam-n-a em semi-círculo, para ouvirem da sua boca a pronuncia harmoniosa da linguagem arábica. O embaixador, vendo-as aproximar-se, regalava o olho, extasiado: a elegancia e a beleza daquelas moças o encantavam. Dacier explica em poucas palavras ás suas patricias o seu discurso: elas o aplaudem; a senhora de Némours pede que digam ao embaixador que ela, se a casassem até com um rei, que seu coração não escolhesse, amaria o trono, mas não o entronizado. Gostosa hilaridade excitou em suas camaradas este seu dito, que o acaso não tardou a confirmar: casou o duque de Némours esta sua filha com d. Afonso VI, rei de Portugal, homem pouco generoso e polido, para apertar mão tão mimosa; anulou ela o

casamento, e casou com d. Pedro, irmão do rei, a quem se afeiçoou logo, mesmo deante das tochas do himeneu do primeiro marido. Não gostou o turco do seu pensamento; mas a bela indiscreta primava em graças e beldades, e o seu dito o fez abaixar, murchos, os olhos.

“Reinava ao mesmo tempo, nos salões, a mais jovial alegria. O mesmo Luiz XIV aí estava: curioso, como os seus cortezãos, queria também ver se lobrigava as belas georgianas, mas tão disfarçado, que muito poucos o conheciam. Aqui, contradançavam elegantes pares o engraçado *je-sais*; ali, perpassavam, em garbosas atitudes, o minuete espanhol e o agitado fandango; monsieur e madama cantavam angélico dueto italiano, que sonoros instrumentos acordemente acompanhavam. Por toda parte, serviam diligentes os criados o café, os doces, os sorvetes; e, tudo iluminado de cera branca e rosada, parecia que o proprio sol estava assistindo, com seu dia, áquellas horas de recreio e de festança. Uma só câmara na casa estava fechada, e guardavam a porta, com alfanges desembainhados, dois negros eunucos de sanguineos olhos arregalados e quasi sem pálpebras, mais feios e mais terríveis do que uma noite tenebrosa, entrecortada de coriscos. Era a triste mansão das pobres muçulmanas, a quem o maometismo, fanatizado pelo egoísmo, nem lhes permitia ver a jovialidade das outras do mesmo sexo. Infelizes moças! Todo o seu bem, seu viver neste mundo, consiste em consumir algumas galinhas e gastar algumas sedas! Permita Deus que lhes aproveite a lição, que Dacier acaba de dar ao enviado do seu grão-senhor, escravo do seu caviloso Alcorão e da ignorancia do seu *muftí* (*).

(*) **Mufti** é título que se dá ao sacerdote-juiz da religião maometana.

“Retirada, enfim, a companhia, era nos círculos das famílias, que assistiam áqueles festins em casa do turco, objeto frequente das conversações o sabor, o aroma do café, o ar de elegancia e de asseio, que acompanhava o serviço, que se tornava mais picante pelo aspecto estranho dos moveis, do vestuario dos criados, e a singularidade de se estar assentado em almofadas e falar-se por intérpretes. Causava isto ao espírito das francesas um novo gosto, uma nova emoção de regozijo: por toda parte, apregoavam o café, que tinham tomado. Queriam já todos prová-lo; era já fasto e delicadeza saborear em Paris o *cahêu* dos orientais; era, porém difficil alcançar a fava preciosa, com que se fazia este licor, por ser artigo desconhecido no commercio; só se achava em Marselha, e em mui pequena quantidade, da qual custava cada libra quarenta escudos.

“Lançaram-se diligentes especuladores, em sua demanda, aos países da Arabia, e não tardou que Estêvão de Alepo abrisse em Paris um botequim, alegremente decorado, em que se servia esta bebida a nacionais e estrangeiros, que o frequentavam, atraídos do belo e da novidade.

“Extendeu-se logo a Londres e a toda a Europa o uso do café: do norte, igualmente que do sul, acostumaram-se a ele os povos, mas sempre na necessidade de o irem buscar lá na Arabia.

“As longitudes do oriente, o custo da compra, direitos, fretes e despesas, ministraram aos calculistas holandeses o imenso proveito, que tirariam, se pudessem no occidente produzir tão procurada fava, e buscaram introduzir nas suas colonias a sua cultura. Lançam-se á terra as mais belas, mais pesadas e escolhidas sementes; repete-se, em varias estações, esta experiencia; regam-se, estruturam-se; mas debalde; desgraçadamente, não brotou nenhuma das sementes, que se plantaram, porque a do

cafezeiro é daquelas que, para germinarem, querem ser lançadas na terra no instante em que são colhidas, o que eles ignoravam, e então crêm que, antes de a venderem, os árabes a torram em fórnos, para lhe extinguirem o germen. Com esta idéia, contudo, não desanimam. Impossíveis facilitam a industria. Do seu viveiro natural, da propria terra de Moka, tenrinhos cafezeiros têm que transportar-se para a terra da América. Dali o trazem eles cautelosamente para Batavia, e daqui para Surinam e para Berbice, na costa da Guiana.

“Solimão Ága, tendo, no fim de alguns meses, concluido em París a sua missão, voltando para Constantinopla, fez com que se remetessem de Sanaá, pelo Egipto, para a França, á madame Dacier, duas plantazinhas do *caheu*. Embarcadas em Alexandria em um navio hollandês, por não haver então outro diretamente para a França, foram levadas a Amsterdam, onde, por falta de consignatarios, foram depositadas na praça. Era o famoso *caheu*, com tantas fadigas procurado por todo o mundo occidental! Era o jasmim delicioso, a fava balsâmica, regalo dos orientais! Querem todos vê-lo, conhecê-lo, cultivá-lo. Ah! não ter ele ainda flores e sementes!

“O burgo-mestre, regente da cidade, encantado da estima e raridade destas plantas, interpretando aduladoramente que a remessa do bachá do Egipto era um presente que se fazia ás princesas de França, delas faz officiosa direção a Luiz XIV.

“Eis o *caheu* (*), o famoso *caheu* dos árabes! Não foi menos afagada em París do que em Amsterdam a

(*) De Kaffa (cidade de Shoa, ao sudoeste da Abissínia) proveiu o vocabulo árabe **qahwah**, de que se derivou a fórma turca **kahvé**. Os tratadistas occidentais attribuiram á voz árabe diversas representações: **kaffa** ou **kahwa**, **kahua**, **kahoueh**. Du-four, por exemplo, dá como **palavra original caouhê**; e o di-

planta estimavel. Mr. Tournesol a recebe, por ordem do rei, que a recomenda aos seus cuidados, no Jardim Real das Plantas. Mas os cafezeiros tremem do rigor do frio, no clima da França. Ah! eles definham, eles vão perecer; não pôde dar-lhes o natural movimento do seu viço nenhum dos cálculos do termômetro; a mais bem graduada estufa de pouco lhes presta; só um sol animador, do clima dos trópicos, os pôde medrar.

“Estava a partir para a Martinica, em qualidade de governador, mr. Desclieux (**). Amava este official a bela filha de um seu amigo, estabelecido nesta ilha, e que era um dos seus maiores fazendeiros. Amor é solícito, e Desclieux, querendo levar á familia do seu amigo algumas sementes de flores de Paris, vai escolhê-las no Jardim, e lá encontra o cafezeiro que definha e que Tournesol desespera de poder aclimatar.

— “Eis um raro, um riquíssimo presente (diz ele consigo), que eu quizera bem levar á bela Gelin. Dai-me, mr. Tournesol, dai-me, por vossa vida, um destes cafezeiros, para eu levar á Martinica: lá, o clima é favoravel a toda a vegetação, e não difere do da Arabia. Talvez de lá eu possa resarcir-vos com milhares de pés, ou, pelo menos, faremos a experiencia, que aqui tendes quasi baldada.

“Prudente pareceu a Tournesol esta ardente proposição; comunicada ao ministro Turgot, obtiveram a per-

cionario de Trevoux, *cahoueh* ou *quaweh* (veja-se W. H. Ukers, “All about coffee”, pags. 1-31).

(**) Gabriel Mathieu de Clieu (1688-1774) não foi governador da Martinica. Em 1737, foi governador da Guadalupe. Promovido em 1720 a capitão de infantaria e mandado servir na Martinica, conseguiu, por intermedio de uma prestigiosa dama, amante de de Chirac, médico de Luiz XIV, as duas mudas de cafeeiro, as quaes ficaram á sua disposição em Rochefort, guardadas por Bégon, commissario do departamento. E' certo, contudo, que de Clieu embarcou em Nantes.

missão real, e foi o cafezeiro entregue aos cuidados de Desclieux.

“Lá sái arfando, por entre as vagas de Nantes, uma fragata, onde o levam meigos ventos ao seu rumo. Nem saudades sintas, mimoso cafezeiro! Vais ter uma terra, onde vigóres, um clima, onde vivas! Lá te esperam prazenteiras as náíades e as napéias americanas, para enfeitares com tuas flores os seus cabelos; embalsama-lhes as tranças e pende-lhes de um lado sobre a orelha um teu galhinho, com seus bagos de púrpura!

“Não muito ainda a fragata se afastara do porto, quando escasseia a viração, e empata o seu seguimento. Preguiça fosse, ou saudades, o navío não andava; antes pudera dizer-se, como Ovidio, saindo para o Euxino: *Ter limen tetigi, ter sum revocatus.*

“Tres vezes vão á vante e tres á ré,
Concordes na tardança, a nau e o vento”

“Dias e dias se escoaram inutilmente, pairando á tôa, por mais votos que se fizessem, prometendo a São Lourenço umas ricas barbas de ouro. Descái do rumo o navío, ao som das correntes: calma e calma. Em calma, os navíos não se seguram: entornam, revirando de um bordo a outro bordo. De repente, arrebenta um destes tombos as péias do vaso do cafezeiro, e o despeja quebrado, rolando pelo convés.

— “Oh Santa Marta! (clama Desclieux, apertando a cabeça com as mãos). Oh meu cafezeiro! Que contas darei de ti? Que mimo agora ofertarei ao meu amigo, que digno seja de Gelin? Maldito podre mialhar, que não pudeste suster o leve tombo de um vaso!”

“E, dizendo isto, corria e apanhava o vaso, quando outro tombo o arroja e leva de encontro á amurada, com grande perigo de o esmagar ou baldear no oceano, porque, batendo as costas na borda, recebe ao mesmo tem-

po nos peitos outra pancada, com o resto do vaso do cafezeiro, que tinha nas mãos.

“Por fortuna, é o cafezeiro dotado de grande força vegetativa: com a terra esmigalhada dos abalos e as raízes descobertas, é repousado, com o resto do vaso, em uma barrica, e, cuidadosamente regado, conserva ainda alguns sinais de vida. Começa então, manhoso e disfarçado, o vento traidor a bafejar de novo as gáveas; enfuna os panos e restabelece nos navegantes esperançosa alegria. Mas que? O traiçoeiro vinha do oriente, e, sem dúvida, algum farfarelo (*) da Arabia o empenhara a não deixar passar para a América o precioso café.

“Uma tarde, ao pôr-se o sol, avistava-se quasi a Martinica, e, logo atrás do sol, sumia-se, ainda mal percebida, a lua nova. Outra vez acalma-se o lesnordeste, e arrebenta pela prôa, como um trovão, o negro noroeste, feio e negro mesmo, como a noite que lhe emprestava as mantilhas. Assoberba-se o mar, rola contra o navio montes sobre montes, e lhe empacha, de todo, o caminho. Forçoso foi retroceder, virando-lhe a pôpa, e correr milhas e milhas em rumo avêso: vento e mar o empurram para longe, e uma onda atrevida, apupando-o, pula por cima da pôpa e alaga, de vante á ré, todo o convés, os boliches, o castelo, a meia-laranja, e ficou o cafezeiro afogado em agua salgada, que lhe encheu a barrica.

— “Ah pérfido! (exclama de novo Desclieux). E’ mais poderosa a divindade, que me inspira, do que as furias que te movem! Jurei por amor e hei de levar á bela Gelin as flores, que produzir este rico arbusto!”

“Decanta-se toda a agua da barrica, e, para surtir-se o humus que ela dissolveu, cobrem-se as raízes da planta com carvão e bolacha triturada, que se mistura com a terra que restava no vaso.

(*) **Farfarelo**, aqui, é o mesmo que o **farfadet** francês, isto é, “trasgo”, “duende”.

“Tantas delongas, tantas dificuldades, puzeram ainda o cafezeiro no maior dos perigos; a agua em apuros de ração, quanto mais vedada, mais securas e sêde dela tinham os navegantes. Padece, angustia-se Desclieux, tanto mais abrasado, quanto é mais forte o calor nos climas próximos da América; e, contudo, amante dedicado e generoso, priva-se a si proprio de parte desta necessidade, para repartir sua tão exigua ração com o seu cafezeiro. E’ verdade, amor, que, ante os teus altares, sacrificio algum não ha que não se ofereça!

“Disputada assim com a mesma natureza a constancia de um homem dedicado ao objéto do seu amor, deram-se, enfim, as furias por vencidas. Lá se erguem pela prôa do navío, a recebê-lo com seus barretes de musgo, as penedias da Martinica: abrem-se em alas no porto, e entra nele a fragata, desenrolando alegremente, no mastro de prôa, o pavilhão dos lizes. Os castelos salvam. Que alegria! Com mais prazer não palpita o coração do preso, que, depois de anos de tormentos, sente enfim, abrirem-se os ferrolhos de seu ergástulo e os cadeados das suas correntes.

“Saltando em terra, leva Desclieux consigo o precioso caqueiro da sua planta: oferenda lisonjeira, que jamais algum turíbulo ofertou em Cnido á sua deusa, desde que Solôn estabeleceu na Grecia o culto do Amor.

— “E’ o jasmim da Arabia (diz ele, apresentando-o á mademoiselle Gelin), o saboroso *cahêu* dos orientais, que faz hoje as delicias da côrte”

— “Ah meu amigo! E’ este o café, com que dizem que um embaixador da Turquia mimoseava as senhoras de París? E como se faz uso dele? Custa muito a crescer? Dá muita flor? Meu pai, mande plantar algum numa leira do jardim!”

“A vivacidade destas interrogações, multiplicadas sem esperarem resposta, mostra bem o alvoroço do con-

tentamento da jovem Gelin e suas irmãs, cada uma das quais fez ao mesmo tempo uma e outra destas perguntas.

— “Não sei que tempo tem já de nascido (responde Desclieux). Alcancei-o, com muito empenho, de um amigo, no Jardim Real, e muito me custou o trazê-lo a salvo dos perigos e tombos, que sofreu na viagem. Disse-me o diretor do Jardim que, em tres anos, pouco mais ou menos, começa a deitar flor, que é um jasmim, como o de Espanha, porém um pouco mais pequeno, mui cheiroso e suave; depois, vem um baguinho verde, que se vai tornando em vermelho côr-de-púrpura reluzente, quando fica maduro; dentro, tem uma mucilagem doce e duas sementes, cobertas de um pergaminho branco, chatas de um lado e ovadas de outro: dentro do pergaminho é que está a fava saborosa, chamada propriamente café. Para se usar dele, colhe-se o bago bem maduro, tira-se-lhe a péle vermelha, e põi-se a secar com o pergaminho; estando bem seco, pila-se para se tirar o pergaminho, e torna-se a secar bem, para que não mofe, pois qualquer mofo ou humidade, que ele apanhe, já faz desmerecer o seu sabor. Então, quando se quer tomar, torra-se em um vaso de barro ou de ferro, mexendo-o com cuidado, para que não queime, nem fique muito negro; deixa-se esfriar em outra vasilha, coberta com uma toalha; depois de frio, mói-se em um moínozinho de ferro. Tem-se uma chocolateira de folha, deita-se dentro uma porção de café moído e logo encima uma dada quantidade de agua fervendo (como se faz com o chá), e tampa-se logo a chocolateira, para não evaporar-se o aroma do café, que é mui volátil; abala-se a chocolateira tampada, para misturar dentro o café com a agua, e deixa-se repousar um pouquinho ao pé do fogo; torna-se a abalar segunda vez e torna-se a deixar em repouso cinco ou seis minutos. Depois, passa-se a tintura, por

um coador, dentro de uma cafeteira, e desta vai ás chincaras, em que se bebe com açúcar”.

— “Então a torrefação ha de ser somente até que ele fique com uma côr de canela um pouco escura, e, depois de filtrado, não deve mais ir ao fogo requeentar-se?”

— “Sim, minha senhora, comprehendestes-me muito bem”

— “Tem tantos primores, que certamente não pôde deixar de ser coisa muito boa. Tomára eu já ve-lo na chícara!”

“No clima de Martinica, e cultivado pelo zelo da cuidadosa Gelin, vigorou-se e pululou de tal modo o cafezeiro, que, ao cabo de um ano, deitou flores e frutos, que recrearam, com seu aroma e seu brilhante verniz de púrpura, a sua bela cultora. Aproveitadas todas as primeiras sementes, que foram logo plantadas, reproduziram, em menos de tres anos, grande número de pés...”

Neste ponto, entra na cêla o padre Veloso, voltando do côro. O capitão fecha o livro e entrega-lho, dizendo:

— “Isto é um livro de turcos e herejes, padre! Gente cristã não anda lendo isto. Eu gôsto de ler a *Magalona*, o *Imperador Clarimundo*.”

— “Sim, e tambem o *Carlos-Magno* é bom. Mas não viu aqui (mostrando-lhe o livro que recebera) como o café é estimado por todas as nações do mundo e a diligencia que todos fazem de o plantarem, o trabalho de o irem buscar lá na Arabia e na India? Não é bom que o tenhamos aqui no Rio-de-Janeiro? E, em vez de ir para os turcos e para os herejes o dinheiro, com que de se compra, ficarmos por aqui nós com ele? *Homem*, tome o meu conselho; plante o café, beneficie, seque bem a colheita, e verá que dinheiro não lhe ha de dar!”

— “Eu já deitei fóra a semente. Seja bom, seja ruim, não me importa! A cana, correndo bom o tempo, dá bem dinheiro, e sempre um homem goza da nobreza e privilegio de senhor-de-engenho, que não ouço falar que o café tenha, nem o algodão, nem o anil, que são lavouras de gente somenos. Adeus! Vim só visitá-lo, e, de noite, o luar é bom. Retiro-me para o meu engenho”.

— “Pois adeus! Muito obrigado pela sua visita. Deus o acompanhe!”

Retirando-se o capitão Silvestre, meteu o padre o livro na estante, dizendo a nutar com a cabeça:

— “*Nisi Dominus aedificaverit domum, in vanum laboraverunt, qui aedificant eam.* Si o vice-rei não obrigar estes homens, tarde teremos café no Rio-de-Janeiro. Têm comumente os lavradores insuficiente instrução, e, aferrados ao instinto dos seus maiores, não se arredam do seu rude usual: cuidam que não ha no mundo nada melhor do que o que eles fazem; e, quando se lhes quer ensinar outra coisa, amuam-se, e nem com a mesma experiência ás vezes se convencem. Deus nos dê paciencia com estes araras, que ainda que se lhes ensine a falar, não lhes entra na cabeça nenhum raciocinio: não fazem ninho, sinão da materia e feitío, que seus trisavós fizeram”.

No seguinte ano, tendo Veloso muitas mais sementes do seu cafezeiro para nova plantação, mandou o vice-rei indagar, pelos comandantes dos distritos, si as pessoas, a quem no ano antecedente havia dado os bagos de café, os tinham plantado, e em que estado se achavam as plantas. Foram as respostas que — nenhum as possuía e todos se desculpavam com o não terem nascido.

— “Venham todos á sala (ordena)! Quero saber porque não nasceram”

Vieram, e, com os mais, o capitão Silvestre, de quem o vice-rei já estava informado que, logo no saguão mesmo do palacio, botára fóra as sementes.

— “Porque não plantastes o café, que vos dei?”

— “Plantámos, porém não nasceu”

— “Duplicadamente sois criminosos: primeiro, porque dizeis que plantastes e não nasceu, quando um de vós lançou fóra os bagos, que lhe dei, e, apanhados por um soldado, que os veiu tornar a trazer-me, mandei-os plantar no Passeio Público, e lá estão vegetando; segundo, porque quebrantastes a ordenação do reino e as leis do nosso soberano, que, mandando que as câmaras e autoridades façam plantar árvores e sementes úteis aos povos, não plantastes estas que vos dei para beneficio mesmo vosso, tanto como do Estado. Recolhei-vos á cadêia!”

Cabisbaixos, saíram os pobres lavradores para a cadêia, maldizendo-se do desensofrido Silvestre, que não esperou sair do palacio, para atirar fóra os bagos de café.

— “Maldito seja o padre Veloso (dizia um) e mais quem lhe trouxe lá do inferno semelhante *grumixama!* (*)”.

— “Eu tenho que comer na minha casa (dizia outro), tenho minha fazenda, e não careço que me ensinem o que hei de plantar”.

— “Eu, quando venho á cidade, trago meus pagens a cavallo com arreios de prata: não é agora o café, que ainda daqui a tres ou quatro anos é que se ha de colher de grão em grão. ”

— “E’ uma coisa ruím, que não presta para muda: deram-me aqui na rua Direita um papelico cheio, que veiu da India; mandei cozinhar com toicinho e linguças, e amargava, que nem os meus cachorros quiseram comer...”

(*) *Grumixama* ou *grumuxama* é a *eugenia brasiliensis*, da familia dos mirtaceas, e cujo fruto, escuro e malor do que o do cafeeiro, tem como este duas sementes.

— “Isto... cada vice-rei vem com sua doidice, e sua majestade lá em Lisbôa não sabe o que cá se passa”

Com estas e outras queixas zangadas, passaram tres dias na cadêia. Causou a sua prisão sussurro na cidade, e deste e daquele soube-se, geralmente, que a causa era não terem plantado o café, como lhes fôra insinuado pelo vice-rei. Isto fez com que alguns industriosos se informassem a respeito desta cultura, e houve quem, discorrendo, declarasse que o café era uma droga de tanta estima, que, em 1709, durante a guerra da sucessão, os franceses malouerios (*) armaram dois navios e foram buscá-lo diretamente a Moka, donde voltaram carregados, e, de 1732 até 1734, vendeu a Companhia das Indias 750.000 libras; que, em França, os médicos tinham escrito e sustentado muitas teses contra esta nova bebida; e que, já no oriente, fôra objéto de discussões ridiculas, e severamente proibido pelo muftí, supremo intérprete do Alcorão, declarando ser este um dos licorres, que ele não consente; mas que de tudo se zombou, prevalecendo em geral o uso e gosto de o beberem.

O café puro, de infusão em agua fervendo, ajuda a digestão, desperta e fortifica o estômago; o seu uso ordinario póde prevenir a apoplexía e todas as doenças soporosas; não convém ás pessôas de temperamento seco, ardente e sanguineo, e de nervos muito irritaveis; os fleugmáticos, porém, os de boa disposição, ou de vida sedentaria, podem, sem receio, tomá-lo todos os dias. Os orientais o bebem muito, ás vezes até tres e quatro onças, em vinte e quatro horas: tiram primeiro uma decocção dele

(*) A guerra, a que se refere o autor, foi a da sucessão de Espanha, a qual se prôlongou de 1700 a 1713 (tratado de Utrecht); a **malouerios** eu preferiria **maloenses**, pois o vocabulo designa os naturais do porto francês de Saint-Malô, donde saíram navios armados contra o Brasil, principalmente durante a guerra acima referida.

crú, depois o secam e torram levemente, e o trituram em pó, que lançam nesta decocção fervendo. Com a polpa seca do bago, fazem os turcos uma bebida agradável, que é o “café á sultana”; o mesmo nome dá-se á decocção leve do grão que não é torrado, e tomam-n-a com açúcar; fica assim uma bebida mui forte, para restabelecer o apetite. Ha tambem muitos que usam do grão torrado inteiro, ou somente pisado.

Assim se entretinha, mas quasi sem persuasão alguma o vulgo curioso, no Rio-de-Janeiro. Passados tres dias, foram de novo os presos chamados á sala, onde o vice-rei tornou a dar a cada um uma dezena de sementes, e, com muitas exortações, os despediu, ordenando-lhes que fossem plantar, que ele mandaria visitar as plantas, si estavam nascidas e cultivadas.

Com efeito, no fim do ano, estava cada um com seus quinze a vinte pés de café, nascidos e vegetantes, mas de tão má vontade plantados, que um os tinha em uma môita, no oitão da casa; outro, á beira do terreiro, distantes só de palmo; outro, do mesmo modo, no açeiro do canavial, entre os moirões da cerca etc.; nenhum em terreno e espaço conveniente a lhes dar o seu natural desenvolvimento.

— “Não importa! (diz Lavradío). Como eles o têm á mão, quando lhe conhecerem a utilidade, farão por aproveitá-lo e cultivá-lo”

Volveram-se, entretanto, os fados do Brasil. Um choque de electricidade política abala todos os troncos da Europa; resvala d. João VI do seu, e, de repente, apparece, com toda a sua real familia, no Rio-de-Janeiro, em 1808. Eis começam a girar, em vasto mostrador, sob o dedo do Destino, as horas desta capital, escolhida para novo assento da monarchia.

Saudoso dos belos palacios de Lisbôa, da sua grande ródá de cortezãos e estrangeiros, e imbuído absoluta-

mente das idéias prestigiosas da Europa, já velha e formada, quer o rei, mal ponderado, applicá-las ao Brasil, e de repente formá-lo: com erro fatal, abre seus portos ao commercio e luxo sem limites de todas as nações, não estando a sua preparada para isso. Sustentam os economistas que o luxo estraga a família, mas não a nação, porque a família é como isolada em seus recursos, e a nação, quando perde de uma família, lucra para outra, rolando sempre o giro no seu seio; não assim, porém, a nação, que se serve e gasta tudo do estrangeiro: é família isolada e de fóra do giro, tendo tudo que comprar e nada que vender, perde sem resarcimento.

O ouro, esse pai da inercia e da indolencia dos que o possuem, que eleva e abate imperios, que abateu Espanha e Portugal, — que outrora brilharam nas artes, no comércio, na industria, nas conquistas, em homens, em Albuquerque, em Castros, enquanto não lhes foi da América, em pesados galeões, dourar as carruagens, em que estúpida inercia ostentava, nas ruas de Madrid e de Lisboa, um balfo avoengo; — este metal arisco e lúbrico ilude e perde agora os brasileiros, que, contentes, como vímos acima, de trazerem seus pagens em cavalos arreados de prata, desprezando as artes, a industria, os melhoramentos agrícolas, deixam ir ao estrangeiro até esses mesmos sinais da sua ufanía.

Coalham de repente a vasta baía de Niterói as nações estrangeiras e demandam desta Ofir americana ouro e diamantes. O Brasil, que pudera no Rio-de-Janeiro (como outrora em Lima os espanhóis, na entrada do duque de La-Plata) calçar de prata e ouro as suas ruas ao seu soberano, supre com este metal a todas as mercadorias necessarias. Mas um comércio todo estrangeiro, e em troca só quasi de ouro, esgota-lhe os cofres e as minas: descái logo a opulencia, as necessidades urgem, o descontentamento revolta-se, clama a antiga me-

trópole, e o rei, sem recursos, quer ao menos acudir-lhe com a sua presença, tornando á sua séde. Mas como se deixa o Brasil! Cá e lá se manifestam as mesmas necessidades.

— “Eu fico!” — diz o príncipe magnânimo, d. Pedro, herdeiro do trono.

Como, porém, salvar esta grande parte da sua herança, fazer surgir suas riquezas, dar-lhe o brilho e majestade?

— “Um empréstimo (aconselham cortezãos, egoistas ambiciosos)! A Inglaterra tem ouro: abrirá seus cofres á usura”

— “E não se irá outra vez, como dantes, esse ouro? Efêmero recurso!”

— “Nas crises e necessidades de um Estado, ha só quatro recursos: o primeiro é fiscalizar as rendas, apurando e simplificando a arrecadação dos impostos, que as produzem; o segundo é diminuir e mesmo cercear todas as despesas supérfluas, de mera ostentação, desperdícios, favoritos; o terceiro é o empréstimo; e o quarto, novos tributos. Mas a primeira destas diligencias não deve ultrapassar as raias do justo e honesto; a segunda não deve desconhecer o mérito e o necessario; a terceira só deve ter logar em caso imprevisto de urgencia, e para empregar de modo que tornem do mesmo emprego a provir o capital e os juros despendidos, despesa meramente adeantada, é comer o trigo em herva, ou, como disse o orador romano, *certare cum usuris fructibus praediorum*; a quarta, enfim, é sempre ruinosa, quando as necessidades não são cabais e proporcionadas aos haveres da industria: é mais justo e prudente aproveitar pingos de cera do que novas contribuições, que também se arrecadam pingo a pingo, beliscando e afligindo. Na mingua, em que estamos, não nos póde dar fôlego um só destes recursos: não aproveita um sem outro; de todos carece-

mos; exigem, porém, mão habil, amestrada nos negócios, para os dirigir”.

Assim se aconselhava o príncipe, nos apuros de uma revolução nacional, na carencia magnânima de fundar um imperio, salvar um povo nobre, brioso, quando os estrangeiros, pressurosos de seus saldos, pedem na praça:

— “Café! café! Queremos ouro ou café! Trocamos por café as nossas mercadorias!”

Ha males que vêm para bem, e da necessidade gera-se a industria.

— “Eis um verdadeiro recurso (atingem agora, afindigados, negociantes e lavradores, depois que se viram sem ouro). — Abaixo as nossas florestas! Revistam-se de cafezeiros as nossas montanhas!”

— “Eia! Café é sinônimo de ouro! (sussurram os filhos e netos de Silvestre). — Plantemos! Oh abençoado Veloso! Oh abençoado Lavradão! que nos metestes á porta de casa esta rica semente! Deus vos tenha com os anjos, na bemaventurança!”

Já coroadas de cafezeiros, ostentavam aqui e lá o rubro entre o verde algumas colinas, plantadas de outro tempo; cái o grosso jequitibá, cái o ipê, a peroba, e rebenta em seu lugar o jasmim da Arabia, a preciosa fava de Moka; tudo, desde a margem do Tieté ás beiras do Tocantins, floresce com este arbusto da Abissinia e do Yêmen; por toda parte se reproduz e multiplica o cafezeiro. E que de cabazes os cercam, recolhendo o brilhante fruto purpurino! Que bulicio! Rodam, rangendo pelas ruas, carros e carroças; grulham, carregados, os loquazes *cangueiros* (*); e atopéta-se de imensa sacaria a

(*) Este vocábulo, que não se me deparou em nossos léxicos de brasileirismos, perdeu a sua significação vernácula de além-mar, passando aqui, em nosso país, como o autor explica adeante, no “Elenco”, a designar os negros estivadores.

praça, que debalde se afanam por desbastar as bojudas urcas e os grossos galeões do comércio.

A barra é defendida por um forte castelo sobre rocha, guarnecido de trovões; e, em frente dele, repimpa-se, em pedregosa atalaia, vigiando de sentinela, um sisudo granadeiro, o Pão-de-Açúcar; mas, uma atrás de outra, vão saindo as frotas, carregadas de café; e ele, ufano e generoso, se arreda e deixa-as passar, levando a pontos longínquos esta riqueza inexgotável do seu vasto e fertilíssimo país.

— “Bôa viagem!” — é o seu grito de alerta.

Nem mais de ouro se cura; diamantes se desprezam. Café, tabaco, açúcar, algodão, — eis a potencia que move, alenta, vivifica o genio industrial, que repete, desde o Prata ao Amazonas, a voz celeste:

— “Independência do Brasil!”

Confiados, com razão, nesta utilíssima cultura, rodeiam os brasileiros o seu príncipe, ostentam-lhe os recursos do seu país, que libérrima a natureza lhe oferece, com as mãos erguidas até ao cume da Canastra e do Samora (*); e querem que lhe cinja a gloriosa cabeça uma corôa independente, com seu brasão proprio da terra de Santa-Cruz, separado dos bezantes de Ourique e dos Algarvos.

Em memoria dos cinco reis mouros, vencidos no campo de Ourique, e da aquisição do Algarve, pelo casamento de d. Afonso III com Beatriz de Castela, — tomaram os reis de Portugal por brasão, no centro do seu escudo, os cinco escudos deles, terceados em cruz com cinco bezantes de prata em campo azul, e, em roda da orla, os sete castelos das sete fortalezas do Algarve. O vulgo

(*) Explica o autor no “Elenco”, que esse é o topónimo do monte mais alto da nossa cordilheira marítima setentrional; entretanto, não nos foi possível identificar semelhante denominação com a de serra alguma da referida parte do nosso sistema orográfico.

interpretou os cinco escudos por emblema das cinco chagas de Cristo, e os bezantes pelo dinheiro que pagou a traição de Judas.

O imperador do Brasil tomou por timbre do seu escudo uma esfera armilar, atravessada da gran-cruz da Ordem de Cristo, rodeada de estrelas, e guarnecida das folhas de café, á direita, e de tabaco, á esquerda, — emblema da serra dos Aimorés, que, do alto de seu cume alpino, acenou, como uma estrela na esfera, a Pedro Alvares Cabral, para que aportasse e reconhecesse o novo mundo, a que ele, então, deu o nome de “Terra da Santa-Cruz”; o café e o tabaco simbolizam a riqueza nativa da puberdade deste grandioso país.

Um só viva, uma só hosana de alegria, não deixaram os brasileiros guardados em seus peitos, quando viram arvorado no pavilhão de seu primeiro imperador este emblema simbólico da sua grandeza; abraçam-se, em tripudios, os dois gigantes de agua, Prata e Amazonas, e retumba de uma e outra de suas bocas o grito inaugural:

— “Viva o imperio e independencia do Brasil!”

E que dirão agora, no outro mundo, o Silvestre e o Veloso?

ELENCO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DESTE ROMANCE

Abissinia — Região da África, ao sul do Egito: segue a religião cristã do rito grego, mas tem feudatário o reino de Angot, que segue o maometismo. Aqui nasce também o café, como no Yêmen.

Aimorés — Tribus indígenas do Brasil, que habitam as montanhas do seu nome, entre o rio Pardo e o rio Doce.

Alá — Significa “deus” em lingua arábica.

Alepo — Magnífica cidade da Siria.

Alexandria — Cidade marítima do Egito, onde commerceiam as nações da Europa.

Ali — Primo de Maomé e casado com sua sobrinha, filha deste. Depois da morte de Maomé, dividiram-se os maometanos em duas seitas, seguindo uns a Ali e outros a Abubek; tendo ambos sido companheiros de Maomé, interpretavam ambos o Alcorão a seu modo, e ambos deram aos seus partidistas o nome de verdadeiros crentes.

Amazonas — Rio do norte do Brasil e o maior de todo o mundo.

Amsterdam — Cidade capital de Holanda.

Antilhas — Grandes e pequenas ilhas do arquipélago colombiano, que pertencem a varias nações da Europa.

Arabia — Grande país da Asia, desde o istmo de Suez e mar Vermelho até á Persia. O café é o seu principal ramo de comércio; nasce espontaneamente nos montes Djebel, no reino ou imamato do Yêmen.

Aracné — Moça grega, costureira tão habilidosa, que disputou os primores da agulha com a mesma Minerva, deusa da sabedoria.

Artemisia — Célebre rainha da Caria, mulher de Mausolo: sepultou em seu peito as cinzas de seu marido, tomando-as em chá ou caldo.

Asia — Segunda parte do mundo, a qual corre do mar Vermelho, que a divide da África, para o oriente, até á China. Os povos, que a habitam, chamam-se orientais.

Atlanta — Duas heroínas gregas houve deste nome: uma, filha de Esquimen, mui agil, que disputava com os moços quem seria capaz de alcançá-la na carreira, para ser seu esposo; outra, filha de Jasio, rei da Arcadia, insigne caçadora, que não temia, antes matava javalis (*).

Bachá — Governador turco de provincia.

Bander-abawy — Comarca do Yêmen.

Batavia — Colonia holandesa na ilha de Java, capital de todas as suas colonias na Oceania ou mar das Indias.

Berbice — Colonia holandesa na Guiana.

Brasília — Rio-de-Janeiro, capital do Brasil.

(*) O nome das heroínas gregas era *Atalanta*, e não *Atlanta*. Não era "Esquimen", e sim, "Esquenêu" (Skenêu), o pai da que foi vencida por Hipômenes, mercê dos pomos de ouro e do auxilio de Afrodite. Os mitógrafos helênicos referem-se ainda a uma terceira Atalanta, devorada por uma leão, enquanto o seu amante Milanion era comido por um leão. Isto os aproxima da lenda de Atalanta e Hipômenes, os quais, segundo a fábula, foram transformados num casal do rei dos animais.

Cádiz — Cidade da Espanha, no estreito de Gibraltar, por onde entra o mar Oceano para o Mediterraneo.

Caheu — “Café” em lingua turca.

Campo-Grande — Distrito a oeste do Rio-de-Janeiro.

Canastra — Montanha a mais alta da cordilheira marítima do Brasil, da parte do sul.

Cangueiros — Negros que, no Rio-de-Janeiro, carregam os fardos do comércio para os depósitos e armazens.

Caiena ou Guiana — Capital das colonias francezas na América, ao norte do Pará.

China — Grande imperio chamado “Celeste” nos confins da Asia, onde nasce o chá.

Constantinopla — Capital do imperio turco, ao oriente da Europa.

Dacier — Douta franceza, filha de mr. Dacier: tomou na universidade o grau de doutora e foi mestra das princesas de França (*).

Dervick — Frade ou ermitão da lei de Mafoma.

Egito — Grande região da África: tem pelo norte o mar Mediterraneo e pelo oriente o mar Vermelho.

Espanha — Reino da Europa, entre Portugal e a França. Os seus lavradores, foram, antigamente, obrigados a plantar certo número de amoreiras, ou a pagar a multa de cem réis por cada uma.

Etiopia — Região ao norte da África.

(*) Mme. Dacier não era “filha de mr. Dacier”, mas esposa do filólogo André Dacier (1651-1722). Chamava-se Anne Lefèvre, nasceu em 1651 e faleceu em 1720, tendo sido, como latinista e helenista (traduziu para o francês a “Ilíada” e a “Odisséia”), uma das mulheres mais cultas do século de Luiz XIV.

Eunucos — Negros castrados e terrivelmente feios, que servem de guardas e de pagens ás damas muçulmanas.

França — Grande reino no centro da Europa.

Georgia — Província do reino da Circássia, a sueste da Rússia, onde as mulheres são mui formosas: seguem a religião cristã do rito grego, e, por isso, consideradas como escravas pelos turcos, que as compram a quem as furta e vende em Constantinopla.

Grão-senhor — O imperador da Turquia.

Grão-vizir — Ministro de Estado em Constantinopla.

Guiana — Colonia holandesa na América, ao norte do Pará.

Harêm — Repartimento na casa do turco, onde moram as mulheres debaixo de chave e da guarda dos eunucos.

Holanda — Reino da Europa, no mar do Norte: confina com a Prussia, o Hanôver e a Bélgica.

Hourizes — Moças de admirável beleza, com quem os turcos crêm que hão de viver no outro mundo.

Imamato — Quer dizer “governo provinciano”, em árabe (*).

India — Região da Asia, a oriente da Persia.

Irajá — Distrito a oes-noroeste do Rio-de-Janeiro.

Ispahã — Antiga capital da Persia, na Asia.

Jequitibá, ipé, peroba — Grandes árvores e madeiras do Brasil.

João V (dom) — Rivalizando com Luiz XIV. dependeu em Portugal grande magnificencia e luxo: dele

(*) O autor escreve “hourizes” e “imamato”. Modificámos a grafia, no texto da novela, para a mais corrente de “hurfs”, conservando a segunda, porque, de acordo com o étimo arábico, “imamato” é preferível a “imanato”.

disse Voltaire que as suas festas eram procissões, seus edificios mosteiros e suas amantes as freiras.

Lima — Capital do Perú, na América, onde os espanhóis calçaram de barras de prata a rua, por onde ia passar o duque de La Plata, que foi de Espanha a governá-los em 1682 (**).

Londres — Capital da Inglaterra.

Luiz XIV — Grande rei da França, em cujo tempo brilharam as armas, as letras, a civilização e a magnificencia na França.

Madrid — Capital da Espanha.

Marselha — Cidade marítima da França, da parte do Mediterraneo.

Martinica — Ilha da América, no arquipélago colombiano: pertence á França.

Méca — Cidade da Arabia, onde se acha o túmulo de Mafoma, que todo maometano tem obrigação de visitar ao menos uma vez em sua vida (se quizer ir para o céu), e, quando lá vai, leva grandes esmolos aos *derviks* do templo.

México — Ex-colônia espanhola, no continente da América-do-Norte, onde nasce o cacau, de que se faz o chocolate.

Mirmidonia — Antigo reino da Grecia, donde veiu Aquiles, com seus soldados, combater os troianos, e ali se abarbou com ele a valente Pentesiléia.

(**) Não era duque de **La Plata** e, sim, de **La Palata**. Chamava-se don Melchor de Navarra y Rocafull, e, como 22.º vice-rei do Perú, ali exerceu o governo desde 20 de novembro de 1681 (não 1682, como diz Susano) até janeiro de 1691. Domingo de Vivero e J. A. de Lavalle, autores da "Galería de retratos de los gobernadores y virreyes del Perú" (Barcelona, 1909), ao tratarem do duque de La Palata (vol. I, pags. 109-112), não confirmam o que diz Susano, quanto ao calçamento das ruas de Lima por meio de barras de prata, para a recepção festiva do sobredito procônsul castelhano.

Moka — Cidade marítima da Arabia, na costa do mar Vermelho, para onde vem do interior o café, que daí se exporta.

Muftí — Pontífice da lei de Mafoia.

Muçulmanas — Mulheres da Turquia.

Nantes — Porto da França, no mar Oceano.

Napéias — Ninfas que presidem ás florestas (*).

Náiades — Ninfas que presidem ás fontes e rios.

Némours (mademoiselle de) — D. Maria Francisca de Sabóia.

Niterói — “Mar escondido”, baía do Rio-de-Janeiro.

Notre-Dame — “Nossa-Senhora”, magnífica igreja-catedral de París.

Ofir — Antiga cidade da India, donde Salomão arrecadou o imenso ouro e riquezas, que ostentou em Jerusalém.

Oriente e orientais — Países e povos da Asia.

Pão-de-Açúcar — Alto rochedo piramidal, que está na barra do Rio-de-Janeiro, defronte da fortaleza de Santa-Cruz: os navios passam entre ele e a fortaleza.

París — Capital da França.

Pedro Alvares Cabral — General português, que, indo para a India, veiu, corrido da tempestade, avistar os montes Aimorés de Porto-Seguro, e descobriu o Brasil.

Penélope — Mulher de Ulisses, rei de Ítaca: vendo-se perseguida de muitos príncipes, que a pretendiam durante a ausencia de seu marido, prometeu aceitá-los, quando acabasse de bordar um véu; e, para nunca acabar, desmanchava de noite o que fazia de dia.

(*) *Napéia* é propriamente a ninfa dos prados; ás ninfas dos bosques davam os gregos a denominação de **dríades**; e, quando se tratava da ninfa á qual era confiada uma certa árvore, era ella então chamada **hamadríade**.

Pentesiléia — Rainha de Asia, que combateu contra Aquiles, na guerra de Troia.

Persia — Grande região da Asia, abundante de riquezas, aromas, essencias de rosas etc.

Pirâmides — São tres grandes palacios, que parecem montanhas, de figura piramidal, sem portas nem janelas, construidos pelos antigos reis do Egito.

Polonia — País da Europa, entre a Alemanha, Russia e Austria.

Prata — Grande rio da América-do-Sul: corre entre as repúblicas do Uruguai e de Buenos-Aires.

Profeta — Maomé ou Mafoma, impostor que, fingindo-se enviado de Deus, fundou a religião do seu nome, a qual é uma monstruosa mistura de cristianismo e judaísmo; permite aos homens terem muitas mulheres, conservando-as na mais idiota ignorancia e servilismo.

Roxana — Moça predileta ou favorita do harêm de Usbek, fidalgo da Persia. Veja-se Montesquieu, "Cartas pérsicas".

Safo — Moça grega de muito saber, eloquencia, poesia.

Samora — Montanha a mais alta da cordilheira marítima do Brasil, da parte do norte.

Sanaá — Comarca do reino do Yêmen, na Arabia, onde o café nasce naturalmente.

Saquarema — Distrito ao norte do Rio-de-Janeiro.

Semíramis — Rainha da Assiria e célebre conquistadora.

Siberia — Vasta região da Russia, cujas minas, asaz ricas, são escavadas por presos, que o governo nelas emprega.

Siria — Grande país da Asia, da parte do mar de Constantinopla.

Solôn — Legislador da Grecia: instituiu o culto de Venus, que, em consequencia, teve um templo esplêndido em Cnido, outro em Pafos, Cítéra etc.

Surinam — Porto da Guiana Holandesa, na América, ao norte do Pará.

Suruí — Distrito a noroeste do Rio-de-Janeiro.

Tchebuk — Significa, em lingua turca, "o cachimbo"

Tejo — Rio e barra de Lisbôa, em Portugal.

Tieté — Grande rio do Brasil, na provincia de São Paulo.

Tocantins — Grande rio do Pará.

Tournesol — Celebre botânico francês.

Trópicos — Climas que estão abaixo do giro do sol.

Tungot — Ministro da Fazenda da França, no reinado de Luiz XVI.

Usbek — Príncipe da Pérsia. Veja-se Montesquieu, "Cartas pérsicas".

Yêmen — Reino da Arabia, da parte da Siria e mar Vermelho, onde nasce e se cultiva o café, que se exporta pelo porto de Moka.

Zenóbia — Famosa rainha de Palmira, cidade fundada por Salomão.

FIM

Este livro foi composto e impresso na Typ. "Rossolillo", de A. Rossolillo, rua Asdrúbal do Nascimento, 395 - S. Paulo.

“ BRASILIANA ”

5.ª Serie da

BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA



Proximas publicações

- PEDRO CALMON: **Historia do Brasil**
1.º Vol.: **As origens — 1500-1600.**
- GUSTAVO BARROSO: **O Brasil na
lenda e na cartografia antiga.**
- AFONSO DE TAUNAY: **Rio de Janeiro
de Antanho — Impressões de
Viajantes estrangeiros.**
- ALFREDO ELLIS JUNIOR: **Feijó e a
primeira metade do seculo XIX.**
- WALTER SPALDING: **A Invasão Pa-
raguaia no Brasil (Documentação
inedita).**
- FELIX CAVALCANTI DE ALBUQUER-
QUE MELO: **Memorias de um Caval-
canti — Introdução de Gilberto
Freire.**
- HEITOR LYRA: **Historia de Dom Pe-
dro II — 3.º volume: Declínio (1880-
1891).**
- PRIMITIVO MOACIR: **A instrução e
as Provincias — 3.º volume: Es-
pirito-Santo, Minas-Gerais, Paraná,
Santa Catarina, Rio Grande do Sul
e Goiaz. (Subsidios para a Historia
da Educação no Brasil — 1834-
1889).**
- HENRY WALTER BATES: **Um Natu-
ralista no Rio Amazonas — Edi-
ção ilustrada.**
- C. MELLO-LEITÃO: **Historia das Ex-
plorações Cientificas no Brasil.**
- VARNHAGEM RODOLFO GARCIA: **Pe-
quena Historia do Brasil.**
- W. VON DEN STEINEN: **Pelo Brasil
central — Tradução de Catarina
B. Canabrava.**
- DR. MAX SCHMIDT: **Estudos de
etnologia brasileira — Tradução de
Catarina B. Canabrava.**
- CRAVEIRO COSTA: **A Conquista do
Deserto Ocidental.**
- HENRY KOSTER: **Viagens no Nor-
Oeste Brasileiro — Tradução de
Luiz da Camara Cascudo.**
- GEORGE GARDNER: **Viagens no In-
terior do Brasil (1836-1841) — Tra-
dução de Origenes Lessa.**
- P. M. NETSCHER: **Os Holandeses no
Brasil — Tradução de Mario Sete.**
- HENRI CODREAU: **Viagem ao Rio
Tapajós — Tradução de A. de Mi-
randa Bastos. Anotações de Rai-
mundo Pereira Brasil.**
- ANDRÉ THEVET — **Singularidades
da França Antartica — Tradução
e notas de Estevão Pinto.**



Edições da
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
São Paulo

"BRASILIANA"

5.ª Serie da Biblioteca Pedagógica Brasileira

SOB A DIREÇÃO DE FERNANDO DE AZEVEDO

Ultimos volumes publicados: ()*

- 157 — OTAVIO TARQUINIO DE SOUSA: *Evaristo da Veiga*. Ed. ilustrada.
- 158 — WALTER SPALDING: *A Revolução Farronplba* (Historia popular do grande decenio — 1835-1845) — Edição ilustrada.
- 159 — CARLOS SEIDLER: *Historia das Guerras e Revoluções do Brasil*, (de 1825 a 1835). Tradução e notas de Alfredo de Carvalho. Prefacio de Silvío Cravo.
- 160 — LUIZ AMARAL: *Historia Geral da Agricultura Brasileira: No Triplice aspecto Politico-Social-Economico* — 1.º Volume.
- 161 — REZENDE RUBIM: *Reservas de Brasilidade* — Edição ilustrada.
- 162 — BERNARDINO JOSÉ DE SOUSA: *O Pau-Brasil na Historia Nacional* — Edição ilustrada.
- 163 — MAJOR LIMA FIGUEIREDO: *Indios do Brasil* — Edição ilustrada.
- 164 — BERNARDINO JOSÉ DE SOUSA: *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil* — 4.ª Edição da "Onomástica Geral da Geografia Brasileira".
- 165 — NINA RODRIGUES: *O Alienado no Direito Civil Brasileiro* — 2.ª Edição.
- 166 — JOSÉ BONIFACIO DE ANDRA DA E SILVA: *O Patriarca da Independencia* — Dezembro 1821 a Novembro 1823.
- 167 — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE: *Viagem no Rio Grande do Sul* — 1820-1821. — Tradução de Luciano de Azeredo Pena — 2.ª edição.
- 168 — PADRE FERNÃO CARDIM: *Tratados da Terra e Gente do Brasil* — Introduções e Notas de Balthazar Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia — 2.ª edição.
- 169 — HELIO LOBO — *O Panamericanismo e o Brasil*.
- 170 — NELSON WERNERCK BODRIGUES: *Pauocrazia do Segundo Imperio*.
- 171 — BASILIO DE MAGALHÃES: *Estudos de História do Brasil*.
- 172 — NESTOR DUARTE: *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (Contribuição á Sociologia Política Brasileira).
- 173 — PEDRO CALMON: *Historia Social do Brasil* — 3.º Tomo: *A Época Republicana*.
- 174 — BASILIO DE MAGALHÃES: *O Café* — Na Historia, no Folelore e nas Belas-Artes.

(*) Para lista completa dos volumes desta serie vide as Las paginas do texto deste livro.

Proximas publicações:

- PADRE ANTONIO COLBACCHINI: *Os Borões Orientais (Orarimugodoge)*. Contribuição da Missão Salesiana de Mato-Grosso para o Estudo de Etnografia Brasileira.
- CARLOS RUBENS: *Pequena Historia das Artes Plasticas no Brasil*.
- RICHARD F. BURTON: *Viagens aos Piauíns do Brasil* (1868). Tradução de Americo Jacobina Lacombe.
- J. F. DE ALMEIDA PRADO: *Pernambuco e as Capitãulas do Norte do Brasil*.
- ARTUR NEIVA: *Estudos da Llugua Nacional*.
- ROBERTO SIMONSEN: *Historia Economica do Brasil* — Vol. 4.º — A fase do Café.
- ANIBAL MATOS: *A Raça de Lagoa Santa* — Edição ilustrada.
- OSORIO DA ROCHA DINIZ: *O Brasil em face dos imperialismos modernos*.
- EDGAR SANCHES: *Llugga Brasileira*.
- E. ROQUETTE-PINTO: *Ensaio Brasileiro*.
- SAMPAIO CORREIA: *Rumos de tropellos* — Em dois tomos.
- MAXIMILIANO: *Príncipe de Wied-Neuwied: Viagens pelo Brasil* — 1815-1817 — Tradução de Edgar Sússekind de Mendonça e Flavio Pope de Figueiredo. Revista e augmentada pelo dr. Oliveira Pinto.
- EUGENIO DE CASTRO: *Geografia Lluggistica e Cultura Brasileira* (Ensaio) 2.ª Edição.
- PADRE SERAFIM LEITE: *Cartas Inéditas de Jesuitas (de Nobrega a Vieira)*.
- RODOLFO GARCIA e AFRANIO PELXOTO: *Dicionário da Historia do Brasil*.
- JOSÉ HONORIO RODRIGUES: *Civilização Holandesa no Brasil*.
- CARVALHO FRANCO: *Bandeiras e Handeirantes de São Paulo*.

Edições da COMPANHIA EDITORA NACIONAL

SEDE: — Rua dos Gusmões, 118-140 — São Paulo

FILIAIS: — Rio de Janeiro — Recife — Porto-Alegre.

BRASILIANA DIGITAL

ORIENTAÇÕES PARA O USO

Esta é uma cópia digital de um documento (ou parte dele) que pertence a um dos acervos que participam do projeto BRASILIANA USP. Trata-se de uma referência, a mais fiel possível, a um documento original. Neste sentido, procuramos manter a integridade e a autenticidade da fonte, não realizando alterações no ambiente digital - com exceção de ajustes de cor, contraste e definição.

1. Você apenas deve utilizar esta obra para fins não comerciais. Os livros, textos e imagens que publicamos na Brasiliiana Digital são todos de domínio público, no entanto, é proibido o uso comercial das nossas imagens.

2. Atribuição. Quando utilizar este documento em outro contexto, você deve dar crédito ao autor (ou autores), à Brasiliiana Digital e ao acervo original, da forma como aparece na ficha catalográfica (metadados) do repositório digital. Pedimos que você não republique este conteúdo na rede mundial de computadores (internet) sem a nossa expressa autorização.

3. Direitos do autor. No Brasil, os direitos do autor são regulados pela Lei n.º 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998. Os direitos do autor estão também respaldados na Convenção de Berna, de 1971. Sabemos das dificuldades existentes para a verificação se um obra realmente encontra-se em domínio público. Neste sentido, se você acreditar que algum documento publicado na Brasiliiana Digital esteja violando direitos autorais de tradução, versão, exibição, reprodução ou quaisquer outros, solicitamos que nos informe imediatamente (brasiliiana@usp.br).